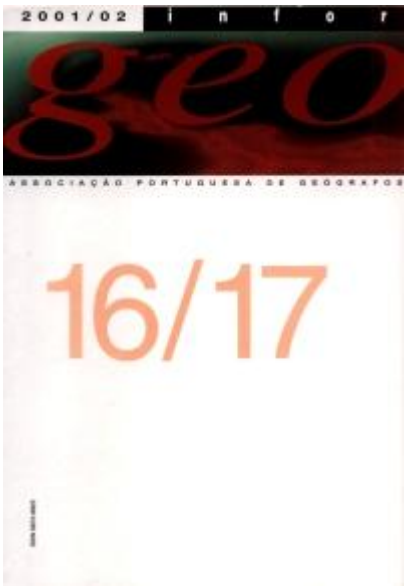
geo

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEÓGRAFOS

16/17



ÍNDICE

Nota Editorial

Resumos / Abstracts

ARTIGOS

Heitor Gomes, Pedro Soares - **Emprego e desemprego numa área de especialização industrial reestruturação do sector vidreiro na Marinha Grande**

Mário Barroqueiro - **Alguns aspectos explicativos da reestruturação geográfica na indústria extractiva. Que oportunidade para os centros mineiros tradicionais em declínio?**

Esmeralda Luís - **Turismo e desenvolvimento do espaço rural: o caso do concelho de santa Marta de Penaguião**

Luís Mendes - **O Lazer e o recreio no Parque das Nações: o consumo, o lúdico e o estético na produção da cidade pós-moderna**

Joana Chorincas - **Geografia Económica: encontros e desencontros de uma ciência de encruzilhada**

Jorge Rocha, Paulo Morgado Sousa, José António Tenedório - **Geosimulação e análise espacial: redes neuronais e autómatos celulares na previsão de alterações nos padrões de uso e ocupação do solo**

POLÍTICAS TERRITORIAIS

Margarida Queirós - **Os Parques Naturais e o ordenamento do território em Portugal**

TENDÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA

Eduardo Brito Henriques - **Os temas culturais na investigação geográfica: breve retrospectiva e ponto da situação**

José Bértolo - **Funções educativas e científicas do filme documentário na representação de realidades espaciais**

IMPRESSÕES E OPINIÕES

Ricardo Tomé, Paulo Reis - **Os geógrafos no ordenamento e gestão do território: domínios de intervenção**

NOTÍCIAS BILIOGRÁFICAS

Ficha Técnica

Direcção
Mário Vale

Secretariado de redacção
Eduardo Brito Henriques
Maria José Boavida
Nunho Ganho
Teresa Sá Marques

Conselho de redacção
Álvaro Domingues
Ana Ramos Pereira
Emília Sande Lemos
Fernanda Cravidão
João Ferrão
João Guerreiro
José António Tenedório
João Manuel Simões
Lúcio Cunha
Maria José Roxo
Maria Leal Monteiro
Maria Lucinda Fonseca
Nuno Neves
Teresa Barata Salgueiro

Propriedade do título
Associação Portuguesa de Geógrafos

Edição e distribuição
Edições Colibri / Associação Portuguesa de Geógrafos

Correspondência
APG
Instituto de Ciências Sociais
Av. Prof. Aníbal Bettencourt, n.º 9
1600-189 Lisboa
Tel/Fax: 21 780 47 61
apg@ics.ul.pt
www.apgeo.pt

Impressão
Colibri – Artes Gráficas
ISSN 0872-6825
Depósito legal n.º 109 329/97
Impressa em Abril de 2005

Revista de distribuição gratuita para sócio da APG
Preço de venda ao público: 10,50 €
Tiragem: 700 exemplares

A opinião expressa nos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores

ÍNDICE

Nota Editorial 7

Resumos / Abstracts 9

ARTIGOS

Heitor Gomes, Pedro Soares – Emprego e desemprego numa área de especialização industrial: reestruturação do sector vidreiro na Marinha Grande 21

Mário Barroqueiro – Alguns aspectos explicativos da reestruturação geográfica na indústria extractiva. Que oportunidades para os centros mineiros tradicionais em declínio? 41

Esmeralda Luís – Turismo e desenvolvimento do espaço rural: o caso do concelho de Santa Marta de Penaguião 63

Luís Mendes – O Lazer e o recreio no Parque das Nações: o consumo, o lúdico e o estético na produção da cidade pós-moderna 81

Joana Chorincas – Geografia Económica: encontros e desencontros de uma ciência de encruzilhada 109

Jorge Rocha, Paulo Morgado Sousa, José António Tenedório, «Geosimulação e análise espacial: redes neuronais e autómatos celulares na previsão de alterações nos padrões de uso e ocupação do solo 123

POLÍTICAS TERRITORIAIS

Margarida Queirós – Os Parques Naturais e o ordenamento do território em Portugal 141

TENDÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA

Eduardo Brito Henriques – Os temas culturais na investigação geográfica: breve retrospectiva e ponto da situação 153

José Bértolo – Funções educativas e científicas do filme documentário na representação de realidades espaciais 167

IMPRESSÕES E OPINIÕES

Ricardo Tomé, Paulo Reis – Os geógrafos no ordenamento e gestão do território: domínios de intervenção 177

NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS 191

NOTA EDITORIAL

Este número duplo da revista INFORGEO reúne um conjunto diversificado de contributos, que resulta da submissão para publicação, por um lado, de trabalhos originais e, por outro lado, de comunicações apresentadas ao IV Congresso da Geografia Portuguesa, que passaram naturalmente por um processo de avaliação independente e anónimo.

Com a progressiva abertura da revista a um maior número de autores, a lógica de publicação permanente de números temáticos torna-se insustentável, razão pela qual surge este número com contributos muito distintos. Pese o facto de se perder a coerência inerente aos números temáticos, ganha-se na maior abertura da revista a potenciais autores, bem como se responde aos interesses de um maior número de leitores. Daqui em diante, pretende-se intercalar a publicação deste tipo de números com outros de natureza temática.

Mário Vale

RESUMOS

EMPREGO E DESEMPREGO NUMA ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL: REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR VIDREIRO NA MARINHA GRANDE

Heitor Gomes
Pedro Soares

Tendo por base o trabalho de investigação desenvolvido ao abrigo do Projecto "*DivesT* – Desinvestimento e Impactes Económicos, Sociais e Territoriais", procura-se compreender, a partir da análise do tecido industrial da Marinha Grande, particularmente do subsector da cristalaria, o ambiente e os mecanismos relacionais que têm permitido, apesar de períodos de evidente crise aguda do sector, manter níveis de desemprego inferiores às médias nacional e regional e taxas de desemprego de longa duração comparativamente mais baixas.

Analisam-se os processos de reestruturação, as ligações verticais e horizontais de um conjunto de indústrias relacionadas entre si e as formas de organização espacial que contribuem continuamente para manter níveis de desemprego reduzidos, bem como a importância que o sector do vidro desempenha na criação de uma espécie de *cluster* regional, importante para a sua competitividade nacional e internacional e para a fluidez do emprego entre sectores. No final, são sugeridos contributos para a formulação de políticas de melhoria da qualidade do emprego local.

ALGUNS ASPECTOS EXPLICATIVOS DA REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA. QUE OPORTUNIDADES PARA OS CENTROS MINEIROS TRADICIONAIS EM DECLÍNIO?

Mário Barroqueiro

Existe relativo consenso de que Portugal não é um país de tradição mineira. No entanto, para alguns lugares, a indústria extractiva consti-

tuiu o principal motor de crescimento económico e demográfico (quando não mesmo o único). Após a crise económica mundial do início da década de 1970, regiões industriais de importância mundial começaram a assistir ao declínio da sua actividade industrial, o que tem levado a um desinvestimento progressivo neste sector, com os consequentes impactes económicos e sociais daí resultantes.

As transformações ocorridas neste sector, em Portugal, justificam um olhar atento sobre alguns dos seus factores explicativos. De que forma, em que medida, essas transformações se enquadram numa escala mais global, na recomposição do mapa-mundo da indústria extractiva? As dinâmicas ao nível do emprego, da produção e do investimento estrangeiro, são igualmente variáveis a ter em conta nesta análise. Por outro lado, que novas oportunidades se abrem para o aproveitamento desse património, agora que a maioria atravessa um declínio acentuado? Para tentar compreender melhor o que se tem feito a este nível, entre nós, apresentam-se dois casos de estudo: Panasqueira e Aljustrel.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO RURAL: O CASO DO CONCELHO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Esmeralda Luís

Este artigo pretende dar a conhecer as especificidades de uma região marcadamente rural, o Douro. A abordagem centra-se no turismo, enquanto vector de desenvolvimento deste território, que apresenta um cenário de perda demográfica e desvitalização socio-económica.

É estudado o caso particular de Santa Marta de Penaguião, que se localiza na região do Douro, realizando um diagnóstico do estado do concelho, avaliando o seu potencial turístico e propondo algumas medidas e acções estratégicas neste domínio.

As possibilidades para o turismo são excepcionais, desde que assente em premissas sustentáveis. No entanto, ele tem de ser encarado como um dos vários caminhos que é necessário prosseguir para o desenvolvimento da região, não existindo fórmulas únicas ou milagrosas...

O LAZER E O RECREIO NO PARQUE DAS NAÇÕES: O CONSUMO, O LÚDICO E O ESTÉTICO NA PRODUÇÃO DA CIDADE PÓS-MODERNA

Luís Mendes

O Parque das Nações constitui um espaço de fruição pública, situado na área oriental de Lisboa, baseado num vasto e diversificado conjunto de equipamentos urbanos. Resulta da transformação do recinto da Expo'98 e configura um megacomplexo imobiliário que reúne diversas funções: habitação, comércio, escritórios, serviços vários de lazer e recreio. Pretendemos explicar o extraordinário sucesso de atracção desta nova centralidade, à luz de conclusões recentemente acumuladas sobre a condição urbana pós-moderna e dos aspectos mais característicos do processo de produção do espaço urbano que da emergência desta condição parecem sair valorizados, nomeadamente, os que dizem respeito à cidade fragmentada.

Veremos como a (re)formulação da cultura de lazer urbano neste espaço segundo contornos de "festivalização" do consumo, do lúdico e do estético, não só se insere na transição pós-industrial da cidade, pelo reforço de uma estrutura urbana mais policêntrica e fragmentada, como também responde às solicitações de um imaginário social de consumo hedonista cada vez mais desenvolvido nas sociedades contemporâneas e que é responsável, por sua vez, pela estruturação de um universo motivacional dos visitantes do parque em torno da experiência de não-lugar, de liminaridade e de evasão.

GEOGRAFIA ECONÓMICA: ENCONTROS E DESENCONTROS DE UMA CIÊNCIA DE ENCRUZILHADA

Joana Chorincas

Durante muito tempo, a ciência económica e a ciência geográfica percorreram caminhos separados e não exploraram as suas potenciais inter-relações. Se, por um lado, a Economia privilegiava os seus aspectos *aespaciais*, por outro, a Geografia analisava o espaço geográfico sem valorizar a sua estrutura económica. Porém, nos últimos anos, assistimos ao reforço das complexas relações entre ambas as disciplinas, ao mesmo tempo que se verifica um interesse pelos aspectos geográficos do processo de desenvolvimento económico. Este reforço é bem visível na denominada Nova Geografia

Económica, disciplina que paulatinamente se tem afirmado no seio da comunidade científica e tem atraído cada vez mais a atenção de geógrafos e economistas.

GEOSIMULAÇÃO E ANÁLISE ESPACIAL: REDES NEURONAIS E AUTÓMATOS CELULARES NA PREVISÃO DE ALTERAÇÕES NOS PADRÕES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Jorge Rocha
Paulo Morgado Sousa
José António Tenedório

A geosimulação (geocomputação) é um campo emergente de investigação que advoga o uso de métodos de análise espacial computacionalmente intensivos como os que recorrem a pesquisas heurísticas, redes neuronais e autómatos celulares. Este trabalho apresenta um método de simular a evolução do uso do solo numa realidade periurbana, com recurso à integração de redes neuronais e autómatos celulares em ambiente SIG. A simulação das alterações no uso do solo recorrendo unicamente a autómatos celulares é desaconselhada, em virtude destes modelos, na sua forma mais convencional, apresentarem limitações na definição dos parâmetros espaciais e das regras de transição. Neste trabalho é utilizada uma rede neuronal para aferir o grau de importância que cada variável de predição (probabilidade) tem nos constrangimentos geográficos. Estas variáveis são obtidas com recurso ao SIG, que também é utilizado no final de todo o processo com o intuito de verificar a validade dos resultados obtidos.

ABSTRACTS

EMPLOYMENT AND UNEMPLOYMENT IN A LOCAL PRODUCTION SYSTEM: THE RESTRUCTURING OF GLASS INDUSTRY IN MARINHA GRANDE

Heitor Gomes
Pedro Soares

Drawing upon research carried out in the project "DivesT – Desinvestment and Economic, Social and Spatial Impacts" we try to understand the restructuring process of glass industry in Marinha Grande, bearing in mind that long-term unemployment levels resulting from the restructuring process are below national and regional levels.

The firm networking and the vertical disintegration of production have been central to the local growth and to the relatively low levels of unemployment. In this sense, the glass cluster formation is quite relevant to explain both sectoral competitiveness and labour mobility across sectors in the region. However, in the final section we suggest some policy guidelines to improve local employment quality.

REFLECTIONS ON MINING INDUSTRY RESTRUCTURING PROCESS. WHAT OPPORTUNITIES FOR DECLINING TRADITIONAL MINING CENTRES?

Mário Barroqueiro

There is a large consensus about the lack of mining tradition in Portugal. Nevertheless, the mining activity was the most important (if not the only one) demographic and economic driver in some places. Af-

ter the world economic crisis of the 1970, old industrialized areas started to decline and a progressive disinvestment severely hit growth and employment.

In Portugal, the changing mining industry seems to be a result of global rather than local restructuring processes, with consequences upon employment, production and investment (namely inward investment) at local level. In our view, the critical question is to discuss what opportunities have these declining traditional mining centres in Portugal. In order to provide some answers to this question, we focus on two case studies – Panasqueira and Aljustrel – which illustrate different regeneration strategies.

TOURISM AND RURAL DEVELOPMENT: THE CASE OF SANTA MARTA DE PENAGUIÃO MUNICIPALITY

Esmeralda Luís

This paper aims to look at the specificity of the Portuguese rural region of Douro. The approach focuses on tourism as a development vector for this territory, which exhibits a state of demographic loss and socio-economic decline.

It is presented the particular case of Santa Marta de Penaguião, located in the Douro region, by making a diagnosis analysis of the municipality, evaluating the tourism potential and pointing out some strategic measures and actions on this subject matter.

The possibilities for tourism are exceptional, provided that it is established on a sustainable basis. Nevertheless, tourism must be seen as one of the many ways that need to be crossed for the region's development, since there are no unique or miraculous formulas…

LEISURE AND RECREATION IN PARQUE DAS NAÇÕES: CONSUMPTION AND AESTHETICS IN THE PRODUCTION OF POST-MODERN CITY

Luís Mendes

The Parque das Nações is a public fruition space located in the Eastern sector of Lisbon, with a diversified number of urban equipments resulting from a large public intervention Expo'98. At present, Parque das Nações is a mega complex with rather different urban functions: housing, retail, office space, and leisure and recreation services. In this paper we try to explain the success of this new centrality in the city in the light of the post-modern urban condition and the characteristics of urban space production, namely those related with the fragmented city.

The (re)formulation of urban leisure and culture in Parque das Nações aligns well with the consumption and aesthetical domination, reflecting the city post-industrial transition – towards a more polycentric and fragment urban structure – as well as the new social imagery of hedonist consumption typically of contemporary societies, which in turn is responsible for the formation of an universe of motivations to the visitants of Parque das Nações, experiencing evasion and the sense of a non-place.

ECONOMIC GEOGRAPHY AT CROSSROADS

Joana Chorincas

For long, economics and geography did not pursue potential inter--connections. On one hand, economics has developed largely in a spaceless world. On other hand, geography has traditionally viewed space without its economic structure. However, in recent years, a complex relationship between economics and geography emerges out and there has been a new interest in the geographical aspects of economic development. In consequence, New Economic Geography is becoming more and more relevant within scientific community, due to a strong reliance on economics by many geographers both for conceptual approaches and methodologies.

GEOSIMULATION AND SPATIAL ANALYSIS: NEURAL NETS AND CELLULAR AUTOMATA IN THE PREDICTION OF LAND USE CHANGE

Jorge Rocha
Paulo Morgado Sousa
José António Tenedório

The geosimulation (geocomputation) is an emergent field of inquiry that advocates the use of computational intensive methods of spatial analysis as the ones that appeal to heuristic search, neural nets and cellular automata. This work presents a method to simulate the land use/cover evolution in a rural/urban fringe reality, linking neural networks and cellular automata (CA) in a GIS environment. The simulation of such alterations appealing solely to cellular automata is not convenient, because these models, in its more conventional form, comprise limitations in the definition of the space parameters and the transition rules. In this work a neural net is used to survey the importance degree that each prediction variable (probability) has in the geographic constraints. These variables are generated by the GIS itself, which is also used as an evaluation tool of final results.

EMPREGO E DESEMPREGO NUMA ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL: REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR VIDREIRO NA MARINHA GRANDE[1]

Heitor Gomes*
Pedro Soares*

1. Introdução

A partir da análise do tecido industrial da Marinha Grande, particularmente do subsector da cristalaria, dos processos de reestruturação, das ligações verticais e horizontais com um conjunto de indústrias relacionadas entre si e das formas de organização espacial, procura-se perceber, no presente trabalho, o ambiente e os mecanismos relacionais que têm permitido, apesar de períodos de evidente crise aguda do sector, manter níveis de desemprego inferiores às médias nacional e regional e taxas de desemprego de longa duração comparativamente mais baixas.

O trabalho desenvolvido permitiu identificar cinco aspectos característicos fundamentais: (i) a organização da produção na cristalaria, nomeadamente a clara segmentação das operações por níveis de qualificação da mão-de-obra, define percursos diferenciados em caso de desemprego e estimula processos de *spinoff*; (ii) o tecido empresarial é composto maioritariamente por pequenas e médias empresas, tendo os empresários, em geral, ligações à região e à produção; (iii) o sector do vidro tem um papel-chave na criação de uma espécie de c*luster* regional na Marinha Grande, importante quer para a sua competitividade nacional e internacional, quer para a fluidez do emprego entre sectores; (iv) a Marinha Grande faz parte de uma bacia de emprego que integra os municípios vizinhos de Leiria e Alcobaça, com vantagens tanto para o recrutamento de mão-de-obra como para a diluição dos efeitos provocados por períodos de crescimento do desemprego; (v) as instituições locais

[1] Investigação desenvolvida ao abrigo do Projecto *DivesT – Desinvestimento e Impactes Económicos, Sociais e Territoriais*, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI/GEO/34037/2000), sob a coordenação do Professor Doutor Mário Vale.

* Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

Inforgeo, 16/17, Lisboa, Edições Colibri, 2001/02, pp. 21-40

e regionais intervieram significativamente no apoio à reestruturação da cristalaria, traduzido em projectos para a formação de recursos humanos e promoção dos produtos de cristalaria, com forte investimento na qualidade e na inovação, no *design*, na certificação e na criação de uma nova imagem junto dos consumidores e dos mercados internacionais.

2. A Marinha Grande como *cluster* regional

A Marinha Grande é um caso paradigmático de desenvolvimento, que resulta fundamentalmente da reconversão de um espaço industrial, da tradição secular do vidro e do conjunto de relações que a partir dai se estabeleceram, num primeiro momento para os moldes e num segundo momento para os plásticos[2]. Em torno do processo de transformação industrial que o espaço regional tem conhecido nos últimos decénios, muito se tem discutido sobre a questão da Marinha Grande enformar, ou não, um distrito industrial.

A Marinha Grande concentra um conjunto significativo de empresas industriais em vários sectores com profundas relações entre si, sobretudo no fornecimento e compra de produtos intermédios, matéria-prima e produtos finais, bem como num elevado número de serviços de apoio às empresas destes sectores. Apesar de nos dois últimos decénios ter vindo a diversificar o seu padrão de especialização produtiva, apresentando como aspecto mais determinante uma diminuição do peso do sector vidreiro e a consequente afirmação dos moldes como sector emergente, o vidro continua a marcar, indiscutivelmente, a estrutura produtiva regional, constituindo, juntamente com os moldes e os plásticos, o núcleo de um *cluster* regional, a partir do qual surgem outras indústrias (indústrias de suporte) e serviços de apoio às empresas (directos e indirectos). A formação de um grande pólo de crescimento e desenvolvimento industrial, através da forte implantação de indústrias de alguma forma ligadas (moldes para plásticos; plásticos; acessórios para moldes; sistemas informáticos, etc.) é talvez a sua característica mais marcante como distrito industrial, onde coexistem simultaneamente empresas antigas e tradicionais, e empresas recentes e de base tecnologicamente avançada.

Com efeito, é a partir deste entruzamento que surgiram e continuam actualmente a surgir indústrias de suporte a estas actividades e ao acondicionamento dos seus produtos, como as de embalagens de papel ou de madeira ou subsectores derivados, as ligadas aos aparelhos de iluminação eléctrica (que aproveitam as indústrias de vidro e de plástico existentes na região para

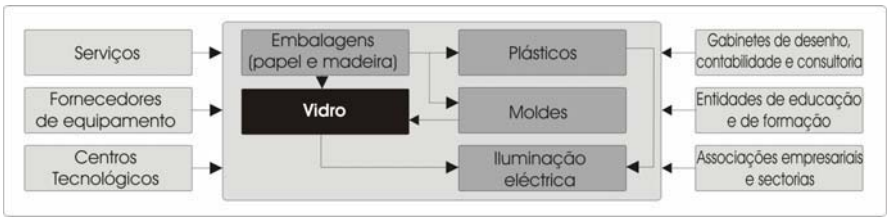
---

[2] Tal como Gaspar, Fonseca e Vale (1996) referem, este concelho tem características industriais já antigas, constituindo inicialmente um espaço produtivo com características mono-industriais, que se tem vindo a diversificar, apresentando-se como um foco de criatividade e iniciativa empresarial, relacionado com a indústria de moldes para plásticos e vidros.

o desenvolvimento dos seus produtos), bem como um conjunto de serviços, designadamente serviços de apoio às empresas (incluindo-se aqui os gabinetes de CAD ou de desenho, de apoio à concepção do produto, uma área onde as empresas do vidro apostam cada vez mais e gabinetes de contabilidade). Interessa ainda realçar um conjunto de serviços que se expandiram nos domínios da saúde, do ensino, do comércio e da restauração que sofreram também uma implementação positiva em virtude da dinâmica industrial do concelho. A este nível, destaque-se particularmente o ensino, através da Escola Profissional e Artística da Marinha Grande, de grande importância para a formação de jovens nas áreas de acabamento e decoração de vidro mais artístico e de cariz mais artesanal.

A figura seguinte representa o suporte competitivo da economia da Marinha Grande e, em termos gerais, o pólo de competitividade da indústria de vidros e moldes do nosso país. É um pólo que subsiste essencialmente na plataforma assente no custo de factores, denotando porém, alguns elementos de reforço, quer do investimento, quer da inovação.

Figura 1 – O *cluster* regional da Marinha Grande



Fonte: Adaptado de Oliveira e Lopes (1995)

Efectivamente, os fornecedores locais de equipamento são presentemente importantes para a modernização e competitividade das empresas regionais. Se é verdade que sempre existiram pequenas empresas capazes de desenvolver equipamento para os vários sectores da região, o recurso a fornecedores estrangeiros, designadamente da Alemanha, Itália e Inglaterra para sobretudo a indústria vidreira marcou durante bastante tempo o sector. Os últimos anos têm sido pautados pelo aparecimento de algumas empresas com capacidade de fornecimento de equipamento sofisticado, com destaque para a cristalaria. Saliente-se as máquinas de corte a quente, fornos, máquinas automáticas e semi-automáticas de sopro e máquinas de polir, entre outros. No caso dos moldes, consolidou-se uma indústria bastante desenvolvida, tecnologicamente avançada e reconhecida a nível mundial, fornecendo moldes para as várias indústrias da região (designadamente vidro e plásticos) e que veio substituir o auto-fabrico por parte das empresas, em particular do sector

do vidro. O aprofundamento das relações que têm vindo a ser estabelecidas entre várias empresas na região resulta significativamente do contributo do sector dos moldes, através dos acordos estabelecidos de cooperação tecnológica.

Poder-se-á então concluir da existência de um *cluster* regional na Marinha Grande, que encontra suporte teórico em diversos autores[3]. Das várias características enunciadas por Vale (1991) para caracterizar um sistema produtivo local, verificamos que na Marinha Grande há uma forte especialização produtiva num determinado ramo industrial, decorrente de uma tradição artesanal e cujos produtos se destinam a um mercado final flutuante; o tecido produtivo é constituindo fundamentalmente por pequenas e médias empresas, com uma intricada inter-relação entre si; verifica-se a existência de formação social periférica (dado coexistirem processos de flexibilidade de mercado de trabalho, por um lado e por outro processos contínuos de mobilidade social); verificando-se ainda o predomínio de uma mão-de-obra especializada e a existência de um conjunto de instituições locais (principalmente associações culturais e sindicais) de grande visibilidade. Umas mais do que outras, estas características são perfeitamente visíveis na região em estudo, revelando-se concordantes com os aspectos descritos na literatura económica relativos aos distritos industriais.

3. O vidro na Marinha Grande

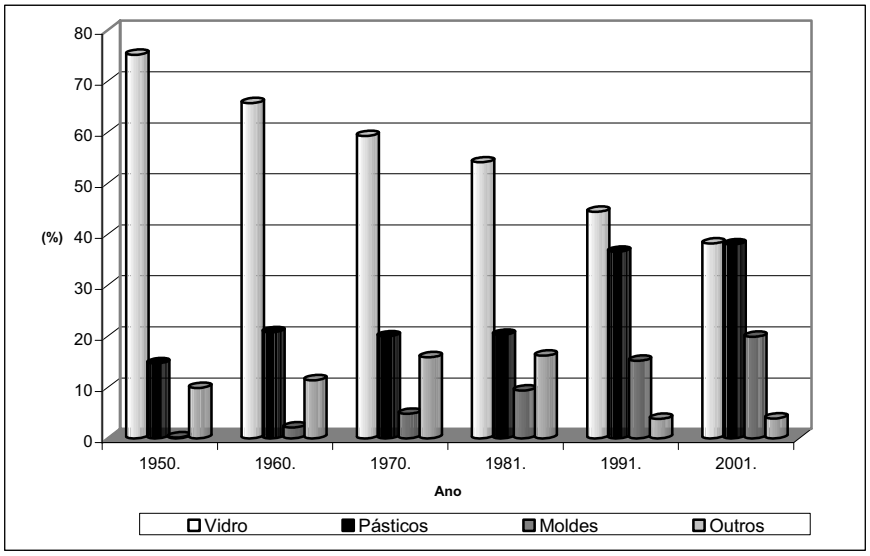
O sector vidreiro tem vindo paulatinamente a perder importância no tecido industrial da Marinha Grande nos últimos decénios. Nos anos cinquenta representaria cerca de 75% da população activa industrial concelhia, enquanto que em 2001, segundo o Recenseamento Geral da População, rondava os 37%. Apesar de algumas empresas terem evidenciado, nas últimas décadas, os sintomas de uma crise de consequências ainda não totalmente antecipáveis, a figura seguinte permite verificar que, ainda assim, se tratava, no mesmo ano, do sector com maior importância na estrutura industrial do concelho, apesar da aproximação dos plásticos[4]. Observa-se igualmente que, com a excepção dos moldes, os restantes sectores apresentam pouca expressividade no tecido industrial.

---

[3] Para maior desenvolvimento, veja-se Marshall (1920), Reis (1987 e 1992), Becattini (1989), Vale (1991) e Porter (1994). No caso concreto da Marinha Grande, veja-se os trabalhos de Melo (1995), Oliveira e Lopes (1995), Cerejeira (2001) e Valadas (2001).

[4] A mesma figura permite verificar as alterações que tem vindo a marcar o sector industrial da Marinha Grande nos últimos cinco decénios, com os moldes e os plásticos a ganhar progressivamente maior destaque na estrutura da população activa.

Figura 2 – População activa na indústria transformadora



Fonte: INE, Recenseamentos Populacionais (vários anos)

Esta importância não se cinge apenas ao contexto concelhio. A Marinha Grande concentrava, no mesmo ano, cerca de 50% das empresas do sector e sensivelmente 45% da população activa do total nacional[5], ganhando preponderância se apenas forem considerados os subsectores da cristalaria e embalagem, fortemente concentrados neste território (no caso da cristalaria, apenas existem duas empresas em Portugal localizadas fora do município).

Tendo por base a informação estatística dos *Quadros de Pessoal* do Ministério da Segurança Social e Trabalho (MSST), verifica-se igualmente a importância económica estratégica que o vidro desempenha no concelho. Com efeito, o pessoal ao serviço representaria, em 1999, 39,3% do total da indústria transformadora e 29% de todo o emprego na Marinha Grande, com maior relevo ao considerar-se o volume de vendas das empresas, representando, neste caso, 43,4% do sector industrial e 28,3% de todo o concelho (correspondendo a cerca de 188 milhões de euros). Falamos apenas do emprego e volume de vendas gerados directamente pelo sector, existindo a

[5] Se a produção de vidro é importante pela sua concentração regional, atinge um peso pouco relevante no quadro nacional, representando, globalmente, menos de 2% do VAB industrial, encontrando-se um pouco acima de 1% do peso da produção industrial e do emprego da indústria transformadora. Em termos de balança externa, contribui para cerca de 1% das exportações e 0,5% das importações (GASPAR e SANTOS, 2003).

montante e a jusante um conjunto muito significativo de actividades em torno da produção de vidro, que aumentam consideravelmente a importância que o sector evidencia na estrutura económica concelhia.

Trata-se, com efeito, de uma actividade estratégica para a economia da Marinha Grande, mas que apresenta uma tipologia de empresas claramente distinta da predominante na indústria e no tecido económico concelhio. O quadro seguinte permite verificar que o volume de vendas e o pessoal ao serviço no sector se encontra concentrado nas maiores empresas (as unidades com mais de 100 trabalhadores representam 88,6% e 95,1% do pessoal ao serviço e volume de vendas, respectivamente). Pelo contrário, são as pequenas empresas que na estrutura concelhia são responsáveis pela maioria dos postos de trabalho e pelo volume de vendas gerado. Esta análise ganha maior relevância se considerarmos que as únicas empresas com mais de 400 trabalhadores no concelho (3) encontram-se no sector do vidro (a maior unidade empresarial em termos de volume de negócios e pessoal ao serviço de toda a Região Pinhal Litoral, *Santos Barosa, Vidro S.A*, é do sector do vidro e está localizada na Marinha Grande) e que todas as empresas com mais de 100 trabalhadores estão na indústria transformadora. O mesmo quadro permite verificar igualmente que o volume de vendas gerado pelas maiores empresas é superior ao volume de emprego que as mesmas representam no conjunto do sector.

Quadro 1 – Pessoal ao serviço (PS) e volume de vendas (VV), por classes de dimensão das empresas (%)

		0 a 9	10 a 49	50 a 99	100 a 400	> 400
Vidro	PS	2,7	7,2	1,6	47,9	40,7
	VV	1,2	3,8	0,0	50,4	44,7
Indústria Transformadora	PS	11,1	23,6	14,4	35,3	15,6
	VV	8,2	24,2	10,7	37,5	19,4
Marinha Grande	PS	28,0	25,1	12,0	24,2	10,7
	VV	23,4	29,0	9,8	24,9	12,9

Fonte: MSST, *Quadros de Pessoal* (2001)

Paradoxalmente, o número de empresas existentes no concelho, segundo a sua dimensão, é profundamente antagónico com a distribuição do pessoal ao serviço e volume de vendas. Com efeito, 49% das unidades industriais do sector têm menos de 10 trabalhadores, sobretudo na cristalaria (representando as mesmas, recorde-se, 2,7% do pessoal ao serviço e apenas 1,2% do volume de vendas).

Os vários períodos de crise a que sector vidreiro tem sido sujeito con-

tribuíram significativamente para este quadro. O primeiro choque petrolífero de 1973[6], as turbulências decorrentes do 25 de Abril[7] e o golpe final do segundo choque petrolífero de 1979, entre outras razões de ordem secundária, levaram a que, em princípios da década de oitenta, se verificasse um quadro de enorme degradação económico-financeira, sujeitando a maior parte das empresas a processos de gestão controlada. Este processo coincidiu com a primeira grande redução de efectivos, mormente os ligados à área fria (transformação do "vidro liso", tais como acabamentos e lapidação).

Como principal consequência da conjuntura político-económica, assiste-se à génese da primeira vaga de pequenas oficinas de transformação, dinamizando o sector. O aparecimento de uma segunda crise do sector vidreiro, no início da década de noventa, conjugada com a grande facilidade do operário vidreiro em criar o seu pequeno estabelecimento de fabricação ou transformação de vidro manual (mesmo com equipamento usado), com volumes relativamente baixos de investimento e com o domínio do *know-how* (trata-se de um sector onde os processos de trabalho dominantes são manuais), veio a traduzir-se numa multiplicação de pequenas empresas criadas pelos próprios operários vidreiros, na sequência de processos de desintegração vertical das grandes empresas. Estas unidades de pequena dimensão são constituídas, maioritariamente, pela associação de um ex-operário que se assume como o técnico, um contabilista ou um agente comercial (que desempenha tarefas de gestão) e um detentor de capital.

Tratam-se esmagadoramente de micro e pequenas empresas, que surgem numa lógica de subcontratação pelas maiores unidades do sector localizadas no concelho, sobretudo no tratamento final do vidro (especializadas em operações da zona fria do processo de produção, tais como a decoração, a gravação e a lapidação) que serviram como "escape" ao aumento do desemprego resultante do processo de reestruturação das maiores empresas marinhenses. Para muitas destas pequenas unidades industriais, o principal cliente é a própria empresa onde o operário trabalhou e da qual se desligou contratualmente, quer de forma compulsiva, quer por iniciativa própria[8], representando, em muitos casos, o local onde haviam trabalhado toda a vida e onde aprenderam, inclusive, o ofício, a arte.

Comparativamente com o concelho e como seria expectável face à análise dos indicadores anteriores, o sector vidreiro apresenta um número de pequenas empresas (0 a 9 trabalhadores) inferior à globalidade da indústria

---

6 Trata-se de um sector onde o preço da energia é um elemento fundamental para a produção.

7 A Marinha Grande é um concelho onde existe uma grande tradição sindical, muito reivindicativa e ligada em grande escala a movimentos de contestação ao Estado Novo, pelo que, com o 25 de Abril de 1974 foram muitas as influências que se verificaram na forma de gestão das empresas.

8 Refira-se que a saída de muitos operários da zona fria das grandes empresas para criarem os seus próprios pequenos estabelecimentos foi, em bastantes casos, efectuado com o apoio da empresa-mãe, claramente preocupada na diminuição dos seus encargos directos.

transformadora e do concelho.

Quadro 2 – Número de empresas, por classes de dimensão das empresas (%)

	0 a 9	10 a 49	50 a 99	100 a 400	> 400
Vidro	49,0	26,5	2,0	16,3	6,1
Indústria Transformadora	68,5	21,7	4,5	4,5	0,7
Marinha Grande	85,8	11,0	1,7	1,3	0,2

Fonte: MSST, *Quadros de Pessoal* (2001)

A população activa do sector apresenta níveis de qualificação significativos, não evidenciando diferenças relevantes com os trabalhadores assalariados da indústria transformadora ou da globalidade do concelho. As diferenças de maior visibilidade registam-se, tal como seria expectável, ao nível dos quadros médios e superiores, em menor número no sector do vidro, reflectindo a realidade da actividade.

Esta breve análise permitiu verificar da relevância económica, mas também social, cultural e histórica que o vidro representa para a Marinha Grande, situação muito provavelmente sem paralelo no panorama industrial do nosso país. Mesmo conhecendo alterações significativas nos últimos anos, consequência de uma crise induzida pela abertura dos mercados externos que resultou na colocação das empresas da região numa situação de confronto directo com a concorrência internacional a que não estavam habituadas, o sector vidreiro tem conseguido reagir positivamente aos sinais evidentes da globalização.

No sector do vidro automático da embalagem, a desterritorialização da gestão e do controlo dos mercados, a internacionalização, o *up-grade* da tecnologia utilizada, a capitalização dos processos de produção e a fusão de algumas empresas têm sido as respostas encontradas para a adaptação a esta nova realidade (Melo, 1995).

Na cristalaria, o processo de adaptação às alterações no contexto internacional têm sido mais morosas e dolorosas, mas ainda assim, a presença difusa de um *know-how* manual impossível de exportar, associado a uma imagem extremamente positiva nos mercados externos; a criação de uma marca fortemente identificativa deste saber-fazer e do produto final da região, *Mglass*[9], de modo a dar garantia, visibilidade, controle e certificação aos produtos produzidos pelos associados aderentes, entre outras iniciativas ligadas à cristalaria, de-

[9] A criação desta marca, uma iniciativa da Associação Industrial da Cristalaria (AIC), tem-se pautado como um grande sucesso comercial nos mercados externos, estando associada a um aumento do volume de vendas. Em dois anos, a marca *Mglass* foi já distinguida com vários prémios de *design*, da qualidade do seu *marketing* e do ponto de vista da ideia.

signadamente a criação da Região Turística da Rota do Vidro[10]; bem como a crescente colaboração entre os vários actores, públicos e privados, envolvidos no sector, têm contribuído para que as perspectivas futuras se revelem animadoras. Nos últimos anos, a cristalaria tem diversificado a produção, tentando alcançar novos nichos de mercado, em que a exigência da qualidade do produto e o *design* se evidenciam como questões fundamentais, tendo vindo a contrariar paulatinamente uma lógica de funcionamento que foi predominante num passado recente (assente num modelo de constante criação e 'clonagem' de novas empresas, má situação financeira e endividamento, défice tecnológico e ausência de uma marca identificadora da produção).

4. Reconfiguração contínua dos fenómenos de (des)emprego na Marinha Grande

Uma das características mais marcantes do funcionamento do *cluster* regional da Marinha Grande prende-se com as dinâmicas de (des)emprego. Com um tecido económico fortemente dependente do sector industrial, sobretudo do sector vidreiro, este território tem conhecido, nos dois últimos decénios, vários períodos de crise que têm afectado, com maior ou menor *impacte*, a estrutura do emprego concelhio.

Por diversos momentos durante as décadas de oitenta e noventa, a Comunicação Social fez eco da situação problemática que muitas empresas do sector da cristalaria, algumas de importância histórica, atravessaram, levando inclusive, em várias situações, ao seu encerramento, com a consequente fervência social gerada que, poder-se-á referir, acabou por marcar a imagem da generalidade dos portugueses que nestes momentos seguiram as tensões vividas no concelho[11].

Contudo, a Marinha Grande representa um caso paradigmático sem paralelo no país. Mesmo atravessando, conjunturalmente, contextos de crise sempre relacionados com o sector vidreiro, sobretudo com a cristalaria, que desencadeiam sentimentos de insegurança face ao possível encerramento das maiores unidades do sector (com a consequente geração de mais desemprego), o sistema local de emprego tem conseguido sempre reagir positivamente às alterações sócio-económicas recentes, mantendo taxas de actividade mais elevadas e níveis de desemprego mais reduzidos (designadamente de longa duração) que os valores médios nacionais, através de mecanismos imbricados que reconfiguram

---

[10] Que corresponde a uma parceria entre a AIC e a Região de Turismo de Leiria-Fátima, dirigida essencialmente para a oferta turística, com sinergias evidentes entre o turismo e a indústria e que tem apostado sobretudo na divulgação do produto no mercado internacional, designadamente em Espanha.

[11] De que talvez as mais emblemáticas sejam o encerramento da Fábrica Escola Irmãos Stephens (FEIS), em Maio de 1992.

continuamente o emprego entre vários sectores e vários espaços, relevando as características de lógica de *cluster* regional evidenciadas neste território.

Com efeito, entre 1991 e 2001, a Marinha Grande foi o único concelho do Pinhal Litoral a diminuir a taxa de desemprego, contrariando simultaneamente a tendência nacional e a da região em que se insere. No mesmo período, conhece um importante crescimento da taxa de actividade, de 5,6%, o mais elevado do Pinhal Litoral, igualmente superior ao acréscimo nacional.

O contexto sócio-económico marcado pela inexistência de desemprego elevado reflecte, sobretudo, a fluidez do emprego entre sectores que caracteriza o sistema produtivo local da Marinha Grande. Se é verdade que o período de conflitualidade e visibilidade política dos problemas já enunciados apresentava, em finais da década de noventa, sinais evidentes de resolução ou superação (pelo menos a curto prazo), contribuindo para uma diminuição dos níveis de desemprego, é a capacidade de adaptação às circunstâncias político-económicas do momento que principalmente tem marcado o emprego concelhio, resultante das ligações verticais e horizontais da indústria vidreira com um conjunto de sectores relacionados entre si.

Entre 1999 e 2000, a cristalaria registou a maior perda líquida de postos de trabalho de todo o concelho[12], com uma redução que correspondeu a 7% dos seus efectivos e a 8% do número de estabelecimentos. Esta diminuição é, contudo, atenuada pelo crescimento do emprego em praticamente todos sectores industriais, que absorvem muitos dos desempregados da cristalaria, mão-de-obra com grande capacidade de adaptação às necessidades e às qualificações específicas destes sectores. Trata-se de um aumento particularmente visível no sector da borracha, mas também no papel e cartão, nos plásticos e nos moldes. Verifica-se, inclusive, um ganho líquido de postos de trabalho no concelho (de sensivelmente 2,9%), sobretudo devido ao acréscimo observado nos sectores industriais e em actividades relacionadas com a prestação de serviços de apoio à produção.

A Marinha Grande tem conhecido nos últimos anos um aumento do desemprego no sector que engloba a cristalaria (*fabrico de outros materiais não metálicos* – CAE, Rev. 1), crescimento claramente superior ao evidenciado pelo Pinhal Litoral e aos valores médios nacionais. Contudo, contrariamente, os níveis de desemprego do concelho tem vindo a diminuir, reflectindo a absorção de parte significativa dos desempregados da cristalaria em outros sectores, designadamente na indústria.

Outro indicador que reflecte a capacidade do sistema produtivo local para a manutenção de bons níveis de emprego prende-se com a tipologia de desemprego do concelho. Mais de 40% dos desempregados inscritos no Centro de Emprego da Marinha Grande entre 2001 e 2003 permanece nesta situação apenas num período máximo de três meses (curta duração), enquan-

---

12 De acordo com a CAE Rev.2, desagregada a três dígitos, num total de setenta e três sectores considerados para a análise.

to que o desemprego de longa duração (superior a 12 meses) é responsável por apenas cerca de 25% do total de inscritos.

Torna-se igualmente importante referir que os desempregados de curta duração encontram-se maioritariamente no escalão etário entre os 25 e os 49 anos, com uma escolaridade média que atinge o 9º ano. Pelo contrário, os desempregados de longa duração estão no escalão etário com idade superior a 50 anos. Esta situação reflecte a capacidade de absorção, num período de tempo muito reduzido, dos desempregados mais jovens que, numa situação de despedimento, conseguem de forma célere, maioritariamente em outra área de actividade, inserir-se de novo no mercado de trabalho. A este nível, trata-se, de facto, de uma realidade muito particular no panorama nacional, que reflecte uma rápida capacidade de resposta do sistema local de emprego.

Os sinais de funcionamento do *cluster* da Marinha Grande são, assim, evidentes, podendo destacar-se dois processos dominantes que marcaram os anos noventa.

Em primeiro lugar, assistiu-se, no início da década, ao aparecimento de pequenas oficinas de transformação, importantes para a dinamização do sector. A multiplicação de pequenos estabelecimentos criados pelos próprios operários vidreiros, na sequência de processos de desintegração vertical das maiores empresas, surgidos numa lógica de subcontratação pelas unidades de maior dimensão do sector, designadamente no tratamento final do vidro, permitiu minimizar os efeitos do desemprego que a cristalaria conheceu neste período[13]. Trata-se de um processo que actualmente é ainda observado, mas sem o fulgor que apresentou entre inícios e meados dos anos noventa.

Posteriormente, o processo recente de reestruturação produtiva na cristalaria tem registado efeitos mais visíveis ao nível do aumento do desemprego nos últimos anos. Contudo, o sistema local tem conseguido, até ao momento, encontrar soluções para manter níveis de desemprego moderados, sobretudo pela fluidez do emprego entre sectores. Em síntese, o operário desempregado da cristalaria, relativamente jovem e possuidor de uma grande capacidade de adaptação à laboração em outros sectores industriais ou até mesmo em outras áreas de actividade, consegue rapidamente reentrar no mercado de trabalho, num meio em que diversos actores institucionais, profundamente conhecedores dos problemas locais, interagem no sentido de ultrapassar as dificuldades geradas pelo processo contínuo de reestruturação da indústria concelhia[14].

---

[13] Este fenómeno de flexibilização da organização da produção, permitindo a sustentação do emprego de operários vidreiros recentemente desempregados e com maiores dificuldades de reinserção profissional evidencia, contudo, algumas particularidades que devem ser realçadas. A generalidade destas pequenas empresas apresenta condições degradadas de emprego, trabalho e salários, estando fortemente dependente dos volumes de encomendas das empresas contratantes, resultando numa certa 'sazonalidade' da produção. Por outro lado, algumas das unidades surgidas encontra(va)m-se numa situação de clandestinidade (AIC, 1997).

[14] Neste contexto, deve-se destacar, em particular, o Conselho para o Desenvolvimento Eco-

Com efeito, a Marinha Grande tem evidenciado uma "tradição na criação e consolidação de parcerias, que visam promover o desenvolvimento social e produtivo local, o reforço da identidade e o sentimento de pertença ao território, condições fundamentais ao crescimento económico e ao emprego"[15]. Entre um vasto conjunto de iniciativas desenvolvidas particularmente durante os anos noventa[16], que têm contribuído decisivamente para o atenuar dos *impactes* negativos resultantes dos períodos de crise e, sobretudo, para que as mesmas não se registem, torna-se fundamental relevar, pela sua importância e período de implementação recente, o Pacto Territorial para o Emprego da Marinha Grande (PTE MG)[17].

Dos principais objectivos definidos para o PTE MG, destaque-se a dinamização e/ou revitalização do tecido empresarial local, com base na requalificação tecnológica da indústria vidreira; a promoção da formação profissional adequada às novas exigências do mercado de trabalho; a diversificação económica (através de outros serviços como o turismo, entre outros); a modernização e o consequente aumento da competitividade das indústrias locais, visando, no seu conjunto, a criação de postos de trabalho e a melhoria da qualidade do emprego. Por outro lado, o PTE MG não foi estruturado de forma a ser circunscrito às fronteiras administrativas do concelho, permitindo promover acções no território circundante, questão que se afigura como fundamental para a resolução dos problemas que afectam o emprego regional, em virtude da importante relação que a Marinha Grande apresenta com alguns dos concelhos vizinhos, que conhecem as mesmas dificuldades ao nível do emprego por apresentarem algumas das características no seu tecido económico similares a este município.

A concretização do PTE MG implicou a constituição de uma ampla parceria, que envolve, para além da Câmara Municipal, como entidade pro-

---

nómico da Marinha Grande, instituído formalmente em Março de 1997, como órgão consultivo da Câmara Municipal. Constituído por um conjunto diversificado de instituições representativas sobretudo do concelho (25), designadamente associações empresariais, instituições de ensino, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, parceiros sociais e representantes da sociedade civil, veio reforçar a consistência e as sinergias já existentes no relacionamento entre um vasto conjunto de actores institucionais locais intimamente relacionados com as grandes questões sócio-económicas da Marinha Grande, relevando-se o sector industrial, permitindo a concretização de uma ampla parceria institucional.

15 Conselho para o Desenvolvimento Económico da Marinha Grande, 1998.

16 Veja-se a este propósito Oliveira, L. e Lopes, R. (1995) e Gomes, H. (1997).

17 Medida enquadrada na estratégia europeia para o emprego definida nos Conselhos Europeus de Essen (1994) e Madrid (1995), complementar das políticas de emprego desenvolvidas a nível nacional pelos Estados membros da União Europeia. O PTE MG foi um dos três Pactos Territoriais para o Emprego indicados pelo Governo Português (os restantes são no Alentejo e em Vale de Sousa) para integrar a experiência piloto lançada pela Comissão Europeia em todo a União Europeia. Tratam-se de territórios que nos últimos anos têm sofrido crises regulares relacionadas, designadamente, com o encerramento e/ou reestruturação forçada de empresas, resultando no acréscimo do desemprego e/ou em alterações da estrutura de emprego.

motora, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), responsável pelo acompanhamento técnico, e o Conselho para o Desenvolvimento Económico (CDE).

Com um financiamento assegurado pelo Orçamento Geral do Estado, pelos Fundos Estruturais do II e do III Quadro Comunitário de Apoio (através do Programa Operacional Centro e de várias intervenções sectoriais) e, em menor escala, pelos orçamentos municipais e por financiamentos privados, as diversas medidas já desenvolvidas no âmbito do PTE MG, decorrentes dos objectivos estratégicos definidos, têm procurado promover a competitividade e inovação dos sectores industriais mais importantes neste território, designadamente a reestruturação, de forma competitiva, do sector vidreiro, o reforço do patamar competitivo dos sectores dos moldes e dos plásticos e a superação do desemprego.

Tendo como importante suporte o financiamento disponibilizado pelo PTE MG, as instituições locais e regionais têm, assim, intervindo no apoio à reestruturação da cristalaria, traduzido em projectos para a formação de recursos humanos e para a promoção dos produtos de cristalaria, com forte investimento na qualidade e na inovação, no *design*, na certificação e na criação de uma nova imagem junto dos consumidores e dos mercados internacionais, factores de grande importância para ultrapassar os problemas com que o sector se tem deparado nos últimos anos, e para a manutenção do emprego.

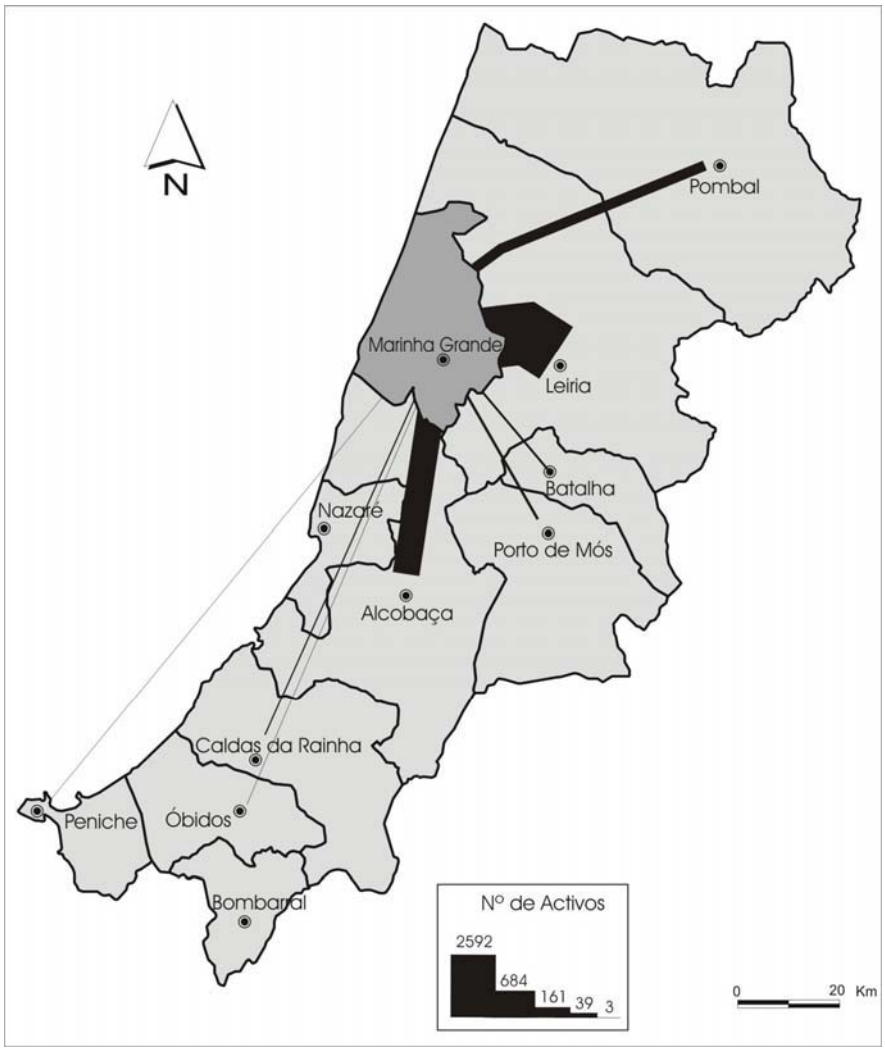
Noutra perspectiva de intervenção na cristalaria, releve-se a participação e liderança da Marinha Grande no projecto comunitário *Os Caminhos de Excelência do Vidro no Sudoeste Europeu*. Trata-se de uma iniciativa que conjuga o esforço de três territórios com uma importante história vidreira: Marinha Grande, San Ildefonso La Granja/Segóvia (Espanha) e a região Tarnaise com a cidade de Albi (França), visando a promoção sectorial, a cooperação entre os três territórios e a troca de experiências e informação entre si, ligados pela existência de uma cultura, uma história e uma tradição comum em redor do vidro. A médio e longo prazo, apresenta como principais objectivos a melhoria da ligação das empresas locais ao seu território, fomentando a inovação e a utilização das novas tecnologias; a tomada de consciência sobre a importância da tradição vidreira como factor competitivo dos territórios; a formação e melhoria dos níveis de emprego e o reforço do tecido empresarial, valorizando os vários ofícios vidreiros entre a população local e mais concretamente entre os jovens, recuperando o *know-how* e as técnicas vidreiras tradicionais, profissionalizando o sector do artesanato local e reforçando o apoio ao trabalho cooperativo.

Através de um plano de acção comum, composto por três eixos de intervenção (ligação entre as empresas e o seu território; importância do relacionamento entre a formação e a capacidade de inovação; e valorização e promoção do património cultural e industrial vidreiro comum), o projecto centrar-se-á no desenvolvimento de estratégias em torno da competitividade,

com o auxílio da inovação e dos recursos humanos e materiais locais, partilhando as experiências, o saber fazer, as experiências e as boas práticas de cada uma das regiões. Os três eixos de intervenção definidos integrarão os parceiros financeiros como também empresas, associações, escolas, centros de formação, sindicatos e outras entidades ligadas ao sector do vidro de cada um dos territórios.

Uma outra vertente que importa relevar para compreensão da reconfiguração contínua dos fenómenos de (des)emprego na Marinha Grande prende-se com dinâmicas territoriais. Foi já possível verificar a importância que as dinâmicas sectoriais representam na fluidez de emprego para o concelho,

Figura 3 – Movimentos pendulares residência-trabalho para a Marinha Grande, 2001



Fonte: INE, Censos 2001

mantendo níveis de desemprego moderados quando comparados com os valores médios nacionais e com outros concelhos/regiões que conhecem ou conheceram as consequência de processos de reestruturação produtiva de um sector em particular. Contudo, algumas dinâmicas territoriais inter-concelhias desempenham também um papel relevante para a compreensão do comportamento do emprego na Marinha Grande.

A Marinha Grande faz parte de uma bacia de emprego que integra, particularmente, os municípios vizinhos de Leiria e Alcobaça, com vantagens tanto para o recrutamento de mão-de-obra, como para a diluição dos efeitos

resultantes de períodos de crescimento do desemprego. Os movimentos pendulares residência-trabalho de outros concelhos para Marinha Grande representavam, em 2001, cerca de 22% do volume total de deslocações (as restantes referem-se a movimentos internos), salientando-se, como referido, os municípios de Leiria e Alcobaça (designadamente, neste último caso, as freguesias do norte). No mesmo ano, a Marinha Grande foi mais atractiva do que repulsiva nos movimentos pendulares observados, situação que reflecte a diminuição contínua que se tem registado no desemprego desde finais da década de noventa.

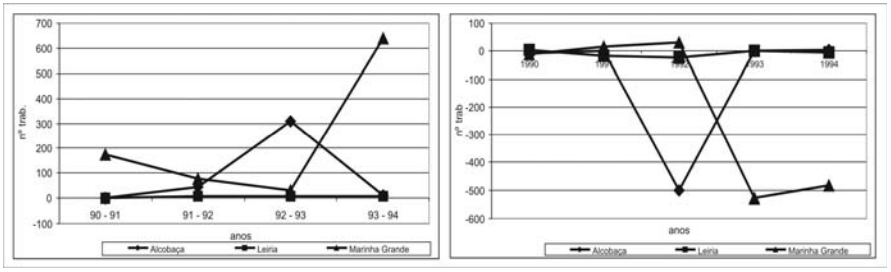
Contudo, em períodos em que crescem os níveis de desemprego na Marinha Grande, verifica-se um movimento contrário. Neste caso, a procura de emprego nos concelhos mais próximos, designadamente em Leiria e em Alcobaça é significativa, gerando um número de movimentos pendulares superior ao que atrai.

As figuras seguintes permitem observar esta situação em particular no sector do vidro, na primeira metade dos anos noventa, período, como já referido, de grande intensidade no processo de reestruturação produtiva do sector.

No primeiro caso, é retratado o saldo do fluxo de criação e destruição de emprego entre 1990 e 1994. Verifique-se a complementaridade existente entre Alcobaça e Marinha Grande: nos períodos em que o saldo é mais elevado em Alcobaça, é mais reduzido na Marinha Grande e vice-versa. Destaque-se sobretudo os períodos 1992-93 e 1993-94, onde as diferenças são mais evidentes.

No segundo caso, é considerado o saldo do emprego apenas nos estabelecimentos criados e encerrados, em cada um dos anos entre 1990 e 1994. Uma vez mais, é visível a complementaridade existente entre os mesmos concelhos: quando Alcobaça apresenta um saldo negativo (1992), o emprego do sector vidreiro na Marinha Grande não acompanha a mesma tendência, verificando-se a situação contrária quando é a Marinha Grande a registar um saldo negativo (1993). Em síntese, os dois concelhos registam comportamentos compensatórios no emprego do sector vidreiro.

Figura 4 – Saldo dos fluxos de criação e destruição de emprego e saldo do emprego nos estabelecimentos criados–encerrados no sector do vidro (1990 a 1994)



Fonte: IEFP, 2003

Verifica-se, assim, que os mecanismos de regulação do (des)emprego são, deste modo, sectoriais, mas também territoriais. O elemento mais marcante do processo de reconfiguração contínua dos fenómenos de (des)emprego na Marinha Grande prende-se com a capacidade do sistema local de emprego gerir e adaptar as necessidades à conjuntura política e sobretudo económico-social de cada momento, com a intervenção, em maior ou menor escala, dos diversos actores institucionais locais e regionais. Tais mecanismos, paradoxais e paradigmáticos, têm permitido ultrapassar as dificuldades com que o tecido económico da Marinha Grande se tem confrontado nos dois últimos decénios, resultantes sobretudo do processo de reestruturação produtiva do sector vidreiro e, mais recentemente, da adaptação dos sectores dos moldes e plásticos a um cenário económico cada vez mais competitivo internacionalmente. Neste domínio, o funcionamento do *cluster* regional da Marinha Grande é notável, único no país.

5. Síntese conclusiva e reflexões para o futuro

Com um passado na indústria vidreira de mais de 250 anos, a Marinha Grande conheceu, durante este período, vários ciclos de crescimento e desenvolvimento económico, pontuados por momentos de incerteza e de crise. Ainda que ao longo destes dois séculos e meio vários sectores industriais se tenham instalado, em diferentes momentos, no concelho, o vidro continua a marcar de modo claro o seu tecido económico: é o sector onde a população activa é mais elevada, com o maior número de empresas; as estratégias de desenvolvimento económico pensadas para a região são esquematizadas em torno do vidro, que também é núcleo do *cluster* regional; a sua relevância não é apenas económica: é também social, cultural e histórica, sem paralelo no panorama industrial nacional. Concentra, ainda, mais de 50% das empresas e cerca de 45% da população activa do sector no país.

Os últimos anos têm sido pautados por um claro processo de reestruturação, marcado por iniciativas de vários actores institucionais locais e regionais, profundamente conhecedores dos problemas sectoriais, que numa atitu-

de concertada têm procurado ultrapassar as dificuldades geradas por este processo. Os efeitos da reestruturação repercutem-se visivelmente no sistema regional de emprego, com dinâmicas sectoriais e territoriais que apresentam características muito particulares, cujos mecanismos relacionais têm permitido manter níveis de desemprego inferiores às médias regional e nacional, bem como taxas de desemprego de longa duração comparativamente mais baixas.

O futuro continua, contudo, a ser marcado por incertezas. O contacto directo com os diversos agentes ligados à indústria vidreira da Marinha Grande (operários, empresários, sindicatos, instituições públicas locais e regionais) permitiu verificar uma concordância nas linhas de orientação estratégicas pelas quais o sector deve regular-se nos próximos anos visando o seu desenvolvimento e robustecimento, seguindo, por vezes, caminhos divergentes: o futuro deve passar pela antecipação das tendências de *design*, transportando para o vidro exigentes conceitos de modernidade e qualidade.

Como trilhar este caminho? Numa economia cada vez mais globalizada e sem fronteiras, em que a competitividade dos territórios é sistematicamente posta à prova e num sector em que a qualidade e o *design* são palavras-chave, parece-nos pertinente reflectir sobre três questões essenciais, profundamente relacionadas, em torno das quais reside o futuro da cristalaria na Marinha Grande: inovação tecnológica, *design* e formação.

O recurso às novas tecnologias e ao *design* é encarado como um inevitabilidade para a afirmação da produção vidreira regional no mercado nacional e internacional. Nos últimos anos, a Marinha Grande tem enfrentado a concorrência agressiva dos países asiáticos e do Leste europeu, com produtos com preços 30 a 40% mais reduzidos, situação resultante sobretudo do custo da mão-de-obra claramente mais baixo. A entrada recente de alguns destes países na União Europeia representa uma nova realidade, permitindo-lhes o acesso a fundos comunitários para apoiar a modernização e a qualificação do tecido industrial, resultando num aumento da sua capacidade competitiva, realidade que mais do que nunca é preciso acompanhar. Existindo claras dificuldades em concorrer com o preço, subsiste a opinião generalizada de que é possível competir com estes países apresentado qualidade, *design* e inovação, mantendo ou até mesmo aumentando os preços presentemente praticados. A procura em determinados nichos de mercado tem valorizado crescentemente estas questões na aquisição do produto. A antecipação das tendências de *design*, a diferença, o lançamento constante de novos modelos e novas colecções corresponderá a uma vantagem competitiva determinante; o desenvolvimento de novos processos de produção, tecnologicamente mais avançados, mas sempre com a filosofia do vidro manual artístico, permitirá sobretudo reduzir os custos em determinadas áreas da produção, possibilitando a diminuição do custo final do produto e aumentando as margens de negociação, tornando-o mais competitivo.

Contudo, a inovação tecnológica poderá representar um aumento do desemprego na linha de produção, designadamente na zona fria. Se é verdade que o saber-fazer manual assume um papel relevante no processo produtivo, insubstituível, algumas etapas na fabricação do vidro podem ser mecanizadas ou até mesmo automatizadas, suprindo postos de trabalho, em particular na zona fria. Deste modo, parece particularmente importante a adequação da formação à procura. A área quente da produção é presentemente marcada por uma procura de operários especialistas que não encontra resposta num cenário caracterizado pelo aumento crescente do desemprego no sector; pelo contrário, na zona fria, a oferta é já claramente superior à procura por parte dos empresários, com tendência para aumentar.

A inovação tecnológica tem que ser, assim, acompanhada de forma continuada por políticas de formação profissional adaptadas ao sector, mantendo a tradição da produção da arte em vidro, minimizando os riscos de perda de um dos principais factores competitivos de diferenciação, as competências raras dos operários vidreiros. Por outro lado, existe a convicção de que é preciso um *up-grade* qualitativo em termos de competências dos activos que trabalham com o vidro e de que só a fomentação da formação profissional por parte das empresas, em áreas como a qualidade, a informática, a organização e gestão, a área comercial e técnica, conseguirá fazer com que as mesmas dêem resposta às exigências actuais do mercado.

O vasto património concelhio, com mais de dois séculos e meio de saber fazer, coloca a Marinha Grande num reduzido grupo das catedrais da arte do vidro no contexto mundial. Contudo, é igualmente este património que pesa nas cíclicas perturbações de um sector, que mesmo modernizado, continua a ser de mão-de-obra intensiva e de crescente vulnerabilidade à concorrência asiática e de países de Leste, alguns dos quais recentemente na União Europeia, abrindo uma nova realidade com a qual a Marinha Grande terá que saber lidar e adaptar-se rapidamente, sob pena das dificuldades se intensificarem.

O triângulo inovação-*design*-formação, não constituído uma "receita farmacêutica milagrosa" para a resolução das diversas problemáticas que afectam a indústria vidreira, evidencia-se, certamente, como o caminho a seguir para o desenvolvimento do sector.

Por outro lado, a interactividade social patente na Marinha Grande através das reconhecidas dinâmicas das organizações empresariais e sindicais, dos representantes políticos, das autarquias, das iniciativas da sociedade civil e daquilo a que poderíamos chamar de uma certa cultura do trabalho, remete para a importância de uma abordagem do conceito de "capital social" (Putnam, 1993).

A existência de um certo tipo de capital social, considerado como o conjunto de características de uma determinada organização social – níveis de confiança, normas implícitas, solidariedade, atitude, redes, formas de co-

operação, etc. – que promove a eficiência económica de um determinado território pelo impulso que fornece e pela capacidade de agilizar e coordenar acções, tende a configurar um factor positivamente diferenciador deste *cluster* regional.

Parece observar-se uma espécie de manifestação ao nível "micro" do conhecido *link* entre o cívico e o económico, tanto quanto se pode antecipar pelos fenómenos anteriormente referidos, como sejam, por exemplo, o da mobilidade social que leva operários a constituírem iniciativas de auto--emprego ou cooperativas de produção, não poucas vezes dinamizadas por antigos sindicalistas ou dirigentes associativos. As redes de cooperação, de troca de informação ou de partilha tecnológica fazem parte do ambiente social e económico da Marinha Grande, tal como a coexistência do conflito laboral e do compromisso social.

Deste modo, as dificuldades previstas para o vidro da Marinha Grande, perante a abertura do mercado a produtores que detêm inegáveis vantagens competitivas, poderão encontrar neste *stock* de capital social histórica e territorialmente desenvolvido, um factor decisivo para a flexibilização do tecido económico e o encorajamento da inovação.

Referências Bibliográficas

AIC (1997), *Empresas Associadas,* Marinha Grande.

BECATTINI, G. (1989), «Riflessioni sul Distretto Industriale marshalianniano come concetto socio-economico», in *Stato e Mercato*, 25, 110-131.

CEREJEIRA, J. (2001), «Identificação dos Distritos Industriais em Portugal», in *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, (CD-ROM, Acta 124, 17 p.).

COMISSÃO EUROPEIA (1997), *Guia dos Pactos Territoriais para o Emprego*, Bruxelas.

CONSELHO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA MARINHA GRANDE (1998), *Pacto Territorial para o Emprego da Marinha Grande. Programa de Acções. Medidas do PTE da Marinha Grande*, Marinha Grande.

GASPAR, J., FONSECA, L. e VALE, M. (1996), «Innovation, territory and industrial development in Portugal», in *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XXXI-62, 29-44.

GASPAR, T. e SANTOS, A. (2003), *O Sector do Vidro em Portugal*, INOFOR, Lisboa.

GOMES, H. (1997), *O Cluster regional da Marinha Grande – vidro, moldes e plásticos. Análise e avaliação de potencialidades*, Trabalho realizado para o Seminário de Planeamento Integrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa (polic.).

MARSHALL, A. (1920), *Principles of Economics*, Macmillan, London (8th edition).

MELO, J. (1995), «Identificação de um Distrito Industrial na Marinha Grande», in *Cadernos Regionais – Região Centro*, 2, 16 p.

OLIVEIRA, L. e LOPES, R. (1995), *Estudo Socioeconómico da Marinha Grande e Área Envolvente*, Colprinter, Lisboa.

PORTER, M. (Ed.) (1994), *Construir as Vantagens Competitivas de Portugal*, Fórum para a Competitividade, Lisboa.

PUTNAM, R. (1993), *Making Democracy Work – Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton University Press, New Jersey.

REIS, J. (1987), «Os espaços da industrialização – Notas sobre a regulação macro--económica e o nível local», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26, 13--31.

REIS, J. (1992), *Os Espaços da Indústria: a Regulação Económica e o Desenvolvimento Local em Portugal*, Edições Afrontamento, Porto.

VALADAS, M. (2001), «Análise da reconfiguração das políticas Europeias (EU) de emprego num contexto Sócio-Económico determinado: a Marinha Grande», in *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, (CD-ROM, Acta 20, 12 p.).

VALE, M. (1991), «Pequenas empresas e desenvolvimento territorial: estruturas produtivas, medidas de apoio à indústria e intervenção dos municípios», in *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 52, 361-395.

ALGUNS ASPECTOS EXPLICATIVOS DA REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA. QUE OPORTUNIDADES PARA OS CENTROS MINEIROS TRADICIONAIS EM DECLÍNIO?

Mário Barroqueiro[1]

1. Introdução

Desde os primórdios da humanidade, que a utilização dos recursos da Terra se tem revelado vital para o desenvolvimento económico, social e cultural dos povos. Reconhece-se igualmente que a evolução europeia nos últimos mil anos ficou marcada, sem dúvida, pela actividade extractiva, particularmente a partir da revolução industrial. O aparecimento e desenvolvimento de grandes bacias carboníferas marcaram a paisagem e o dia-a-dia do *Velho Continente*, e proporcionaram o abastecimento de material combustível, durante cerca de dois séculos, à indústria europeia. No entanto, as alterações ao nível das fontes de energia mais utilizadas, com destaque para a diminuição da utilização do carvão e aumento do uso do petróleo (e seus derivados), juntamente com a viragem para as chamadas "indústrias verdes" (amigas do ambiente), têm vindo a ditar uma certa recomposição do mapa-mundo da indústria extractiva. O que é resultado, também, da crescente globalização económica, que tem vindo a conduzir ao aparecimento de inúmeras áreas industriais abandonadas, ou em vias de abandono, normalmente designadas por *brownfield*[2].

Observa-se igualmente que desde os anos 60, as mudanças na organização do espaço industrial não têm cessado. As transformações têm decorrido

---

[1] Geógrafo, bolseiro de investigação no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa. Telef.217940218, Fax.217938690, E-mail: barroqueiro@fl.ul.pt

[2] "Paisagens decadentes e poluídas de muitas das áreas de produção fordista" (Queirós, Henriques, Gomes e Soares, 2002: 19)
"A brownfield site is any land or premises which has previously been used or developed and is not currently fully in use, although it may be partially occupied or utilised. It may also be vacant, derelict or contaminated. Therefore a brownfield site is not necessarily available for immediate use without intervention" (Alker, 2000: 64).

Inforgeo, 16/17, Lisboa, Edições Colibri, 2001/02, pp. 41-61

em múltiplas vertentes: ciclo de ascensão e queda de alguns ramos industriais; afirmação das grandes empresas na economia mundial; processos de concorrência à escala global; emergência de novos países na geografia industrial; desindustrialização de algumas regiões e formação de novos espaços industriais. (Vale, 1999)

Após a crise económica mundial do início dos anos 70, regiões industriais de escala internacional começaram a assistir ao declínio da sua actividade industrial. São disto exemplo a *Bacia Carbonífera do Ruhr* (o maior campo carbonífero e a mais vasta região industrial da Europa Ocidental); *Durham* (igualmente ligado à exploração do carvão, no Nordeste do Reino Unido); *Cornualha* (importante região mineira de estanho e cobre no Sudoeste do Reino Unido), ou mesmo as *Astúrias* (no Norte da Península Ibérica, região rica em chumbo, ferro e cobre), entre muitos outros casos. Estas regiões industriais tiveram de se reabilitar e reconverter noutras actividades, nomeadamente a indústria ligeira e a ligada à informática como foi o caso do *Ruhr*, ou apostando no turismo como tem vindo a acontecer na região da *Cornualha*. Esta segunda alternativa tem também sido estudada para alguns centros mineiros em declínio, em Portugal, como são os casos do Lousal (Grândola) e de S. Domingos (Mértola), onde existem já projectos de musealização e aproveitamento turístico a decorrer; ou Aljustrel (Aljustrel) e Panasqueira (na encruzilhada dos concelhos da Covilhã, Fundão e Pampilhosa da Serra), para onde têm vindo a ser realizados estudos e já estão a arrancar projectos de aproveitamento turístico.

As transformações ocorridas neste sector, em Portugal, justificam um olhar atento sobre alguns dos seus factores explicativos. De que forma, em que medida, essas transformações se enquadram numa escala mais global, na recomposição do mapa-mundo da indústria extractiva. As dinâmicas ao nível do emprego, da produção e do investimento estrangeiro, são igualmente variáveis a ter em conta nesta análise. Por outro lado, sendo uma realidade onde localmente se formaram importantes comunidades mineiras, que novas oportunidades se abrem para o aproveitamento desse património, agora que a maioria atravessa um declínio acentuado. O que se pretende com este artigo é, por um lado, contribuir para a explicação da reestruturação geográfica na indústria extractiva dos últimos anos, e por outro, perceber que oportunidades se abrem para os centros mineiros tradicionais em declínio. Para tentar compreender melhor o que se tem feito a este nível, entre nós, apresentam-se dois casos: Panasqueira e Aljustrel.

2. Dinâmicas evolutivas da indústria extractiva: que reestruturação?

Embora a indústria mineira tivesse já uma longa tradição de operação em mercado aberto, foi a liberalização económica que veio tornar acessíveis ao investimento mineiro muitos novos países e regiões, quer na prospecção,

quer na exploração de recursos minerais. Isto, apesar da ausência de infra-estruturas, da rigidez administrativa e da insuficiência das garantias jurídicas dos direitos mineiros constituírem sérios obstáculos à rápida concretização destas oportunidades.

A globalização das comunicações e da informação veio acelerar extraordinariamente a velocidade de difusão das actividades e experiências, mesmo em áreas remotas. A emergência de valores globais, veio estabelecer uma densa rede de interdependências e a percepção de que qualquer mudança num país pode ter implicações económicas, sociais e ambientais em muitos outros. Contudo, para Costa (2000), foi a consolidação dos valores ambientais aquela que teve maior impacte na indústria, embora alguns admitam que a recente emergência de valores socio-culturais possa ter, ainda, um maior impacte no futuro. A generalidade dos países que consideram os recursos minerais um elemento relevante do seu modelo de desenvolvimento, sentiu a necessidade de modernizar e tornar mais competitivas as suas economias, o que desencadeou a nível mundial uma onda de modernização do enquadramento legislativo e regulamentar, de grande amplitude, e cujos efeitos se irão fazer sentir por um período dilatado.

Como tendências dominantes na atracção do investimento estrangeiro[3], assistiu-se ao crescimento do interesse pela América Latina e Ásia, resultado de um processo generalizado de abertura/liberalização das suas economias e à desnacionalização e privatização da indústria mineira. Noutra vertente, no Canadá, Austrália e Estados Unidos, onde os regulamentos ambientais e os direitos dos povos autóctones constituem, cada vez mais, um factor condicionante das decisões e repulsivo do investimento, tem vindo a aumentar o limiar da jazida economicamente explorável.

Alguns começam já a olhar (também) para África como o continente da próxima década. Este processo evolutivo desenvolveu-se também no plano europeu, vindo a traduzir-se no encerramento de inúmeras minas[4] de minerais metálicos e na reestruturação do sector carbonífero, iniciado ainda na década de 80. Como consequência deste processo, a actividade mineira (metálica) encontra-se reduzida a alguns países com mais forte vocação e potencial mineiro, como é o caso da Suécia, da Finlândia, da Irlanda, da Espanha, da Grécia e também de Portugal. Contudo, a produção não metálica (com destaque para as rochas ornamentais e industriais) não parou de crescer, revelando mesmo uma dinâmica económica muito apreciável.

O contexto económico dos anos 90 veio também influenciar marcadamente a indústria mineira nacional. Particularmente, o abandono do modelo

---

[3] Analisado mais em detalhe na secção seguinte.

[4] Habitualmente emprega-se a termo mina, sobretudo, quando nos queremos referir a uma exploração subterrânea, e pedreira se estamos em presença de uma exploração a céu aberto. No entanto, e em sentido lato, mina pode designar todo o local onde se extrai um recurso mineral.

de desenvolvimento industrial baseado em mão-de-obra barata e baixa tecnologia, que inviabilizou o retorno de cenários nos quais se haviam desenvolvido algumas dezenas de pequenas minas, com realce para as de estanho e tungsténio. E mesmo num contexto de relativa recuperação das cotações, pois a sua viabilidade baseava-se no baixo custo de mão-de-obra e na desvalorização da moeda. A estes condicionalismos, temos hoje que acrescentar a necessidade de desenvolver a actividade em conformidade com padrões ambientais modernos, que vieram acentuar a vulnerabilidade económica de algumas explorações. Esta circunstância foi fortemente agravada nos últimos anos pela diminuição das cotações da generalidade dos metais, a qual apresentou manifestações extremas nos casos do ouro e do cobre, mas também pela queda do Dólar face ao Euro.

Assim, somente as minas competitivas puderam subsistir, embora (e por vezes enfrentando sérias dificuldades económicas e financeiras) obrigadas a um contínuo processo de redução de custos. Estão nestas condições as minas de Neves-Corvo e da Panasqueira, verdadeiras jazidas de classe mundial.

As que sucumbiram, quer por esgotamento do filão, quer por perda de competitividade económica, viram-se na maioria dos casos votadas ao abandono, fazendo corar de vergonha aqueles que parecem querer ignorar um passado industrial importante, que canalizou para Portugal avultados investimentos estrangeiros e engrossou as exportações nacionais.

Mas, se até há cerca de uma década poucas eram as preocupações ao nível da reconversão de centros mineiros inactivos e/ou abandonados, e as que existiam se prendiam sobretudo com questões ambientais, fundamentalmente com situações de "perigo eminente"[5], desde então, não têm parado de surgir iniciativas com o objectivo de inventariar o património existente e diagnosticar os casos onde é mais urgente intervir quer pela degradação ambiental, quer pelo declínio social e económico em que se encontram esses centros mineiros tradicionais.

A maioria das explorações mineiras com alguma dimensão é hoje controlada por grupos económicos, de escala internacional, com enorme capacidade económica, e que praticam uma política e uma gestão empresarial feroz. É com relativa facilidade que adquirem a posição de uma empresa (normalmente de menor dimensão) que detenha os direitos de exploração de uma mina e se libertam da posição que detêm numa outra, num outro país. E tudo isto com o objectivo de controlar o mercado mundial de um determinado mineral.

Por exemplo, em Portugal (onde a competitividade é reduzida e as restrições ambientais começam a pesar significativamente), o grupo *Avocet Mining, Co.* "controlou" até há pouco tempo a empresa *Beralt Tin & Wolfram*,

---

[5] Nesta, como em muitas outras áreas da nossa sociedade, a comunicação social faz notícia fundamentalmente daquilo que constituem os aspectos negativos do sector, parecendo ignorar as suas potencialidades.

detentora da concessão e exploração as Minas da Panasqueira. Este grupo económico realizou investimentos significativos na Panasqueira, que conseguiram fazer vencer a crise de meados da década de 90, período em que a mina suspendeu a actividade (1994 a 1995). Com o passar dos anos, o investimento abrandou, a empresa (*Avocet Mining, Co.*) vendeu a posição que detinha na concessionária do couto mineiro, passando esta a ser controlada por uma outra, igualmente de pequena dimensão e com pouca capacidade de investimento. Hoje, volvidos cerca de 10 anos, as Minas da Panasqueira, agora nas mãos de uma empresa americana, volta a ter esperança na continuidade da laboração por alguns anos, uma vez que esta já mostrou vontade de realizar investimentos indispensáveis à melhoria da capacidade de produção e de aumento da competitividade.

Concomitantemente, a par do aparecimento de novas regiões industriais, aumenta o abandono das áreas de antiga vocação industrial (Antigas Áreas Industriais), e consequentemente, as preocupações com a sua reabilitação e reconversão.

Por definição (Steiner, 1985: 387), a expressão *Antigas Áreas Industriais* incorpora duas características: *Antigas*, que tem implícita uma base económica que recua ao século XIX, e onde a prosperidade provavelmente perdurou por mais de um século, mas que agora se encontra em fase de declínio, donde, não estaremos em presença de indústrias em crescimento, nem muito competitivas; e *industrial*, que significa estarmos na presença de um número limitado de sectores, por exemplo, indústria extractiva, siderurgia, engenharia pesada, têxtil, etc.

As antigas áreas industriais apresentavam características comuns entre si, nomeadamente, uma forte concentração de um pequeno número de indústrias, mas de dimensão económica considerável, com rendimentos acima da média. Existia ainda (normalmente) uma componente do sector terciário relativamente qualificado. Outras características a salientar residem em aspectos como seja terem uma reduzida capacidade de mobilidade ou a existências de movimentos sindicais fortes.

Numa outra perspectiva, pode-se comparar o ciclo biológico juventude vs. envelhecimento, com o ciclo industrial. Fazendo a transposição para a economia através dos ciclos dos produtos e dos mercados, observa-se que nas antigas áreas industriais estes ciclos são interrompidos pela inexistência de mecanismos para criar novos produtos.

E então, que fazer com estas áreas que atravessam um processo generalizado de degradação territorial?

O sucesso das operações de reabilitação de antigas áreas industriais está relacionado com a capacidade que os diversos agentes, públicos e privados, revelem, ao protagonizar as dinâmicas de mudança, assim como com a forma como as suas acções se combinem. Existem diversos estudos que permitem conhecer relativamente bem a diversidade de soluções que têm sido encontradas, nomeadamente ao nível das mudanças de usos do solo e da paisagem.

No entanto, não existe ainda um consenso relativamente aos factores que podem determinar o sucesso ou o insucesso dessas acções, nem quanto às variáveis que justificam que em uns casos seja manifestamente mais fácil que noutros, colocar em marcha os processos de reabilitação dos espaços industriais abandonados. (Queirós e Henriques, 2001)

E se isto é assim para a generalidade dos antigos espaços industrias em meio urbano, onde a diversidade de soluções é substancialmente maior, revela-se mais complicado ainda quando o contexto é o rural, como é o caso da generalidade dos centros mineiros tradicionais nacionais.

Reverter esta situação que é consequência da reestruturação económica e, portanto, uma componente inevitável da dinâmica que está em marcha, implica reconstruir ou redefinir a identidade e dignidade destes locais. (Queirós e Henriques, 2001: 172)

Ao longo da década de 80, assistiu-se a um considerável debate académico e político acerca de como, com que alcance e em que circunstâncias, estes lugares poderiam determinar as suas próprias estratégias de desenvolvimento, numa economia globalizada e em constante mudança. (Hudson, 1995) De um lado, surgiram os mais optimistas defendendo a possibilidade de processos de auto-determinação local. Do outro, os mais cépticos relativamente a este tipo de solução, principalmente no que diz respeito às economias locais que eram já anteriormente deprimidas e marginais.

Apesar da falta de consenso que continua a imperar sobre estas questões, acreditamos que sendo alvo de acções de reconversão com fins produtivos, se converte ele próprio num meio para estimular a actividade económica e a criação de emprego.

Um dos objectivos, e talvez mesmo um dos mais importantes será, por isso, dinamizar social e economicamente uma área deprimida, recuperando alguma actividade económica em locais onde o encerramento de minas ameaça com o despovoamento e degradação física do espaço.

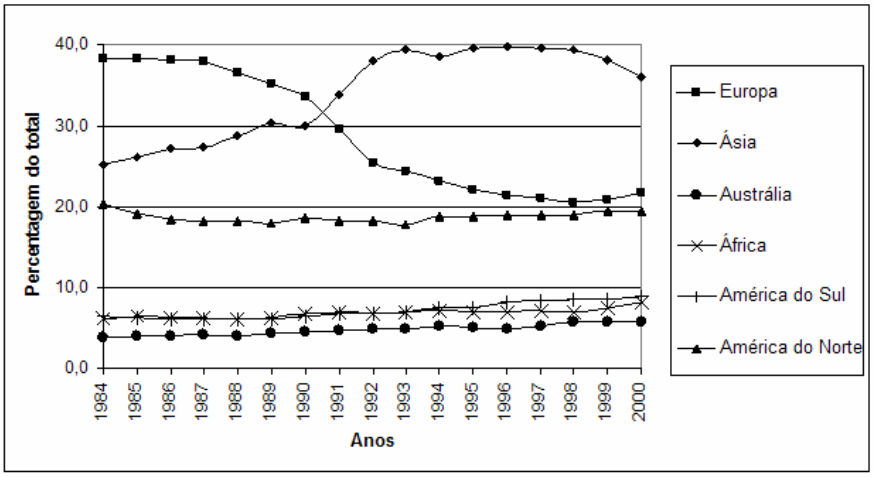
Desde os produtos alimentares básicos até aos artigos que incorporem as tecnologias mais avançadas, passando por todo e qualquer tipo de bem que queiramos imaginar, o *global shift* em curso veio tornar verdadeiramente possível a noção de mercado global, permitindo "fazer chegar (quase) tudo a (quase) toda a parte". Cada vez mais, custos de produção como sejam os custos com a mão-de-obra, são fundamentais na determinação do preço final junto do consumidor, em detrimento de outros factores como a distância aos mercados e os inerentes custos de transporte das mercadorias.

Mesmo na indústria extractiva, onde os factores de localização são determinantes[6], é hoje possível a existência de alguma flexibilidade. As fortes restrições ambientais e os elevados custos com a mão-de-obra nos países

[6] Efectivamente, as jazidas minerais localizam-se onde os processos geológicos geraram concentrações anormalmente elevadas de minerais e não em outro lado qualquer, não seguindo qualquer outro tipo de conveniência.

desenvolvidos, levam a que os grupos económicos que controlam o mercado mineiro mundial canalizem os investimentos para regiões como a Ásia, por exemplo, onde a cada dia que passa se descobrem novas jazidas, fruto dos avanços tecnológicos na prospecção mineral. Esta realidade está patente na figura 1, de onde se deve destacar a troca de posição relativa entre a Europa e a Ásia, no início da década de 90.

Figura 1 – Evolução da produção mundial de minerais (ton.), por continente, entre 1984 e 2000



Fonte: World Mining Data 2002

No período de 1984 a 2000, a produção total da indústria extractiva mundial (não incluindo diamantes nem gás natural) subiu de 8.125 milhões para 9.323 milhões de toneladas, o que representa um aumento de quase 15% na pressão sobre os recursos da Terra.

Por continente, Austrália, África e América do Sul, que registam produções globais muito próximas, têm vindo a aumentar gradualmente a sua produção, enquanto que a América do Norte, com cerca de $^{1}/_{5}$ da produção mundial, tem mantido uma certa estabilidade no seu volume de produção.

Embora ténue, a manutenção do aumento da pressão do Homem sobre os recursos escassos e limitados da Terra, demonstra que ainda não foi possível inverter esta tendência e fazer a viragem para um maior uso dos recursos renováveis (energias verdes).

Outro dado que permite ajudar a caracterizar a evolução de um sector é o volume de emprego que lhe está associado. De uma forma geral, e em termos globais, regista-se um aumento do quantitativo populacional total de uma dada região, observa-se também um valor superior de população em

idade activa, donde aumentará o volume de emprego observado. No entanto, fazendo a análise por sector de actividade, percebe-se que a evolução é distinta, diferenciação que está intimamente ligada com o nível de desenvolvimento dessa região.

A indústria extractiva foi no passado um sector intensivo em mão-de--obra. Entre nós, a maioria dos centros mineiros não passavam de pequenas aldeias agrícolas, onde frequentemente quase por acaso se descobria a riqueza mineral que possuíam. Isso gerou grandes movimentos migratórios para esses centros mineiros, levando ao aumento exponencial da população.

Hoje, assiste-se a um "regresso ao passado", e a uma inversão nos movimentos migratórios. A promoção da emigração enquanto solução para as áreas de redução crónica de mercado de trabalho, como são os antigos centros mineiros deve, no entanto, ser muito bem equacionada, pois normalmente quem migra são sobretudo jovens e operários qualificados, fazendo com que os que permanecem na região contribuam mais ainda para o pouco dinamismo e fraca capacidade de regeneração desses territórios.

No caso nacional, na segunda metade do século XX, o volume de emprego global[7] aumentou quase 40%, passando de 3,1 milhões para 4,3 milhões de trabalhadores. No entanto, a evolução não se processou no mesmo sentido em todos os sectores. O sector primário, "agricultura, silvicultura, caça e pesca", reduziu neste período para cerca de $^1/_3$ o seu volume de emprego.

No que respeita à indústria extractiva, a evolução registada foi também em sentido descendente e em proporção inversa ao aumento do emprego global, ou seja, cerca de 40% menos, diminuição que só não tem sido mais acentuada fruto da ascensão do subsector dos minerais não-metálicos, nomeadamente a extracção de rochas ornamentais e industriais.

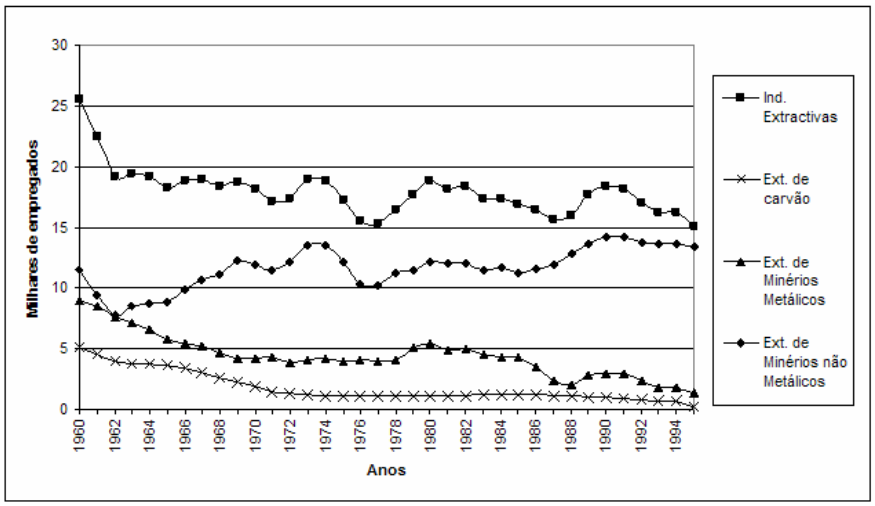
Esta tendência resulta de vários factores. Por um lado, diminui quer o número de minas em actividade (embora se observarmos apenas o subsector dos minerais não-metálicos, vulgarmente as pedreiras, a tendência é até de uma ligeira subida no número de estabelecimentos), quer o volume de emprego na indústria extractiva. Por outro, regista-se um aumento na produção global, o que denota investimentos em mecanização e em formas de exploração mais eficientes. Da análise da figura 2, poder-se-á inferir que Portugal se apresenta como um país onde a actividade extractiva, normalmente associada a minas subterrâneas (carvão e outros minerais metálicos), está reduzida às pedreiras (não metálicos).

Nesta análise, mostra-se igualmente interessante analisar, por uma lado, a distribuição regional do sector e, por outro, a evolução do peso da indústria extractiva numa escala que nos permita perceber as assimetrias regionais.

---

[7] Segundo dados do Banco de Portugal – Séries Longas 1999.

Figura 2 – Evolução do emprego na indústria extractiva, em Portugal, entre 1960 e 1995



Fonte: Banco de Portugal, Séries Longas 1999

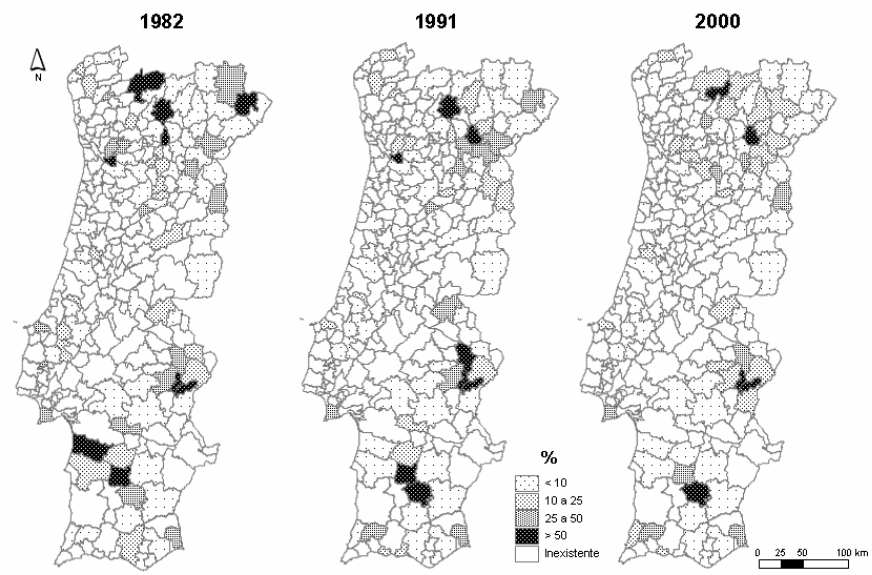
Ponderando o emprego na indústria extractiva pelo emprego no total da indústria, conseguimos perceber o grau de especialização industrial em cada concelho. Assim, parece claro que a nível nacional não existe uma predominância da indústria extractiva, no entanto, regionalmente, e mais ainda localmente, a importância deste sector é bastante significativa. A confirmação desta ideia está na existência de vários concelhos onde o peso do emprego na indústria extractiva sobre o total da indústria é superior a 50%, com destaque para os concelhos da Faixa Piritosa Ibérica[8] (Grândola, Aljustrel e Castro Verde), da chamada região dos mármores (Monforte, Borba e Vila Viçosa) e do Nordeste, associados a extracção de quartzo, feldspato e talco (Montalegre, Vila Pouca de Aguiar e Vimioso, entre outros).

Por outro lado, embora se note uma diminuição de 1982 para 1991 e também para 2000, algumas das variações no grau de especialização devem-se não apenas a uma diminuição do volume de emprego na indústria extractiva, mas também a alterações na estrutura do emprego ao nível dos restantes sectores de actividade.

Comparativamente, a situação no subsector dos minerais metálicos, revela um declínio bastante mais acentuado, fazendo com que chegados ao

[8] Uma das mais importantes províncias metalogénicas do mundo e rica em pirites, com cerca de 250 km de extensão por 40 km de largura, estende-se desde o Vale do Sado até ao Vale do Guadalquivir, próximo de Sevilha, em Espanha.

Figura 3 – Relação do emprego na indústria extractiva sobre o total da indústria, por concelho, entre 1982 e 2000



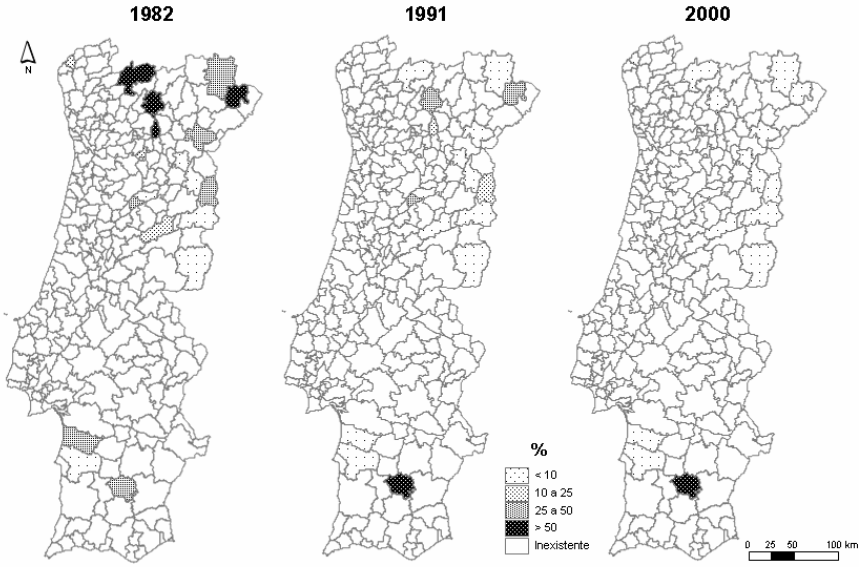
Fonte: Quadros de pessoal, DETEFP

ano 2000, apenas o concelho de Castro Verde registe um peso não inferior a 10%. Isto resulta do progressivo encerramento de minas subterrâneas, sendo a existência actual de apenas dois estabelecimentos com actividade: Panasqueira, embora as pouco mais de 2 centenas de trabalhadores que actualmente laboram nas Minas da Panasqueira se dilua num concelho onde o peso de outras indústrias assume bastante importância, e Neves Corvo, em Castro Verde, com um efectivo que ronda os mil postos de trabalho.

Todas estas mutações resultam de um processo de deterioração económica progressiva, que deve ser entendido como um conjunto complexo de processos, tais como: diminuição da procura, obsolescência das indústrias tradicionais, implementação de novos sistemas de divisão internacional do trabalho, aumento da centralização da produção industrial, consequência da revolução tecnológica, processos de terciarização, etc. (Benito del Pozo, 1991).

O fenómeno de declínio nas áreas de tradição industrial tem um carácter sobretudo estrutural e não é alheio à alteração da economia mundial em geral. A noção de declínio aparece frequentemente associada à noção de desindustrialização e identifica-se com a destruição do sector secundário nos centros industriais tradicionais.

Figura 4 – Relação do emprego na indústria extractiva de minerais metálicos sobre o total da indústria, por concelho, entre 1982 e 2000



Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP

3. Os fluxos de investimento estrangeiro

A geografia da indústria extractiva é, inexoravelmente, uma função da localização das reservas minerais. No entanto, esta certeza deve ser interpretada com algum cuidado, fundamentalmente por duas razões (Bridge, 2004). Primeiro, porque a definição das reservas minerais é dinâmica, quer por via da oferta mas, sobretudo, por via da procura. Do lado da oferta, encontramos factores de dinamismo como a evolução tecnológica dos métodos de prospecção, extracção e concentração, que disponibilizam novas reservas, a custos de produção inferiores. Pelo lado da procura, temos a própria dinâmica dos hábitos e necessidades sociais, que geram pressões sobre novos produtos e tornam obsoletos outros. Segundo, porque enquanto a localização das reservas minerais espelha os padrões de localização da actividade mineira, a distribuição do investimento estrangeiro pelos diferentes países se faz em função da percepção do risco relativo e da probabilidade do retorno desse mesmo investimento.

As análises geográficas de como as políticas nacionais de liberalização económica influenciam os modelos globais da actividade económica assentam, na sua maioria, em estudos sobre os sectores tradicionalmente analisados: sobretudo a indústria transformadora, mas também os serviços. Em con-

traste, poucos têm sido os estudos que se debruçam sobre a reestruturação da indústria extractiva, numa escala global.

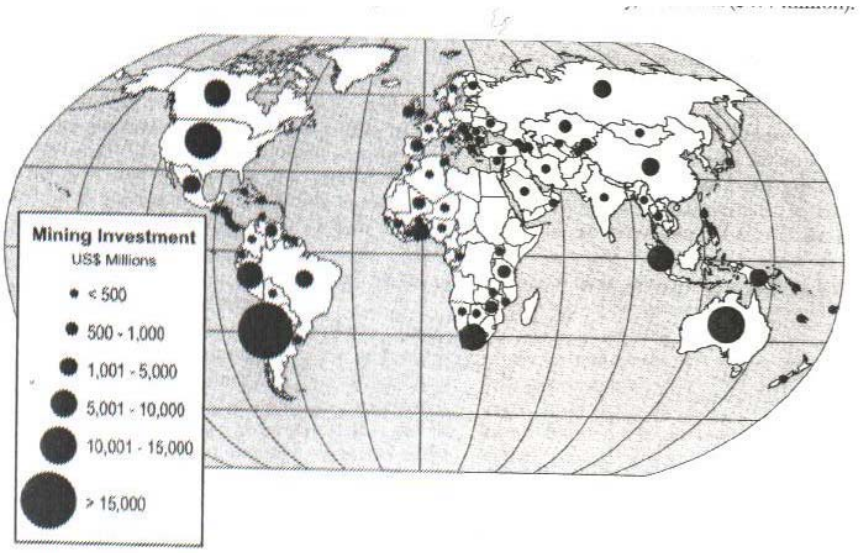
O investimento estrangeiro diminuiu durante o início dos anos 90, em resposta a um abrandamento económico na generalidade dos grandes mercados, tendo retomado em alta apenas no ano 2000.

A indústria extractiva representa uma pequena parcela do total dos fluxos de investimento. Esta, em conjunto com o sector petrolífero, concentra apenas 4% do investimento estrangeiro global, enquanto que os serviços absorvem 47% e a indústria transformadora 42%. (Bridge, 2004) Por outro lado, muitos países em desenvolvimento só conseguiram atrair investimentos para a indústria extractiva porque não foram capazes de o fazer noutros sectores. Noutros, este terá sido mesmo o primeiro veículo para captar investimento estrangeiro.

Embora o investimento na indústria extractiva represente apenas uma pequena componente do total dos fluxos globais de investimento estrangeiro, alterações na sua intensidade, duração e distribuição geográfica, poderão ter impactes sociais, económicos e ambientais muito significativos nos países em desenvolvimento. Muitos destes países, na tentativa de captar novos investimentos para a indústria extractiva, aprovaram nova legislação para o sector, além de um pacote de reformas neoliberais nos planos fiscal e administrativo.

Uma síntese da distribuição geográfica dos investimentos na indústria extractiva, pode ser observado na figura 5. A perspectiva geológica favorável

Figura 5 – Investimentos globais na indústria extractiva, por país, entre 1990 e 2001



Fonte: Bridge, 2004

e o relativo baixo risco (económico) dos EUA e da Austrália têm feito destes, alvos tradicionais do investimento. Já a indústria extractiva chilena, só recentemente imergiu como receptor de investimento por parte das multinacionais.

Do conjunto de investimentos representados, podemos dividir em três principais grupos de países, enquanto receptores de investimento estrangeiro:

- um primeiro, constituído pelos países com volumes de investimento superiores a 10 mil milhões de dólares. Chile (15,9), EUA (11,4) e Austrália (10,9);
- um conjunto seguinte, onde entram países como África do Sul (7,8), Canadá (6,8), Peru (5,8), Indonésia (4,7) e Papua Nova Guiné (4,0), com volumes de investimento entre os 4 e os 8 mil milhões de dólares;
- e, finalmente, num terceiro grupo de países, com investimentos inferiores a 2 mil milhões, mas superiores a mil milhões, constituído pelo Ghana (1,8), Argentina (1,7), México (1,6), e também China, Brasil e Rússia.

A alteração dos fluxos de investimento na indústria extractiva, nas últimas décadas, é frequentemente interpretada como um processo da crescente globalização da economia mundial, através do qual as economias ricas em minerais (mas muito pobres noutros domínios) dos países em desenvolvimento têm conseguido captar investimento estrangeiro como fonte de riqueza. Deve ter-se presente, no entanto, que se esta reestruturação ocorre num quadro de liberalização económica, a escolha dos países alvo do investimento obriga a alguma moderação no optimismo. (Bridge, 2004)

- primeiro, o investimento tem sido muito concentrado num reduzido número de países, o que fez com que nem todos os países em desenvolvimento (e em processo de liberalização económica) ricos em recursos minerais, tivessem registado investimentos no sector mineiro, criando assim novos factores de diferenciação;
- segundo, mesmo tendo-se registado um ligeiro decréscimo em termos relativos do investimento nas economias mais maduras, em valor absoluto os volumes de investimento continuaram a ser bem mais elevados, comparativamente aos quantitativos canalizados para as economias recém liberalizadas, o que demonstra pouca evidência de um desinvestimento em massa nos primeiros;
- terceiro, os investimentos na indústria extractiva para as economias recém liberalizadas, revela algum condicionalismo com outros investimentos, de âmbito mais geral;
- finalmente, estas economias, de maior risco, funcionam como alvos

pontuais de investimento, sobretudo nos períodos mais favoráveis.

4. Que novas oportunidades para os centros mineiros tradicionais em declínio

De entre o "punhado" de possíveis soluções para os centros mineiros tradicionais em declínio, as que tem vindo a ganhar mais adeptos e a obter maior consenso, passam pelo aproveitamento turístico do património geomineiro existente nestes locais.

De entre a panóplia de situações existentes entre nós, dois deles – Aljustrel e Panasqueira – têm merecido a nossa atenção mais de perto. Estes dois centros mineiros representam duas regiões mineiras bastante distintas. Aljustrel, em pleno Baixo Alentejo e a Panasqueira, entre a Cova da Beira e o Pinhal Interior Norte, na região Centro, na área habitualmente designada por Quadrilátero do Volfrâmio.

Integrado na Faixa Piritosa Ibérica, o centro mineiro de Aljustrel (em situação de lavra suspensa desde 1993) constitui um dos seus principais centros de jazidas de sulfuretos, tendo os seus depósitos sido objecto de exploração mineira desde há mais de dois mil anos. É seguramente, segundo Tinoco (2002), a região que mais tem merecido a atenção das autoridades comunitárias como repositório de *know-how* nas áreas da geologia, engenharia de minas e prospecção mineral, que estrategicamente interessa não perder.

As Minas da Panasqueira, actualmente as únicas minas activas de volfrâmio da Europa, situam-se no complexo montanhoso da Serra do Açor, a Sudoeste da Serra da Estrela, no triângulo Covilhã, Fundão e Pampilhosa da Serra. Em actividade há mais de um século, e apesar das dificuldades dos últimos anos, nas suas entranhas continuam a ser escavados túneis e galerias que no total ultrapassaram já a barreira do milhar de quilómetros, testemunhados pelas imensas escombreiras[9] que se erguem como montanhas à superfície.

4.1. Aljustrel

Aljustrel assume-se como um caso particular, talvez mesmo único no nosso país. Enquanto que na maior parte dos casos houve encerramento definitivo da exploração, a actividade nas Minas de Aljustrel encontra-se numa situação de "lavra suspensa", a aguardar melhores dias, ou seja, esperando que a conjuntura internacional seja favorável e se torne novamente viável a

[9] Acumulações de materiais inertes à superfície, provenientes da mina e do tratamento dos minérios, sob a forma de imensos taludes, que se assemelham na maioria dos casos a pequenas serras desnudadas e estéreis. Dependendo da natureza desses materiais, as escombreiras podem constituir focos de poluição, mas também marcam indelevelmente, a paisagem mineira destes locais.

exploração e produção de concentrados. Prova disso é o facto de se continuarem a gastar cerca de 2,5 milhões de Euros[10] por ano em manutenção das instalações, dos equipamentos e em protecção ambiental, trabalho que é assegurado por cerca de uma centena de trabalhadores.

Enquanto não se decide o futuro das Minas de Aljustrel, e no seguimento do diagnóstico realizado, vão-se iniciando projectos para a sua reabilitação ambiental. A EXMIN, empresa concessionada pelo Estado português para a reabilitação de áreas mineiras degradadas em Portugal, tem em mãos um projecto[11] designado "Estudo Director de Sulfuretos Polimetálicos Maciços" e que tem vindo a ser desenvolvido faseadamente. Uma primeira fase, já concluída, que teve como objectivos definir e desenvolver, com base em *case studies*, estudos de ordem geral e de ordem específica associados à remediação de uma grande área mineira abandonada de sulfuretos polimetálicos.

Com esta acção, a EXMIN pretendeu obter um conjunto de elementos caracterizadores da situação ambiental na área de Aljustrel através, por um lado, da recolha e análise de toda a informação histórica produzida durante a operação mineira incluindo estudos recentes de propostas de reabilitação. Por outro, através da determinação das características das águas superficiais e subterrâneas quer do ponto de vista da sua contaminação, quer ao nível da definição das inter-relações entre ambas. Avaliou os sistemas de tratamento das águas ácidas e, por fim – e como resultados da primeira fase – foram ainda desenvolvidas propostas de implementação de trabalhos de minimização de impactes ambientais e programas de monitorização geotécnica e ambiental nas barragens[12].

Numa segunda fase, pretendeu a EXMIN estabelecer as soluções de remediação para as diversas áreas abandonadas das Minas de Aljustrel. Nesta fase do projecto, além da conclusão das acções iniciadas na fase inicial, a empresa obteve as informações necessárias para a definição das melhores opções na óptica de uma análise custo/benefício, que permitiram fundamentar as bases para o lançamento dos respectivos projectos de engenharia.

Apesar disso, por enquanto e independentemente do esforço que conti-

---

10 Com base em fontes ligadas à empresa.

11 Informação retirada de www.exmin.pt e mais tarde confirmada junto de técnicos da empresa.

12 Na sequência da elaboração do Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas, que identifica claramente um conjunto de minas do grupo dos sulfuretos polimetálicos como alvo privilegiado a intervencionar, e atendendo a que a área mineira de Aljustrel tipifica situações cuja ocorrência é passível de ocorrer em outras minas do mesmo grupo, a caracterização hidrogeológica, geotécnica, da contaminação hídrica, da contaminação de solos, tratamentos de águas ácidas, permitirá, não apenas, sustentar e balizar as acções que nesta mina haja que adoptar, como permitirá lançar as bases metodológicas para intervenções similares em outras minas, indo ao encontro de outros estudos de caracterização geral que, entretanto, vêm sendo realizados, como no caso das minas de S. Domingos, Lousal e Caveira.

nua a ser desenvolvido para a manutenção da mina, o panorama actual, como se pode observar na imagem a seguir, revela o avançado estado de degradação em que se encontra parte das instalações de superfície.

Figura 6 – Exemplo da degradação generalizada em que se encontram alguns sectores (antigos) das Minas de Aljustrel

Imagem recolhida pelo autor em 2003

Outro dos estudos desenvolvidos para as Minas de Aljustrel, foi o realizado pela Geoideia e pela *Fundación Río Tinto*[13], em 1997, e pretendeu ser "mais um contributo para a panóplia de alternativas que devem sustentar um processo de desenvolvimento multifacetado, que tire partido do quadro de recursos existente em Aljustrel (humanos, materiais, intangíveis, etc.), valorizando-o e integrando-o no contexto mais global da Região do Alentejo" (Moreira *et al.*, 1997: 2).

Este projecto apresentou uma estratégia de intervenção museológica e turística para o centro mineiro de Aljustrel, assente num conjunto de propostas de intervenções parcelares, devidamente articuladas e integradas. Destas propostas fazem parte: um núcleo museológico central, com uma exposição permanente no local do actual laboratório da mina; circuitos pedonais e de caminho-de-ferro; visitas ao interior da mina; um centro de investigação e; infra-estruturas diversas de apoio às actividades turísticas. Mostrando alguma preocupação para que parte do desenvolvimento gerado pelo projecto

[13] Estudo de Inventariação e caracterização das condições necessárias à preservação dos valores mineiros de Aljustrel.

fosse de natureza endógena, as soluções apresentadas procuraram (sempre) aproveitar, recuperar e valorizar os recursos materiais existentes, bem como apresentar as possibilidades de mobilização dos recursos humanos e do tecido empresarial local (Moreira *et al.*, 1997).

Até agora, volvidos cerca de 8 anos, o Estudo ainda não passou disso mesmo: de Estudo. Os motivos que terão contribuído para esta situação não são diferentes dos de tantos outros – os mais de 10 milhões de Euros em que está avaliada a globalidade do projecto, ainda não tiveram cabimento orçamental.

4.2. Panasqueira

A concessão das Minas da Panasqueira engloba três áreas de exploração: a Panasqueira, a Barroca Grande e o Cabeço do Pião (esta última também conhecida por Rio). Com a desactivação do couto mineiro do Rio, em 1995, onde chegaram a viver mais de mil pessoas (e em 2001 residiam, segundo o INE, apenas 37 pessoas), e a concentração na Barroca Grande de todos os procedimentos de superfície, nomeadamente a produção de concentrados, foi crescendo a necessidade de fazer algo por aquele centro mineiro.

Na aldeia (Rio) havia quase tudo: escola, cantina, capela, centro de saúde e posto da GNR (estes últimos não oficiais, com médicos e seguranças privados), campo de futebol e ringue de hóquei em patins. Cada mineiro tinha ainda direito a uma parcela de terra, onde podia fazer a sua horta. Após o seu encerramento, o couto do Rio mais parecia uma aldeia fantasma, com os edifícios degradados e as hortas destruídas. Após 100 anos de exploração, o couto mineiro do Rio tornou-se sujo, degradado e despovoado. Mesmo na altura da Primavera, não se via um pássaro, nem um peixe no rio "por causa dos ácidos".

Hoje, volvida uma década após a desactivação, é de novo possível pescar nas águas do Rio Zêzere que circundam aquela antiga área de exploração mineira. Sinais, por um lado, da diminuição do envio de efluentes perigosos para o Rio Zêzere por parte da mina, e por outro, da própria capacidade de renovação natural do meio.

O couto mineiro das Minas da Panasqueira e área envolvente apresentam já muitas marcas da diminuição da actividade de exploração, como são as casas destelhadas no bairro mineiro da Barroca Grande, ou as instalações marcadas pela ferrugem do couto mineiro do Rio.

No entanto, ao mesmo tempo que se desactivam alguns sectores das minas, e se concentra a actividade noutros, as aldeias da área vão assistindo a uma mudança na sua vida quotidiana. Muitas destas aldeias oscilam entre a morte lenta do Inverno e o fervilhar de gente do Verão, com a vinda dos emigrantes.

Quando, em meados da década de 90, a exploração foi suspensa tempo-

rariamente, se sucediam os despedimentos e corriam as ameaças de encerramento da mina, muitos foram deixando o couto mineiro. No entanto, um número significativo de famílias preferiu resistir à adversidade da montanha e aproveitar a venda a preços simbólicos das habitações do bairro mineiro. É

Figura 7 – Exemplo dessa degradação generalizada

Imagem recolhida pelo autor em 2003

para esta comunidade local e para todos aqueles que a queiram visitar que os municípios da Covilhã e do Fundão pretendem recuperar o património construído existente.

Actualmente, está já em curso a execução de um projecto de desenvolvimento integrado designado "Projecto Rio[14]". Um projecto com múltiplas vertentes, que aposta na sua revitalização nos planos social, ambiental, cultural e económico. Também aqui se aposta na valorização da identidade local, enquanto elemento potenciador da auto-estima, factor de competitividade económica e recurso endógeno. Este projecto, promovido em regime de partenariado, do qual são parceiros para além da Câmara Municipal do Fundão, a Associação Pinus Verde, a empresa concessionário das minas (Beralt Tin & Wolfram, S.A.), a Universidade da Beira Interior, entre outros (nacionais e estrangeiros), tem como objectivos: revitalizar o couto mineiro enquanto aldeia viva, articulando indivíduo/comunidade e território; recuperar e readap-

[14] Do qual o município do Fundão é o principal promotor.

tar o património mineiro e as infra-estruturas do Rio; criar novos centros de competência e equipamentos que potenciem os recursos locais; promover a requalificação, investigação e gestão no domínio ambiental; promover uma participação efectiva das populações no seu processo de desenvolvimento; criar efeitos multiplicadores ao longo dos eixos Pinhal Interior–Serra da Estrela e Pinhal interior–Fundão; inovar em novas formas de parceria e co-operação local, inter-regional e transnacional e; promover a animação turística e cultural da região.

A ideia passa por aproveitar o património existente, para tornar o antigo couto mineiro num centro de animação comunitária e turística, que permita atrair o investimento privado e promova as oportunidades de emprego, através da criação de um hotel, um albergue da juventude e outros alojamentos com características de turismo de aldeia, um centro de documentação e de investigação, um centro mini-aventura (que incluirá um simulador de visita à mina), para além de outros equipamentos sócio-culturais e de restauração.

Mas também para o sector da Barroca Grande existem projectos. De acordo com um protocolo firmado entre a Câmara Municipal da Covilhã, a Junta de Freguesia da Aldeia de S. Francisco de Assis e a própria Beralt Tin & Wolfram, S.A., com vista à recuperação do imenso património ali existente. Um dos exemplos já materializados é a escola do ensino básico da Barroca Grande.

5. Reflexões finais

Assistimos hoje a uma geografia industrial em mudança. A contribuir para tal está o facto de que hoje, mais do que no passado, a lógica de exploração mineira assentar quase exclusivamente na competitividade económica da exploração. Assim sendo, a inevitabilidade da recomposição do mapa-mundo da indústria extractiva surge como apenas mais uma, no vasto conjunto de "peças" que constituem o *puzzle* que compõe a globalidade do sector industrial.

De acordo com a Carta Europeia para o Ordenamento do Território, o ordenamento das áreas mineiras pode ser definido como o conjunto de acções das administrações públicas, no âmbito das suas respectivas competências, que têm como finalidade a gestão e promoção do aproveitamento racional dos recursos minerais e outros recursos geomineiros, no sentido de alcançar um desenvolvimento económico e social, na sua área de influência geográfica, compatível com outros usos e valores do território sobre o qual assenta a actividade mineira. (Lorenzo *et al.*, cit. Garcia, 2002: 2)

Esta preocupação assume uma relevância tanto maior, quanto melhor se tiver presente que na indústria extractiva a localização das explorações está condicionada pela localização e existência de recursos minerais, ao contrário

do que acontece com outras actividades humanas em que se podem estudar e analisar localizações óptimas para a sua implantação, num determinado contexto territorial. Efectivamente, as jazidas minerais localizam-se onde os processos geológicos geraram concentrações anormalmente elevadas de minerais e não em outro local qualquer, não seguindo qualquer outro tipo de conveniência.

Os parques mineiros (Garcia, 2002) constituem uma das possíveis alternativas para o aproveitamento do património geomineiro e áreas concessionadas a antigas minas. As experiências já realizadas têm tido boa aceitação social e têm (não tanto como se gostaria, mas...) gerado emprego e riqueza nos locais/regiões onde estão implantados. Além disso, o papel dos parques mineiros é duplo. Por um lado, contribuem para a recuperação de um espaço degradado e, por outro, disponibilizam ao público um património para seu conhecimento, usufruto e aproveitamento, e à comunidade científica para investigação.

Como refere Brandão (2002), é do domínio comum o facto de que a prática do turismo cultural (no qual se insere o chamado geoturismo e/ou turismo geomineiro) estava, até há pouco tempo, muito ligada a grupos socio-profissionais específicos. No entanto, esta situação tem vindo a inverter-se devido à democratização do ensino e ao alargamento da escolarização, que contribuem para uma formação cultural mais aberta e participativa e pela contribuição da mediatização crescente dos produtos e das práticas culturais no aumento da visibilidade e da importância social da cultura. (Domingues, cit. Brandão, 2002: 7)

Nacional e talvez mesmo regionalmente, os impactes da recuperação, preservação e dinamização de antigos centros mineiros não poderão nunca vir a ser muito elevados. No entanto, parece-nos credível que, localmente, esta pode ser uma das saídas para o acentuado processo de declínio em que se encontram estes territórios.

Referências Bibliográficas

ALKER, S. *et al.* (2000), «The definition of Brownfield», in *Journal of Environmental Planning and Management*, 43(1), 49-69.

BENITO DEL POZO, P. (1991), «Asturias como region de tradicion industrial en declive», in *Estudios Territoriales*, 35, 201-218.

BRANDÃO, J. (2002), «Recuperação e fruição de uma herança patrimonial comum» *in* J. BRANDÃO (coord.) *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa, 5-12.

BRIDGE, G. (2004), «Mapping the Bonanza: geographies of mining investment in an Era of neoliberal reform», in *The Professional Geographer*, 56(3), 406-421.

COSTA, L. (2000), «Indústria mineira: integração ou conflito?», in *Boletim de Minas*, 37(1). versão online (www.igm.pt)

HUDSON, R. (1995), «Making music work? Alternative regeneration strategies in a deindustrialized locality: the case of Derwentside», in *Transactions I.B.G.*,

20(4), 460-473.

GARCIA, E. (2002), «Parques Mineros, Desarrollo Sostenible y Ordenación del Territorio», *Rede CYTED XIII E – Ordenamento do Território e Recursos Minerais.* Versão online (http://www.xiiie.org/Biblio.htm).

MOREIRA, F. *et al.* (1997), *Estudo de inventariação e caracterização das condições necessárias à preservação dos valores mineiros de Aljustre*, Geoideia (Portugal) e Fundação Rio Tinto (Espanha).

QUEIRÓS, M. e HENRIQUES, E.(2001), «Reconversão de áreas desindustrializadas: considerações e metodologia de investigação» *in* M. VALE, (ed.) *Divest – Desinvestimento e Impactos Económicos, Sociais e Territoriais: Proceedings Workshop Divest,* EPRU 54, CEG, Lisboa, 171-184.

QUEIRÓS, M.; HENRIQUES, E.; GOMES, H. e SOARES, P. (2002), «Desinvestimento e seus impactos territoriais. WP2, Projecto DivesT». *Relatório do Projecto DivesT – Desinvestimento e Impactos Económicos, Sociais e Territoriais, WorkPackage 2.*
Versão online (http://www.ceg.ul.pt/divest/DivesT_ActRes_Pt.htm).

STEINER, M. (1985), «Old industrial areas: a theoretical approach», *in Urban Studies,* 22, 387-398.

TINOCO, A. *et al.* (2002), «A valorização do património geológico e mineiro do Lousal» *in* J. BRANDÃO (coord.) *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa, *681-688.*

VALE, M. (1999), *Geografia da indústria automóvel num contexto de globalização. Imbricação espacial do sistema AutoEuropa.* Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO RURAL: O CASO DO CONCELHO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO[1]

Esmeralda Luís[2]

1. Turismo: prós e contras

O turismo é responsável, directa e indirectamente, por 11,7% do Produto Interno Bruto Mundial e concentra cerca de 8% do emprego mundial (mais de 190 milhões de postos de trabalho) (WTTC, 2000).

Os números demonstram a importância desta actividade económica no mundo actual, sendo capaz de gerar aquilo que se designa por "efeito multiplicador", ou seja, as suas consequências económicas repercutem-se para além do momento em que o consumo turístico se realiza e em sectores com ele relacionados ou não.

Mas, se esta actividade económica pode proporcionar um maior valor acrescentado a espaços com património natural e sócio-cultural, também pode colocá-los em perigo, pelo que não deve apenas ser ponderada a perspectiva económica.

É neste sentido que surge o denominado "turismo sustentável", seguindo as pisadas do conhecido "desenvolvimento sustentável". Trata-se de uma forma de turismo que vai de encontro às necessidades actuais dos turistas, indústria e comunidades visitadas, sem pôr em causa a capacidade de satisfação das necessidades de gerações futuras. Como refere Swarbrooke (1999), o turismo tem impactos ambientais, económicos e sociais, pelo que o turismo sustentável pretende maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos.

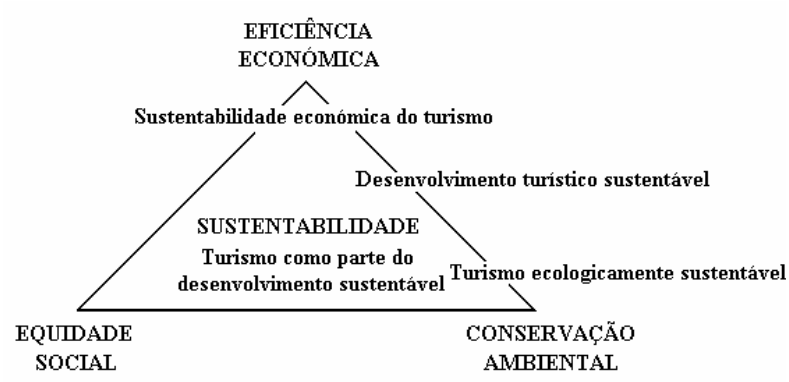
---

[1] Tema da dissertação de Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Nova de Lisboa (aprovada em Maio de 2002).
Esta dissertação teve o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Tecnologia, ao abrigo de uma Bolsa de Investigação.

[2] Investigadora-membro do Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, da Universidade Nova de Lisboa.

Inforgeo, 16/17, Lisboa, Edições Colibri, 2001/02, pp. 63-79

Figura 1 – As dimensões do turismo sustentável



Fonte: Adaptado de Swarbrooke (1999)

Contudo, não existe um modelo teórico universal, cuja aplicação permita obter um turismo totalmente sustentável. Sirgado (1996: 37) refere que "entre a utopia e o desastre, importa procurar modelações alternativas e sustentáveis em acordo com as especificidades do território, da sociedade e da cultura".

Em suma, apesar de ser comum verificar-se um excepcional optimismo quanto aos impactes económicos do turismo, "há que saber fugir às fáceis tentações de transformar o turismo num mito ou numa panaceia e saber determinar a verdadeira ou mais conveniente vocação turística de cada região que, por sua vez, determinará a dimensão e importância que pode assumir no seu desenvolvimento" (Cunha, 1997: 285).

2. Turismo como vector de desenvolvimento do espaço rural

As áreas rurais têm vivido um processo contínuo de perda de população e degradação das condições de vida dos seus habitantes. Os aspectos que tradicionalmente caracterizavam o mundo rural também se alteraram, de modo que, hoje em dia, "a sua *função principal* não tem de ser necessariamente a produção de alimentos e a *actividade predominante* pode não ser agrícola" (OCDE, 1994: 47). A sua dimensão não agrícola é cada vez mais valorizada, em função de três aspectos ou tendências: conservação e protecção da natureza, patrimónios históricos e culturais e mercantilização das paisagens (OCDE, 1994).

Desde a Nova Política Agrícola Comum, a União Europeia tem desenvolvido uma série de Iniciativas que atendem às diversas funções do meio rural, sendo hoje uma prioridade encontrar meios de estimular e activar essa multifuncionalidade. A PAC preconiza-a como uma das suas ideias de base, juntamente com: a indissociablidade entre o futuro da agricultura, do mundo

rural e da sociedade como um todo; e a diversidade, ou seja, o reconhecimento de que existe um elevado número de sistemas agrícolas com características agro-tecnológicas e sócio-estruturais muito diversas.

Entre as Iniciativas Comunitárias destaca-se o LEADER (Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), desenvolvido no âmbito da primeira ideia-base da PAC. Grupos de Acção Local elaboram Planos de Desenvolvimento para as respectivas zonas de intervenção.

Num encontro organizado pelo World Travel and Tourism Council, em 1998, o LEADER foi descrito como um excelente exemplo da abordagem "bottom up" (ascendente), apoiando projectos de turismo, entre outros (Edmunds, 1999).

O turismo é, na verdade, encarado como um sector de elevado potencial para estimular o desenvolvimento das áreas rurais, cujas características específicas (paisagísticas, ambientais e sócio-culturais) são cada vez mais valorizadas.

As perspectivas, em termos de afluxo de turistas, parecem promissoras, pois como referem Baltazar e Garcia (1999: 331), a preferência por férias repartidas "tem provocado um acréscimo das estadas de curta duração à escala regional, tendo como destinos áreas urbanas e rurais de maior acessibilidade, com preferência para estas últimas".

O turismo rural, em particular, parece ter um potencial apreciável no quadro actual em que emergem novas preferências. Ele insere-se no designado turismo dos três "L" – Lore, Landscape and Leisure (tradições, paisagens, lazer) – que tende a fazer frente ao massificado turismo dos três "S" – Sun, Sea and Sand (sol, mar e praia).

Em Portugal, o turismo no espaço rural (TER) é recente, tendo sido consagrado legalmente em 1984 (decreto-lei nº 251/84 de 25 de Julho). Actualmente, compreende os serviços de hospedagem prestados nas modalidades de turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, turismo de aldeia, casas de campo, hotéis rurais, parques de campismo rurais; bem como as actividades de animação ou diversão que se destinem à ocupação dos tempos livres dos turistas e contribuam para a divulgação da região.

3. A Região do Douro: especificidades

3.1. Recursos naturais e paisagísticos

A região do Douro situa-se no Norte de Portugal e compreende uma área de 4111.8km^2, que abrange 19 Concelhos, entre os quais o de Santa Marta de Penaguião, objecto de estudo neste trabalho (figura 2).

Em 1756, a criação da Região Demarcada do Douro (primeira região demarcada do mundo), pelo Marquês de Pombal, originou uma paisagem e

Figura 2 – Localização Geográfica da Região do Douro

Fonte: Extraída de Luís (2002)

uma sociedade, cujos traços e particularidades lhe conferem hoje um carácter único no Mundo, e que justificam a sua classificação como Património da Humanidade pela UNESCO.

Como refere Orlando Ribeiro (1991: 72), "no Douro, em encostas que até aí só davam mato bravio, começou, no século XVII, a levantar-se a escadaria de geios ou socalcos destinados a suster a terra, em parte criada com a rocha moída, lodos do rio e cabazadas de estrume – a mais vasta e imponente obra humana no território português".

A actual delimitação da Região Demarcada compreende mais de 60% da região do Douro (cerca de 250.000 ha). Ela foi sub-dividida em três zonas (que incluem algumas áreas já fora da NUT III Douro), tendo como referência o rio Douro – de oeste para este:

- Baixo Corgo (45 000 hectares): área desde Barqueiros, até à confluência do Corgo (vindo do norte) e do Varosa (vindo do sul) com o Douro; na margem direita inclui Barqueiros, Mesão Frio, Peso da Régua, Vila Real e Santa Marta de Penaguião; na margem esquerda, Resende e Lamego; é a sub-região mais povoada, fértil e acessível.
- Cima Corgo (95 000 hectares): prolonga-se até ao antigo Cachão da Valeira; na margem direita localizam-se Sabrosa, Alijó, Murça, Pinhão e Carrazeda de Ansiães; na margem esquerda, Armamar, Tabuaço e S. João da Pesqueira; aqui encontram-se os vales dos afluentes do Douro mais famosos (Távora e Torto, na margem esquerda; Pinhão e Tua, na margem direita), produzindo vinhos excelentes.
- Douro Superior (110 000 hectares): área entre o Cachão da Valeira e Barca d'Alva; na margem direita as povoações mais importantes são Vila Flor, Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta; na margem esquerda, Vila Nova de Foz Côa e Meda; é a sub-região menos habitada e com acessos mais difíceis.

Actualmente, observam-se alterações na paisagem vinhateira, estando os tradicionais socalcos[3] a ser preteridos (sobretudo desde os anos 70) por novos sistemas de plantio: vinhas em patamares[4] e vinhas ao alto[5] (Martins, 2000).

Na medida em que a paisagem constitui um recurso estratégico da região, a modificação do mosaico duriense pode colocar em risco a própria identidade do Douro, pois trata-se de algo muito mais irreversível do que outros aspectos que subvertem a paisagem, como a utilização de materiais de construção inapropriados, construção em altura, etc.

Assim, a modernização da estrutura de produção vitícola deveria ser enquadrada, não apenas num contexto técnico-económico mas, em especial, e dadas as características específicas da região, numa política de desenvolvimento que tenha objectivos de valorização do ambiente e preservação da paisagem. A reflexão e o debate devem instalar-se, antes da alteração da paisagem ser completa e este recurso ter sido irremediavelmente desperdiçado.

Mas, o Douro não é apenas vinha. Mesmo na Região Demarcada ela ocupa apenas 16% da área. A vinha "admite o convívio das espécies mediterrânicas com quem se entende bem" (Barreto, 1993: 51).

Nas bordas dos prédios planta-se o olival e amendoeiras (neste último caso, as áreas mais extensas estão a montante de São João da Pesqueira). Até sobreiros e azinheiras se podem encontrar, à medida que se caminha para este, e castanheiros e carvalhos nas maiores altitudes. Em Lamego, Sernancelhe, Penedono, Tarouca e Armamar abundam os pomares de maçã, cereja, e amendoeiras e laranjeiras, nos vales protegidos e à beira Douro. Na Serra do Marão dominam os matos de carqueja e urze, e algumas plantações florestais. No Parque Natural do Alvão existem espécies faunísticas e florísticas de grande importância e remotas povoações, com construções tradicionais de pedra e telhados de colmo ou xisto, além das quedas de água de Fisgas de Ermelo (as maiores da Península Ibérica). A não esquecer também a riqueza faunística do Parque Natural do Douro Internacional, que alberga nas suas imponentes escarpas, espécies em vias de extinção, como a águia real, o grifo e o abutre negro. E, ali perto, as Gravuras de Foz Côa, classificadas como

---

[3] Até ao aparecimento da devastadora praga que foi a filoxera, no século XIX, os socalcos eram sustentados por muros de pedra, construídos desde as áreas de menor altitude, até aos topos dos montes (por vezes com inclinação de 30%), acompanhando as curvas de nível, e era plantada apenas uma fileira de videiras (3.500 pés de vinha por hectare) – este sistema quase já não se encontra hoje. Após esta praga, a vinha começa a ser implantada em terraços mais largos e inclinados (com ou sem paredes de suporte), com cinco-seis filas de videiras (cerca de 6.000 plantas/ha), ou plantada em declives naturais, segundo a inclinação do terreno.

[4] Os patamares são formados por taludes de terra, construídos no sentido inverso dos terraços (de cima para baixo) e dispensando os muros de sustentação, com 1-2 linhas de videiras (3.000-3.500 plantas/ha).

[5] São uma invenção alemã dos anos 80 e consiste em implantar as vinhas de acordo com as linhas de maior declive (densidade de plantação semelhante à das vinhas tradicionais: 4.500--5.000 plantas/ha).

Património da Humanidade pela UNESCO.

O rio Douro é outro potencial turístico da região, com a possibilidade de cruzeiros, prática de desportos aquáticos e da pesca desportiva. E, ainda ao nível dos recursos hídricos, existem várias termas, destacando-se as Caldas de Moledo, no Peso da Régua.

3.2. Recursos sócio-económicos

A região do Douro tem cerca de 230 000 habitantes, quase menos 80 000 que em 1960, (decréscimo populacional de 25%, entre 1960 e 2001). As taxas de variação da população residente são bastante negativas em todos os concelhos, com muitos a apresentar taxas negativas entre 30% e 50%, em especial na área centro-este. A densidade populacional também se reduz de 76 para 57 habitantes por km^2 (Luís, 2002).

A área mais povoada corresponde aos concelhos próximos do eixo Vila Real – Lamego. Nestas, e em outras cidades e vilas da região, têm surgido problemas comuns às áreas urbanas[6]: trânsito caótico, poluição, especulação fundiária, construção em altura, etc.

No restante território, as localidades são de reduzida dimensão, situando-se em locais de maior altitude ou a meia-encosta, e a curtas distâncias umas das outras, para escapar às cheias (hoje menos graves e frequentes que outrora) e ao rigor do clima duriense[7]. Mesmo estes locais têm sido descaracterizados, com materiais de construção e decoração das casas que não se coadunam com os elementos tradicionais da paisagem.

O sector primário tem um peso muito significativo na região, nele trabalhando 35% da população activa – valor bastante superior à região norte e ao País, ambos com 11%. Esta situação é reforçada nos concelhos fora do eixo Vila Real-Lamego (máximo de 61% em S. João da Pesqueira e mínimo de 14% em Vila Real) (Luís, 2002).

Mas, embora a agricultura domine social e economicamente a região, nela persistem um conjunto de constrangimentos estruturais, desde o elevado número de pequenas explorações, a produtores largamente dependentes da pluriactividade e/ou plurirendimento, com baixo nível de instrução e idade avançada. A industrialização na região é incipiente, existindo apenas cerca de 1000 empresas, empregando 20% da população. A maior parte da população activa já trabalha no sector terciário (44%, em 1991), especialmente nos

---

[6] Vila Real, "foi vítima, na última década, de um crescimento descontrolado capaz de ensombrar toda a beleza paisagística em que esta cidade está inserida" (Carqueja, 1998: 91). A situação de Lamego, levou à adopção do Projecto Comunitário ReUrbe (Renovação das Áreas Urbanas), para influenciar a definição de novas filosofias de política urbanística no âmbito da reabilitação urbana e promover o aparecimento de novos mecanismos de financiamento a operações de reabilitação urbana (CCRN-1, s.d.)

[7] Raramente as localidades se instalaram nas margens do rio Douro: Peso da Régua e Pinhão "têm a sua génese ligada à navegação e ao transporte de vinhos e outras mercadorias por via fluvial" (Barreto, 1993: 71).

concelhos urbanos, como Vila Real (63%) e Peso da Régua (49%) – importantes centros administrativos da região. Entre as actividades terciárias, o sector de Alojamento e Restauração regista o segundo maior número de empresas (17% do total; o comércio está em primeiro lugar, com 52%), o que representa apenas 6% do total da região Norte. A maior parte da oferta encontra-se nas cidades de Vila Real, Peso da Régua e Lamego.

As infra-estruturas turísticas afiguram-se insuficientes, face às potencialidades do Douro no âmbito do turismo dos três "L".

3.3. Programas de apoio ao turismo

Entre os Programas de ajuda ao turismo na região do Douro, destaca-se o LEADER e o Programa de Desenvolvimento para o Douro (PRODOURO). Em 1999, no âmbito do LEADER II, foi aprovado um investimento para a região Douro, de mais de 3 000 000 contos. A maior fatia coube à Associação do Douro Histórico[8] (39%) – Grupo de Acção Local cuja área de intervenção geográfica inclui o Concelho de Santa Marta de Penaguião (Luís, 2002).

Entre as áreas de investimento, o maior valor foi dirigido ao Apoio à Diversificação das Actividades Económicas (988 602 contos), que contempla o Turismo em Meio Rural (78% do total), através de acções como: Apoio a Produtos Turísticos Rurais; Apoio à Criação de Alojamentos Turísticos e Infraestruturas; Conservação/Valorização do Património Cultural, Arquitectónico e Paisagístico; Dinamização, Promoção e Apoio às Actividades Artesanais; Animação e Restauração; Imagem, Divulgação e Promoção; Valorização e Fomento da Oferta Gastronómica Tradicional.

O PRODOURO foi criado em 1995, para fazer face aos problemas específicos da região, e tinha quatro grandes objectivos: "criar empregos; gerar investimentos e riqueza; reforçar as infra-estruturas básicas da região; preservar e valorizar o valor patrimonial do Douro" (CCRN-2, s.d.).

O seu Programa de Acções Específicas contempla "um conjunto de projectos e acções integradas de valorização, animação e promoção local". No âmbito do Desenvolvimento Turístico, estão incluídas acções como a sinalização turística (100 000 contos), constituição da rota dos vinhos[9] (150 000 con-

---

[8] Os restantes Grupos de Acção Local (GAL) que intervêm na região do Douro são a Associação para o Desenvolvimento do Vale do Douro (BEIRA DOURO), Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente (DESTEQUE) e Associação de Desenvolvimento do Douro Superior (DOURO SUPERIOR).

[9] Merece particular atenção a Rota do Vinho do Porto, criada em 1996, pelo Instituto do Vinho do Porto, Casa do Douro e Órgãos de Turismo do Vale do Douro. Com ela nasce uma nova forma de promoção turística: o enoturismo. Procura-se dinamizar o turismo duriense, utilizando o prestígio da marca Porto e a oferta integrada de valias culturais, paisagísticas e ambientais.
A este projecto aderiram diversas entidades que desenvolvem a sua actividade na área vitivinícola (adegas cooperativas, uma adega privada e casas e quintas produtoras e/ou engarrafadoras de vinhos), unidades de TER, duas enotecas, um museu, um bar e uma empresa que

tos), desenvolvimento de itinerários culturais (150 000 contos), operacionalização das actividades turístico-fluviais (100.000 contos) e das linhas e comboios históricos[10] (500 000 contos). Foi ainda criado um projecto de recuperação de miradouros[11], para apreciar a paisagem duriense, tendo sido encomendadas as obras a arquitectos portugueses famosos, de forma a "«projectar» o vale do Douro a nível internacional" (Fortunas & Negócios, 1998).

Em suma, procura-se "apoiar a promoção e a animação no Vale do Douro, através de iniciativas públicas, privadas ou associativas de dinamização da actividade dos agentes sociais e económicos" (CCRN-3, s.d.).

4. Turismo como vector de desenvolvimento de Santa Marta de Penaguião

4.1. Enquadramento biofísico

O concelho de Santa Marta de Penaguião localiza-se na região do Douro, confinando a norte/este com Vila Real e a sul/oeste, com Peso da Régua. Tem uma área de 70 km^2 e é constituído por 10 freguesias (figura 3).

Figura 3 – Freguesias do Concelho de Santa Marta de Penaguião

comercializa artesanato. O Gabinete da Rota, localizado no Peso da Régua, recebe os pedidos de alojamento, organiza visitas, provas de vinhos.

10 Revitalização para fins turísticos das linhas de caminho-de-ferro do Douro, Corgo e Tua, com traçados quase sempre nas margens dos respectivos rios, mostrando paisagens deslumbrantes.

11 Foram seleccionados os miradouros mais importantes, nomedamente, São Leonardo da Galafura (Peso da Régua) São Salvador do Mundo (S. João da Pesqueira) e Penedo Durão (Freixo de Espada à Cinta).

Fonte: Extraída de Luís (2002)

Este território é marcado por uma morfologia imponente. O relevo tem uma orientação norte-sul, existindo uma diferença de altitude entre a parte oeste, com valores superiores a 1300 metros (Serra do Marão) e a este, com valores mínimos de 100-150 metros (entalhes do vale do rio Corgo).

Os solos existentes derivam dos xistos e rochas afins, sendo pouco evoluídos e pouco profundos, desprovidos de estrutura e, de um modo geral, pobres em matéria orgânica.

Em traços gerais, o clima de Santa Marta de Penaguião é determinado pela sua situação de interioridade, aliada às características orográficas e ao encaixe do rio Corgo (no extremo nordeste e sudeste do concelho), que permite a penetração de massas de ar quente provenientes do rio Douro.

Os valores de precipitação média anual mais significativos verificam-se na extremidade noroeste do concelho (1200 a 1400 mm) e os menores no extremo sudeste (800 mm). A temperatura média anual aumenta de noroeste para sudeste, variando entre os 12,5º e os 16º C. Existem ainda microclimas (caso das encostas do rio Corgo, em Alvações do Corgo), devido a situações específicas, nomeadamente exposição solar e declive.

A superfície agrícola ocupa metade da área do concelho, destacando-se a cultura da vinha (41% da área concelhia, em 1999) (Luís, 2002). Cumeeira e S. João de Lobrigos detêm a área mais extensa de vinhedos – é a designada "concha vinhateira". O cultivo realiza-se "principalmente, nas encostas voltadas a sul, em pequenos socalcos, suportados por geios, com uma densidade bastante elevada" (CMSMP, 1994).

Foi no século XVII, e particularmente após a criação da Região Demarcada do Douro, que se verificou a expansão da cultura da vinha no concelho. Este foi um "período de ouro" para Sta Marta de Penaguião, altura em que foi construído a maior parte do património arquitectónico actual.

Seguindo para norte, em direcção a Fontes, Fornelos e Louredo, as vinhas vão diminuindo, podendo encontrar-se algumas superfícies irrigáveis (sobretudo em Fontes e Louredo) e outras culturas como o olival, as hortas, os cereais para grão, os prados.

A superfície florestal ocupa cerca de 40% do território de Sta Marta de Penaguião, sendo predominante nas áreas de maior altitude na Cumeeira, Louredo, Fornelos e na Serra do Marão (Fontes). A Serra do Marão, biótopo pertencente à Rede Natura 2000, tem ainda um importante potencial ecológico, com várias espécies animais vulneráveis (toupeira-de-água), raras (morcego-rabudo) e em perigo (lobo) (Luís, 2002).

Por último, existem algumas áreas incultas (12%), que se concentram maioritariamente na Serra do Marão (onde abundam os matos de urze e giestas) e nas margens do rio Corgo, em S. João de Lobrigos, S. Miguel de Lobrigos e na Cumeeira.

4.2. Enquadramento humano

À semelhança da região do Douro, Sta Marta de Penaguião tem vindo a ser despovoada: entre 1960 e 2001, perdeu 4707 pessoas (taxa de variação da população residente -35%) e a densidade populacional passou de 158 para 121 habitantes por km$^{2.}$ Se nos anos 60 a principal causa foi a emigração para o estrangeiro, nos anos 80 e 90 o êxodo mantém-se, mas direcciona-se para a Área Metropolitana do Porto, ou para concelhos adjacentes como Vila Real. Nas últimas décadas assiste-se ao agravamento do saldo migratório e a um crescimento natural negativo (Luís, 2002).

Poucos são os empregos fora da agricultura e os jovens vêem esta actividade como algo a evitar. Assim, acabam por comprar casa e trabalhar, sobretudo no Peso da Régua e em Vila Real. De acordo com um estudo da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2001), os jovens consideram que o concelho tem mudado para melhor, mas pensam que no futuro ele irá estagnar, pelo que, permanecendo aí, as perspectivas não são boas.

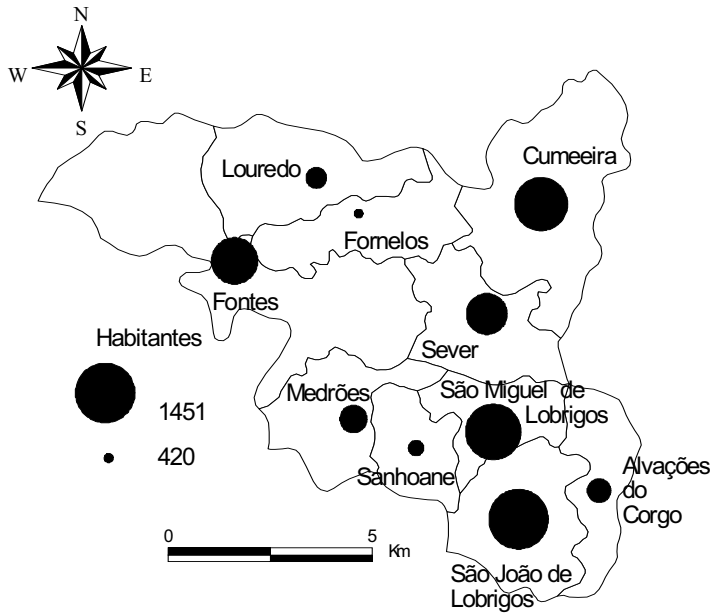
De acordo com os Censos de 2001, o concelho tem 8575 habitantes. A única freguesia que não tem perdido população é S. Miguel de Lobrigos, onde se localiza a sede de concelho (com uma taxa de variação da população de +8%, entre 1960 e 2001; e a densidade populacional mais elevada: 303 habitantes por km^2, em 2001) (Luís, 2002). A população distribui-se por um número elevado de lugares de reduzida dimensão. As freguesias mais populosas localizam-se ao longo da EN2 – via estruturante do concelho que liga Vila Real a Peso da Régua – figura 4 (Cumeeira, Sever, S. Miguel e S. João de Lobrigos detinham 58% da população em 2001). Já a área oeste do concelho encontra-se relativamente isolada, com um relevo montanhoso e problemas de acessibilidades, assumindo-se cada vez mais como um território repulsivo.

A sede de concelho é o ponto central de uma rede de estradas praticamente radial, com algumas vias em mau estado de conservação e, na maioria dos casos, possuindo um traçado estreito, sinuoso e acidentado (mesmo a EN2). As acessibilidades a Peso da Régua e Vila Real estão assim dificultadas. O acesso a partir destes pontos, em direcção a Lamego e Porto, está já favorecido pelo IP3 (de Lamego a Peso da Régua – irá ser prolongado até Vila Real) e IP4, respectivamente.

Outra via presente em Sta Marta de Penaguião é a linha de caminho-de--ferro do Corgo, que atravessa o sudeste do concelho, fazendo a ligação entre Peso da Régua e Vila Real. Ela é sobretudo apropriada para fins turísticos, fazendo um percurso sinuoso que acompanha o rio Corgo pela margem esquerda e permite desfrutar uma bela paisagem. À semelhança de outras vias ferroviárias do Douro, está a ser revitalizada para fins turísticos, tendo

sido realizada a primeira viagem turística em Março de 2001. Neste concelho, 43% da população trabalha no sector primário, embora desde 1970 se tenha verificado uma quebra de quase 30% dos efectivos.

Figura 4 – População Residente nas Freguesias de Sta Marta de Penaguião (2001)



Fonte: Extraída de Luís (2002)

Entre as fragilidades desta actividade estão o fraccionamento da propriedade fundiária (4.47 blocos com SAU por exploração, em 1999) e a reduzida dimensão média de cada bloco (cerca de 0.6 ha) – no caso da vinha, 2 hectares é a área média de exploração. Acresce que impera a exploração da terra por conta própria (95% da SAU), só 7% das explorações têm tractores, a idade dos produtores é avançada (61% tem mais de 55 anos), o seu nível de instrução é baixo (61% tem o ensino básico e 29% não tem qualquer grau de ensino) e muitos agricultores têm que exercer outra actividade remunerada, a título principal (37%) ou secundário (4%) (Luís, 2002).

Assim, não se conseguem atitudes empreendedoras, no sentido da obtenção de maiores benefícios da actividade agrícola. No entanto, no caso específico da vinha, é possível manter-se a típica paisagem com os socalcos, pois não se recorre aos novos sistemas de plantação que permitem a mecanização – vinhas ao alto ou em patamares.

O sector secundário tem pouca relevância na economia do concelho, pois trata-se essencialmente de empresas de pequena dimensão, tipo familiar,

"muito associadas à satisfação dos mercados locais ou ao aproveitamento dos recursos naturais existentes na região". A distribuição dos estabelecimentos industriais faz-se maioritariamente em S. Miguel de Lobrigos, Sever e Medrões, próximo da EN2 que liga Vila Real à Régua, devido à maior facilidade de escoamento dos produtos (CMSMP, 1994). Destaca-se a Adega Cooperativa de Sta Marta de Penaguião, empregando quase metade dos trabalhadores do sector secundário. É a maior adega cooperativa do Douro, a que estão associados cerca de 70% dos viticultores do concelho[12] (Luís, 2002).

O sector terciário tem crescido nas últimas décadas, embora a população que nele trabalha (38%) ainda seja inferior à do sector primário. As empresas são de pequena dimensão e, na sua maioria, os trabalhadores são também os proprietários. O Comércio tem o maior número de empresas (20) e trabalhadores (72) – na segunda posição está o sector do Alojamento e Restauração (6 e 20, respectivamente).

4.3. Actividade turística no concelho

O concelho dispõe de 3 unidades de TER e 1 pensão, com 19 e 12 quartos, respectivamente. Existem 2 estabelecimentos de restauração, localizados na sede de freguesia. Estes elementos compõem a designada "hospitalidade" da indústria.

No que se refere à procura turística, constata-se o seu carácter marcadamente sazonal, concentrando-se nos meses de Verão e início do Outono. Os dados do posto de turismo indicam que, nos meses de Agosto a Outubro de 1999, 80% dos visitantes eram europeus (Reino Unido e França, sobretudo, com metade dos visitantes).

A grande maioria dos turistas no concelho é emigrante, que passam as suas férias em casa própria ou de familiares. Quanto aos turistas das unidades de TER, os inquéritos realizados permitem traçar o seu perfil sumário: citadino, com habilitações literárias de nível superior e com rendimentos elevados.

Em seguida, apresenta-se uma síntese das forças e fraquezas dos elementos que compõem o "produto" Santa Marta de Penaguião.

Em termos do investimento público no concelho, durante a última década, destacam-se as actuações no âmbito dos programas PRODOURO, PRONORTE e LEADER II. Como se constata no quadro 1, os projectos apoiados reportam-se directamente à actividade turística ou à criação de melhores acessibilidades, o que demonstra a forma como o turismo está a ser encarado neste concelho em particular.

---

[12] Dedica-se à produção e comercialização, tendo distribuidores que levam os seus produtos para fora de Portugal (França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha, Suíça e Estados Unidos). A excelência dos vinhos que produz é reconhecida em concursos no país e estrangeiro (Luís, 2002).

Forças	Fraquezas
Animação ou Atracções	
. Património histórico, paisagístico e natural . Actividades artesanais tradicionais . Grupos recreativos e culturais	. Deficiente conservação de algum património . Acessos difíceis . Dispersão da animação cultural no espaço e tempo
Hospitalidade	
. Qualidade do alojamento TER . Qualidade dos produtos servidos na restauração	. Não utilização do serviço de restauração nas unidades TER . Inexistência de actividades ocupacionais para os turistas do TER . Pessoal sem formação específica
Transportes	
. EN2 que liga o concelho a Vila Real e Peso da Régua	. Mau estado das vias e insuficiente sinalização . Ausência de transportes locais para fins turísticos
Serviços Públicos de Informação e Apoio	
. Posto de turismo . Folheto informativo (alojamento e breve caracterização do concelho)	. Inexistência de mapas e itinerários . Falta de sinalização de alguns pontos turísticos
Promoção: Promotores e Operadores Turísticos	
. Duas das unidades de TER inseridas na Rota do Vinho do Porto . Guia Oficial do Turismo em Espaço Rural . Uma unidade de TER com promoção na internet e ligação a agências de viagens deVila Real	. Ausência de promotores e operadores turísticos com sede no concelho . Actuação quase nula e sem coordenação dos agentes de promoção e divulgação do concelho (Região de Turismo da Serra do Marão, Douro Histórico, Rota do Vinho do Porto)

Fonte: Extraído de Luís (2002)

Quadro 1 – Programas públicos e projectos executados no concelho de Santa Marta de Penaguião

PROGRAMAS e respectivos PROJECTOS	Financiamento (escudos)	Comparticipação da União Europeia (escudos)
PRODOURO	**183.753.000**	**137.814.750**
Reabilitação Urbana do Centro da Vila	149.000.000	111.750.000
Praia Fluvial de Fornelos	26.856.000	20.142.000
Recuperação do Caminho entre a Rapada (Alvações do Corgo) e o limite do Concelho	7.897.000	5.922.750
Recuperação do Caminho Cumeeira Bouça Boa	14.207.000	9.350.000
PRONORTE	**487.310.573**	**343.617.340**
Piscinas Municipais de Sta Marta de Penaguião	183.625.000	137.718.750
Rectificação e Benificiação das EN 304 e 304-3	7.229.120	5.421.840
Infra-estruturas do loteamento da Corredoura	63.672.000	47.754.000
Recuperação do Edifício para as Futuras Instalações dos Paços do Concelho	130.487.453	76.000.000
Rectificação e Beneficiação da Estrada Municipal entre Soutelo e Fontes	102.297.000	76.722.750
LEADER II	**43.978.720**	**28.075.769**
Acção 3.1.3 – Valorização do Património	**43.175.804**	**25.426.157**
Recuperação da Igreja de Sever	18.083.520	10.850.112
Recuperação da Igreja de Medrões	21.896.784	13.138.070
Recuperação e Valorização do Forno Cerâmico de Fornelos	2.514.500	1.131.525
Recuperação e Valorização de um Moinho de Água (Fontes)	681.000	306.450
Acção 5.2.1 – Áreas de Utilidade Pública	**20.916.720**	**15.238.269**
Arranjo Urbanístico da Zona de Lazer do Viso (Fontes)	17.921.580	13.441.185
Arranjo da Zona Envolvente do Cemitério de Fontes	1.387.140	832.284
Arranjo do Largo da Capela de N.ª Sr.ª dos Remédios (Medrões)	1.608.000	964.800
Acção 7.1 – Animação Local, Infra-estruturas Sócio-Culturais e Revitalização de Actividades Sócio-Culturais	**8.381.000**	**5.001.250**
Semana Cultural de Santa Marta de Penaguião	2.615.000	1.176.750
Apoio à Aquisição de Trajes da Tuna de Carvalhais (Louredo)	766.000	574.500
Revitalização da Biblioteca Municipal de Santa Marta	5.000.000	3.250.000
Acção 7.2 – Acções de Promoção	**3.150.000**	**1.417.500**
Monografia do Concelho de Santa Marta de Penaguião	3.150.000	1.417.500

Fonte: Extraído de Luís (2002)

4.4. Medidas e acções estratégicas para o desenvolvimento turístico do concelho

Após a realização do diagnóstico, propõem-se algumas medidas e acções estratégicas, para o desenvolvimento turístico sustentável de um concelho vincadamente rural:

1 – Ordenamento Turístico
  1.1 – Elaboração de um Plano Turístico do Concelho, sendo desejável o seu enquadramento no âmbito de um Plano de Ordenamento Turístico para a região do Douro (ainda inexistente)
2 – Coordenação entre as Instituições com responsabilidades na área do turismo (Região de Turismo da Serra do Marão, Rota do Vinho do Porto, Associação do Douro Histórico, entre outras)
3 – Promoção e Marketing do Concelho (integrados nas acções realizadas para a região do Douro)
4 – Desenvolvimento de Infra-estruturas de Apoio ao Turismo
  4.1 – Apoio a projectos de TER
  4.2 – Melhoria da sinalização turística
  4.3 – Melhoria das vias de acesso aos pontos de interesse turístico
5 – Apoio a Projectos de Valorização Turística
  5.1 – Conservação do património histórico e arqueológico
  5.2 – Valorização das artes tradicionais (cestaria, tanoaria, bordados)
  5.3 – Criação de um museu, com representação das actividades típicas e produtos da região, e elementos da história e arqueologia
  5.4 – Apoio a festivais, feiras, semanas culturais e gastronómicas
  5.5 – Apoio a actividades turísticas diversas, desde a organização de percursos turísticos, a visitas guiadas, entre outras
  5.6 – Elaboração de informação para os turistas (mapas, folhetos com vários itinerários)

Para além destas medidas directamente ligadas à actividade turística, é fundamental um correcto ordenamento do território, para não colocar em causa aquilo que hoje é considerado único e reconhecido como Património da Humanidade.

Na verdade, Partidário (1998: 80) refere, a propósito do desenvolvimento turístico que, "tratando-se múltiplas vezes de acções sem grandes consequências ambientais enquanto acções individuais, é o seu funcionamento conjunto, e as sinergias que estabelece com outros usos do território que estão na origem da grande maioria dos problemas ambientais causados". O ordenamento turístico afigura-se, assim, de suma importância, devendo ser enquadrado na política global de ordenamento do território para toda a região do Douro.

5. Considerações finais

A par da uniformização e descaracterização que acompanha o actual processo de globalização, continuará a verificar-se uma valorização daquilo que nas regiões há de diferente, único, intransferível.

A globalização pode então constituir uma oportunidade para o Douro. Mas, "este território tem de saber enfrentar o mercado, posicionando-se como região de qualidade, tal como uma empresa se posiciona no mercado, em busca de clientes e recursos que lhe permitam valorizar, tirar o máximo de proveito dos atributos de que é detentora" (Luís, 2002: 139).

A atitude do Estado, que tem sido manifestamente de cariz assistencial, considerando esta uma área em perda, ou desfavorecida, e aplicando dinheiros nacionais e comunitários, não é suficiente. O futuro tem de passar pela adopção de uma posição mais pró-activa, numa lógica de compromisso entre as políticas de matriz assistencial e a valorização das características únicas que este espaço apresenta, tendo consciência dos factores que condicionam o seu desenvolvimento.

O turismo pode ser uma das chaves para a competitividade da região. Mas é um dos vários caminhos a seguir. Não basta apenas apostar nele, pois o seu efeito multiplicador tende a ser reduzido numa área "com uma base económica reduzida, com uma estrutura económica pouco diversificada e, portanto, com fraca capacidade para produzir a maior parte dos factores necessários ao processo produtivo" (Cunha, 1997: 255). Muito parece estar ainda por fazer, não apenas no concelho, como em toda a região do Douro...

O desenvolvimento efectivo deste território exige uma estratégia, que integre e articule um conjunto de medidas e acções, em domínios e escalas variados.

Referências Bibliográficas

BALTAZAR, S. e GARCIA, A. (1999), «A "Nova Geografia" do Turismo», in *Actas do VIII Colóquio Ibérico de Geografia*, Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 331-338.

BARRETO, A. (1993), *Douro*, Edições Inapa, Lisboa.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO (1994), *Plano Director Municipal de Santa Marta de Penaguião*, CMSMP, St.ª Marta Penaguião.

CARQUEJA, M. (1998), *Turismo no Espaço Rural como Alternativa de Desenvolvimento. Um Estudo de Caracterização e de Avaliação da Actividade em Duas Regiões do Interior Norte de Portugal,* Dissertação de Mestrado em Agricultura, Ambiente e Mercados, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

CCRN (s.d.), *Projecto ReUrbe – Project For Urban Renewal*, Comissão de Coordenação Regional do Norte, Porto (http://www.ccr-n.pt/sig/reurbe.html).

CCRN (s.d.), *Programa de Desenvolvimento para o Douro*, Comissão de Coordenação Regional do Norte, Porto (http://ww.ccr-n.pt/actreg/prodouro).

CCRN (s.d.), *Programa de Acções Específicas para o Douro – Investimentos*, Comissão de Coordenação Regional do Norte, Porto (http://www.ccr--n.pt/actreg/pae.html).

CUNHA, L. (1997), *Economia e Política do Turismo, McGraw-Hill, Lisboa.*

DGDR (s.d.), *Turismo no Espaço Rural*, Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, Lisboa (http://www.dgdr.pt/html/ter.html)

EDMUNDS, M. (1999), «Rural Tourism in Europe», in *Travel & Tourism Analyst*, n.º 6, 37-50.

FORTUNAS & NEGÓCIOS (1998), *Douro. Os Novos Hotéis. As Quintas mais Famosas. O Turismo Fluvial em Crescimento,* Suplememto n.º 78.

LUÍS, E. (2002), *Turismo e Desenvolvimento do Espaço Rural. O caso do Concelho de Santa Marta de Penaguião,* Dissertação de Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Monte da Caparica.

MARTINS, J. (2000), *Tudo Sobre o Vinho do Porto. Os Sabores e as Histórias,* Publicações Dom Quixote, Lisboa.

OCDE (1994), *Tourism Strategies and Rural Development,* OCDE, Paris.

PARTIDÁRIO, M. (1998), «Turismo e Ambiente», in *Economia e Prospectiva,* Vol. I, n.º 4, 79-88.

RIBEIRO, O. (1991), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas,* 6.ª edição, Editora Sá da Costa, Lisboa.

SIRGADO, J. (1996), «Dinâmicas do Turismo e Sustentabilidade do Desenvolvimento Local/Regional: Contributos para uma Articulação Estratégica», in C. Cavaco (ed.) *Turismo e* Lazeres, Colecção Estudos de Planeamento Regional e Urbano, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 25-38.

SWARBROOKE, J. (1999), *Sustainable Tourism Management,* CAB International, London.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO (2001), "Jovens e Políticas de Desenvolvimento: O Caso de Sta Marta de Penaguião", in Seminário *Investigação e Desenvolvimento Local – apresentação de resultados de três projectos*, Vila Real, 20 de Fevereiro.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL (2000), «II Cimeira Mundial de Turismo e Viagens», in *Gente e Viagens*, n.º 57, Lisboa.

O LAZER E O RECREIO NO PARQUE DAS NAÇÕES: O CONSUMO, O LÚDICO E O ESTÉTICO NA PRODUÇÃO DA CIDADE PÓS-MODERNA*

*Luís Mendes***

Introdução

O objectivo que preside a este texto é o de lançar algumas linhas gerais que futuramente poderão ser retomadas para o estudo da matriz de atractividade do Parque das Nações (PN). Este espaço de fruição pública, situado na área oriental de Lisboa, baseado num vasto e diversificado conjunto de equipamentos urbanos, resulta da transformação do recinto da Expo'98 e configura um megacomplexo imobiliário que reúne diversas funções: habitação, comércio, escritórios, serviços vários de lazer e recreio. Pretendemos explicar o extraordinário sucesso de atracção desta nova centralidade, à luz de conclusões recentemente acumuladas sobre a condição urbana pós-moderna e dos aspectos mais característicos do processo de produção do espaço urbano que da emergência desta condição parecem sair valorizados, nomeadamente, os que dizem respeito à cidade fragmentada. Veremos como a (re)formulação da cultura de lazer urbano neste espaço segundo contornos de "festivalização" do consumo, do lúdico e do estético, não só se insere na transição pós-industrial da cidade, pelo reforço de uma estrutura urbana mais policêntrica e fragmentada, como também responde às solicitações de um imaginário social de consumo hedonista, cada vez mais desenvolvido nas sociedades contemporâneas e que é responsável, por sua vez, pela estruturação de um universo motivacional dos visitantes do parque em torno da experiência de não-lugar, de liminaridade e de evasão.

---

* O corpo fundamental deste artigo foi produzido tendo como referência uma comunicação apresentada pelo autor no painel "Emergência de Novas Espacialidades", no IV Congresso de Geografia Portuguesa que decorreu de 2 a 4 de Outubro de 2001, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

** Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

Inforgeo, 16/17, Lisboa, Edições Colibri, 2001/02, pp. 81-108

Tendo em conta que a avaliação da atractividade tem surgido como variável relevante para uma análise geográfica do turismo cada vez mais inovadora e eficaz, optou-se pela identificação da conjuntura de factores mais favoráveis à mega-atracção deste pólo de lazer e turismo da cidade, dando particular atenção, como referido, aos que se enquadrando nas formas sociais e culturais contemporâneas – também designadas de pós-modernas – são contribuintes da configuração de uma nova organização do espaço urbano, reforçando uma estrutura fragmentada e policêntrica.

É tendo presente o princípio apontado por Sirgado (1993), de que a atractividade da prática turística contemporânea resulta de uma complexa teia de interacções entre um conjunto de factores condicionantes das motivações dos potenciais turistas, geradores do seu imaginário turístico, e as condições de estruturação dos meios de recepção no espaço turístico de destino que se deverá, desde já, levantar algumas questões-chave de partida: Como é que aquele mercado turístico mantém e renova o interesse do público consumidor? Com que estímulos acena a oferta turística?

As leituras realizadas revelam que as análises geográficas mais recentes que abordam a questão do turismo e do lazer já não se restringem à oferta e às trocas, passando a contemplar também a procura, ou seja, o turista enquanto indivíduo, cidadão e consumidor, sob pena de se descurarem inúmeros aspectos essenciais para explicar o comportamento espacial do visitante/turista. Melhor dizendo, deve-se ter em consideração o universo das motivações e necessidades da clientela para a qual se pretende orientar os serviços lúdicos daquele espaço, para além de se insistir no lazer e turismo em toda a sua complexidade, expressa no processo de produção e consumo de espaço que engendra. Pretendeu-se uma evasão às aproximações científicas ao fenómeno turístico que privilegiam sistematicamente a vertente económica e produtiva (localização dos equipamentos turísticos, análise do mercado de procura, etc.), para ler o eixo de atractividade turística tendo em conta o grau de concordância entre o mecanismo de oferta e o universo motivacional e identitário dos potenciais visitantes.

Assim, o estudo utilizou a metodologia do inquérito por questionário, formado por questões de resposta múltipla, aplicado aleatoriamente a 50 visitantes do parque. Não se procurou a obtenção de uma amostra representativa, pois este estudo visa única e exclusivamente ser suporte e experimentação de uma metodologia de investigação e, como tal, a análise do inquérito não se reserva a um ponto específico deste trabalho.

Por último, resta sublinhar que na falta de um suporte teórico suficientemente conciso e problematizador, o presente estudo apresenta um carácter essencialmente exploratório. Uma proposta desta natureza pode abrir caminho a outras aproximações. Aliás, a análise elaborada não esgota, de forma alguma, toda a informação acumulada nem explora totalmente as suas virtualidades.

1. Hedonopolis[1]: o imaginário social de consumo hedonista e a modelação de uma *fun-morality* da cidade pós-moderna

A forma como a emergência da prestação e do consumo de turismo, lazer e recreio se relaciona com o espaço urbano tem vindo a ser analisada e discutida nos seio das várias ciências sociais, particularmente no quadro dos debates acerca da cidade pós-industrial, pós-fordista ou pós-moderna. Em particular, a leitura do contributo da sociedade do consumo e dos lazeres para a afirmação de uma condição pós-moderna da cidade pauta-se, no caso das ciências do território, por uma incontestável associação ao aparecimento de novas centralidades mobilizadas pelo processo de reestruturação urbana. Este, por sua vez, foi, entre outros factores, encetado pela necessidade de reconversão de vastas áreas urbanas em declínio devido à acentuada desindustrialização, vaticinada pela falência do modelo fordista, pela emergência de um modelo de acumulação capitalista flexível e pela consequente reestruturação das economias metropolitanas dos países capitalistas à luz da globalização.

O Parque das Nações, que resulta da transformação do recinto da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, dá seguimento às grandes opções de enquadramento estratégico do Projecto Global EXPO'98 como motor de reabilitação urbanística e ambiental da frente ribeirinha oriental da cidade. A realização da Exposição Mundial de Lisboa concretizou a oportunidade para dotar toda a zona de intervenção de novas condições urbanas, propiciadoras de competitividade à escala das grandes capitais europeias, recuperando uma das áreas industriais mais significativas da cidade, quer em termos de superfície ocupada, quer do número de unidades e postos de trabalho, que se encontrava em estado de abandono e degradação provocado pelo encerramento ou deslocação da maior parte das actividades aí situadas[2].

Neste sentido, a área foi dotada de uma nova rede de acessibilidades, permitindo a conjugação dos vários modos de transporte e das grandes infra-estruturas viárias e ferroviárias, cuja eficácia, em termos de integração, se encontra potenciada pela construção da Gare do Oriente. O desenrolar desta operação de reabilitação urbana dotou também a zona de intervenção de equipamentos e infra-estruturas urbanas altamente requalificadoras, pela opção de espaços públicos de qualidade, pelo aproveitamento de economias de vizinhança ("intra-parque") mobilizadoras de um ambiente económico e sociocultural renovado e, finalmente, por sistemas e técnicas de prestação de serviços urbanos de natureza inovadora. A orientação estratégica foi a da

---

[1] Sommer (1975), abordado por Cachinho (2002).

[2] A propósito do reajustamento estrutural das economias industriais e urbanas relacionado com processos específicos de reestruturação produtiva e de relocalização económica, Matias Ferreira (2004) desenvolve o conceito de "vazio urbano" e de "espaço devoluto" que importa recuperar para a nossa análise e que, segundo o autor, define as áreas que perderam a sua afectação urbana inicial e se encontram desprovidas de qualquer função, situando-se num quadro "expectante" comparativamente aos restantes espaços que compõem a cidade.

multifuncionalidade, sendo todo o espaço desenvolvido numa óptica de interligação das funções urbanas fundamentais: habitação, serviços, comércio, investigação e desenvolvimento, equipamentos colectivos, equipamentos turísticos, indústria ligeira, recreio e lazer (Matias Ferreira e Indovina, 1999; Matias Ferreira, 1999, 2004; Soares, 1999). Decorrente desta plurifuncionalidade do PN surge a tendência para a mistura de usos neste empreendimento, facto que parece negar o princípio de especialização funcional característica de uma organização espacial em mancha homogénea, inerente ao princípio de zonamento funcional associado à cidade industrial.

De facto, este megacomplexo imobiliário, enquanto "nova centralidade" de implantação pontual e exemplo paradigmático de regeneração urbana na cidade de Lisboa, merece destaque, pois contribui para reforçar o esboço de uma nova organização urbana (Barata Salgueiro, 1999c, 2001; Barata Salgueiro e Cachinho, 2002). Embora a sua área de influência se estenda por um vasto território, o PN apresenta uma implantação pontual, isto porque introduz uma diferença brusca em relação ao tecido socio-espacial que o cerca, formando um enclave territorial e contribuindo para a fragmentação urbana[3]. Por fragmentação do território deve entender-se «uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socio-espacial que os cerca» (Barata Salgueiro, 1998a: 225). A autora faz notar que o que define o enclave não é tanto a sua dimensão (que se podia pressupor reduzida), mas o tipo de relação (ou melhor a não-relação) com as áreas envolventes que lhe são contíguas em termos territoriais, porém, desprovidas de continuidade social e funcional. Pela excepcionalidade da sua arquitectura, textura sócio-económica, política de gestão, ambiente festivo e qualidade do espaço público, o "mundo à parte/fechado sobre si próprio" do PN (a "cidade imaginada" como retratam as campanhas publicitárias) acaba por ser deliberadamente autista relativamente ao território envolvente da restante área oriental da cidade. Esta é, afinal, condição basilar para a manutenção do conceito de "festivalização" e, por conseguinte, para a produção da experiência de liminaridade e de evasão que estão, como veremos, na base do sucesso da matriz de atractividade do parque.

A explicação para a ruptura e dissonância que estabelece com o território envolvente reside na implantação pontual do parque. Por sua vez, a este aspecto acresce a sua localização que, liberta do constrangimento inerente ao princípio da proximidade em virtude das melhorias significativas nos transportes e comunicações, remete não só para uma dessolidarização do entorno

---

[3] Nesta linha de discussão sobre a problemática da implantação pontual do PN, inserem-se, de igual modo, os comentários de Vítor Matias Ferreira (1999). Este critica a lógica "centrípeta" deste projecto urbano, demonstrando como o plano de urbanização foi projectado "para si próprio", fechando-se sobre si mesmo, virando-se, quase exclusivamente, para a respectiva frente ribeirinha, na expectativa de explorar o "trunfo de partida", menosprezando que a zona oriental de Lisboa não se esgota na delgada faixa que acompanha toda aquela frente. O autor insiste que a lógica de intervenção deveria ter sido pensada, planeada e projectada, não exclusivamente para aquele território privilegiado da frente de água, mas no contexto da dita zona oriental de Lisboa.

próximo, mas também para o fomento de participação privilegiada desta centralidade na rede de relações com as restantes centralidades da cidade. Referimo-nos, neste caso, às centralidades urbanas atracadas nos pólos de comércio e de serviços que, relevantes pela sua grande capacidade de atracção e de disputa de visitantes e utentes, lançam os fundamentos para a constituição de uma estrutura urbana reticular e policêntrica. O policentrismo, no essencial, diz respeito ao abatimento da organização monocêntrica de base hierárquica, isto é, ao declínio da estrutura urbana hegemonizada pelo centro tradicional; ao mesmo tempo que se fomenta a multiplicação de "novas centralidades". A centralidade do PN aparenta, assim, corroborar a tese, advogada por Teresa Barata Salgueiro nos seus estudos mais recentes (1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000, 2001, 2002), da cidade pós-moderna, enquanto espaço policêntrico e fragmentado.

Segundo esta autora, é indubitável que as últimas décadas têm assistido à formação de um novo tipo de cidade a que, por comodidade e na falta de melhor expressão, se designa de pós-moderna. A cidade compacta, de limites precisos, cujo centro evidencia uma relativa homogeneidade social, estilhaça-se num conjunto de fragmentos distintos onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística, dão lugar a formações territoriais mais complexas, territorialmente descontínuas e sócio e espacialmente enclavadas (Dear, 2000; Dematteis, 2001). Em resultado de todo um conjunto de transformações relacionadas com a reestruturação económica global e a compressão espacio-temporal propiciada pelas melhorias significativas nos transportes e pelas novas tecnologias da comunicação, as cidades de maior dimensão das sociedades capitalistas do mundo contemporâneo têm registado alterações profundas em vários domínios fundamentais da vida urbana: na base económica, na composição sócio-cultural, na estrutura urbana (como já vimos), na política e gestão da cidade, entre outros. Na base económica, por exemplo, verifica-se, ao nível do emprego, do produto e da paisagem urbana, uma progressiva importância do sector dos serviços (entre os quais os de lazer e de turismo), em detrimento da indústria, em paralelo com as profundas transformações no padrão de acumulação capitalista. Ainda neste domínio é de sublinhar que se experimenta uma valorização do consumo simbólico, que se estende dos objectos aos territórios, movimento que é favorável à estetização dos ambientes urbanos quotidianos e da vida social.

Sharon Zukin (1988, 1991, 1995) tem sido, de igual modo, responsável por ensaios de referência internacional na formulação da ideia da cidade pós-moderna. Em termos gerais, esta autora descreve a cidade pós-moderna como crescentemente mercantilizada e como espaço privilegiado de consumo de mercadorias, imagens e estilos de vida, em contraste com a cidade moderna, que se definia primordialmente em função do seu papel na produção industrial. A verdade é que a valorização da mercantilização urbana e a poderosa importância que esta representa, no período contemporâneo, para os vários sectores da vida da cidade, desde o espaço quotidiano do urbanita comum à escala dos poderes mais estratégicos de decisão e gestão política,

não tem antecedentes. À ideia de pós-modernidade, aqui entendida como um conjunto articulado de mudanças culturais nas experiências e práticas quotidianas, tem estado indissociavelmente ligada a de cultura de consumo. Esta relação primeiramente estabelecida por Jameson (1984), acabou por produzir eco nas obras de referência de Harvey (1989) e Featherstone (1991). Uma forma de explorar este argumento em relação ao desenvolvimento urbano é pela sua associação à expansão do turismo. São vários os autores que apontam elementos conclusivos de que o consumo do lazer e do turismo se tornou o ícone da economia simbólica da cidade, sobretudo como factor de sucesso num contexto de competição inter-urbana crescente e de regeneração económica[4]. Este é, de facto, um ponto crucial no debate consagrado à discussão da cidade pós-moderna.

Portanto, ao contrário daquilo que o pensamento económico moderno defendia, o que diversos autores têm evidenciado, como Urry e Lash (1994), Featherstone (1991), O'Connor e Wynne (1996, 1997), Scott (1997) e Costa (2000), é que estas actividades culturais relacionadas com o consumo de lazer e turismo, longe de uma inutilidade económica a que se pensava estarem reduzidas, revelam-se verdadeiras "indústrias" decisivas para o desenvolvimento e competitividade de qualquer economia urbana, pois têm vindo a adquirir uma importância crescente, gerando trocas, riqueza, emprego, ocupação lúdica, qualidade de vida e bem-estar. Cada vez mais estas actividades assumem um papel central em quadros sociais onde os valores estéticos e simbólicos e os atributos culturais e semióticos dos bens e serviços consumidos têm uma relevância crescente. Por conseguinte, acompanhando os sinais de reconfiguração da estrutura económica e social da cidade, motivada na/pela transição entre a modernidade e a pós-modernidade, avança um processo de reestruturação económica, por meio do qual actividades e aspectos anteriormente periféricos para a cidade moderna e fordista, sofrem um movimento de (re)centralização – "das margens para o centro" – no entendimento de O'Connor e Wynne (1996, 1997), passando a assumir uma maior centralidade nas preocupações do urbanismo pós-moderno (ex: preocupações com a cultura, o consumo, a imagem, ...). Este deslocamento assenta na própria lógica actual da economia de mercado das sociedades mais desenvolvidas, onde se constata um crescendo de actividades económicas ligadas à chamada produção simbólica (intermediários culturais ligados às indústrias culturais, aos "mass-media", à publicidade, à educação e qualificação, ao "design" e moda, à imagem e "marketing", à arquitectura e decoração). De facto, não só os produtores simbólicos adquirem um novo desempenho na esfera económica das sociedades contemporâneas, como ao nível das estratégias económicas de poder se evidencia um novo posicionamento em rela-

[4] Zukin, 1988, 1991, 1995; Harvey, 1987, 1989; Jameson, 1984; Knox, 1993a, 1993b; Cooke, 1988; Soja, 1989, 1996, 2000, 2001; Dear, 2000, 2001; Urry e Lash, 1994; Urry, 1995; Clarke, 1997; Hannigan, 1998; Featherstone, 1991; Glennie e Thrift, 1992; Amin e Thrift, 2002; Mullins, 1991; Law, 1992, 1993; Robira, 1993; Hall, 1998; Barata Salgueiro e Cachinho, 2002; Carreras, 1995; Caetano, 1991; Rodrigues, 1992; O'Connor e Wynne, 1996, 1997.

ção à arte e à cultura, em virtude da relevância destas no circuito económico e, especificamente, na economia da cidade, com inevitáveis impactes nos contextos de urbanidade. O aumento vertiginoso do investimento económico urbano (público ou privado) na cultura, arte, comunicação e informação deve ser compreendido nesta perspectiva.

A importância galopante das actividades de lazer e turismo encontra-se patente não só na estruturação social que origina, como também na organização espacial da cidade que tem condicionado por meio da expansão e do (r)estabelecimento de espaços urbanos especializados no provimento dos seus serviços, ou pelo menos de (re)afectações funcionais e respectivas áreas de influência, determinantes na (re)definição das relações hierárquicas dos lugares. A cultura hedonista do consumo passa assim, pelas suas acções e impactes na identidade da cidade, a ser responsável por colocar sob a influência do sistema capitalista, actividades e espaços urbanos que, tradicionalmente, em períodos históricos recentes, se viam relegados para segundo plano, em virtude da suposta improficuidade em garantir vantagens ao sistema de acumulação de capital. Para tal concorrem ainda outros factores de não menor importância e cuja natureza remete para o processo geral de reestruturação económica, urbanística e social da cidade que passa pela desindustrialização da mesma e incremento de sectores de actividade ligados não já unicamente ao chamado "sector terciário" como progressivamente a um "sector quartenário", que corresponde ao que os teóricos têm vindo a designar por "cidade pós-industrial". No seguimento deste processo, «o consumo (...) reconverte a estrutura económica das cidades, provocando significativas alterações ao nível da própria lógica do desenvolvimento urbano que presidiu à cidade da sociedade industrial, reconvertendo progressivamente a imagem da cidade que faz substituir a chaminé da fábrica como símbolo da cidade do século passado, pelo espaço de grandes dimensões para o desempenho de actividades de consumo (o hipermercado, o centro comercial), enquanto símbolo da cidade contemporânea» (Rodrigues, 1992: 94).

No essencial, o que se defende é que o consumo se assume como motor da reestruturação urbana, por via da generalização aos ambientes, serviços e paisagens da cidade contemporânea, dos princípios da esteticização e mercantilização, caros que são à definição de um valor simbólico dos lugares. Este valor simbólico, ou valor-signo na terminologia de Jean Baudrillard, constitui um preliminar absoluto do qual se deve partir para construir qualquer análise crítica das novas centralidades da cidade pós-moderna, pois permite a superação da visão espontânea do(s) espaço(s) em termos da estrita funcionalidade e o ultrapassar da hipótese da prioridade do seu valor de uso. Esta reconversão da leitura da cidade responde, deste modo, a influências inerentes à tese de Jean Baudrillard de que o consumo dos objectos corresponde cada vez menos ao simples consumo do valor de uso dos mesmos, e cada vez mais ao valor-signo. É o consumo da "embalagem", isto é, da imagem por eles veiculada, da sua componente estética, dos seus símbolos, de significados que se encontram para além da mera "utilidade" funcional. Os

ambientes e lugares urbanos adquirem, para os indivíduos, grupos sociais e empresas, um valor simbólico numa escala de prestígio que se encontra mediada pelos mecanismos do marketing urbano. O consumo de lazer, pelo facto de possuir este sentido, é uma actividade de manipulação sistemática do valor-signo de um dado território.

A cidade passa a ser conhecida pelo seu contributo para o estético e o lúdico, pelo comprometimento na cultura do consumo. A configuração do lazer e do recreio do PN corrobora a tese de David Harvey (1987, 1989) e de Ley e Olds (1988), na medida em que salienta acima de tudo a integração crescente do espectáculo (sob a forma de feiras, festivais, acontecimentos desportivos, entre outros) na vida urbana em reflexo de apropriações da cidade enquanto "objecto" de consumo estético e lugar de experiências lúdico-culturais: «post-modernist style that explores the architecture of festival and spectacle, with its sense of the ephemeral, of display, and of transitory, but participatory pleasure» (Harvey, 1987: 275 e 276). Estas tendências são particularmente valorizadas nas décadas recentes pela urbanidade e cultura pós-modernas, à semelhança de outras, tais como: a reabilitação e revitalização do património urbano construído ou o dinamismo inerente aos novos espaços de lazer nocturno (bares, discotecas, *pubs*).

Tal como o megacomplexo cenográfico e espectacularizado do PN, e à semelhança de outros "iconic emplacements" – na terminologia de Soja (1996: 249-251) – surgem novas centralidades (ex: centros comerciais, parques temáticos, condomínios privados, etc.), que enquanto importantes enclaves cénicos, lúdicos e estéticos de implantação pontual; respondem à visibilidade redobrada e extraordinária que a criação de ambientes urbanos, estruturada segundo os critérios de mercantilização, estetização e festivalização, detêm na política de competitividade urbana. Tem sido comum a utilização de equipamentos de natureza turístico-recreativa como elemento-chave do processo de reutilização e requalificação das velhas áreas portuárias e industriais. Com efeito, o desenvolvimento no meio urbano das actividades recreativas, turísticas e culturais tem estado associado nas últimas três décadas a processos de reconversão das frentes ribeirinhas. Tal como no PN, «aposta-se normalmente numa combinação de diversos usos (habitação, escritórios, comércio,...) em que estão representadas as funções ligadas ao turismo e aos tempos-livres em geral (museus, salas de espectáculos, recintos de exposições, hotéis, restaurantes e esplanadas, marinas,...), tudo num quadro urbano de grande efeito cénico» (Henriques, 1996: 57).

À semelhança das primeiras operações deste tipo de intervenção realizadas na costa Leste dos EUA (Boston e Baltimore) e aproveitando a ressonância mediática produzida pelos projectos internacionais de Barcelona, Docklands em Londres, o PN recria a intervenção comum a muitos outros exemplos de antigas áreas industriais onde agora proliferam os armazéns transformados em bares, as fábricas, em museus, em centros culturais e tecnológicos e em megacomplexos de lazer e consumo. Assiste-se a uma tendência para a esteticização dos consumos de bens e ambientes, pelo que os

símbolos da cultura urbana nestes produzida tendem a iconizar e definir novos referenciais arquitectónicos e de intervenção urbana (Knox, 1987, 1991, 1993a, 1993b; Boyer, 1993; Crilley, 1993), que se registam, doravante, no domínio do mediático, da comunicação e da produção de imagens de qualidade capazes de estruturar uma gestão estratégica da imagem da cidade e do lugar (Hall, 1998; Rovira, 1993, Peixoto, 2000). De uma forma geral, poderá afirmar-se que a valorização das funções estéticas e culturais da cidade pós-moderna, que está na base desta reconversão da imagem da cidade, se afigura como estratégia económico-social desenvolvida pelas autoridades competentes, por intermédio dos instrumentos práticos da renovação e reconversão urbanas, para aumentar e diversificar a base económica, o emprego, as receitas geradas, diminuindo o risco de definhamento face às dificuldades inerentes ao processo de desindustrialização, contribuindo para um ambiente urbano significativamente mais atractivo, estimulando a capacidade competitiva da cidade, incrementando consideravelmente as oportunidades de investimento e, por conseguinte, de injecção e retenção / captação de capital. Com efeito, as actividades directa ou indirectamente ligadas à prática e ao espaço turístico na cidade têm registado um grande crescimento, reforçando a tendência geral do alargamento da turistificação do meio urbano, não só num contexto de desindustrialização e terciarização crescentes, mas também no âmbito da influência das mudanças verificadas nas políticas de gestão da cidade, cuja diversidade de modalidades revela um pendor crescentemente empresarial, em resposta ao reforço da competitividade inter-urbana (Harvey, 1989; Hall, 1998; Hall e Hubbard, 1996; Barata Salgueiro, 1999c, Domingues, 1996).

Assiste-se, assim, ao surgimento de um novo contexto de valorização da urbanidade segundo novos moldes e formas culturais que consolidam uma cultura hedonista permissiva que acompanha a pós-modernidade e se reflecte no espaço da cidade por meio da emergência de novos equipamentos e serviços que configuram os lugares urbanos sob o signo do imagético, do simbólico e do imaginário do consumo lúdico. O que efectivamente está em causa nestas mudanças a diversos níveis de registo na paisagem urbana da cidade pós-moderna é o facto de se estar a configurar um deslocamento progressivo da leitura e ênfase imagética mais económica e funcional das metrópoles (baseadas até então no processo produtivo), para um centramento em torno de um registo mais estético, simbólico e cultural (baseadas actualmente no processo de consumo).

2. A experiência liminar de transgressão e o consumo do lazer-espectáculo como anti-quotidianidade

Uma das perspectivas que maior peso tem ganho na interpretação do sucesso dos parques temáticos em contexto urbano, formula-se no seio de um modelo conceptual que privilegia a configuração do recreio, lazer e

turismo nestes espaços, como objectos de consumo. Esta perspectiva incide a sua análise na interacção que se estabelece entre os modos de apropriação dos bens turísticos, a natureza da experiência e o grau de satisfação que proporciona ao visitante/turista. A compreensão dos espaços urbanos dedicados ao lazer e ao turismo encontra-se subsidiária de argumentos definidos no âmbito dos conceitos de sociedade de consumo (Baudrillard, 1970) e de cultura do consumo (Featherstone, 1991). Aplicado à entrada no panorama económico na sua fase pós-fordista e flexível, o turismo assenta em grande parte na produção de bens não-materiais (símbolos), privilegiando e conferindo centralidade ao consumo (Urry, 1988, 1990a, 1990b, 1995; Urry e Crawshaw, 1995; Urry e Lash, 1994; Fortuna, 1995, 1999; Donaire, 1998).

Tal como foi referido na nota introdutória, numa tentativa de interpretar o sucesso do PN no âmbito de um paradigma liberto de uma aproximação científica ao fenómeno turístico assente única e exclusivamente na vertente económica e produtiva, socorremo-nos da abordagem produzida pelo "modelo convivial numa sociedade consumista" desenvolvido por Barata Salgueiro (1989, 1996). A autora, desembaraçando o conceito de consumo das acepções mais clássicas que deste se faziam, nomeadamente, a de um processo de satisfação de necessidades primárias em virtude da alienação consequente da massificação da oferta e da procura; defende o papel preponderante do consumo no processo de identificação e mediação sociais e nos novos padrões de uso do tempo/espaço.

A organização sócio-económica contemporânea e respectivas manifestações no/do comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais e na generalidade das actividades humanas (onde se inclui o turismo e o lazer), tem-se definido cada vez mais à luz do privilégio conferido ao consumo, de tal maneira que se pode mesmo falar em sociedade e cultura de consumo (Baudrillard, 1968, 1970, 1972; Featherstone, 1991). Parafraseando Baudrillard (1968: 205 e 206): «o consumo não é este modo passivo de absorção e de apropriação que se opõe ao modo activo da produção para que sejam confrontados os esquemas ingénuos de comportamento (e de alienação). É preciso que fique claramente estabelecido desde o início que o consumo é um modo activo de relação (não apenas com os objectos mas com a colectividade e com o mundo), um modo de actividade sistemática e de resposta global no qual se funda todo o nosso sistema cultural».

Sob o signo da cultura de consumo, a "indústria" do lazer e do turismo do PN vende e promove experiências, de modo semelhante ao que ocorre com as estratégias de promoção e consumo de bens materiais nos centros comerciais. Pretendemos recuperar este modelo de análise centrado na sociedade de consumo quando defendemos que a temporada no PN é vivida de acordo com uma segmentação de interesses materiais e simbólicos muito particulares, diversificação que parece dissolver-se numa realidade dominada pelo mundo do consumo. Este é um mundo inebriante que exerce uma forte influência sobre a emotividade e disciplina dos visitantes. O seu ambiente é de festividade e o consumo de lazer e recreio tornam-se, em si, uma festa. As

práticas sociais desenvolvidas e valorizadas nesta nova centralidade transcende, em muito, a simples prestação e aquisição de bens e serviços de lazer, potenciando um ambiente de festa e de convívio, que muito partilha da lógica do imaginário de consumo descontraído experienciado nas grandes superfícies comerciais. Nestas promove-se o consumo num acto de puro prazer e lazer, de comportamentos descontraídos, mesmo de algum descontrole e irracionalidade e, sempre, de busca da maior satisfação possível, como nos referem Cachinho (1991, 2002) e Peixoto (1995).

A concepção de lazer experienciada no PN reflecte uma acepção eminentemente mercantil e consumista que deste se faz. O bem-estar do visitante/turista revela-se na sua capacidade de visitar, apropriar-se e consumir uma variedade de produtos, serviços, pavilhões, exibições, espaços; postos à sua disposição. O lazer que se integra neste movimento de mercantilização pelo consumo, estende-se também à noção actual de que o próprio tempo livre na sociedade contemporânea deve também ser consumido, totalmente aproveitado. Para tal oferecem-se um conjunto de locais de lazer propícios a que o visitante neles possa usufruir plenamente do tempo "sem perder tempo".

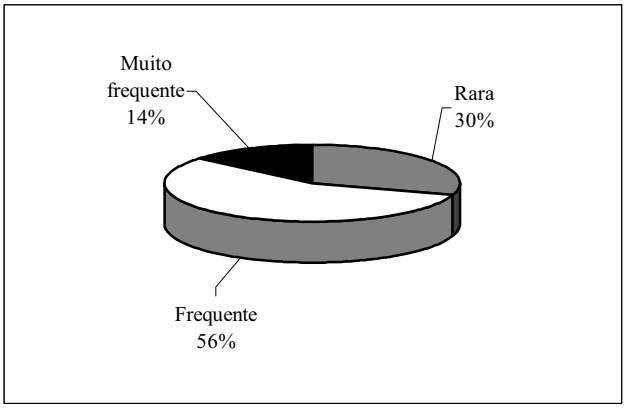
É com base na premissa fundamental da centralidade que o consumo assume no lazer que se deve entender a frequência de acesso aos vários serviços de lazer e recreação do PN. Terá que se partir, sem dúvida, da ideia que se vive naquele espaço um mundo do consumo, com uma profusão imensa de produtos, imagens e serviços. Induz-se um clima eufórico, de festividade, de tentação, acessibilidade e proximidade, que vive de uma ampla estratégia de sedução, baseada numa acumulação lata de possibilidades e opções. Mergulham-se os visitantes-consumidores num universo o mais aberto possível, oferecendo-lhes um número cada vez maior de escolhas e combinações por medida, permitindo a máxima circulação e selecção livres, reduzindo ao mínimo as restrições, privilegiando a diversidade, multiplicando e diversificando a oferta. Substitui-se a coacção uniforme, a homogeneidade e a austeridade do mundo quotidiano e laboral, pela livre escolha, pluralidade e pela realização dos desejos, aumentando a sua liberdade combinatória dos vários serviços, sendo que cada visitante pode compor, à sua preferência, os lugares que pretende visitar.

Esta leitura do PN enquanto universo de lazer flexível é concomitante com o processo de personalização, com o culto da libertação pessoal, da descontracção e dos valores hedonistas e permissivos que, actualmente, definem o individualismo vigente na sociedade contemporânea (Lipovetsky, 1983, 1994). É também concomitante com a identidade descentrada do sujeito pós-moderno (Fortuna, 1994). Adaptado a uma época de combinações e em que impera o direito socialmente reconhecido de poder optar livremente e sem coacção, entre fórmulas independentes tornadas possíveis por uma oferta articulada de serviços praticamente infinita; o PN reforça a liberdade de movimento e de escolha do visitante e figura entre os espaços da Lisboa pós-moderna que melhor corrobora a aplicação de uma teoria hedonista das práticas de consumo e de lazer. Este contexto social e motivacional dos visi-

tantes implica uma configuração dos serviços e espaços lúdicos segundo um ambiente de anti-quotidiano que permita o mínimo possível de coacção, austeridade, constrangimento e o máximo possível de opções, desejo e prazer: o direito reconhecido do indivíduo ser absolutamente livre.

A participação na cultura global do consumo, a frequência de atmosferas festivas e espectacularizadas confere ao lazer um carácter quase carnavalesco, em virtude de permitir ao indivíduo reinventar a sua identidade pessoal, proporcionando uma atmosfera de consumo estilizada (Ley e Olds, 1988, Warren, 1993, Hannigan, 1998). Veja-se a propósito a figura 2 e repare-se que cerca de um terço dos visitantes inquiridos beneficiou, como dois dos vectores mais característicos da Expo'98, o da atmosfera/excitação e o do entretenimento/festa. Este número testemunha a importância na aposta deste tipo de ambiências neste espaço urbano. Os próprios festivais de dança e de música que são promovidos sistematicamente no PN surgem regidos pela cadência cultural deste espaço, no sentido de valorização da expressividade, do sensorial, do corpo no sentido máximo do hedonismo de uma cultura de consumo permissiva. O seu significado, como o da música, associa-se a imagens visuais: à produção de movimentos corporais, à reprodução de emoções, à comunicação de atitudes perante a vida. A dança surge como um prelúdio a contactos afectivo-sexuais. O físico assume-se como factor de prestígio e diferenciação e como nunca a ele estão associados os princípios básicos do cosmopolitismo e do consumo.

Figura 1
Frequência de evasão e escapismo percebidos pelos visitantes do Parque das Nações



Fonte: Inquéritos próprios, trabalho de campo realizado em 2001.

Por outro lado, constitui parte integrante do imaginário consumista presente naquele espaço a questão da efemeridade que, segundo Henriques

(1993), se afigura como uma característica fundamental dos parques temáticos, pois através de uma constante renovação de programas, serviços e bens, elege-se a novidade como aspecto capital na reinvenção da sua matriz de atractividade. No PN é constante o apelo ao "slogan" da celebração do presente descontextualizado, tão cara que é às versões do pensamento pós-moderno. É o "culto do novo", do efémero, o presentismo da experiência, valorização do instantâneo e a busca da gratificação imediata (Urry, 1995).

Uma análise rápida das informações recolhidas nos inquéritos efectuados resultou na confirmação de que grande parte dos visitantes do PN (cerca de 70%) percepciona a visita como sinónimo de evasão e escapismo.

A identificação deste espaço com tonalidades de ambiente festivo é, igualmente, favorecida pela sensação de desprendimento, de anti-quotidiano e de evasão experienciada pelos visitantes aquando da visita e jornada. Ora, como todos os ambientes festivos, também os proporcionados pelo PN tendem a ser consumidos de forma intensa e efémera. O visitante vive assim um espaço e tempo liminares, donde advém a ideia do *zapping*, do transitório presente na figura do "pós-turista", para o qual, qualquer actividade ou produto turístico deve ser consumido, abandonado e substituído logo de seguida. Parte da sedução que os espaços urbanos de lazer e divertimento exercem sobre os visitantes-consumidores encontra-se associada ao facto destes reproduzirem a dimensão liminar, inerente aos espaços de transição[5]. Estes são espaços que promovem experiências liminares que concretizam o desejo de evasão e o prazer emocional do visitante, através não só da suspensão temporária das regras e normas socialmente estabelecidas, mas também da atenuação dos constrangimentos do quotidiano e da exaltação da fantasia.

Segundo Shields (1991), Zukin (1991), Arantes (1997), Cachinho (2002) e Fortuna (1999), a liminaridade, graças à sua natureza intersticial, representa a libertação dos regimes das práticas normativas e dos códigos de representação da vida ordinária. Caracteriza-se pelo fomento de experiências que libertem o sujeito dos constrangimentos sociais e dos espaços de controle típicos da vida quotidiana em que se encontra normalmente inserido, por meio do afastamento físico e emocional. Cativa um estado de desprendimento e libertação dos sentidos em que o visitante se deixa facilmente envolver. «Sou seduzido pelas inúmeras zonas de liminaridade: a cidade é um labirinto com vários centros, formado por uma sucessão interminável de zonas intersticiais e marcos fragmentários. Aí nada é fixo, nem mesmo os marcos edificados têm vida perene. Transita-se constantemente, dificilmente se está» (Arantes, 1997: 266). Fazer turismo significa, antes de mais, uma necessidade de romper com a rotina diária e mudança de lugar (Fernández, 1991: 28), de romper com a "desumanização" do quotidiano, do trabalho, da habitação e dos ritmos de vida monótonos (Cavaco, 1979, 1996). Para o visitante tudo se passa como se tivesse necessidade em estar sempre noutro lugar, de ser "transportado" e precisasse de uma desrealização o mais estimulante, eufóri-

[5] Conceito introduzido por Shields (1989), abordado por Cachinho (2002).

ca ou inebriante possível da realidade quotidiana, sob a influência constante de uma cultura do ritmo e da mobilidade. Busca-se o desenraizamento sistemático. Cultivam-se percursos de trespasse, isto é, de "transgressão", formas de comportamento alheias aos movimentos que quotidianamente ritmam as constâncias (Pais, 1993). Numa sociedade em que se assiste, actualmente, ao desejo de descentramento por parte dos sujeitos da sua identidade quotidiana, acompanhada por uma tendência de busca narcisista de auto-satisfação, contribui-se definitivamente para a configuração de personalidades errantes, destituídas de vínculos e compromissos duradouros, mais aptas, sim, a adesões fugazes a novos "centros" em emergência (Fortuna, 1994). Ora o PN, desde do início que se definiu como um espaço de lazer, de passeio, de circulação, até porque a intervenção de requalificação urbana nesta área, desde cedo, valorizou a qualidade, a segurança e o conforto do espaço público no sentido de privilegiar espaços generosos de domínio pedonal predominante associado a sistemas de vistas focalizados em pontos notáveis da paisagem. É o espaço de excepção, do anti-quotidiano, por via do fornecimento de condições únicas ao lazer de errância, no sentido de proporcionar ao visitante um amplo espaço para vaguear e circular despreocupada e desinvestidamente, tendo subjacente a motivação do não "ir para algum lado" mas apenas "ir". Como diria José Machado Pais (1994: 109) «o importante é o caminho e não a pousada». É o mesmo raciocínio subjacente ao sistema "inter-rail" ou de desportos como o "Windsurf", o "skate", entre outros; em que predomina a necessidade intensa de transitoriedade, de mobilidade constante, sem qualquer elo sólido ou ponto de ancoragem emocionalmente estável, adoptando o estilo da animação e da «curiosidade dispersa, captada por nada e por tudo» (Lipovetsky, 1983: 38).

Por outro lado, é esta transitoriedade e inconstância que resultam numa permanência limitada do visitante no lugar do PN, o que dificulta largamente a formação de um sentimento de pertença que pudesse fortalecer a ideia daquele espaço como quotidiano e ordinário. É neste sentido, que se possibilitam as condições para que o visitante exagere na avaliação simbólica do lugar, nele invista as qualidades de extra-ordinário e evasivo; e se entenda o tempo passado no PN como equivalente a um "tempo de excepção", que se define por oposição ao carácter mais codificado e normalizado dos tempos dedicados ao trabalho e à vida social em que os indivíduos se inserem quotidiana e regularmente.

Uma das atracções da centralidade do PN é, assim, indubitavelmente, a experiência de liminaridade promovida por via do ambiente festivo e carnavalesco em que o consumo de lazer decorre, no sentido de flexibilização dos papéis sociais instituídos. Naturalmente que os ambientes urbanos de recreio e lazer exploram as suas potencialidades como espaços liminares, com vista ao proveito do aumento do grau de satisfação e do nível de conforto do sujeito, na expectativa que este se traduza num incremento do consumo. A postura de transgressão encontra-se permanentemente estimulada no PN, ora pelos momentos de aglomeração festiva, ora pela recontextualização das sociabili-

dades, sobretudo nos espaços de apropriação colectiva, ora pela polarização de uma grande diversidade e excelência de serviços que disponibiliza.

Não surpreende, deste modo, que encontrando-se num tempo e espaço de excepção e de festa, o visitante se sinta levado a sobrevalorizar, nos inquéritos efectuados, os aspectos de "atmosfera / excitação" e de "entretenimento / festa", como o confirmam os resultados representados no gráfico da figura 2. Entregue à construção de um mundo imaginário de fantasia e fruição, todas avaliações feitas acabam por ser integradas, aos olhos do visitante, em experiências de vida altamente hedonistas, reconhecimento que reforça a centralidade do PN, no conjunto dos espaços públicos da cidade de Lisboa.

Em suma, os múltiplos espaços de liminaridade que compõem o mega-complexo do PN conjugam, desta forma, a suspensão dos códigos sociais quotidianos com a produção de um ambiente festivo, limitado no tempo, de fruição intensa e *extra*-ordinária, visando a geração de situações de transgressão que investem na capacidade de evasão do quotidiano, a fórmula de sucesso de todo o parque. «It was a fantasy place where you sensed people had left their problems outside the gate. There was a carefree atmosphere» (Ley e Olds, 1988: 206).

Este lazer celebratório do anti-quotidiano pauta-se também no PN pela fabricação propositada da confusão entre o real e o imaginado, por uma valorização constante do consumo visual, seja de espectáculos, de exibições, festivais, ou a mera paisagem do parque. A cidade vivida pelos consumidores é cada vez mais percepcionada como uma cidade cinéfila, do espectáculo, das representações, da simulação e do deslumbramento, que pouco contém de real no sentido literal do termo (Cachinho, 2002). Este consumo visual não necessita forçosamente de ser apropriativo, pelo contrário, rege-se por critérios de instantaneidade temporal e de imediatez da gratificação pessoal, enquanto imagem, consome-se no "já" e no "agora", sempre confortavelmente (Fortuna, 1995, 1999; Urry e Crawshaw, 1995). Neste espaço tudo se transforma numa questão de estilo, atingindo-se o paroxismo semelhante ao vivido no ciberespaço. Estas questões têm paralelo com os conceitos de hiper--realidade (Eco, 1986) e de simulacro (Baudrillard, 1981). Na exploração do conceito de "postmetropolis", Edward Soja (2000, 2001) explora os conceitos de hiper-realidade e de simulacro, considerando-os centrais nas abordagens analíticas que se têm vindo a construir em torno do urbanismo pós--moderno, designadamente nos estudos que têm incidido sobre os parques temáticos. Partindo destes dois, o autor amplia a sua apreciação ao formular o conceito de "simcities": «At the core of this restructuring [of the urban imaginary; ideological refabrication that affects everyday life in the post-metropolis] is a growing confusion between the real and the imagined, and the interjection into the blurring of what has been called hyperreality, filled with the simulated images that are increasingly perceived as materially real in themselves (...). This restructuring of the urban imaginary – the fusion of the real with its representations – has been central to the conceptualization of postmodern urbanism (...). This secular diffusion of hyperreality into every-

day urban life has been linked to the theme-parking or disney-worlding of the city, the representation of urban geography as simulated reality of enchantment, danger, cultural iconography, entertainment, diversion, globality. (...) the sprawling spaces of hyperreality have created actual Simcities, to refer to the popular computer game that bills itself as the "original city simulator"» (Soja, 2001: 45).

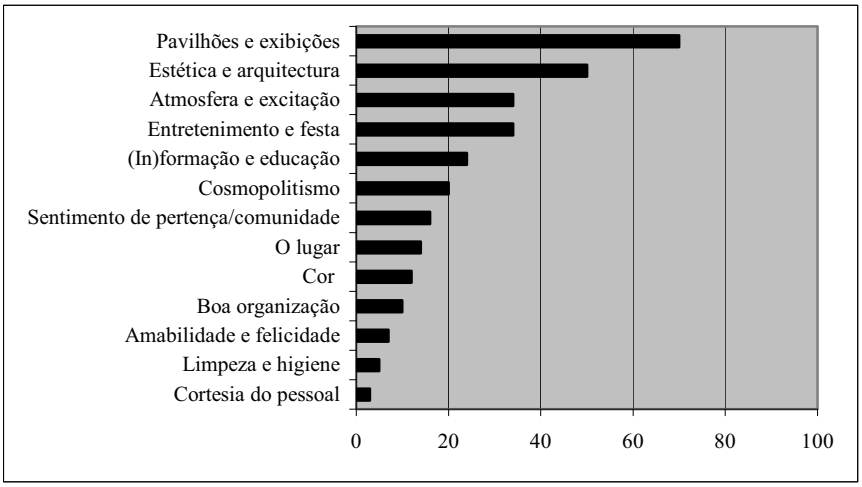
Cada visitante é livre de criar as imagens que quiser e a partir destas reinventar infinitamente a sua matriz identitária. No PN transita-se para uma cultura imagocêntrica, em que o espaço e o tempo são substituídos pelos instantes do acontecimento único de cenário efémero. Não há outra profundidade senão a da sucessão de imagens e de ecrãs. O espaço turístico acaba por se configurar ao nível do registo imaginário, algo herdado da Expo'98. Prova que este imaginário persiste até à data no PN é o facto de um dos termos mais frequentemente conotados ao seu espaço pelos visitantes, quando inquiridos, ser o da Exposição Mundial de 98.

3. O consumo visual de uma tipologia arquitectónica excepcional: o ecléctico e o temático

À vivência de uma cultura de consumo lúdico no parque não será seguramente alheia a questão do estreitamento na relação estabelecida entre o acto de lazer e o consumo visual. John Urry e Carol Crawshaw (1995) debruçando-se sobre a natureza da experiência turística, salientaram particularmente a importância da componente visual, partindo de uma reflexão inspirada sobretudo nos trabalhos de Michel Foucault sobre a centralidade da "visão" e do "olhar", enquanto formas daquilo que designou por "consumo visual". Chama-se, desta forma, a atenção para uma eventual associação entre a valorização contemporânea do "pensamento oculocêntrico", o crescente consumo visual e a importância da imagem nos diversos quadrantes da vida humana. Neste ponto tecer-se-ão breves considerações sobre a arquitectura e o enquadramento estético e paisagístico do Parque das Nações e respectivo contributo para a composição do eixo de atractividade do seu território.

Uma análise rápida da figura 2 permite evidenciar que, quando inquiridos sobre os aspectos que melhor tinham retido da Expo'98, entre os quais constam atmosfera/excitação, entretenimento/festa, pavilhões/exibições, orgulho/sentimento de pertença a uma comunidade, limpeza/higiene, boa organização, entre outros; 50 % dos visitantes enunciaram o ponto da beleza, estética e arquitectura como o segundo mais eleito, apenas ultrapassado pelos pavilhões e as exibições. Este tópico reflecte a importância da estrutura e porte arquitectónicos no eixo de atractividade do parque, sobretudo ao nível do registo da imagem do espaço imaginado, isto é, a imagem que o visitante constrói à partida. Para além de que reforça a já estreita ligação que existe entre lazer e arte na paisagem estilizada deste espaço.

Figura 2
Os aspectos mais importantes percebidos pelo visitante da Expo'98 (%)



Fonte: Inquéritos próprios, trabalho de campo realizado em 2001.

O tipo de arquitectura presente no PN, pelo seu aspecto arrojado e diferente, introduz uma discontinuidade territorial na textura pré-existente da cidade de Lisboa, reforçando o divórcio efectivo deste novo espaço urbano com o contexto local o que, por sua vez, contribui para a já referida fragmentação da estrutura urbana. Com efeito, os elementos arquitectónicos do parque, por possuírem qualidades visuais de relevo e marcantes a um nível de elevada estilização e a um registo cénico com pouca ou mesmo nenhuma comparação com outra arquitectura presente na cidade, tornam-se, pela sua originalidade, aspectos visualmente memoráveis ou considerados únicos no conjunto urbano, logo objectos de inevitável atenção e atractivo.

Uma vez que se valoriza essencialmente o contraste com as formas do cenário este é um importante conceito para que se perceba o sentido de fechamento que o parque pretende recriar e o objectivo de se constituir como uma "cidade em miniatura", que não é realmente uma cidade, mas na verdade o seu equivalente e substituto. A natureza territorialmente contrastante presente na dicotomia "exterior-interior" do parque é particularmente útil, na medida em que reforça o referido sentido de fechamento, a singularidade deste espaço, corroborando também a metáfora do não-lugar de Marc Augé (1992).

Com uma importância funcional ou simbólica relevante, este contraste local com os elementos circundantes da cidade, em termos de localização, dimensão e escala, conferem ao parque uma imagem particularmente bem identificável em termos associativos, ampliando as probabilidades de reconhecimento e atracção junto do potencial visitante no conjunto da cidade,

fortalecidas pela coincidência entre a importância da arquitectura ao nível do registo simbólico e visual do parque. Melhor dizendo, a conjuntura arquitectónica apresenta uma série de qualidades que satisfazem o reconhecimento por parte do visitante em diversos níveis de referência cognitiva e territorial no conjunto da cidade, para além de estimularem um extenso alcance visual. Isto é, tratam-se de qualidades que aumentam e organizam a possibilidade de visão, quer real quer simbólica.

Ao nível arquitectónico, assiste-se ainda no espaço do PN, à semelhança do que acontece noutros parques temáticos: à criação de uma arquitectura em alguns casos muito específica, animada por uma determinada mensagem que se pretende transmitir e que por isso mesmo serve de base a toda uma panóplia de efeitos iconográficos nos edifícios (Lobo, 1998). Toda a estrutura arquitectónica que caracteriza a imagética do parque reduz os seus elementos ao signo puro e a sua configuração tendo por base um conjunto de relações tautológicas que repetem o tema dos Descobrimentos Marítimos. O enquadramento arquitectónico do parque reconhece claramente a apropriação de alguns elementos tipológicos característicos do referencial tradicional e histórico da sociedade portuguesa. A experiência de simulacro vivenciada no parque impõe um conceito de arquitectura cénica que, por intermédio da manipulação dos mais variados elementos visuais e identitários da cultura e história portuguesas, pretendem recriar um efeito/sentimento territorial de pertença também este baseado numa memória colectiva encenada e simulada, por forma a conferir alguma espessura cultural a actos de lazer e recreio do parque que assumem, por si, um carácter claramente efémero e pontual. Uma arquitectura do espectáculo que provoca a sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição e de efemeridade, de "jouissance", que se tem tornado essencial para o sucesso de qualquer projecto desta natureza (Ley e Olds, 1988; Rovira, 1993; Harvey, 1989).

Veja-se que a maior parte dos edifícios consagrados do parque assumem um porte arquitectónico próximo da caravela portuguesa ou dos mastros destas imponentes embarcações. É notória uma clara predilecção pelas formas esféricas ou semiesféricas em variantes estéticas tangentes ao tema das Descobertas Marítimas. A dimensão cenográfica dos Descobrimentos Portugueses quinhentistas serviu de mote à concepção da maioria dos elementos do conjunto edificado do PN, nomeadamente: o centro comercial Vasco da Gama, a torre Vasco da Gama e, obviamente, o pavilhão atlântico, antigo pavilhão da utopia. Com a construção das caravelas, deram-se "novos mundos ao mundo". Foi esta a fonte inspiradora da equipa de Regino Cruz (1998) que concebeu um pavilhão em diálogo com o rio Tejo, com os oceanos e com a história dos Descobrimentos marítimos. Foi a ideia do aspecto formal da nau, evocando uma tradicional barca do Tejo, que sustentou a criação da estrutura pioneira do pavilhão atlântico. O soberbo espaço interno do pavilhão surge como se se olhasse o interior de uma caravela gigante. É, sem dúvida, uma construção em que uma técnica de vanguarda se conjuga com uma vertente histórica e cultural dos descobrimentos portugueses (Cruz,

1998), ambos tributos ao conforto visual e deambulatório do visitante, mesmo antes de privilegiarem a arte e a técnica.

O recurso à temática dos Descobrimentos Portugueses quinhentistas como dimensão cenográfica do parque intensifica e amplia a profundidade da experiência de lazer que efemeramente é vivida no mesmo. A inclinação pós-moderna de acumular toda a espécie de referências a estilos passados é uma das suas características mais presentes. Este facto está em concordância com o que Robert Venturi (1966: 18) defendeu em "Complexidade e Contradição na Arquitectura", de que os arquitectos deviam ser «guiados não pelo hábito mas pela consciência do passado», visto esta ser a principal fonte de uma arquitectura abertamente decorativa e ecléctica (Relph, 1987: 198 e 199). Parafraseando Edward Relph (1987): o antigo é novamente actual. Numa época de algum vazio social qualquer elemento associado ao passado é suficiente para forjar uma identidade segura e presente, uma espécie de colecção privada proveniente de uma memória colectiva e individual. Numa época de identidades descentradas, e de ausência de narrativas fundadoras e referenciais da vida humana, têm que se forjar referências, nem que sejam encenadas. Neste sentido também segue o movimento de patrimonialização da cidade.

4. O papel da linguagem e imagem publicitárias no marketing turístico do Parque das Nações

As cidades estão hoje sujeitas a um processo constante de avaliação e hierarquização. A imposição de cenários de competição global entre os lugares e territórios não só tem levado as cidades a adoptar estilos empresariais de governação, como também tem incrementado a pressão para a mediatização das políticas urbanas, e nestas últimas, tem-se salientado o pendor das campanhas de marketing. Esta nova dinâmica é marcada por uma globalização económica e cultural e pelo desenvolvimento das telecomunicações e dos transportes, que conduz a alterações significativas no cenário de fluxos de indivíduos, capitais, investimentos e informação. Deste modo, as cidades passam a enfrentar novos desafios, o seu campo concorrencial sofre uma mudança de escala (de regional e nacional, passa para transnacional) e o seu futuro passa a depender directamente da capacidade de captação daqueles fluxos, sempre sob o signo da restruturação económica global e das pressões da competição interurbana. É, assim, nesta óptica de uma reconfiguração de estratégias face à procura de públicos e capitais privados e suas expectativas face à cidade que deve ser lido o reinvestimento dos poderes públicos locais na imagem da cidade (Harvey, 1989; Rovira, 1993; Domingues, 1996; Hall, 1998; Hall e Hubbard, 1996; Barata Salgueiro, 1999c; Peixoto, 2000).

É, neste contexto, que as cidades se estão a tornar num objecto cuja imagem está a ser permanentemente trabalhada e promovida e visam gerir estrategicamente as suas imagens, por forma a ganharem vantagem no jogo

concorrencial que as estratégias representacionais estão a converter em cenário fundamentalmente simbólico e semiótico. É, neste sentido, que surgem as campanhas promocionais e o "marketing" urbano como, por exemplo, "Parque das Nações – Cidade Imaginada". Veja-se, a propósito deste "slogan" tão sugestivo, a exploração intencional do sentimento de utopia e do idílico, valorizando uma desrealização do mundo que vai de encontro à necessidade de evasão dos visitantes. Esta mensagem publicitária faz parte de um processo de fabricação comercial da imagem de qualidade urbana que se pretende incutir àquele espaço e que constituirá, à partida, uma importante mais-valia, contribuindo para a eficácia do eixo de atractividade, pelo menos ao nível da imagem do espaço imaginado, estruturada psico-socialmente pelo visitante. Tendo em conta um individualismo crescente da sociedade contemporânea e o facto de que «cada indivíduo tende a desenvolver, a partir de uma malha de motivações turísticas genéricas, uma configuração pessoalizada do imaginário turístico contemporâneo (...) a análise do binómio motivação individual / imaginário turístico é de grande relevância para a estruturação, via marketing, de uma imagem cativante do espaço de recepção e particularmente dos seus principais produtos turísticos» (Sirgado, 1993: 23). O PN procura difundir imagens que destaquem o potencial do lugar. A identidade do lugar passa a estar ligada a imagens e a actividades que reforcem a capacidade local para oferecer condições ímpares a quem simplesmente visita, a quem procura um novo meio residencial, a quem procura momentos de divertimento e diversão. É através desta notoriedade que o PN, no seguimento da Expo'98, não cumpre senão o objectivo estratégico de ampliar de forma substancialmente significativa as questões que se prendem com a percepção e o reconhecimento exteriores da capital e do país.

Actualmente, e para todo e qualquer sector económico que recorra ao marketing, «a embalagem é o produto». Esta ideia remete, sem dúvida, para a importância da função que a "embalagem" e o "rótulo", ou seja, a imagem desempenha na sociedade contemporânea, nomeadamente no "marketing mix" do produto turístico. A imagem tornou-se um veículo publicitário em si mesma. Defende-se pois que, actualmente, na maior parte dos casos dos produtos ou serviços turísticos, o que se consome são sobretudo imagens. Já Jean-Marie Miossec avançava, há duas dezenas de anos, com uma ideia que hoje se encontra consagrada na literatura dedicada à geografia do lazer e do turismo: «L'espace touristique, c'est avant tout une image» (Miossec, 1977: 55). A vivacidade e a coerência da imagem do espaço de turismo e de lazer sempre foram apontadas como condições fundamentais para a concretização de um real prazer e bem-estar no desfrute dos serviços e equipamentos disponíveis.

A edição e distribuição junto dos públicos-alvo de brochuras promocionais assumem um papel fundamental no discurso publicitário do parque, com respectivos impactes no eixo de atractividade deste território, por via dos potenciais efeitos verificados ao nível da (re)construção do universo motivacional do visitante. Estas serão o principal veículo de comunicação entre a

oferta e a procura no mercado turístico daquele espaço. Estas publicações avançam uma primeira descrição da proposta de visita permitindo a apresentação dos traços mais significativos do PN e das formas mais adequadas do consumo de lazer, podendo ainda ser consideradas como uma garantia de execução da oferta, sob diversa forma – estacionamento, restauração, entre outros. Os "folders" promocionais criam, assim, em última análise, a imagem do produto turístico tal como ele é adquirido pelo consumidor. Estamos, naturalmente, a remeter para aquilo a que José Rafael Sirgado (1993) se refere quando define a imagem do espaço imaginado, isto é, a imagem que o turista constrói à partida.

A análise dos "folders" promocionais dirigidos a potenciais turistas e visitantes e uma inclinação sobre os títulos escolhidos e motivos focados pelas fotografias apresentadas, entre outras possíveis observações, permite, após uma primeira leitura e visionamento, revelar que o recurso constante a imagens estereotipadas ou à utilização de um discurso dominado por determinadas expressões valorativas é, de facto, um dos elementos mais importantes a ter em consideração na linguagem publicitária no PN e no mecanismo de manipulação das referências do espaço imaginado pelo potencial público visitante.

Figura 3
«Que bem que se está no parque»

Veja-se, a propósito, a imagem da figura 3 que se centra em duas jovens, numa pose de clara descontracção, típica do desejo de diversão. O facto de tomarem as bebidas de uma forma tão descontraída demonstra a trans-

gressão e evasão características de um imaginário hedonista de consumo (e de um espaço liminar) que poderá ser proporcionado ao visitante caso ele opte pela visita e passeio ao PN. Repare-se na expressividade do convite: «Um guia para evitar o stress na altura de estacionar, almoçar e jantar»; acompanhado pela referência a um slogan de puro hedonismo: «Que bem que se está no parque». Neste panfleto, entre muitos outros analisados, encontram-se todos os elementos e informações que possam configurar uma imagem positiva capaz de atrair os passeantes que procuram lugares que lhes permitam realizar todas as actividades que lhes aprazem.

A comunicação ao grande público procura explorar fundamentalmente as ideias de novidade, sedução, bem-estar pessoal e satisfação individual, noções que vão, exactamente, de encontro e em perfeita concordância com a expectativa e necessidades que o campo simbólico e motivacional do visitante evidencia. Por outro lado, indispensável parece ser transformar ao entendimento dos potenciais visitantes os recursos disponíveis no PN em algo verdadeiramente extraordinário. Esta é, efectivamente, uma das primeiras frentes de abordagem por parte dos panfletos: a construção da imagem do parque enquanto espaço "extra-ordinário", logo, mais apelativo ao anti--quotidiano, remetendo para algo que alguns autores denominam por um processo de mitificação do espaço turístico. É notória a forte incidência de expressões associadas ao campo semântico que gira em torno do festivo e do excepcional. Trata-se, obviamente, de uma linguagem muito bem trabalhada estrategicamente para que, concomitante com as imagens reproduzidas, se classifique o PN como um território que transcende o mundo quotidiano, entendido como banal e desinteressante.

A eficácia desta promoção turística é fruto da capacidade que revela em modelar um imaginário turístico cativante, mas nunca descurando de uma indispensável coerência com as condições de acolhimento realmente existentes no espaço receptor, sob pena de se arriscar gorar as expectativas do visitante e contribuir para níveis de satisfação muito reduzidos. Entenda-se que se defende que a avaliação dos níveis de eficácia da promoção turística se estrutura a partir da análise comparativa e da eficácia da atractividade de um dado espaço turístico, sendo que esta decorre da coerência da relação estabelecida entre a imagem do espaço imaginado (isto, é, aquela que o visitante constrói no seu imaginário antes de o visitar) e a imagem do espaço consumido (ou seja, a imagem gerada após a realização da visita ao mesmo). Quanto maior a concordância entre estas duas realidades, em princípio maior o grau de atracção que o parque exerce no potencial visitante, pois maior o nível de satisfação alcançado (Sirgado, 1993).

5. Considerações finais

As transformações na recomposição do sistema produtivo mundial e da estrutura social contemporânea, marcadas pela falência do modelo fordista e

conjuntura de um regime de acumulação de capital mais flexível, pelo declínio da sociedade industrial, pelo aumento do consumo, pela desvitalização da ideologia moralista do trabalho e pelo alargamento das práticas de lazer, desencadearam, no último quartel do século XX, profundos processos de reestruturação urbana que estão na base da emergência de uma nova forma de construir, planear e viver a cidade e que, por falta de melhor designação, se tem denominado de pós-moderna. Esta transição da modernidade para a pós-modernidade, evidenciada pelo espaço urbano, caracteriza-se, entre outros aspectos, pela (re)afectação de espaços devolutos ou outras áreas que entretanto perderam a sua afectação urbana inicial e se encontram desprovidas de qualquer função. Neste processo de intervenção destaca-se a reutilização e requalificação das velhas áreas portuárias e industriais da cidade, no qual tem sido comum, como elemento-chave, a utilização de equipamentos de natureza turístico-recreativa. Com efeito, o desenvolvimento no meio urbano das actividades recreativas, turísticas e culturais tem estado associado nas últimas três décadas a processos de reconversão das frentes ribeirinhas.

À semelhança de outras operações urbanas desta natureza, o megacomplexo cenográfico e espectacularizado do PN, enquanto importante enclave cénico, lúdico e estético de implantação pontual no território urbano, responde à visibilidade redobrada e extraordinária que a criação de ambientes urbanos, estruturada segundo os critérios de mercantilização, estetização e festivalização, detém na política de competitividade urbana. Salientámos que o PN configura actualmente, enquanto espaço de lazer e turismo apoiado por uma política de gestão estratégica da imagem da cidade, uma política de promoção urbana que visa simultaneamente a rentabilização da oferta existente e a sua evolução segundo um eixo de qualidade em todos os segmentos, configurando um reposicionamento competitivo no conjunto da região e mesmo do país.

Pretende-se que o desenvolvimento do lazer e recreio cultivados nesta nova centralidade urbana que é o Parque das Nações, seja percebida e integre prazer e consumo numa celebração da criatividade individual e social, através da partilha de múltiplos signos imagéticos, num ambiente festivo e pictoricamente estimulante, que se desenvolve num cenário de arquitectura de espectáculo, sob o signo de um imaginário hedonista de consumo. No modo como é dado a fruir aos seus visitantes, o PN apresenta-se, antes de mais, como um espectáculo simbólico de cultura e lazer, um espaço público fortemente estilizado e lúdico, no qual a arte e a cultura se disseminam numa «estética de ilusão e de fantasia», em que o conhecimento e a pedagogia se fragmentam sob a lógica da «distracção lúdica» e do «entretenimento efémero» concebidos para impressionar e estimular os sentidos (expressões entre aspas de Ferreira, 1998: 63), combinando múltiplas modalidades (a artística, a científica, a didáctica, a urbanística, a política e a estratégica) sob o signo da cultura do consumo, do prazer lúdico e da estimulação sensorial, valorizando o "culto da distracção", do "presentismo" e do "efémero".

O Parque das Nações constitui um novo espaço público que atrai milha-

res de indivíduos devido à sua génese, enquanto espaço temático de exposições e espectáculo para fruição das massas, mas também pela sua vocação marcadamente cultural e lúdica pela oferta cultural complementar que fornece à cidade, proporcionando ao público o contacto com alguma oferta internacional no domínio das artes, do lazer e da recreação. O PN valoriza modalidades de turismo que estão actualmente em grande expansão: o turismo profissional (congressos, estágios, viagens de estudo) e o de negócios (feiras e mostras – FIL). Concretizou um verdadeiro esforço de investimento em equipamentos culturais e museológicos, em estruturas de acolhimento de congressos, feiras e similares, bem como o apoio à realização de uma enorme diversidade de eventos e propostas de animação urbana por forma a incrementar a atracção turística da cidade.

Produto de um ambicioso programa urbanístico de requalificação da área oriental de Lisboa e a sua reconversão num espaço urbano multifuncional, o PN apresenta uma série de equipamentos estruturantes que dispõem ao visitante um extenso leque de escolhas, entre os quais: o oceanário, o pavilhão multiusos, as novas instalações da FIL, o teatro Camões, o pavilhão da realidade virtual, entre outros. A plurifuncionalidade dominante neste espaço traduz-se numa mistura de usos e que, associada à implantação pontual do empreendimento – divorciado que está do restante contexto territorial da área oriental da cidade – prova um afastamento em relação ao princípio de zonamento funcional e à organização tradicional do espaço urbano em manchas homogéneas, típico da cidade moderna. Assim, num sentido mais amplo, o parque, enquanto enclave megacomplexo imobiliário e cenográfico, confirma a tese da cidade fragmentada e policêntrica proposta por Teresa Barata Salgueiro. Para tal, procurámos confirmar que à emergência e sucesso deste novo espaço urbano não são alheias as mudanças no quadro de valores sociais e culturais inerentes à afirmação da pós-modernidade e de uma cultura de consumo, colateral à consolidação de uma condição pós-moderna da cidade de Lisboa, presente quer no policentrismo e fragmentação da sua estrutura urbana, quer na valorização do lazer e do turismo como sectores privilegiados da economia simbólica que se lhe tem tornado característica.

Referências Bibliográficas

AMIN, A. e THRIFT, N. (2002), *Cities: Reimagining the Urban*, Polity Press, Cambridge.

ANDRADE, P. (1993), «Sociologia da viagem: o quotidiano e os seus inter-trajectos», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, 51-77.

ARANTES, A.(1997), «A guerra dos lugares: fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano de São Paulo», in C., FORTUNA (org.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*, Celta Editora, Oeiras, 259-270.

AUGE, M. (1992), *Non-Lieux. Introduction à une Anthropologie de la Surmodernité*, Éditions du Seuil, Paris. (Edição Portuguesa, 1998, *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Bertrand Editora, Lisboa).

BARATA SALGUEIRO, T. (1989), «Novas formas de comércio», *Finisterra*, 24 (48),

151-217.

BARATA SALGUEIRO, T. (1996), *Do Comércio à Distribuição. Roteiro de uma Mudança*, Celta Editora, Oeiras.

BARATA SALGUEIRO, T. (1997), «Lisboa: metrópole policêntrica e fragmentada», *Finisterra*, 32 (63), 179-190.

BARATA SALGUEIRO, T. (1998a), «Cidade pós-moderna: espaço fragmentado», *Inforgeo*, 12/13, 225-235.

BARATA SALGUEIRO, T. (1998b), «Cidade pós-moderna: espaço fragmentado», *Território*, 4, 39-53.

BARATA SALGUEIRO, T. (1999a), «A Cidade e o Comércio nos finais do século», Fórum *Comércio, Cidade e Qualidade de Vida*, Direcção Geral do Comércio e da Concorrência, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, 22-27.

BARATA SALGUEIRO, T. (1999b), «Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano», *Inforgeo*, 14, 65-76.

BARATA SALGUEIRO, T. (1999c), «Das mudanças territoriais às da gestão: algumas notas», *Finisterra*, 34 (67/68), 153-160.

BARATA SALGUEIRO, T. (2000), «Fragmentação e exclusão nas metrópoles», *Sociedade e Território*, 30, 16-26.

BARATA SALGUEIRO, T. (2001), *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Celta Editora, Oeiras.

BARATA SALGUEIRO, T. e CACHINHO, H. (2002), «Comércio, consumo e (re)produção do espaço urbano», *Apontamentos de Geografia*, 14, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.

BAUDRILLARD, J. (1968), *Le Système des Objets*, Éditions Gallimard, Paris. (Edição brasileira, 2000, *O Sistema dos Objetos*, Editora Perspectiva, São Paulo).

BAUDRILLARD, J. (1970), *La Société de Consommation*, Éditions Plànete, Paris. (Edição portuguesa, 1995, *A Sociedade de Consumo*, Edições 70, Lisboa).

BAUDRILLARD, J. (1972), *Pour une Critique de L'Économie Politique du Signe*, Éditions Gallimard, Paris. (Edição portuguesa, 1995, *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*, Edições 70, Lisboa).

BAUDRILLARD, J. (1981), *Simulacres et Simulation*, Éditions Galilée, Paris. (Edição portuguesa, 1991, *Simulacros e Simulação*, Relógio d'Água, Lisboa).

BOYER, M. Ch. (1993), «The city of illusion: New York's public places», in P., KNOX (eds), *The Restless Urban Landscape*, Prentice Hall, New Jersey, 111--126.

CAETANO, L. (1991), «Desindustrialização, reconversão e terciarização: algumas reflexões», *Cadernos de Geografia*, 10, 29-97.

CACHINHO, H. (1991), *Centros Comerciais em Lisboa. Os Novos Espaço de Consumo*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.

CACHINHO, H. (2002), *O Comércio Retalhista Português. Pós-Modernidade, Consumidores e Espaço,* Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, Lisboa.

CARRERAS, C. (1995), «Los nuevos espacios del consumo en Barcelona», *Revista de Geografia*, 29 (2), 69-77.

CAVACO, C. (1979), *O Turismo em Portugal: Aspectos Evolutivos e Espaciais*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.

CAVACO, C. (1996), «Turismos de ontem e de hoje: realidades e mitos», in C., CAVACO (coord.), *Turismos e Lazeres*, Centro de Estudos Geográficos da

Universidade de Lisboa, Lisboa. 1-13.

CLARKE, D. (1997), «Consumption and the city, modern and postmodern», *International Journal of Urban and Regional Research*, 21 (2), 218-237.

COOKE, P. (1988), «Modernity, postmodernity and the city», *Theory, Culture & Society*, 5 (2/3), 475-492.

COSTA, P. (2000), «Centros e margens: produção e práticas culturais na Área Metropolitana de Lisboa», *Análise Social*, 34 (154), 957-983.

CRILLEY, D. (1993), «Megastructures and urban change: aesthetics, ideology and design», in P., KNOX (eds), *The Restless Urban Landscape*, Prentice Hall, New Jersey, 127-164.

CRUZ, R. (1998), «Atlântico: pavilhão multiusos de Lisboa», in S., OLIVEIRA (eds), *Catálogo Oficial do Pavilhão Utopia*, Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa e Parque Expo'98. S.A., Lisboa, 65-67.

DEAR, M. (2000), *The Postmodern Urban Condition*, Blackwell, Oxford.

DEAR, M. (2001), «Postmodern turn», in C., MINCA (eds), *Postmodern Geography: Theory and Praxis*, Blackwell, Oxford, 1-34.

DEMATTEIS, G. (2001), «Shifting cities», in C., MINCA (eds), *Postmodern Geography: Theory and Praxis*, Blackwell, Oxford, 113-128.

DOMINGUES, A. (1996), «Política urbana e competitividade», *Sociedade e Território*, 23, 31-42.

DONAIRE, J. A. (1998), «La geografía del turismo después del fordismo: turistas en las fábricas, turistas en los centros comerciales», *Sociedade e Território*, 28, 55-68.

ECO, U. (1986), *Viagem na Irrealidade Quotidiana*, Difel, Lisboa.

FEATHERSTONE, M. (1991), *Consumer Culture & Postmodernism*, Sage, Londres.

FERNÁNDEZ, E. B. (1991), «El paisaje en la oferta turística y recreativa», *Estudios Turísticos*, 112, 27-54.

FERREIRA, C. (1998), «A Exposição Mundial de Lisboa de 1998: contextos de produção de um mega-evento cultural», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, 43--67.

FORTUNA, C. (1994), «As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais», in M. L. L, SANTOS (coord.), *Cultura e Economia*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 209-230.

FORTUNA, C. (1995), «Turismo, autenticidade e cultura urbana», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, 11-45.

FORTUNA, C. (1999), *Identidades, Percursos e Paisagens Culturais. Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*, Celta Editora, Oeiras.

GLENNIE, P. D. e THRIFT, N. J. (1992), «Modernity, urbanism, and modern consumption», *Environment and Planning D: Society and Space*, 10 (4), 423-443.

HALL, T. e HUBBARD, Ph. (1996), «The entrepreneurial city: new urban politics, new urban geographies?», *Progress in Human Geography*, 20 (2), 153-174.

HALL, T. (1998), *Urban Geography*, Routledge, Londres.

HANNIGAN, J. (1998), *Fantasy City. Pleasure and Profit in the Postmodern Metropolis*, Routledge, Londres.

HARVEY, D. (1987), «Flexible accumulation through urbanization: reflections on "Post-Modernism" in the American City», *Antipode*, 19 (3), 260-286.

HARVEY, D. (1989), *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Blackwell, Oxford.

HENRIQUES, E. B. (1993), «Do turismo urbano. Lisboa no contexto do espaço turísti-

co português», *Inforgeo*, 6, 55-70.

HENRIQUES, E. B. (1996), *A Lisboa Turística. Entre o Imaginário e a Cidade. A Construção de um Lugar Turístico Urbano*, Edições Colibri, Lisboa.

JAMESON, F. (1984), «Postmodernism, or the cultural logic of capitalism», *New Left Review*, 146, 53-92.

KNOX, P. (1987), «The social production of built environment: architects, architecture and the post-modern city», *Progress in Human Geography*, 11 (3), 354-377.

KNOX, P. (1991), «The restless urban landscape: economic and socio-cultural change and the transformation of Washington D.C.», *Annals of the Association of American Geographers*, 81, 181-209.

KNOX, P. (1993a), «Capital, material culture and socio-spatial differentiation», in P., KNOX (eds), *The Restless Urban Landscape*, Prentice Hall, New Jersey, 1-34.

KNOX, P. (1993b), «The postmodern urban matrix», in P., KNOX (eds), *The Restless Urban Landscape*, Prentice Hall, New Jersey, 207-236.

LAW, Ch. M. (1992), «Urban tourism and its contribution to economic regeneration», *Urban Studies*, 29 (3/4), 599-618.

LAW, Ch. M. (1993), *Urban Tourism. Attracting Visitors to Large Cities*, Mansell, Londres.

LEY, D. e OLDS, K (1988), «Landscape as spectacle: world's fairs and the culture of heroic consumption», *Environment and Planning D: Society and Space*, 6 (2), 191-212.

LIPOVETSKY, G. (1983), *A Era do Vazio. Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*, Relógio d'Água, Lisboa.

LIPOVETSKY, G. (1994), *O Crepúsculo do Dever. A Ética Indolor dos Novos Tempos Democráticos*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

LOBO, P. (1998), «Expo'98: afinal, o que tem?», *Notícias Magazine*, 301, 1 de Março de 1998, suplemento dominical do Diário de Notícias, Lisboa.

MATIAS FERREIRA, V., RODRIGUES, W., CASANOVA, J. L, CASTRO, A., WEMANS, L., e AMOR, T. (1997), *Lisboa, a Metrópole e o Rio. Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*, Editorial Bizâncio, Lisboa.

MATIAS FERREIRA, V. e INDOVINA, F. (org.) (1999), *A Cidade da Expo'98. Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*, Editorial Bizâncio, Lisboa.

MATIAS FERREIRA, V. (1999), «Lisboa depois da Expo – e a cidade?», Colóquio *Lisboa depois da Expo...*, Assembleia Municipal de Lisboa, Lisboa, 89-97.

MATIAS FERREIRA, V. (2004), *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*, Centro de Estudos Territoriais do ISCTE e Ler Devagar, Lisboa.

MIOSSEC, J.-M. (1977), «L'image touristique comme introduction à la geographie du tourisme», *Annales de Geographie*, 473, 55-70.

MULLINS, P. (1991), «Tourism urbanization», *International Journal of Urban and Regional Research*, 15 (3), 326-342.

O'CONNOR, J. e WYNNE, D. (1996), *From the Margins to the Center: Cultural Production and Consumption in the Post-Industrial City*, Arena, Aldershot.

O'CONNOR, J. e WYNNE, D. (1997), «Das margens para o centro: produção e consumo de cultura em Manchester», in C., FORTUNA (org.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*, Celta Editora, Oeiras, 189-205.

PAIS, J. M. (1993), «Nas rotas do quotidiano», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, 105-115.

PAIS, J. M. (1994), «A vida como aventura: uma nova ética de lazer», in *Actas do Congresso Mundial de Lazer*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade

de Lisboa, Lisboa, 99-110.

PEIXOTO, P. (1995), «A sedução do consumo: as novas superfícies comerciais urbanas», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, 147-170.

PEIXOTO, P. (2000), «A gestão estratégica da imagem das cidades: análise de mensagens promocionais e de estratégias de "marketing" urbano», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 99-122.

RELPH, E. (1987), *A Paisagem Urbana Moderna*, Edições 70, Lisboa.

ROBIRA, R. T. (1993), «Barcelona post-olímpica: de ciudad industrial a escenario de consumo», *Estudios Geograficos*, 212, 507-520.

RODRIGUES, W. (1992), «Urbanidade e novos estilos de vida», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12, 91-107.

ROVIRA, N. B. (1993), «Producción de imagen en la Barcelona del 92», *Estudios Geograficos*, 212, 483-505.

SCOTT, A. (1997), «The cultural economy of cities», *International Journal of Urban and Regional Research*, 21 (2), 323-339.

SHIELDS, R. (1991), *Places on the Margin. Alternatives Geographies of Modernity*, Routledge, Londres.

SIRGADO, J. R. (1993), «Turismo nas regiões portuguesas: contributo para a modelação de um cenário de desenvolvimento e inovação para o final do século», *Inforgeo*, 6, 21-36.

SOARES, B. (1999), «Lisboa depois da Expo...», Colóquio *Lisboa depois da Expo...*, Assembleia Municipal de Lisboa, Lisboa, 23-34.

SOJA, E. W. (1989), *Postmodern Geographies. The Reassertion of Space in Critical Social Theory*, Verso, Londres.

SOJA, E. W. (1996), *Thirdspace. Journeys to Los Angeles and Other Real-and--Imagined Places*, Blackwell, Oxford.

SOJA, E. W. (2000), *Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions*, Blackwell, Oxford.

SOJA, E. W. (2001), «Exploring the postmetropolis», in C., MINCA (eds), *Postmodern Geography: Theory and Praxis*, Blackwell, Oxford, 37-56.

URRY, J. (1988), «Cultural change and contemporary holiday-making», *Theory, Culture & Society*, 5 (1), 35-56.

URRY, J. (1990a), *The Tourist Gaze. Leisure and Travel in Contemporary Societies*, Sage, Londres.

URRY, J. (1990b), «The "consumption" of tourism», *Sociology*, 24 (1), 23-35.

URRY, J. e LASH, S. (1994), *Economies of Signs & Space*, Sage, Londres.

URRY, J. (1995), *Consuming Places*, Routledge, Londres.

URRY, J. e CRAWSHAW, C. (1995), «Turismo e consumo visual», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, 47-68.

WARREN, S. (1993), «"This heaven gives me migraines": the problems and promise of landscape of leisure», in J., DUNCAN e D., LEY (eds), *Place, Culture, Representation*, Routledge, Londres, 173-186.

ZUKIN, S. (1988), «The postmodern debate over urban form», *Theory, Culture & Society*, 5 (2/3), 431-446.

ZUKIN, S. (1991), *Landscapes of Power. From Detroit to Disney World*, University of California Press, Berkeley.

ZUKIN, S. (1995), *The Culture of Cities*, Blackwell, Oxford.

GEOGRAFIA ECONÓMICA: ENCONTROS E DESENCONTROS DE UMA CIÊNCIA DE ENCRUZILHADA[1]

Joana Chorincas*

1. O longo percurso de afirmação da Geografia Económica

Muitas têm sido as designações para a ciência nascida da convergência entre a Geografia e a Economia: *Geografia Industrial*, *Geografia Comercial*, *Geografia do Comércio Mundial*, *Geografia Comercial e Económica*, *Geografia Aplicada*...

O termo *Geografia Económica* ganhou, todavia, cada vez maior número de adeptos e manteve-se como a principal designação da subdisciplina nascida da convergência científica entre as duas áreas científicas, apesar de cada vez mais se ouvir falar em *Geoeconomia*, vocábulo formado por analogia ao termo *Geopolítica.*

Porém, a Geografia Económica, ou a Geoeconomia, teve de ultrapassar diversas contrariedade até se afirmar no seio da comunidade científica e se constituir como uma verdadeira subdisciplina da ciência geográfica e da ciência económica.

A Geografia Económica é, em poucas palavras, a análise da superfície terrestre em todos os aspectos que interessam do ponto de vista económico. Todos os fenómenos económicos, mesmo os que derivam da realidade virtual dos mercados bolsistas e financeiros, têm um aspecto espacial ou locacional. Neste contexto, ao geógrafo-economista cabe descobrir a explicação das relações espaciais do mundo económico.

Apesar de existirem várias tentativas de definição e vários enfoques da Geografia Económica, resultantes da evolução epistemológica da ciência geográfica e da ciência económica e da evolução da própria realidade económico-espacial observada pelos geógrafos, parece haver um consenso no sen-

---

[1] Este artigo baseou-se na Tese de Mestrado *"Geografia e Desenvolvimento Económico na Europa Comunitária"*, defendida no Instituto Superior de Economia e Gestão no âmbito do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

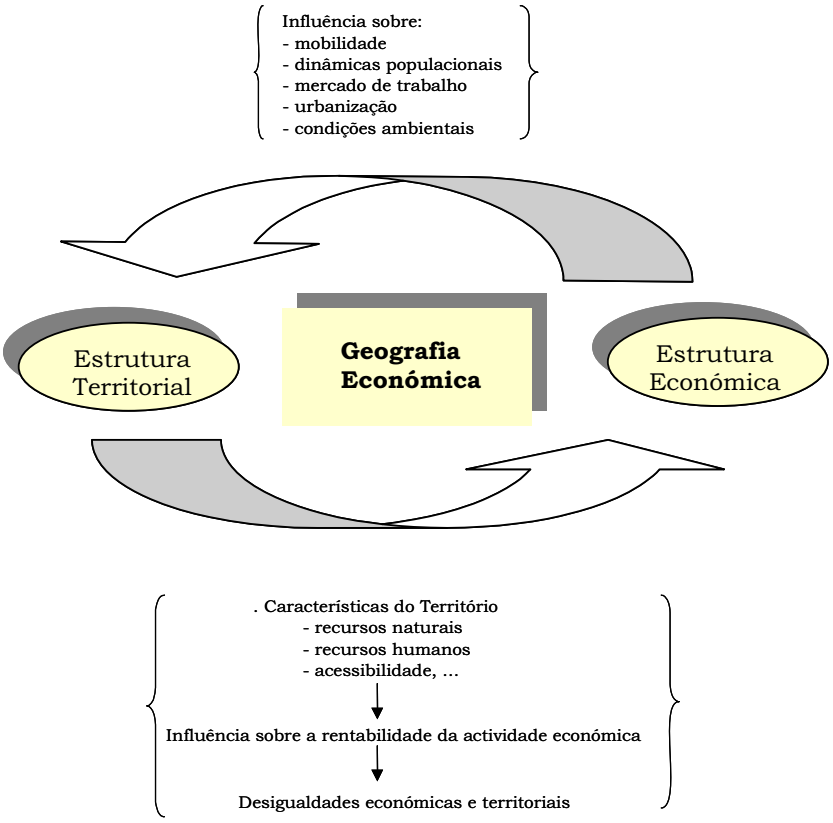
* E-Geo – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa.

Inforgeo, 16/17, Lisboa, Edições Colibri, 2001/02, pp. 109-122

tido de a Geografia Económica constituir o estudo das inter-relações entre a estrutura económica e a estrutura espacial, numa dupla perspectiva (Figura 1).

A Geografia Económica até se conseguir impor como ciência e incorporar métodos de análise próprios da ciência económica viu muitas vezes a sua tarefa de afirmação bastante complicada, na medida em que foram sucessivos os encontros e desencontros entre Geografia e Economia.

Figura 1 – Articulação entre a estrutura territorial e a estrutura económica na Geografia Económica



Fonte: Elaboração própria

É precisamente um breve apontamento desta trajectória de avanços e recuos da Geografia Económica que se pretende apresentar neste artigo.

2. A perspectiva a-espacial da economia clássica

Durante muito tempo, a Geografia e a Economia percorreram caminhos separados. A teoria económica debruçava-se apenas sobre questões como a oferta, a procura e os factores de produção. O vigor das teorias ortodoxas neoclássicas mantinha a Economia uma ciência hermética e isolada do resto do saber científico.

De entre os primeiros economistas clássicos que se interessaram pelos problemas espaciais (ou geográficos) destaca-se Adam Smith que, na sua obra *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776), abordou certos aspectos da localização ao introduzir o conceito de *vantagem absoluta* e ao interessar-se pelos diferentes níveis de riqueza dos países e regiões, recorrendo aos factores geográficos para a sua justificação.

John Gallup e Jeffrey Sachs (1998:10) consideram que, na busca desta justificação, Adam Smith "gave deep attention to the geographic correlates of growth, (...) saw geography as the crucial accompaniment of economic institutions in determining the division of labor (...) and crucial in transport costs".

Porém, estes esforços de introdução da problemática geográfica no seio da teoria económica foram inócuos...

Os economistas mantinham a sua preferência pelos aspectos aespaciais da "*mainstream economics*", como os factores de formação da riqueza, do valor e dos preços e a remuneração dos factores de produção. O factor capital e tecnologia constituíam os aspectos centrais das teorias de crescimento e desenvolvimento económico.

Estes aspectos aespaciais tiveram particular desenvolvimento com David Ricardo, na sua obra *Principles of Political Economy and Taxation* (1817) e com Stuart Mill em *Principles of Political Economy* (1852).

Vulgarizava-se a visão utilitarista do *homo economicus* ou do *racional economic man*. Mesmo os trabalhos de Von Thünen (1824), hoje um pilar essencial das correntes teóricas da geografia rural e urbana, eram encarados apenas numa visão minimalista, racional e utilitária, em detrimento dos seus importantes contributos para os estudos de localização: "because Von Thünen was german, the tradition of spatial analysis failed to get established in the eventually dominant anglo-saxon school" (Krugman, 1995:34).

Apenas com Alfred Marshall se assistiu ao reaparecimento dos aspectos espaciais ou locacionais no seio da teoria económica, com a introdução do conceito de Distrito Industrial. Um capítulo da sua obra *Principles of Economics* (1920) foi mesmo consagrado ao estudo dos factores de localização da actividade industrial. Para este autor, a mão-de-obra e a oferta de *inputs* constituíam aspectos essenciais da especialização produtiva de uma região.

Porém, o ténue interesse por parte dos economistas sobre os aspectos geográficos estava preso às visões simplistas do determinismo geográfico, à influência que o ambiente natural produz sobre a localização das actividades, os factores de produção e os modos de vida das populações.

Esta visão determinista esteve bem presente na obra *Handbook* of *Commercial Geography* de Chisholm (1889), que enfatizou os factores geográficos (sobretudo físicos) na influência que exercem sobre a produção, o transporte e a troca de mercadorias. Os problemas de localização das actividades económicas iam, no entanto, ganhando adeptos, apesar de se manterem marginais na teoria económica dominante. Realcem-se os trabalhos de Weber (*Theory of the Location of industries* – 1929), de Hoover (*Location Theory and the Shoe and Leather Industries* – 1937), de Lösch (*The Economics of Location* – 1954), de Walter Isard (*An Introdution to Regional Science* – 1975) e de Greenhut (*A Theory of Firm in Economic Space* – 1979).

Alguns economistas *desalinhados* com a *mainstream,* criticavam severamente a visão meramente formal da Economia. Tornou-se célebre a designação de Isard para a teoria económica dominante – uma "wonderland of no spatial dimensions". Segundo Krugman, "Isard made a powerful effort to get his fellow economists to take space seriously, (...) digesting the german tradition in location and making it acessible both in language and in style to the world of english-speaking economists" (Krugman, 1995:34).

Todavia, estes esforços de aproximação entre a teoria da localização ou os aspectos espaciais e a economia mais uma vez saíram logrados pois, ainda de acordo com Krugman, a principal obra de Isard, intitulada *Location and Space-Economy,* não passou de um esforço de síntese das teorias de Von Thünen, Weber, Christaller e Lösch.

O principal factor que levou à derrota da introdução irreversível dos aspectos espaciais na teoria económica foi o facto de Isard ter tentado demonstrar aos economistas que era possível aplicar na análise do espaço e na teoria da localização modelos por eles desenvolvidos na teoria económica: "in effect Isard was saying to economists «look! You can deal with space using the tools you already have!»; but they couldn't" (Idem:56).

Por outro lado, os economistas mantinham-se fiéis à concorrência perfeita e aos rendimentos constantes à escala que norteavam as premissas dos seus modelos económicos, impossibilitando a introdução do factor espaço na sua *wonderland.*

Assim, o principal contributo de Isard para a aproximação entre a Geografia e a Economia, prendeu-se com o seu esforço de criação de uma subdisciplina da teoria económica – a Ciência Regional, que apesar de ser na altura "a subfield of relatively low stature and minor interest within economics" (Idem:56)**,** marcou um momento importante de convergência entre as duas ciências: constituiu o esforço de "modernização" da análise regional por parte de alguns geógrafos e o esforço de incorporação da dimensão regional por parte de alguns economistas.

Isto porque a Ciência Regional se debruça sobre a análise dos problemas económico-sociais assente numa perspectiva espacial, através do recurso a conceitos, teorias, métodos e modelos de análise próprios da ciência económica.

3. Geografia, ciência ideográfica e distante da teorização

Se durante muito tempo os economistas ignoravam a influência do espaço nos processos económicos, os geógrafos por seu turno também não demonstravam grande interesse pelos processos económicos. A maior parte dos geógrafos fechava-se numa atitude antipositivista, ao considerar que a Geografia é uma ciência do domínio das humanidades: é acima de tudo a "arte" da descrição. Assim, qualquer tentativa de introdução de princípios teóricos e metodológicos oriundos da ciência económica inibiria o trunfo principal dos geógrafos – a subjectividade da descrição, que fazia da Geografia uma disciplina essencialmente ideográfica.

Durante décadas, os geógrafos pareceram hipnotizados pelos dogmas do determinismo geográfico, o que impossibilitava o fortalecimento dos laços com a ciência económica. Verificava-se um notório desequilíbrio entre a aproximação da Geografia às ciências naturais e ambientais e a sua aproximação à ciência económica: "la mayoría de los geógrafos (...) parecen estar bien formados, de acuerdo com sus libros y com sus estudios, en geomorfologia y en las otras ciencias físicas; resulta así tanto más inquietante el hecho de que parezcan tan ingenuos respecto a la economia (...)" (Reynaud, 1976:19).

Considerava-se assim que a Geografia Económica, à semelhança de qualquer outro ramo da ciência geográfica, não podia separar-se da Geografia Física. O seu principal intuito era o estudo de como os factores físicos influenciam a distribuição das actividades no espaço. Pode-se mesmo dizer que os geógrafos não viam grande utilidade na ciência económica, ainda dominada, como se referiu, pelos aspectos a-espaciais, logo isolada da influência da localização, da distância e do espaço na interpretação dos fenómenos económicos, aspectos que cada vez mais interessavam aos geógrafos. Por outro lado, poucos eram os geógrafos que possuíam conhecimentos matemáticos e estatísticos que lhes permitissem interpretar os aspectos formais e teóricos desenvolvidos pela *mainstream economics*.

4. A afirmação da Geografia Económica

Apenas a partir da Segunda Guerra Mundial, e sobretudo a partir da década de 70, se verificou uma efectiva convergência entre a Geografia e a Economia. Até então, como refere Krugman, "economic geography never really got its foot inside the door" (Krugman, 1995:67). A Geografia Económica começava a dar passos de gigante na conquista de um corpo científico e na afirmação no seio da ciência económica e geográfica. A partir de então, "the economic is no longer conceptualized as sovereign, isolated, and an entity until itself but porous and dependent, bleeding into other spheres as they bleed into it" (Harrington et all, 1999:1-2). Por outro lado, passou a

haver unanimidade entre geógrafos e economistas na interdependência entre os fenómenos económicos e geográficos.

No seio da ciência económica surgiram teorias heterodoxas, institucionalistas (*institutional thickness*) e evolutivas (*post-Darwinian economics* ou *evolutionary economics*). Sob influência destas teorias, muitos economistas passaram a considerar que o social, o económico e o espaço se influenciam mutuamente, condicionando a localização das actividades económicas.

Ao mesmo tempo interessava aos economistas o desenvolvimento económico dos países e cada vez mais das entidades regionais. Desenvolvia-se no seio da teoria económica a denominada *Economia do Desenvolvimento* e, na busca da interpretação das disparidades de desenvolvimento económico e níveis de bem-estar entre países ou regiões, os economistas (re)descobrem que devem englobar outros aspectos para lá dos convencionais, meramente económicos.

Em Agosto de 1972 no artigo "Pour un modéle du VII Plan qui n'interésse pas que les economistes", publicado no *Le Monde,* Jacques Attali escrevia que não é possível conceber progresso na ciência económica se não se puser um fim à divisão artificial entre a economia e as restantes ciências humanas. Isto porque a interpretação das questões económicas não se encontra apenas no domínio da ciência criada por Adam Smith.

De facto, e referindo os exemplos apontados por Attali, como é possível falar de produtividade sem falar de consenso social? De impostos sem falar de justiça? De equilíbrio económico sem falar de relações de força entre os vários agentes?

Alguns economistas passam então a debruçar-se sobre a complexidade dos factores sociais, culturais, políticos, institucionais e espaciais que influenciam o comportamento dos vários agentes económicos.

Podem-se apontar os exemplos de Myrdal, que defendia a necessidade de abordagem dos factores políticos e sociais no estudo do comércio internacional e do processo de desenvolvimento económico; de Singer, um dos grandes impulsionadores da análise dos aspectos sociais do desenvolvimento, com o seu artigo "International Aid for Economic Development" (1964); de Hirsch, apologista, na sua obra *Social Limits to Growth* (1977), da influência do social e dos recursos naturais no desenvolvimento.

Estes economistas introduziram na teoria do desenvolvimento económico uma nova dimensão: o desenvolvimento deixou de ser concebido como mero crescimento económico, acumulação de capital e progresso tecnológico, mas passou a englobar outros "actores".

O capital e a tecnologia ganharam uma mobilidade crescente e os tradicionais factores locacionais tornaram-se cada vez mais incapazes de explicar *per si* porque o desenvolvimento económico floresce em alguns territórios e noutros não. Logo, os economistas do desenvolvimento necessitaram de recorrer a outros domínios científicos, para lá do meramente económico, para

interpretar as disparidades espaciais do desenvolvimento. Neste contexto, "le champ de la géographie, en état de maturation croissante, devient l'une de leurs sources d'inspiration" (Bailly, 1978:8).

A par desta mudança no seio da teoria económica, verificou-se no lado da ciência geográfica o surgimento de uma nova atitude face à Economia.

Os geógrafos passaram a centrar a sua atenção no estudo dos sistemas económicos a diversas escalas de análise. Procuravam distinguir a sua dimensão e estrutura interna, analisar a localização das actividades económicas e a especialização dos territórios, encontrar os principais factores explicativos do comportamento espacial dos vários agentes económicos (consumidores, produtores, decisores públicos e empresariais).

Surgiam assim diversos textos de economia para geógrafos, com a introdução de conceitos da teoria económica neoclássica nos planos de estudo da ciência geográfica. Os geógrafos ultrapassavam a pouco e pouco o desconhecimento da teoria económica e sentiam-se cada vez mais à vontade no domínio matemático e estatístico.

A Geografia Económica conquistava métodos de análise próprios da ciência económica, ultrapassava a mera descrição e os seus "processos de trabalho – ao princípio apenas históricos e geográficos – mudavam extraordinariamente, cada vez mais positivos e científicos, numa melhoria gradual, agora culminada com o emprego dos métodos estatísticos e matemáticos" (Bernardo, 1952:24).

A Geografia Económica libertava-se das visões demasiado simplistas do determinismo geográfico e procurava a interpretação da distribuição dos fenómenos económicos na estrutura territorial[2].

Para melhor encontrar esta explicação, os geógrafos recorriam cada vez mais a teorias, modelos formais e métodos de análise próprios da Economia, emergindo a *Nova Geografia*, ao mesmo tempo que se verificavam notáveis avanços no campo da economia regional e do desenvolvimento regional.

Assistiu-se a um esforço, por parte dos geógrafos, para a espacialização dos modelos formais emanados da teoria económica. A Geografia Económica deixava de ser nas palavras de Paul Claval "la tranquille discipline de papa où l'on appliquait indéfiniment une recette éprouvée depuis longtemps: elle a des méthodes qui évoluent sans cesse et qui, il faut bien le reconnaître, ne sont plus toujours à la portée des non-initiés" (Claval, 1966:122).

---

[2] Neste contexto, as teses do possibilismo geográfico (cujo principal fundador foi Vidal de La Blache ainda durante o século XIX) ganhavam cada vez mais adeptos no seio da ciência geográfica. Destaque para Pierre Gouru, autor que, na sua obra "*Les Paysans du Delta Tonkinois"* (1966), avançou com o conceito de "azar geográfico" na interpretação da influência dos factores geográficos no processo de desenvolvimento. Nesta interpretação, os factores geográficos não têm uma influência determinista ou fatalista, são apenas uma contingência e as civilizações têm a possibilidade de moldá-los ou alterá-los segundo as técnicas de que dispõem. O grande objectivo das civilizações humanas é mesmo vencer o "azar geográfico", a adversidade dos factores geográficos das regiões onde habitam.

A par desta aproximação espacial da Geografia Económica, os geógrafos passaram a desenvolver estudos sobre as desigualdades espaciais, interessando-se cada vez pelo desenvolvimento económico. De facto, se durante muito tempo apenas os economistas se debruçavam sobre as questões do crescimento e do desenvolvimento, a pouco e pouco economistas e geógrafos consciencializaram-se de que o desenvolvimento necessita de uma abordagem pluridisciplinar: "development is not simply an economic process and the pratical problems it raises never fall neatly within the confines of any one discipline" (Lee,1974:169).

Como afirma Brookfield no seu texto "Les Géographes et Le Développement" verificou-se uma "pénétration sensible des géographes dans ce que l'on pourrait appeler les «professions du développement»" (Brookfield, 1984:63).

Mas, se no início atribuíam uma importância especial ao desenvolvimento económico nos países do Terceiro Mundo (em virtude da influência do pensamento marxista), depressa os geógrafos procuraram aplicar as teorias do desenvolvimento económico a uma escala regional.

As teorias dos estádios de desenvolvimento económico defendidas por Rostow ou Lewis, ou as teorias de Myrdal, Hirschman e Perroux que divulgaram conceitos como *backwash*, *spread effects* e *growth poles* constituíram importantes pontos de partida para a reflexão de alguns geógrafos: "geographers have undertaken numerous studies concerning the specific issue of the countervailing forces of spread and backwash effects at various regional scales of analysis" (Erikson,1989:227).

De acordo com Méndez, verificou-se (e verifica-se cada vez mais) um aumento do número de geógrafos dedicados à análise da estrutura territorial a partir de modelos e teorias da ciência económica.

Este interesse pela Geografia Económica, que culminou na *Nova Geografia Económica* e no (re)interesse pelas questões do desenvolvimento económico, permitiu uma certa inovação no seio da ciência geográfica, pois "al desplazarse desde el centro ala periferia de una disciplina, al transgredir sus fronteras y penetrar en el dominio de outra especialidad, el científico dispone de mayores oportunidades para ser creativo" (Méndez, 1997:4).

4.1. A ascenção da Nova Geografia Económica

Foi a partir de finais da década de 80, e sobretudo durante os anos 90, que se verificou a *emancipação* da Geografia Económica, com o referido desenvolvimento da *Nova Geografia Económica*. Os seus principais impulsionadores foram Masahisa Fujita, Paul Krugman, Andrew Mellinger, Jeffrey Sachs, Anthony Venables, entre outros. Finalmente, Geografia e Economia parecem percorrer caminhos comuns, na busca de interpretações para os fenómenos económicos e geográficos.

O grande factor facilitador desta (re)aproximação foi a percepção de que é possível a introdução nos modelos económico-espaciais da concorrência imperfeita e dos rendimentos crescentes à escala. Como se fez referência, a persistência das premissas de concorrência perfeita e de rendimentos constantes à escala nos modelos da teoria clássica impossibilitaram a convergência entre a Geografia e a Economia nas primeiras décadas do século XX.

Parafraseando Krugman (1998:7), no seio da teoria económica "the new interest in geography may be regarded as the fourth (and final?) wave of the increasing returns/imperfect competition revolution that has swept through ecnomics over the past two decades".

Assim, após as teorias da Nova Organização Industrial (década de 70), da Nova Teoria do Comércio (década de 80) e da Nova Teoria do Crescimento (início da década de 90), os esforços de teorização no seio da Nova Geografia Económica parecem agora irreversíveis na introdução da concorrência imperfeita e dos rendimentos crescentes à escala na teorização económico-espacial – "new economic geography is the fourth wave of the increasing returns revolution in economics" (Krugman (1998:8).

No final de 1999, na obra *Spatial Economy: Cities, Regions and International Trade,* Fujita, Krugman e Venables propuseram a *máxima Dixit--Stiglitz, icebergs, evolution and the computer*, que constitui o actual auge da teorização no âmbito da Nova Geografia Económica. Assim, os quatro pilares essenciais da nova geografia económica são os seguintes:

- O modelo desenvolvido por *Dixit-Stiglitz* nos anos 70, que introduziu a concorrência monopolista e os rendimentos crescentes na nova teoria do comércio e do crescimento e, actualmente, na nova geografia económica;
- O iceberg dos custos dos transportes defendido por Samuelson: "rather than modelling a separate transportation sector, we suppose that a fraction of a good shipped simply melts away or evaporates in transit" (Fujita *et al*., 1999:12);
- A dinâmica do múltiplo equilíbrio (*evolution*) – os modelos da nova geografia económica defendem a existência de um processo de ajustamento ou equilíbrio através da transferência dos factores de produção para localizações que lhes permitem rendimentos mais elevados. É o domínio da teoria dos jogos, segundo a qual os actores económicos escolhem as localizações para as actividades produtivas que lhes permitem os almejados rendimentos crescentes à escala e externalidades;
- O computador (*computer*), instrumento de apoio indispensável à teorização da Nova Geografia Económica.

Diversos autores têm procurado estabelecer tipologias da Nova Geografia Económica. Fujita, Venables e Thisse propõem uma classificação baseada

nos factores de aglomeração; Krugman foca o seu interesse sobretudo na relação entre a Nova Geografia Económica e as teorias da localização ou do comércio. Os três primeiros autores consideram vários tipos de modelos, de acordo com o mecanismo de aglomeração em causa: externalidades, rendimentos crescentes ou concorrência espacial. Krugman debruça-se quase exclusivamente sobre os modelos de rendimentos crescentes, ao considerar um grupo de modelos que relacionam a Nova Geografia Económica com a teoria tradicional da localização e que contextualizam espacialmente o comércio internacional.

Krugman e Venables procuraram estudar o impacto do processo de integração europeia, baseando-se num argumento de "centro-periferia" em que as condições da oferta não são suficientes para compensar as deficientes condições da procura. Estes autores consideram que nem sempre os menores salários são suficientes para compensar os custos de transporte, na medida em que o "centro" tem maiores mercados, economias externas, melhores infra-estruturas e acessibilidade.

Assim, este modelo "centro-periferia" baseia-se na interacção da procura, dos rendimentos crescentes e dos custos de transporte, interacção que origina processos cumulativos que conduzem à concentração geográfica da indústria, logo à existência de um centro industrializado e de uma periferia agrícola.

4.2. O (re)interesse pela articulação entre a Geografia e o Desenvolvimento Económico

Economistas como Gallup, Krugman, Mellinger, Sachs e Venables contribuíram, como se fez referência, para um novo fôlego da Nova Geografia Económica. Actualmente, a Nova Geografia Económica esforça-se por incluir nas suas reflexões o estudo das relações entre o "*noneconomic*" (onde se inserem os factores geográficos) e o desenvolvimento económico.

De facto, aqueles economistas têm desenvolvido estudos desta natureza no *Institute of International Development Studies* da Universidade de Harvard. Num estudo intitulado precisamente *Geography and Economic Development*, Gallup e Sachs procuraram analisar, a uma escala mundial, a influência dos factores geográficos nos níveis de desenvolvimento económico. Corroborando o que se referiu anteriormente, estes autores consideram que durante décadas os aspectos geográficos foram menosprezados, devendo ser (re)introduzidos na teorização sobre desenvolvimento económico: "…we believe that geographical considerations should be re-introduced into the econometric and theoretical studies of cross-country economic growth, which so far have almost completely neglected geographical themes" (Gallup, 1999:5).

Gallup e Sachs são apologistas de que as características geográficas dos territórios (bastante diferenciadas) produzem efeitos indiscutíveis nos níveis de desenvolvimento económico.

Sem cair na visão demasiado simplista do determinismo geográfico, o

referido estudo permitiu concluir que apesar de "…of course geography is not everything" (Gallup, 1999:4), os factores geográficos influenciam sem dúvida o desempenho económico de um país ou região, atendendo a que:

– As regiões tropicais apresentam níveis de desenvolvimento económico inferiores aos das regiões de clima temperado, em virtude da probabilidade de contracção de doenças tropicais e da menor produtividade agrícola (consequências directas do tipo de clima);
– As regiões costeiras ou as regiões próximo de cursos de água navegáveis, propiciam maiores níveis de desenvolvimento, comparativamente às regiões do interior;
– Consequentemente, as maiores densidades populacionais verificam-se nas regiões próximo do litoral, em virtude da maior acessibilidade às redes comerciais, dos mais baixos custos de transporte e dos rendimentos crescentes nas diversas redes de infra-estruturas.

Assim, estes autores enfatizam quatro domínios principais do desenvolvimento económico directamente influenciados pelos aspectos geográficos: os custos dos transportes, a saúde humana, a produtividade agrícola e a riqueza/proximidade em recursos naturais. Qualquer um destes aspectos, sintetizados na localização geográfica, produz por sua vez efeitos indirectos no desenvolvimento económico, na medida em que as densidades populacionais por eles ditadas influenciam as dinâmicas ou mecanismos de crescimento. Tradicionalmente, as regiões costeiras apresentam maiores densidades populacionais do que as regiões do interior, pelo que atraem a localização das actividades económicas e possibilitam aí o desenvolvimento de economias de aglomeração – "the acess to coast seems to matter no just in lowering transport costs but in allowing for some sort of agglomeration economies" (Gallup e Sachs, 1998:40).

Usufruem de custos de transporte mais baixos, de uma elevada divisão do trabalho e de rendimentos crescentes à escala. Por seu turno, nas regiões do interior, em virtude dos elevados custos de transporte, a divisão do trabalho é muito fraca e os rendimentos são decrescentes.

Por outro lado, para além dos quatros vectores acima referidos, a Geografia pode influenciar o desenvolvimento económico através do seu papel na escolha da política económica – "…good policy and good geography may have a tendency to go together" (Gallup, 1999:17). Assim, e referindo os exemplos apontados por Gallup e Sachs, países localizados junto à costa, mais próximos dos mercados, tendem a optar por políticas económicas características de economias abertas: baixas tarifas aduaneiras, liberalismo económico, etc. Parafraseando estes autores, "…a coastal economy may face a high elasticity of output response with respect to trade taxes, while an inland economy does not. As a result, a revenue-maximizing inland sovereign may choose to impose harsh trade taxes while a coastal sovereign would not"

(Gallup, 1999:41).

Assim se explica que as primeiras economias abertas, seguidoras de políticas comerciais liberais, tenham sido os países costeiros.

A localização geográfica, através da sua influência sobre a acessibilidade e os custos de transporte, exerce por conseguinte um papel importante nos níveis de desenvolvimento económico dos países ou regiões. Por tal motivo, consideram Gallup e Sachs, os países sem costa marítima e sem rios navegáveis apresentam menores índices de urbanização e de desenvolvimento económico.

É interessante verificar que os estudos, ainda pouco numerosos, referentes à relação entre a Geografia e o Desenvolvimento Económico interessam-se sobretudo pela escala de análise nacional ou mundial. Seguem, portanto, a tradição dos economistas clássicos, como Harrod, Domar e Solow, que privilegiaram a abordagem comparativa das trajectórias de desenvolvimento das nações. Existe, por conseguinte, uma clara predominância dos denominados *cross-country studies*.

Por outro lado, os estudos de desenvolvimento económico a uma escala regional limitaram-se durante muito tempo apenas a casos de estudo: a vasta literatura referente ao estudo dos distritos industriais italianos constituiu o marco da expansão da análise do desenvolvimento económico numa perspectiva regional. Apenas recentemente se assiste a uma proliferação dos estudos sobre o desenvolvimento económico a uma escala regional, não apenas no sentido restrito da análise de uma determinada região (caso de estudo), mas de tentativa de comparação das trajectórias de desenvolvimento económico de um conjunto de regiões. Assim, a par dos *cross-country studies* assiste-se também a uma aposta, embora ainda incipiente, nos *cross-region studies*.

5. Comentários finais: a irreversibilidade da geografia económica

A Nova Geografia Económica e o (re)interesse pelas questões do desenvolvimento económico permitiram, depois de várias tentativas logradas, a ascensão e afirmação da Geografia Económica no seio quer da ciência geográfica quer da ciência económica. Mas será esta ascensão irreversível? Ou mais uma vez a convergência entre a Geografia e a Economia não passará de uma fase precária e mais cedo ou mais tarde ambas as ciências percorrerão de novo caminhos separados?

Arriscamo-nos a acreditar que se assistiu recentemente à inevitável aceitação da Geografia Económica no seio da Comunidade Científica. Inevitável porque, por um lado, a Economia exerce (e continuará a exercer) uma forte influência nas metodologias e teorias desenvolvidas no seio da ciência geográfica – de facto, muitos aspectos que os geógrafos se propõem analisar e interpretar têm uma dimensão económica. De modo semelhante, muitos fe-

nómenos abordados pelos economistas têm uma dimensão espacial.

Se é verdade que a Nova Geografia Económica e as análises do desenvolvimento económico caiem muitas vezes no "exagero" dos modelos formais matemáticos e econométricos (como é o caso de autores como Fujita, Sachs e, em menor grau, de Krugman), não é menos verdade que se tem assistido a um esforço de desenvolvimento de teorias que defendem a inclusão do *cultural turn* e do *noneconomic* (Gibson-Graham,1997:55) ou dos *accidents of history* (David, 1986: 30-49) nas reflexões da Geografia Económica. De facto, "…contemporary economic geography has made significant advances in injecting new perspectives on how the social is intertwined with the economic at various levels of economic activity" (Oberhauser, 1997:71). Por este motivo, alguns autores propõem designações como *Geographies of Economies* (Lee *et al.*, 1997) ou *Economic Geographies* (Barnes, 1997), mais amplas e que abarcam a referida multiplicidade de perspectivas e métodos de análise.

A Geografia Económica, ultrapassando a visão simplista do formalismo matemático dos modelos económicos, segue os passos da transdisciplinaridade da ciência geográfica e afirma-se portanto como uma subdisciplina de futuro no seio quer da ciência geográfica como da ciência económica.

Referências Bibliográficas

BAILLY, A. (1978), «Les Géographes Ont-il Jamais Trouvé le Nord? Questions à la Géographie», in *L'Espace Géographique*,1-1978, 5-14.

BARNES, T. (1997), «Economic Geography or Economic Geographies? », in National Science Foundation – *Global and Local Challenges to Theory, Practice and Teaching in Economic Geography*, Workshop on the Future of Economic Geography, Washington D. C., pp. 164.

BERNARDO, H. (1952), «Geografia Económica, Breves Reparos sobre a sua Nomenclatura e Definição», in Separata da *Revista de Contabilidade e Comércio,* 77, pp. 26.

BROOKFIELD, H. (1984), «Les Géographes et le Dévelopment», in *L'Espace Géographique*, 1, 62-71.

DAVID, P. (1986), «Understanding the Economics of QWERTY – The Necessity of History», *in* N. P. WILLIAM (1986) (ed.) *Economic History and the Modern Economist*, Blackwell, Oxford,, 30-49.

CLAVAL, P. (1966), «Les Tendances de la Géographie Économique à Travers Quelques Ouvrages Récents», in *Information Géographique,* 3, Mai-Juin, 119-123.

ERICKSON, R. (1989), «The Influence of Economics on Geographic Inquiry», in *Progress in Human Geography*, 13(2), 223-249.

FUJITA, M. (1999), *The Spatial Economy: Cities, Regions and International Trade*, MIT Press, Massachusetts.

GALLUP, J. e SACHS, J. (1998), *Geography and Economic Growth, Annual World Bank Conference on Development Economics*, Washington D. C..

GALLUP, J. (1999), *Geography and Economic Development,* Harvard Institute for International Development, Harvard.

GIBSON-GRAHAM, J. K. (1997), «Poststructuralist Economic Geographies», *in* NATIONAL SCIENCE FOUNDATION *Global and Local Challenges to Theory, Practice and Teaching in Economic Geography,* Workshop on the Future of Economic Geography, Washington D. C., pp. 164.

HARRINGTON, J. (1999), *Economic Geography. Reconceiving "the Economic" and "the Region"*, American Geographers Association, pp. 54.

KRUGMAN, P. (1995), *Development, Geography and Economic Theory*, The MIT Press, Cambridge (MA).

KRUGMAN, P. (1998), «What's new about the New Economic Geography», in *Oxford Review of Economic Policy*, 14, 7-17.

LEE, R. (1974), *Economic Geography*, Methuen and Co Ltd, London.

LEE, R. e WILLS, J. (eds.) (1997), *Geography of Economies,* Arnold, London.

MÉNDEZ, R. (1997), *Geografía Económica, La Lógica del Capitalismo Global,* Ariel Geografía, Barcelona.

OBERHAUSER, A. (1997), *«Stepping Down from the Head of a Pin: New Spatial and Social Perspectives in Economic Geography», in* NATIONAL SCIENCE FOUNDATION *Global and Local Challenges to Theory, Practice and Teaching in Economic Geography,* Workshop on the Future of Economic Geography, Washington D. C., pp. 164.

REYNAUD, A. (1976), «El Mito de la Unidad de la Geografia», in *Geocrítica*, 2, 40.

GEOSIMULAÇÃO E ANÁLISE ESPACIAL: REDES NEURONAIS E AUTÓMATOS CELULARES NA PREVISÃO DE ALTERAÇÕES NOS PADRÕES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Jorge Rocha*
Paulo Morgado Sousa*
José António Tenedório**

1. Introdução

A representação do espaço geográfico em ambiente SIG é frequentemente estática. Uma parte importante dos trabalhos actuais em SIG não recorre à elaboração de modelos que combinam os elementos estruturais do território com os processos que os modificam (as acções humanas e a forma como se processam no tempo). Os modelos alternativos visam libertar o analista da visão estática do território, incutida pela cartografia tradicional, para sublinhar a componente dinâmica como uma parte essencial para a compreensão do espaço geográfico. Assim, deverá assistir-se a uma passagem gradual da lógica formal, que preside ao raciocínio com programas de SIG e de Detecção Remota, para uma lógica de nível mais elevado, eventualmente dialéctica.

O estudo dos *sistemas complexos* – caracterizados esencialmente pela *emergência*, a *auto-organização*, a *auto-similitude*, as *relações não lineares* e as *redes de relações hierárquicas* – recorre à lógica dialética e exige métodos mais avançados com forte incorporação da geocomputação.

Este contexto tem potenciado a utilização dos Autómatos Celulares (AC) como método de simulação do crescimento urbano e regional. Os Autómatos Celulares colocam um conjunto de células (*pixels*) em interacção, sendo cada uma delas(es) um "computador" (autonomização). O estado de cada célula da matriz depende do estado prévio (tempo) das células vizinhas, de acordo com um conjunto de regras de transição.

---

* Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Inforgeo, 16/17, Lisboa, Edições Colibri, 2001/02, pp. 123-137

Este trabalho apresenta um método para simular a evolução do uso do solo para o ano 2015, numa realidade periurbana (Almada), com recurso a autómatos celulares. Complementarmente é utilizada uma rede neuronal para aferir o grau de importância que cada variável de predição (probabilidade) tem nos constrangimentos geográficos. Estas variáveis são obtidas através do tratamento de informação em ambiente SIG.

2. Autómatos celulares com base em redes neuronais

Os modelos AC têm uma capacidade de modelação superior à dos SIG, quer ao nível do crescimento urbano, quer ao nível das alterações de usos do solo. As variáveis espaciais incluídas nos AC são actualizadas de forma dinâmica durante o ciclo iterativo o que se traduz em resultados não determinísticos. Em contraste, a generalidade dos modelos SIG encontra dificuldades em simular a evolução de uso do solo sem recorrer a regras locais e ciclos iterativos, usando quase sempre variáveis espaciais estáticas. Por outro lado, também é difícil capturar os elementos não-lineares que estão presentes em muitos dos fenómenos geográficos. Não é fácil explicar o significado teórico e intuitivo dos fenómenos quando a simulação é puramente baseada em SIG. Também os algoritmos utilizados na modelação em SIG são mais complexos que os utilizados pelos AC, tornando o processo computacionalmente mais exigente e alongando o tempo de simulação. A eficiência computacional dos AC deve-se ao facto de serem sistemas discretos e iterativos, que envolvem unicamente iterações entre regiões ao invés de um par de células. O facto de permitirem trabalhar com grandes resoluções espaciais confere aos AC uma importante vantagem em termos de modelação das dinâmicas de uso do solo (White e Engelen, 1997) e a correcta definição das regras de transição pode até permitir, durante o processo de simulação, o advento de variáveis não previstas (Wu, 1998) como por exemplo a criação de novos centros de agregação (Wu, 1998) ou as propriedades fractais das parcelas (White e Engelen, 1997).

Os modelos de AC tornaram-se bastante atractivos para as simulações em ambiente urbano porque permitem gerar resultados bastante interessantes (Xia e Yeh, 2002), constituindo uma poderosa ferramenta para compreender a cidade, vista como um sistema complexo e evolucionário. Numa cidade auto-organizada a evolução do uso é um processo intimamente ligado à história, em que a evolução passada condiciona a futura através de interacções locais entre as parcelas de terreno (Wu e Webster, 2000). Ao construírem-se regras apropriadas dentro de um AC, pode-se simular um extenso conjunto de comportamentos complexos. Os AC incorporam regras simples sobre os efeitos da adjacência espacial que condicionam a dinâmica dos sistemas e dão importância a comportamentos e padrões emergentes normalmente mais complexos do que os gerados pelos modelos de equilíbrio simples.

Muito embora os AC apresentem muitas vantagens, têm um problema que reside na forma de definição das regras de transição e da estrutura do modelo. Estas são normalmente dependentes da aplicação em causa, pois muito embora existam diversos modelos de AC de natureza genérica (Wu, 1998; Batty *et al*, 1999), eles apresentam formas substancialmente diferentes: As variações devem-se à existência de diversas formas de definir as regras de transição e as estruturas dos modelos. Por exemplo, Batty e Xie (1994) utilizaram a concentração num espaço de vizinhança e uma função decrescente de distância relativamente aos centros de crescimento para determinar as probabilidades de transição, Wu e Webster (2000) definiram as regras de transição com base em métodos de análise multi-critério, enquanto White e Engelen (1993) utilizaram para o mesmo efeito uma matriz de parâmetros predefinidos e Li e Yeh (1998 e 2000) propuseram um modelo baseado numa matriz (imagem) em tons de cinzento para acomodar o processo gradual de conversão para urbano. Estes modelos também podem incluir constrangimentos para gerar formas urbanas idealizadas (Li e Yeh, 1998 e 2002), opções e objectivos de planeamento para produzir cenários alternativos e teorias urbanas neoclássicas (Wu e Webster, 2000). Nestes modelos, têm sido propostas estruturas e regras de transição substancialmente diferentes para responder a vários objectivos e especificações. O dilema da escolha do modelo apropriado está sempre presente na medida em que existe um variado leque de opções.

Outro problema dos modelos de AC, e talvez o maior, é o da determinação das ponderações a atribuir a cada factor. No passado estes modelos apenas eram utilizados para simular o crescimento urbano na perspectiva da transição rural-urbano. A simulação deste tipo de crescimento, que apenas lida com estados binários – urbanizado ou não, é relativamente fácil, mas os modelos AC tornam-se consideravelmente mais complexos quando são introduzidos múltiplos usos, como residencial, comercial e industrial (Batty *et al*, 1999). Quando se lida com diversos usos do solo em competição entre si pelo território o número de factores de ponderação aumenta consideravelmente e os modelos tornam-se mais complexos. Existem numerosos parâmetros que precisam de ser determinados para que uma simulação reflicta um sistema urbano particular e o naipe de possíveis modelos a empregar é enorme (Batty *et al*, 1999).

A simulação envolvendo múltiplos usos do solo implica a utilização de bastantes variáveis espaciais. A contribuição de cada uma destas variáveis para a simulação é quantificada pelo peso, ou parâmetro, que lhe está associado: e existem numerosos parâmetros que têm de ser quantificados antes de se dar início à simulação. O valor destes parâmetros tem um grande peso (efeito) nos resultados da simulação, verificando-se que diferentes combinações de valores conduzem a formas urbanas totalmente diferentes (Batty *et al*, 1999). Uma forma de proceder a este tipo de calibração mas reduzindo o tempo de processamento poderá ser através da utilização de redes neuronais (RN).

As RN foram desenvolvidas à imagem do sistema de neurónios interconectados que constituem o cérebro, para que os computadores pudessem, observando os relacionamentos entre os dados, imitar a sua capacidade de descriminar padrões e aprender através da experiência. Rosenblatt (1958) é creditado com o desenvolvimento de uma das primeiras redes neuronais devido a ter criado o "perceptrão". O perceptrão consiste num único nó que recebe informação ponderada e limita os resultados de acordo com uma regra definida. Este tipo de máquina neuronal simples é capaz de classificar dados linearmente separáveis e operacionalizar funções lineares.

O perceptrão multi-camada constitui um dos tipos de RN mais utilizados. É constituído por 3 níveis: *i*) nível de entrada, *ii*) nível escondido e *iii*) nível de saída, bem como possui a vantagem de poder identificar relacionamentos de natureza não-linear. Os algoritmos que compõem as RN calculam os pesos das variáveis de entrada e dos nós dos níveis de entrada, escondido(s) e saída recorrendo à introdução dos dados iniciais (de entrada) através de um processo designado de alimentação para a frente, que os propaga através dos níveis escondido(s) e de saída. Os sinais propagam-se de nó para nó, sendo modificados pelo peso associado a cada ligação. O nó receptor procede à soma ponderada dos valores de todos os nós do nível anterior que lhe estão conectados. A saída deste nó é então calculada em função dos valores ponderados de entrada, sendo designada de função de activação. Deste modo, os dados movem-se para a frente, de nó para nó, com a ocorrência de múltiplos somatórios ponderados, até atingirem o nível de saída.

Numa RN os pesos são determinados através da utilização de um algoritmo de treino, dos quais o mais popular é o de retropropagação (RP). O algoritmo RP selecciona ao acaso os pesos iniciais e depois compara o resultado obtido com o esperado. A diferença entre os valores obtidos e os esperados para todos os usos é sumariado através do erro médio quadrático. Depois da rede ter testado todos os usos, os pesos são modificados de acordo com a regra *delta* modificada, para que o erro total seja distribuído pelos vários nós da rede. Este processo de alimentação para a frente e retropropagação dos erros é repetido iterativamente (nalguns casos, milhares de vezes) até que o erro estabilize num nível baixo.

3. Previsão de alterações nos padrões de uso do solo

3.1. Área de estudo e evolução do uso do solo

O primeiro passo na persecução do objectivo proposto centrou-se na escolha da área teste, visando a aplicação da metodologia apresentada no ponto anterior. Esta deve ser bastante heterogénea relativamente aos usos, na medida em que o método proposto visa uma posterior extrapolação a toda a Gran-

de Área Metropolitana de Lisboa (GAML) e, portanto, como acontece sempre nestas situações, é vital escolher um espaço onde pontifiquem, na medida do possível, todas as variáveis existentes.

Esta opção é tanto mais laboriosa quanto mais complexa é a área de estudo. No caso da GAML estamos de facto perante um fenómeno territorial complexo, em virtude de se tratar do pólo dinamizador da economia nacional, detendo mais de 60% do total do emprego do Continente, nos sectores secundário e terciário e por ser o paradigma da consequente concentração da população e crescimento exponencial das áreas urbanas. A urbanização ocorreu, neste território, de forma casuística, provocando graves desequilíbrios, cuja principal causa, de ordem estrutural e funcional, se deve ao facto de a evolução da economia não ter sido acompanhada pelas necessárias medidas de ordenamento do território (Machado *et al*, 1997). O concelho de Almada, como espaço integrado da Grande Área Metropolitana de Lisboa, apresentou-se desde o início como um espaço privilegiado para a aplicação da metodologia desenvolvida.

A escolha deste concelho prende-se com diversos factores de grande importância: bastante próximo da cidade-centro (Lisboa), gozando de acessibilidade acrescida pela construção da Ponte sobre o Tejo, da possibilidade de expansão urbana e de potencialidades naturais raras, o território concelhio assistiu, entre 1967 e 1986, a uma pressão urbanística desmedida que se traduziu numa ocupação irreversível do solo mesmo em áreas de fortes restrições físicas. Entre 1960 e 1991, a sua população não deixou de crescer, ainda que em ritmos diferenciados; a dependência em termos de emprego é uma realidade que os movimentos pendulares entre Lisboa e Almada corroboram; as suas praias impuseram-se como alternativa às da linha do Estoril; a segunda residência assume no concelho uma forma de habitação com grande peso percentual. A envergadura e rapidez destes processos não podia deixar de ter expressão cartográfica significativa (Figuras 1, 2 e 3).

O período de análise escolhido (1967 a 1991) parece suficientemente lato para evidenciar, recensear em tipo e área, avaliar e interpretar as grandes modificações de uso do solo entretanto ocorridas. A sua escolha prende-se também com o facto de a primeira cobertura aérea utilizada (1967) ter sido realizada um ano após a abertura da Ponte sobre o Tejo.

A quantificação da informação contida nas cartas de uso solo (figura 4) permite corroborar tudo o que até agora foi afirmado. Avaliando a situação, em 1986, e a dinâmica do uso do solo, entre 1967 e 1986, verifica-se que a carta de uso do solo de 1986 representa um território diferenciadamente edificado. De um total de 7156,51 ha, 35% dizem respeito a áreas construídas e deste valor 15,7% referem-se unicamente à área de habitação essencialmente unifamiliar: a nível concelhio é este o uso que, depois da área agrícola (2115,67 ha) e da mata (1548,95 ha), ocupa maior superfície, cerca de 1125 ha.

Figura 1 – Uso do solo em Almada em 1967

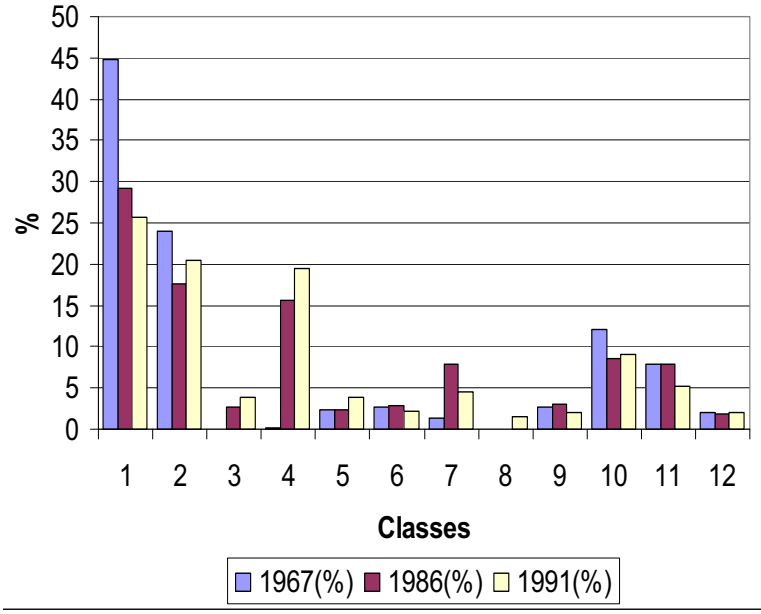
Figura 2 – Uso do solo em Almada em 1986

Figura 3 – Uso do solo em Almada em 1991

Tomando em consideração a classificação utilizada, pode-se concluir

que dos 2115,67 ha de área agrícola calculada (cerca de 30% em relação ao total de usos), a maior parte não tem qualquer significado produtivo. De facto, algumas áreas, embora apresentando potencialidades agro-florestais, estão em situação expectante face a previsíveis usos urbanos pelo que, melhor se deveriam denominar "incultos urbanos" dado o abandono e dispersão que frequentemente apresentam entre conjuntos de lotes e edifícios, do foro legal, onde se tornou difícil ou mesmo impossível, qualquer prática agrícola de rendimento. Deste modo decorre o empolamento do peso da área agrícola em todo o concelho.

Figura 4 – Evolução do uso do solo em Almada entre os anos de 1967, 1986 e 1991



Entre 1980 e 1991 mantiveram-se as tendências dos anos anteriores embora a um ritmo não tão acentuado. As classes "naturais" continuaram a perder importância relativa face às classes "artificiais", com especial incidência para a agrícola que perdeu 4%, cifrando-se em 1991 em cerca de 26 % da área total do concelho. O grande crescimento verificou-se ao nível dos usos urbanos como a habitação plurifamiliar e principalmente a unifamiliar (grande consumidora de espaço e bastante influenciada pelo mercado de segunda habitação). O facto mais grave é que este crescimento não foi acompanhado pelo crescimento das áreas de equipamentos e infra-estruturas que se mantiveram relativamente estáveis durante o período.

3.2. Implementação do modelo

O modelo utilizado é baseado em cinco fases sequenciais: *i*) processamento/codificação da informação de forma a criar níveis espaciais a partir das variáveis de previsão; *ii*) aplicação de regras espaciais que relacionem as variáveis de previsão com a transformação de uso do solo em cada local da área; *iii*) integração de todos os níveis de informação utilizando uma de três técnicas (regressão logística, análise multi-critério ou redes neuronais) e *iv*) seriação dos dados de maneira a criar uma série temporal que permita prever futuros usos.

Na fase 1 – *processamento dos dados espaciais* – os dados de entrada são gerados a partir de uma série de níveis de base integrados e geridos em ambiente SIG. Esta base de dados contém informação tanto em formato vectorial como em formato matricial e foi constituída com o propósito de fornecer a informação espacial básica para a simulação. Os níveis de informação representam temáticas diversas como o histórico dos usos do solo (e.g. floresta, urbano), a topografia ou elementos da paisagem (e.g. estradas). Muito embora a base de dados contenha informação em formato matricial e vectorial, esta última teve que ser convertida em matricial (pixel 10 x 10 m), de modo a viabilizar a simulação. Como a grande maioria dos modelos de AC, o modelo proposto assenta sobre uma estrutura celular. Por fim, os pixels são codificados de forma a representarem constrangimentos ou probabilidades de ocorrência. No primeiro caso representam *layers* binários, onde o "0" representa ausência e o "1" presença e, no segundo caso, constituem variáveis contínuas.

Para a fase 2 – *aplicação de regras de transição* – os dados de entrada são desenvolvidos recorrendo a um conjunto de regras de transição que quantificam os efeitos espaciais que as células de previsão detêm nas mudanças de uso do solo (Pijanowski *et al.*, 2000). Foram utilizadas duas classes de regras de transição: *i*) vizinhanças ou densidades e *ii*) distância às células de previsão. Os efeitos de vizinhança são baseados na premissa que a composição das células vizinhas (i.e. janela de vizinhança) tem efeito na tendência de uma célula central mudar de uso. Por seu lado, as regras de transição espacial baseadas na distância relacionam a distância euclidiana entre cada célula e a variável de previsão mais próxima.

Certas localizações são codificadas de forma a inviabilizarem quaisquer mudanças. Esta acção torna-se necessária em zonas, dentro das quais, a expansão urbana é interdita (e.g. Reserva Ecológica Nacional – REN). Nestes casos utilizou-se "0" para codificar todas as células onde a mudança não se pode verificar, atribuindo-se "1" a todas as outras. Posteriormente, foi calculado o produto de todos estes níveis, obtendo-se um único nível correspondente às "zonas de exclusão".

A fase 3 – *integração das variáveis de previsão* – a integração das vari-

áveis de previsão pode ser feita através de regressão logística, análise multi--critério (Pijanowski *et al*, 2000) ou redes neuronais (Pijanowski *et al*, 2002). Cada um destes processos requer uma forma diferente de normalização dos dados. Neste caso optou-se pela utilização das RN, dimensionando-se todos os ficheiros relativamente a um *layer* de referência, neste caso o limite administrativo do concelho de Almada (célula de 10 x 10 m). O resultado desta fase é um mapa de probabilidade de mudança para cada célula, obtido por integração através da RN de todos os valores de mudança derivados de todas as variáveis de predição.

A fase 4 – *indexação temporal* – a quantidade de células (território) que se prevê que transite para um tipo uso diferente (quadro 1) é calculada recorrendo às cadeias de *Markov*. Neste caso, a matriz da probabilidade da transição é o resultado do cruzamento das duas imagens de treino (uso do solo inicial e final) ajustadas pelo erro proporcional. A matriz da área da transição é produzida pela multiplicação de cada coluna na matriz da probabilidade da transição pelo número das células do uso do solo correspondente na imagem mais antiga. O erro proporcional expressa a probabilidade das classes uso do solo no mapas da entrada estarem incorrectas (isto é, 0.0 indicaria um mapa perfeitamente exacto). As probabilidades condicionais da saída são multiplicadas por "1 – erro proporcional" para produzir os valores finais da probabilidade condicional.

Quadro 1 – Probabilidades de transição de usos entre 1991 e 2015

	CLASSES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	Área Agrícola	**0.74**	0.01	**0.07**	**0.07**	0.00	0.00	0.02	0.00	0.10	0.00	0.00	0.00
2	Floresta	0.00	**0.75**	0.00	0.00	0.00	0.00	**0.16**	0.00	0.06	0.04	0.00	0.00
3	Habitação Plurifamiliar	0.00	0.00	**0.58**	0.42	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
4	Habitação Unifamiliar	0.00	0.00	**0.17**	**0.83**	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
5	Área Militar	0.00	0.00	0.00	0.00	**1.00**	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
6	Área Portuária/Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	**0.91**	0.04	0.00	0.00	0.00	0.00	0.05
7	Grandes Equipamentos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.15	**0.85**	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
8	Inculto	**1.00**	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	**0.00**	0.00	0.00	0.00	0.00
9	Loteamento	0.06	0.00	0.05	**0.61**	0.00	0.00	0.04	0.02	**0.20**	0.01	0.02	0.00
10	Mato	0.00	0.10	0.00	**0.15**	0.00	0.00	0.00	0.00	0.02	**0.73**	0.00	0.00
11	Núcleo Consolidado Antigo	0.00	0.00	0.00	**0.15**	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	**0.85**	0.00
12	Praia	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	**0.16**	0.00	0.00	**0.84**

Este artigo demonstra que as redes neuronais podem ser conveniente-

mente incorporadas com autómatos celulares para simular a evolução de múltiplos usos do solo. O método proposto pode obviar a algumas das dificuldades impostas pelos modelos de autómatos celulares tradicionais, na simulação de sistemas urbanos complexos e múltiplas alterações de uso e ocupação do solo, através da redução significativa do tempo necessário para definir os valores dos parâmetros, as regras de transição e as estruturas do modelo. O SIG permite a fácil obtenção de dados de treino que permitem calibrar modelo e obter, com facilidade, o valor dos referidos parâmetros. Esta abordagem tem como principal vantagem o facto de conseguir lidar com dados de entrada incompletos e erróneos e da superfície de previsão gerada ser claramente não linear, a qual abre um leque de probabilidades bastante superior ao das superfícies obtidas pelos modelos de regressão (linear) tradicionais. Em grande parte dos fenómenos geográficos, as variáveis encontram-se correlacionadas e os métodos tradicionais, como as técnicas de análise multi-critério, são inadequados para avaliar os pesos correctos das variáveis (correlacionadas). No modelo de autómatos celulares com base em redes neuronais, as variáveis espaciais não têm necessariamente que ser independentes umas das outras.

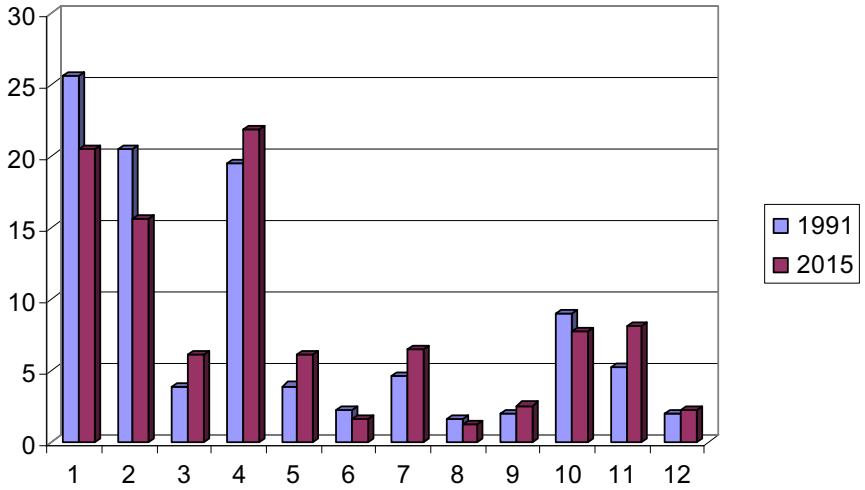
4. Resultados e comentários finais

Quando a análise incide sobre múltiplos usos do solo, a calibração dos autómatos celulares afigura-se bastante complexa. Os modelos de calibração tradicionais não são robustos porque assentam principalmente em abordagens do tipo tentativa e erro. Estas abordagens envolvem o teste de um conjunto variado de possíveis combinações de parâmetros de forma a tentar atingir o melhor ajustamento possível. Este é ainda um processo computacionalmente intensivo, pois existem inúmeras combinações possíveis, além de que assenta em algoritmos muito dependentes da aplicação. As redes neuronais são bastante robustas e funcionam satisfatoriamente na calibração de modelos de simulação, com recurso a algoritmos de retropropagação. Neste estudo, o processo de treino da rede neuronal determina automaticamente o valor dos parâmetros (pesos), os quais são posteriormente importados para o modelo de autómatos celulares de forma a simular as múltiplas alterações de uso e ocupação do solo. O método desenvolvido torna o processo de previsão mais célere que nos modelos AC tradicionais, embora ainda possa ser considerado computacionalmente pesado.

Relativamente aos valores apurados, e.g. mapa de uso do solo para 2015 (figuras 5 e 6), pode-se observar que: i) o resultado obtido é coerente com as recentes tendências de uso do solo observadas no concelho; ii) prevê-se que a agricultura continue a perder importância percentual para a habitação; iii) e que existe uma tendência para a colmatação dos espaços-ilha.

Figura 5 – Simulação de evolução do uso do solo para 2015

Figura 6 – Previsão de evolução do uso do solo em Almada entre os anos de 1991 e 2015



Referências Bibliográficas

BATTY, M. e XIE, A. (1994), «From Cells to Cities», in *Environment and Planning B*, 21, 531-548.

BATTY, M. *et al*, (1999), «Modelling urban dynamics through GIS-based cellular automata», in *Computer, Environment and Urban Systems,* 23, 205–233.

LI, X. e YEH, A. (1998), «Principal component analysis of stacked multi-temporal images for the monitoring of rapid urban expansion in the Pearl River Delta», in *International Journal of Remote Sensing*, 19, 1501–1518.

LI, X. e YEH, A. (2002), «Neural-network-based cellular automata for simulating multiple land use changes using GIS» in *International Journal of Geographical Information Science*, 16 (4), 323-343.

MACHADO, J. *et al* (1997), «Os Planos Directores Municipais da Área Metropolitana de Lisboa. Emergência de uma futura base de dados para um novo planeamento regional», in *Proceedings do ESIG/97*, Junho, Lisboa (polic.).

PIJANOWSKI, B. *et al* (2002). «Using neural networks and GIS to forecast land use changes: a land transformation model», in *Computers, Environment and Urban Systems*, 26, 553-575.

PIJANOWSKI, B. *et al.* (2000), «A land transformation model: integrating policy, socioeconomics and environmental drivers using a geographic information system», *in* L. HARRIS e J. SANDERSON (eds.) *Landscape Ecology. A Top--Down Approach,* Lewis Publishers, Boca Raton, 183-199.

ROSENBLATT, F. (1958), «The perceptron: a probabilistic model for information storage and organization in the brain», in *Psychological Review*, 65, 386–408.

WHITE, R. e ENGELEN, G. (1997), «Cellular Automata as the Basis of Integrated Dynamic Regional Modelling», in *Environment and Planning B*, 24, 235–246.

WU, F. (1998), «An experiment on the generic polycentricity of urban growth in a cellular automatic city», in *Environment and Planning B*, 25, 103–126.

WU, F. e WEBSTER, C. (2000), «Simulating artificial cities in a GIS environment: urban growth under alternative regulation regimes», in *International Journal of Geographical Information Science,* 14, 625–648.

XIA, L. e YEH, A. (2002), «Neural-network-based cellular automata for simulating multiple land use changes using GIS», in *International Journal of Geographical Information Science,* 14 (6), 323-343.

OS PARQUES NATURAIS E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM PORTUGAL

Margarida Queirós*

Existem muitas posições éticas e filosóficas sobre a nossa relação com a Natureza. É inegável, porém, que os sistemas naturais e os processos da biodiversidade englobam a totalidade da vida no planeta e do ambiente em que vivemos (Pearce e Moran, 1994). É este pano de fundo ecológico que enquadra os processos sociais, culturais e económicos. As actividades dos ecossistemas providenciam e regulam os recursos hídricos e os solos, armazenam os nutrientes, absorvem e depuram os excessos de poluição, providenciam a estabilização climática e a recuperação de eventos não previsíveis... Por isso, os recursos biológicos constituem a matéria-prima para as actividades humanas e também uma importante reserva de usos potenciais (Prugh *et al.*, 2000). Neste sentido, as sociedades humanas dependem profundamente dos serviços dos ecossistemas e da biodiversidade; no contexto dos benefícios sociais compreende-se a importância das políticas de conservação da natureza e da biodiversidade.

Pelas razões enunciadas, Furze *et al.* (1996) argumentam que certos territórios são valorizados pelas suas características específicas e a sua salvaguarda expressa-se na definição de diversas categorias de áreas protegidas. Mas o conceito de *protecção* pode assumir significados diferentes: a criação, uso e gestão de áreas protegidas pode simultaneamente implicar a protecção "para" (por exemplo, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento local), mas também a protecção "do" crescimento económico e da pressão do imobiliário.

Nas sociedades modernas ocidentais, as áreas protegidas foram implementadas como uma "categoria" de uso do solo – elas difundiram-se a partir dos EUA com o estabelecimento de um sistema de parques nacionais nos finais do século XIX[1]. O seu intuito foi o de proteger formas de vida selvagem

* Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

[1] Os Estados Unidos da América criaram em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque natural do mundo, "for the benefit and enjoyment of the people" (Lei Orgânica do Parque Nacional de Yellowstone, de 1 de Março de 1872).

Inforgeo, 16/17, Lisboa, Edições Colibri, 2001/02, pp. 141-150

e as mais belas paisagens ("na sua condição natural") para fins recreativos; este modelo espalhou-se por todo o mundo e o seu simbolismo ergueu muros em sua volta, excluindo os contextos sociais das áreas protegidas. Hoje reconhece-se que esta ideia estava desenquadrada das realidades locais e procura-se dar um novo sentido ao conceito de protecção: a integração da conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável nos territórios locais e regionais. Por outras palavras, a protecção procura basear a integração das áreas protegidas com a sua população e paisagem envolvente.

É neste contexto que nos interrogamos se a integração da população local na equação da conservação promove os meios através dos quais a protecção, o ordenamento e o desenvolvimento destas áreas podem ser alcançados. Nesta perspectiva, até que ponto a capacidade de negociação, consulta, confiança e participação das comunidades locais tem significado na construção e manutenção das áreas protegidas e no seu desenvolvimento sustentável? No âmbito da política de conservação da Natureza em Portugal, analisam-se, em particular, os parques naturais.

O conceito de conservação da Natureza é relativamente recente em Portugal. Não tendo o país passado por um profundo processo de industrialização e muito possivelmente pela situação social e política criada com o Estado Novo, o debate sobre a conservação da Natureza manteve-se restrito aos meios académicos (Telles, 1995). Com a aprovação da Lei n.º 9/70, de 19 de Junho, foi dado um passo decisivo para a concretização de medidas de protecção da Natureza: a nova visão política a considerar no ordenamento territorial contida neste diploma introduz conceitos como a conservação da Natureza, a protecção de paisagens e sítios, a gestão racional dos recursos naturais e a salvaguarda da sua capacidade de renovação[2].

É, todavia, apenas com a implantação do regime democrático, em 1975, que surge o primeiro organismo no país dotado de autonomia administrativa e financeira para gerir as áreas protegidas, o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP). Segundo o Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho, «a gestão dos parques[3] e reservas será feita pelo SNPRPP, em colaboração com as comissões das autarquias locais, assembleias de compartes e departamentos do Estado, de acordo com legislação a aprovar».

Dando sequência às funções desempenhadas pelo SNPRPP, em 1983 é instituído o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), entidade responsável pela política de conservação da Natureza,

---

[2] Para Ribeiro Telles, é nos anos 1970 que se dá início a uma política pública de conservação da Natureza em Portugal, sendo o marco paradigmático desta preocupação, a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês, na época com 60 mil ha de reservas naturais e integrais e zona de pré-parque (Telles, 1995).

[3] De acordo com o art.º 2.º, ponto 6 deste Decreto-Lei, «*os parques naturais* são áreas de território, devidamente ordenadas, tendo em vista o recreio, a conservação da Natureza, a protecção da paisagem e a promoção das populações rurais, podendo incidir sobre propriedade pública ou privada e onde o zonamento estabelece as aptidões e usos das diferentes parcelas de terreno».

hoje, a principal competência do Instituto de Conservação da Natureza (ICN[4]). Naquela altura, procedeu-se à definição e gestão do património paisagístico nacional, nomeadamente a identificação de parques e reservas naturais.

Mas será com a publicação a Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril), a par da manutenção das áreas protegidas de âmbito nacional, que se consagram no nosso sistema jurídico os conceitos de área protegida de âmbito regional e local, consoante os interesses que se procuram salvaguardar, o que revela a iniciativa da classificação e regulamentação das mesmas. A gestão daquelas áreas é cometida às autarquias locais ou às associações de municípios. Com este diploma esclarecem-se ainda as competências do Estado na elaboração de uma Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza, o instrumento regulador e orientador da política de ambiente.

De lembrar que o Decreto n.º 4/78, de 1 de Novembro, estabelece a orgânica dos parques e reservas naturais, remetendo para o regulamento de cada área classificada o estabelecimento quanto à constituição dos respectivos órgãos e serviços e quais os meios destinados a assegurar a respectiva administração e conservação que não constem do referido diploma. Este decreto seria revogado pelo Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro.

O Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro[5], cria e define a Rede Nacional de Áreas Protegidas, com a finalidade de conservar a natureza, proteger os espaços naturais e as paisagens, e preservar as espécies da flora e da fauna e dos seus habitats naturais[6]. No seu art.º 7.º, encontra-se a definição de parque natural: «1. entende-se por parque natural uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural; 2. a classificação de um parque natural tem por efeito possibilitar a adopção de medidas que permitam a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica».

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/96, de 8 de Julho, procede à integração de políticas sectoriais nas áreas protegidas (sendo que a

---

[4] O Decreto-Lei n.º 193/93, de 24 de Maio cria o ICN, entidade responsável pelas actividades nacionais nos domínios da conservação da natureza e da gestão das áreas protegidas.

[5] Alterado pelos Decreto-Lei n.º 213/97, de 16 de Agosto e n.º 221/2002, de 22 de Outubro, de forma a permitir uma maior participação dos órgãos municipais na gestão das áreas protegidas em obediência ao princípio da descentralização administrativa.

[6] Este diploma distingue as *áreas protegidas de interesse nacional* das *áreas protegidas de interesse regional ou local*, classificando as primeiras em parques nacionais, reservas naturais, parques naturais e monumentos naturais. As áreas protegidas de interesse regional ou local classificam-se como paisagem protegida. Podem também ser classificadas como sítio de interesse biológico; mediante requerimento dos proprietários, áreas protegidas de estatuto privado. As áreas protegidas são classificadas por decreto regulamentar mediante proposta do SNPRCN (Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza) ao Ministro do Ambiente e Recursos Naturais. Permite ainda que, relativamente às áreas de paisagem protegida, se celebrem contratos-programa e acordos de colaboração entre o Ministro do Ambiente e Recursos Naturais e as autarquias locais.

criação e manutenção destas áreas é um objectivo de interesse público nacional, previsto no art.º 29.º da Lei de Bases do Ambiente).

Apesar Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) estar prevista desde 1987, apenas surgiria em definitivo em 2001. Nos termos da Lei de Bases do Ambiente, uma tal estratégia deveria ser entendida como um instrumento da política de ambiente e de ordenamento do território, procurando enquadrar as políticas de ambiente e promover a sua integração nas políticas sectoriais, em articulação com a estratégia europeia e mundial.

A ENCNB reveste-se de particular importância, não apenas pelos princípios, objectivos e orientações para a conservação da Natureza no país, como também se revela fundamental ao estabelecer orientações para as políticas sectoriais que interferem neste domínio. A estratégia representa ainda um reforço da política de conservação da natureza e da biodiversidade já que contribui para um aprofundar dos conhecimentos, salvaguarda e reforço das áreas protegidas, com destaque para os parques naturais.

De 1976 a 2000 é notório o esforço de intervenção crescente nos domínios da das áreas protegidas, em particular dos parques naturais (quadro 1).

Quadro 1. Alguns elementos sobre os parques naturais em Portugal Continental (situação em 2001)

Áreas Protegidas: Parques Naturais	*Diplomas de criação/ de reclassificação*	*Superfície do parque natural (ha)*	*Hab/Km²*	*Localização (NUT II)*
Serra da Estrela	DL 557/76, de 16 de Julho DR 50/97, de 20 de Novembro	101 060	43,4	Região Centro
Arrábida	DL 622/76, de 28 de Julho DR 23/98, de 14 de Outubro	10 821 (terrestre) 5 700 (marítima)	72,6	Região de Lisboa e Vale do Tejo
Serras de Aires e Candeeiros	DL 118/79, de 4 de Maio	39 900	81,2	Região Centro
Montesinho	DL 355/79, de 30 de Agosto DR 5-A/97, de 4 Abril	74 230	12,8	Região Norte
Alvão	DL 237/83, de 8 de Junho	7 220	15,2	Região Norte
Ria Formosa	DL 373/87, de 9 de Dezembro	17664	36,5	Região do Algarve
Serra São Mamede	DL 121/89, de 14 de Abril	29694	27,4	Região do Alentejo
Sintra-Cascais	DR 8/94, de 11 de Março	14 451	196,3	Região de Lisboa e Vale do Tejo
Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	DR 26/95, de 21 de Setembro	60 624 (terrestre) 28 992 (marítima)	20,9	Região do Alentejo e Região do algarve
Vale do Guadiana	DR 28/95, de 18 de Novembro	69 773	7,2	Região do Alentejo
Douro Internacional	RCM 53/96, de 5 de Junho (Com. Instalad.) DR 8/98, de 11 de Maio	85 146	17,0 (*)	Região Norte
Tejo Internacional	DR 9/2000, de 18 de Agosto	27 968	11,1	Região Centro

Nota: O Parque Natural da Madeira tem uma superfície de 56 700ha (cerca de 79% das áreas protegidas na RAM)

(*) INE, 2001

Fonte: www.icn.pt

Em 2001 estavam criados 12 parques naturais em Portugal continental,

representando cerca de 6% da área do continente e aproximadamente 80% das áreas protegidas em Portugal (fig. 1). Apesar de estarmos perante áreas (teoricamente) de excelência em relação a valores paisagísticos e de elevados níveis de integração das actividades humanas na paisagem, a sua densidade populacional apresenta-se baixa, exceptuando os Parques Naturais de Sintra--Cascais, Arrábida e Serras de Aire e Candeeiros, o que poderá ser explicado pela proximidade da Área Metropolitana de Lisboa e beneficiando do seu dinamismo económico.

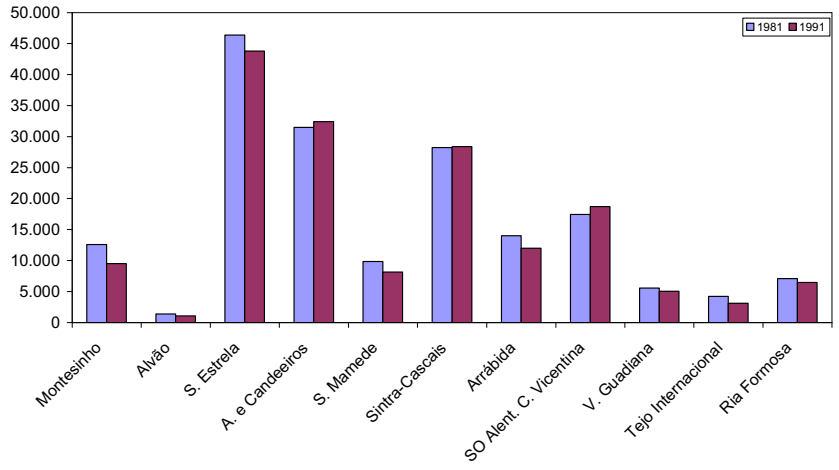
De um modo geral, do ponto de vista do comportamento demográfico, as áreas classificadas como "parque natural" estão em perda (fig. 2). Atendendo a que esta figura contém paisagens de interesse nacional, é exemplo da integração harmoniosa da actividade humana na Natureza e que a sua classificação tem por efeito possibilitar a manutenção e valorização das características das paisagens e a diversidade ecológica, então a sua situação de despovoamento poderá constituir uma ameaça ao desenvolvimento social e económico destes territórios e, por isso, à sua própria sustentabilidade.

Em Portugal, fenómenos como o dinamismo territorial da população e as alterações da estrutura demográfica (envelhecimento da população), o processo de urbanização e a pressão no litoral, o declínio de certas formas de articulação entre o trabalho na agricultura, indústria e serviços, têm consequências económicas e sociais que se reflectem na organização do território – e fragilizam o desenvolvimento sócio-económico e as populações de determinados espaços. A criação de áreas em que as prioridades se dirigem para valores naturais, paisagem e património construído corresponde, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, a uma intenção deliberada em salvaguardar recursos naturais e culturais para o futuro (Melo e Pimenta, 1993). Neste contexto, o equilíbrio ecológico dos parques naturais, numa perspectiva de exploração regrada e eficiente, está profundamente ligado às actividades que neles decorrem (incluindo restrições ao uso do território), e isto inclui factores de valorização económica e humana e opções de política sectorial e territorial. Se bem que a sua existência tenha travado processos de degradação do património natural e cultural e se registem situações de melhorias das condições de vida das populações, na maioria dos casos, os parques naturais em Portugal estão carentes de meios humanos, técnicos, logísticos e financeiros (Melo e Pimenta, 1993). As restrições ao seu uso apenas poderão ser compensadas se a qualidade de vida das populações aumentar e, neste balanço, incluem-se a participação activa da sociedade civil nas actividades de gestão e dinamização destas estruturas, bem como o difícil equilíbrio da conciliação dos interesses públicos com os da propriedade privada.

Os parques naturais, pelo seu interesse nacional dispõem obrigatoriamente de um plano de ordenamento. Por seu intermédio são definidas as

Figura 1 – Parques Naturais em Portugal Continental

Figura 2. Evolução da população nos parques naturais em Portugal Continental, 1981-1991



Fonte: www.icn.pt (s/ elementos para P. N. Douro Internacional)

políticas de salvaguarda, dispondo-se sobre os usos do solo e especificando-se sobre as condições de alteração do mesmo. O regime do plano de ordenamento possui um elemento fundamental, o regulamento, traduzido graficamente por plantas de síntese e de condicionantes, para além de elementos complementares, como sejam, o relatório, a planta de enquadramento, o programa de execução ou os estudos de caracterização.

No início de 2002, dos parques naturais no continente, só cinco tinham os respectivos planos de ordenamento em fase de revisão (Arrábida, Ria Formosa, Serra da Estrela, Serras de Aire e Candeeiros e Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina)[7]. Ora, sendo esta uma tarefa necessária, em virtude da lei-quadro das áreas protegidas, publicada em 1993, e dado que existe um prazo para o seu cumprimento, certos parques correm o risco de serem desclassificados. Com efeito, é do facto das áreas protegidas não possuírem plano de ordenamento, pelos atrasos sucessivos no incumprimento desta disposição, que muitos apontam como o maior entrave à aplicação de medidas de conservação e factor de fragilização do seu estatuto de protecção.

Na verdade, não é apenas a ausência deste instumento determinante (ou a ineficiente operacionalidade da sua aplicação concreta) que impede o desenvolvimento destas áreas, sendo de considerar a conjugação de outros factores, como o fraco desempenho das instituições e populações locais, cujas formas de organização contêm um enorme potencial de definição de esferas de interesses comuns e de dinamização, em particular das economias dos

[7] www.icn.pt/documentos/download/Pogap02.xls

parques naturais. Com efeito, salienta-se a importância das comunidades locais e os seus modos, formais e informais, de relacionamento cujas configurações espaciais, sectoriais, temporais e institucionais específicas, em articulação com a intervenção do Estado/ICN, poderão trazer benefícios na gestão e futuro dos parque naturais.

O problema básico de valorização deste potencial endógeno está na lentidão com que a política de conservação da Natureza tem entrado no consciente colectivo nacional. A dificuldade na sua afirmação relaciona-se quer com o atraso do país em questões básicas da qualidade de vida, quer com a fraca sensibilidade da opinião pública para a questão conservação da Natureza e com ela a fragilidade das acções organizadas. É, porém, inegável a diferença estabelecida entre problemas vividos no dia-a-dia e os que se colocam a nível nacional sem correspondência com as vivências directas das populações. A sensibilidade à degradação estética da paisagem nasce de um conjunto de valores baseados na compreensão geral dos problemas ambientais e nas suas consequências a longo prazo, tão distantes do quotidiano e, por isso mesmo, correlacionados com o nível cultural, social e económico (Queirós, 2001).

Também é verdade que, em Portugal, ao aumentarem os níveis de escolarização e de vida das populações, cresceu também a consciência ambiental e com ela uma intervenção crescente nos domínios da conservação da Natureza e da gestão das áreas protegidas. Porém, na maioria dos parques naturais do país, o desenvolvimento local baseia-se numa economia frágil, caracterizada por uma estrutura demográfica envelhecida, com fracos rendimentos, pouco qualificada e com reduzidas capacidades de organização. No entanto, a sua proximidade ao mundo natural conferiu a estas populações um valioso *know-how* amplamente desaproveitado na criação e gestão dos parques. Na verdade, certos grupos possuem laços muito fortes a determinadas espécies e habitats e a paisagem que se procura proteger contém valiosos elementos identitários e culturais resultantes de uma vasta experiência de interacção. A integração destas populações no processo de protecção e desenvolvimento dos recursos biofísicos locais poderá constituir um poderoso contributo para encontrar um modelo de desenvolvimento sustentável para os parques naturais e respectivas regiões.

Deve, no entanto, ser apontado que nos inúmeros casos em que a população local participa activamente, assiste-se frequentemente a um desvalorizar/ignorar das suas aspirações/reinvindicações. Existem inúmeros registos que evidenciam a desconfiança, o receio e o cepticismo da população face à criação de um parque natural, alegando a sua incompatibilidade com o desenvolvimento destes territórios. Assim se justificam: i) os processos de protesto contra a gestão dos parques; ii) as controvérsias relativamente a restrições impostas a certos hábitos tradicionais; iii) as populações que se acham preteridas em relação às acções de protecção da Natureza, face às suas con-

dições de vida que não melhoraram; iv) as queixas devido à falta de infra--estruturas permanentes e de incentivos para estimular a revitalização de actividades tradicionais e a criação de estruturas logísticas, capazes de tornar os produtos tradicionais competitivos nas redes nacionais e internacionais; v) as críticas relativamente à protecção de certas espécies animais predadoras e destruidoras da actividade agrícola; vi) a incapacidade de providenciar mecanismos que permitam a fixação de população jovem...

Para além de tudo o que ficou dito, verifica-se, por um lado, o problema da morosidade da aplicação da lei nas áreas protegidas; por outro, os parques naturais enfermam por problemas relacionados com o seu próprio despovoamento (e abandono de actividades tradicionais) e com as novas actividades que neles se procuram exercer. Em princípio, as regras a estabelecer pelos respectivos planos de ordenamento visam a harmonização das actividades com a conservação dos valores culturais e da biodiversidade, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações residentes. Acontece que as potencialidades e vocações, tecnicamente sustentadas, a nível do uso do solo, graus de utilização, localização do edificado, de infra-estruturas e equipamentos e as áreas de protecção etc. nem sempre estão concordantes com as vivências das comunidades locais e os interesses dos investidores nesses locais.

De um modo geral, nos parques naturais constatamos a existência de antagonismos: é a própria especificidade destes espaços que se procura proteger que faz deles um atractivo a certas actividades perturbadoras. A vocação para o uso recreativo, designadamente, a pesca e caça desportivas ou os desportos aquáticos e de montanha; as explorações agropecuárias intensivas; a aptidão para o turismo, sobretudo os grandes empreendimentos turísticos (e os campos de golfe); a ocupação residencial relacionada com as segundas residências; as actividades relacionadas com a extracção de pedra, ou a produção florestal (a monocultura redutora da biodiversidade), etc., de natureza, sazonalidade e intensidade variáveis, constituem as potenciais ameaças e, simultaneamente, o seu principal interesse do ponto de vista do mercado.

> Human communities living in and around protected zones often have important and longstanding relationships with these areas. These relationships embrace cultural identity, spirituality and subsistence practices which are essential to the continued existence of the community and frequently contribute to the maintenance of biological diversity. Protected areas should thus be seen as making an important contribution to conserving both cultural and biological diversity.
>
> The relationships between people and land have too often been ignored and even destroyed by well-intentioned but insensitive resource conservation and management initiatives. Community participation and equity are necessary components in decision-making processes, together with mutual respect among cultures.
>
> Customary tenure systems, traditional knowledge and practices and the dif-

> ferential role of men and women in communities must be respected and built on in designing and implementing conservation plans.
>
> At the same time, community involvement does not mean opening the national parks to all comers, any more than a banker would seek customers by opening the vault. Rather, a wise protected area manager, like a wise banker, uses the park's assets as a base on which to build customer satisfaction, investment and interest. (McNeely, J.A., 1993)

O que explica parte das controvérsias relacionadas com a existência destes espaços é que para além do atraso estrutural no ordenamento destes espaços, verifica-se um défice crónico de comunicação, fundamental desde os primeiros passos em direcção à criação de áreas protegidas. Presença, envolvimento e visibilidade, são as falhas mais evidentes na actuação das instituições do Estado e das autarquias para com as comunidades locais. As áreas protegidas não podem coexistir no longo prazo com as comunidades que lhes são hostis. Maior atenção deve ser dada a formas de os resolver. Um passo nesse sentido é procurar identificar os vários actores, reunir as partes em antagonismo e reconhecer a validade dos argumentos e procurar algo em comum. Isto só pode ser alcançado numa atmosfera de parceria e de confiança mútua.

Agradecimentos

A autora agradece os comentários de Beatriz Chito. A opinião expressa é, no entanto, de exclusiva responsabilidade da autora.

Referências Bibliográficas

FURZE, B.; LACY, T.; BIRCKHEAD, J. (1996), *Culture Conservation and Biodiversity*, John Wiley & Sons, Chichester.

MCNEELY, J. A. (1993) (ed.), *Parks for Life: Report of the IVth World Congress on National Parks and Protected Areas*, IUCN, Switzerland.

MELO, J. J.; PIMENTA, C. (1993), *Ecologia e Ambiente*, Difusão Cultural, Lisboa.

PEARCE, D.; MORAN, D., (1997), *O Valor Económico da Biodiversidade*, Instituto Piaget, Lisboa (versão original: *The Value of Biodiversity*, 1994).

PRUGH, C.; COSTANZA, R.; DALY H. (2000), *The Local Politics of Global Sustainability*, Island Press, Washington, D.C.

QUEIRÓS, M. (2001), *O Desafio Ambiental. As Políticas e a Participação dos Actores*, Universidade de Lisboa, Lisboa (polic.).

TELLES, G. R. (1995), «A propósito do início da política de ambiente em Portugal», *Revista das Autarquias*, 2, 73-80.

OS TEMAS CULTURAIS NA INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA: BREVE RETROSPECTIVA E PONTO DA SITUAÇÃO

Eduardo Brito Henriques*

1. A tradição dos estudos culturais em Geografia

Existem para o termo *cultura* várias acepções. Cultura pode ser empregue, primeiro, como sinónimo de cultivo, designando o acto de fazer crescer e multiplicar seres vivos. A palavra cultura pode reportar-se, numa acepção mais erudita, às obras do génio humano – a música, a pintura, a literatura, a filosofia,... E cultura pode ainda, finalmente, aparecer com um sentido assimilável ao de modo de vida, acepção esta muito mais lata que qualquer das anteriores e que remete para o conjunto dos valores, crenças, conhecimentos e costumes que caracterizam e diferenciam os vários grupos humanos ou povos, bem como para as formas materiais em que aqueles valores, crenças e conhecimentos se exprimem.

A temática cultural, entendida sob este último ponto de vista, marca desde há longa data presença nos estudos geográficos. Compreender como a cultura interage com a natureza, ou como as populações, por intermédio da *civilização*, modificam o meio, dando colorido e variedade à superfície terrestre, constituiu desde o início da ciência geográfica moderna o grande objectivo da geografia humana, ramo ao qual aliás se continua a chamar na língua alemã, não por acaso, *Kulturgeographie*. A noção de *paisagem cultural* (*Kulturlandschaft*), que os geógrafos alemães desenvolvem no século XIX para descrever o resultado dessa combinação de elementos da natureza e da civilização, permaneceria como tema central da investigação geográfica por muitos decénios, quer na Europa, onde pesou sobretudo a influência da geografia regional francesa, que veio a incorporar o conceito e o traduziu para *paisagem humanizada*, quer nos EUA (cf. Sauer, 1925; Ribeiro, 1934).

A centralidade que o conceito de civilização assume nos trabalhos da geografia alemã do século XIX, e, depois, nos que se desenvolvem sob a perspectiva possibilista e o paradigma da geografia regional, mostra bem o quanto a temática cultural é antiga e está enraizada na investigação geográfi-

* Geógrafo. Faculdade de Letras e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Inforgeo, 16/17, Lisboa, Edições Colibri, 2001/02, pp. 153-165

ca. Civilização e cultura são, com efeito, conceitos próximos. Hegel tê-los-á empregue indiscriminadamente numa primeira fase. Os dois termos passaram depois a designar aspectos complementares da vida dos povos: o de civilização, essencialmente a componente técnica e material das culturas; e o de cultura propriamente dito, os aspectos mais imateriais. Outros autores, influenciados pela antropologia anglo-saxã, usá-los-ão como sinónimos, embora aplicados a realidades diferentes: o termo civilização para as sociedades complexas e avançadas, e o de cultura para as sociedades mais "primitivas" (cf. Braudel, 1987).

A cultura, vista ainda nesta última acepção de modo de vida, ou como conjunto dos elementos materiais e imateriais que dão diversidade às sociedades humanas, está também desde há muito presente nos estudos geográficos através do tema da difusão de inovações e da formação de *áreas culturais*. Não é aliás menos longa na geografia a tradição deste tipo de pesquisa que a dos estudos morfogenéticos da paisagem.

Área designa em geografia o espaço abrangido pela distribuição de um dado fenómeno, quer ele seja natural ou humano, material ou imaterial. Ao seu contorno aplica-se o termo *limite*. A área de certa espécie cultivada, como o milho ou a oliveira, é, assim, a porção de espaço abrangida pelo seu cultivo e por todo o conjunto de técnicas, instrumentos e rotinas que se lhe associam. Pode-se tentar delimitar de igual modo a área de dada religião, assim como procurar definir os limites de certo dialecto, ou mesmo apenas de determinado termo lexical.

Num manual de iniciação à geografia regional escrito em princípio dos anos 60, mas que só duas décadas mais tarde seria publicado, Orlando Ribeiro afirmava que "Todo o estudo geográfico deve conduzir a delimitar áreas e exprimi-las por meio de mapas" (Ribeiro, 1987: 40). Inscreve-se nessa visão da geografia e do seu projecto científico o interesse pela identificação dos limites das culturas humanas. A essa preocupação se consagraram ao longo do tempo numerosas obras por parte de geógrafos. A difusão de instrumentos como o arado e a charrua foi objecto de famosos trabalhos de natureza geográfica, ou produzidos na fronteira da etnografia com a geografia, de que são exemplo os de Eduard Hahn (1914) na Alemanha, de André Haudricourt e Mariel Brunhes-Delamarre (1955) em França, e, entre estudiosos portugueses, os de Jorge Dias (1948). Carl Sauer, que introduziu na geografia norte-americana o estudo da paisagem cultural, dedicou não menos atenção à problemática da difusão de inovações e aos mecanismos de formação de áreas culturais. Mostra-o bem a teoria que desenvolveu sobre as origens da agricultura no Mundo, onde identifica onze focos regionais de domesticação de plantas em pontos diversos do Globo (*cultural hearths*), aparentemente autónomos e surgidos em épocas diferentes; a cada um destes focos teria correspondido uma especialização no cultivo de diferentes espécies vegetais, desenvolvendo-se com isso, à escala mundial, distintas áreas civilizacionais e paisagens culturais (Sauer, 1952). Também aspectos mais imateriais da cultura foram, na mesma tradição, objecto da atenção dos geógrafos, com traba-

lhos produzidos sobre temas tão variados como as áreas dialectais e os limites linguísticos (cf., p. ex.: Ribeiro, 1965; Krantz, 1988), ou a geografia das religiões (cf., p. ex.: Planhol, 1968; Bhardwaj, 1973).

2. A Geografia Humanista e os estudos do espaço vivido

A partir da década de 1960, os estudos a que antes fizemos menção começaram a suscitar nos geógrafos um cada vez menor interesse. Os trabalhos que depois de 1970 se produzem no seio da entretanto chamada Geografia Humanista, se bem que adoptando uma abordagem cultural, ou culturalista, não se inscrevem já nessa antiga tradição. Há entre aqueles primeiros e estes últimos uma clara ruptura: o enfoque ecológico dá lugar ao enfoque simbólico, o historicismo ao subjectivismo.

O projecto da Geografia Humanista dificilmente se percebe desenquadrado do que foi a evolução do pensamento geográfico nos anos 1960. É em reacção e como crítica ao neopositivismo, que ganhara nesse decénio considerável peso no pensamento geográfico, que a Geografia Humanista aparece. Essa influência do neopositivismo levara a uma crescente focalização nas temáticas económicas e a uma evidente hegemonia das abordagens locativas, das preocupações nomotéticas e dos métodos quantitativos na investigação dos geógrafos. A esta nova geografia preocupada com a descoberta de regularidades nas distribuições espaciais, e empenhada em determinar modelos gerais e abstractos capazes de sintetizarem e predizerem a realidade, viria a Geografia Humanista contrapor um projecto que consistia em compreender o Mundo olhado a partir do sujeito que o sente e vive, ou seja, na óptica do *espaço vivido* (cf. Fremont, 1974; Tuan, 1976; Ley, 1983).

A tónica cultural é bem patente nos trabalhos que se produzem sob a perspectiva humanista. Toda a sua atenção se centra nas relações emocionais e simbólicas que se estabelecem entre o sujeito – o sujeito pensante e 'sentinte' – e o espaço geográfico no qual se move. A conversão do *espaço* (abstracto) em *lugar* (concreto e vivido), que Yi-Fu Tuan (1983) elege como questão central da Geografia Humanista, constitui em si mesmo um processo de natureza eminentemente cultural, porquanto assenta na atribuição ao espaço de valores que o tornam portador de sentido.

A existência humana é indissociável desta codificação do espaço e do processo da sua transmutação em lugar. Depende da possibilidade dos indivíduos reconhecerem no espaço geográfico diferenças e particularidades, e, logo, de identificar nele lugares, a sua capacidade de orientação espácio-temporal. É a própria consciência do sujeito como indivíduo que daqui decorre: "Reconhecer-se supõe uma apropriação do espaço pelos sentidos", recorda-nos Paul Claval (1995: 158).

Nesse mesmo espaço carregado de símbolos encontram ainda os indivíduos balizas ou referenciais de carácter mais profundo para a sua existência. Os lugares evocam memórias e isso permite, ou ajuda, ao enraizamento das

pessoas no território, gerando sentimentos de pertença que se sabe serem essenciais para a formação das identidades, tanto individuais como colectivas (Lowenthal, 1975). De resto, se o território se encontra em toda a sua extensão potencialmente investido de significados, funcionando no seu todo como um sistema de significação, alguns lugares representam algo apenas para alguns indivíduos, em função da sua biografia ou experiência de vida concreta, enquanto outros – os lugares sagrados, os lugares-monumento, ... – estão imbuídos de valores intersubjectivos, partilhados pelo conjunto da comunidade, razão pela qual revestem uma ainda mais óbvia dimensão cultural (cf. Caldo, 1994; Debarbieux, 1995). Os lugares – especialmente estes últimos – acabam assim por ter também uma função ética e moral, contribuindo para a construção de uma certa mundividência e para dar sentido à vida: "Durante todo o período bizantino até fins do século quinze, os teólogos consideraram a igreja como a imagem do universo: a abóboda era o céu e o chão a terra paradisíaca", lembra-nos Yi-Fu Tuan (1980: 196); função algo semelhante teriam tido, no cristianismo ocidental, os claustros e os jardins dos mosteiros: "O termo técnico para os jardins fechados ou claustros era 'paraíso'. A fonte no meio do jardim, com seus jactos de água, simbolizava a geografia do Éden" (ibid.: 159).

A abordagem humanista, para além de ter trazido para a geografia esta nova reflexão em torno da simbólica e do significado dos lugares, do enraizamento afectivo dos indivíduos no espaço geográfico e da formação das identidades territoriais, que viria a ser especialmente frutuosa na geografia francesa (cf. Claval, 1992, Collignon, 1999), teve ainda como novidade que outras dimensões da cultura, mais ligadas à ideia de cultivo do espírito, ou de produto do génio humano, fossem integradas na investigação geográfica. O estudo do espaço vivido, enquanto projecto de apreensão do território a partir da perspectiva existencialista, partindo da psique humana e da emotividade, obrigou a que se experimentassem novas fontes de informação e metodologias de pesquisa, de natureza mais qualitativa; a integração na investigação geográfica da pintura e da literatura, ensaiada pela Geografia Humanista, reflectiu esse desafio (cf. Brousseau, 1996; Lévy, 1997).

3. A aproximação à Geografia Social e a renovação dos estudos da paisagem

No espaço anglo-saxão, muito mais importante para a renovação dos estudos culturais do que a perspectiva humanista, foi a ruptura introduzida nos anos 1980 pela chamada Nova Geografia Cultural, que aparece como crítica à geografia cultural mais tradicional, polarizada pela escola de Berkeley (cf. Jackson, 1989; Price e Lewis, 1993; Kong, 1997; Crang, 1998).

James Duncan (1980) inaugurou esse movimento. Num artigo polémico que viria a ter grande ressonância nos meios científicos, denuncia, como princípio teórico subjacente a toda a produção científica da escola de Berke-

ley, a prevalência de uma concepção supra-organicista da cultura, que, em seu entender, seria inadequada e carecia de revisão.

A tese do supra-organicismo cultural foi enunciada por Alfred Kroeber nos primeiros decénios do século XX. Defendia este autor a ideia de que as sociedades se organizavam em três níveis ontológicos, distintos mas inter--relacionados: um primeiro – o nível supra-orgânico –, composto por forças e leis superiores aos indivíduos e orientadoras das suas opções, nível esse onde se situava a cultura; depois um nível intermédio – o nível orgânico –, que correspondia aos indivíduos propriamente ditos e às suas acções; e finalmente, um terceiro nível – o nível inorgânico – constituído pelas condicionantes materiais. Esta tese, transposta para a geografia por Carl Sauer, que estudara com Kroeber, entendia assim a cultura não como algo socialmente produzido, nascido das relações entre os indivíduos, mas como uma força superior, independente, e até, de certa forma, prevalecente à vontade dos sujeitos e às relações sociais.

A crítica de James Duncan centrou-se neste ponto. Ao adoptar o princípio do supra-organicismo – argumentava –, a tradição da geografia cultural norte-americana reificava a cultura, assumindo-a erradamente como 'coisa' acima das relações sociais, e não como processo ou produto dessas mesmas relações sociais. Era, em sua opinião, inaceitável que se não admitisse naquela tese espaço de manobra para a acção dos indivíduos na sociedade, encarando-os como meros peões conduzidos por leis externas e superiores à sua vontade. Em alternativa, pugnava por uma nova perspectiva em que a cultura fosse vista simultaneamente como produto e contexto da interacção social.

A Nova Geografia Cultural enriqueceu-se e foi ganhando consistência ao longo do decénio de 1980. Mais do que nos EUA, porém, seria entre os geógrafos britânicos que se dariam os passos mais significativos nesse sentido. Fulcral para isso foi a influência da teoria cultural neo-marxista, muito desenvolvida no Reino Unido entre meados do século e os anos 70, e que deixou lastro entre os académicos das ciências sociais. No trabalho do *Centre for Contemporary Cultural Studies* de Birmingham, ao qual está ligado esta perspectiva, e que nos anos 60 e 70 fora pioneiro nos estudos do género, do pós-colonialismo e dos *media*, já se advogava a necessidade de perspectivar a cultura em articulação com as relações sociais e no quadro dos seus processos específicos de produção, donde não tivesse sido difícil ganhar, entre os geógrafos britânicos, aderentes para o projecto da Nova Geografia Cultural.

Os efeitos de tudo isto na renovação dos temas e das formas de abordar a cultura nos estudos geográficos sentiram-se sobretudo a dois níveis: primeiro, reflectiram-se na maior proximidade, e mesmo numa certa fusão, que passou a existir entre a geografia cultural e a geografia social; depois, numa renovação, muito evidente, dos estudos da paisagem.

A aproximação à geografia social é bem perceptível quando se olha ao destaque que passaram a merecer na geografia cultural temas como o género

e a sexualidade, o pós-colonialismo e o multiculturalismo, e, de modo mais geral, o estudo das estratégias territoriais associadas às lutas de dominação e hegemonia cultural, por um lado, e à resistência por parte dos grupos dominados, por outro (Cf. Cosgrove e Jackson, 1987). Nas obras de síntese e manuais de geografia cultural que se produzem sob esta nova perspectiva consagram-se capítulos a temas inéditos nas abordagens mais tradicionais, como são os casos da territorialidade *gay* e lésbica, da importância do território na construção cultural da masculinidade e feminilidade, do controlo da cultura popular pelo poder e das estratégias territoriais empregues nesse processo, ou ainda aspectos relacionados com a geografia de sub-culturas como a *punk* e *rap* (cf. Jackson, 1989; Mitchell, 2000). Outra área de estudo fértil, onde se produziram interessantes trabalhos com um enfoque cultural, foi o da relação entre geografia e consumo (cf. Jackson e Thrift, 1995; Mort, 1995; Crang, 1996; Pred, 1996).

A renovação dos estudos da paisagem fez-se por duas vias. Por um lado, através da desconstrução das suas representações e da denúncia das lógicas que a elas presidiam, na linha do que havia feito Edward Said (1978) no seu influente estudo sobre o orientalismo e a representação do exótico no Ocidente, ou Roland Barthes nos seus trabalhos sobre as mitologias da sociedade de consumo (cf. Duncan e Duncan, 1982); por outro lado, pela abordagem da paisagem em si mesma como texto, como instrumento de reprodução ideológica, e, logo, também como instrumento de poder (cf., p. ex., Cosgrove, 1989; Duncan e Ley, 1993; Stock, 1993; Brito Henriques, 1996-a).

Nigel Thrift (1983) foi dos primeiros geógrafos a trabalhar, numa perspectiva desconstrucionista, o tema da representação da paisagem. Num artigo que foi precursor, antecipando em quase uma década trabalhos similares, mostrou que a representação dos lugares não é isenta, mas sim política e ideologicamente modelada. Os trabalhos sobre a iconografia da paisagem multiplicar-se-iam sobretudo a partir de finais dos anos 1980, cobrindo diversas formas de representação, da propaganda política (Hepple, 1992; Pickles, 1992) aos guias turísticos (Brito Henriques, 1996-b), passando pela pintura (Daniels, 1992; Daniels e Cosgrove, 1993) e pelo próprio discurso da geografia e dos mapas (Gregory, 1993).

Quanto à abordagem da paisagem como texto e da organização do espaço como instrumento de reprodução ideológica, impõe-se uma referência ao influente estudo de James Duncan (1990, 1993) sobre o reino histórico de Kandy, no Sri Lanka, que é dos que melhor representa esta perspectiva.

4. A cultura, a economia e o território: novas intersecções

Se a grande novidade dos anos 1980, do ponto de vista da geografia cultural, residiu na súbita atenção que as relações entre cultura, sociedade e política passaram a merecer, o último decénio do século ficaria essencial-

mente marcado pela novidade do estudo das conexões entre cultura e economia.

Esta temática tem conhecido no essencial duas formas de abordagem, em certa medida complementares. Uma, desenvolvida na fronteira entre a economia regional e a geografia económica, procura compreender o papel das culturas locais na criação de condições diferenciadas para o desenvolvimento das regiões. A outra, mais pragmática, parte da perspectiva da economia da cultura e olha para as actividades culturais como recurso e instrumento da valorização dos territórios.

São conceitos como os de *distrito industrial*, de *meio inovador* e, mais recentemente, de *embeddedness*, que enformam os trabalhos desenvolvidos sob aquele primeiro tipo de abordagem (cf. Brito Henriques e Thiel, 1997). Em todos eles se salienta a importância das variáveis socioculturais na configuração de sistemas produtivos locais coesos, fortes e competitivos. Não se limitando a assinalar as externalidades positivas que resultam da mera aglomeração ou proximidade dos agentes económicos, insistem na pertinência de variáveis exteriores à economia, de natureza sociológica e cultural, para a criação de ambientes diversamente propícios à ocorrência de inovações (cf. Storper, 1995; Sayer, 1997).

Considerando que as empresas não são alheias ao meio onde estão mergulhadas, defende esta perspectiva que as tradições e o tipo de arranjo institucional existente em cada local influenciam as decisões dos empresários e dos trabalhadores, combinando-se na criação de formas de governação específicas e distintas. As instituições – da escola aos sindicatos, da Igreja aos movimentos associativos – tornam-se assim elementos fulcrais para compreender a capacidade de reacção diferenciada dos territórios aos mesmos imperativos económicos, emergindo a *espessura institucional* dos locais e das regiões como um novo conceito central nas teorias do desenvolvimento. A grande conclusão a reter dos vários estudos que, sob esta perspectiva, têm sido desenvolvidos desde os anos 1990 é, em suma, a que Andrew Sayer (1997: 17) sintetiza nos seguintes termos: "A economia é um sítio tão cultural quanto qualquer outra parte da sociedade, seja a família, a comunidade ou a escola [...]".

A outra abordagem das relações entre cultura, economia e território a que antes nos referimos, desenvolvida a partir do ponto de vista da economia da cultura, surge do reconhecimento de que as actividades ligadas à provisão de bens e serviços culturais tendem a desempenhar um papel cada vez mais relevante nas economias desenvolvidas. De que criam riqueza, e de que criam emprego. Este crescimento das oportunidades de negócio no sector da cultura – a cultura na sua acepção de produto do espírito e da criatividade humana, e não como modo de vida – aparece, por sua vez, como corolário do que vários autores têm admitido ser a pós-modernidade e a emergência de um novo estádio do capitalismo muito mais centrado na produção e no consumo de signos do que de mercadorias (Baudrillard, 1972; Harvey, 1989; Featherstone, 1991).

O interesse por esta temática traduziu-se, em primeiro lugar, na multiplicação de estudos de geógrafos (ou de geógrafos e economistas) com o intuito de avaliar o peso das actividades culturais na economia, de estudar as razões geográficas do seu desenvolvimento em certos locais particulares, e ainda os efeitos que estas têm na formação de novas vocações territoriais.

Michel Storper e Susan Christopherson foram dos autores que mais cedo se dedicaram à análise destas problemáticas, estudando detalhadamente, ainda nos anos 80, a reestruturação da indústria cinematográfica dos EUA (Christopherson e Storper, 1986; Storper e Christopherson, 1987). Estes não foram porém, como seriam mais tarde, estudos desenvolvidos na óptica da economia da cultura, interessados em compreender o funcionamento da indústria cinematográfica e o seu peso na economia local. O verdadeiro objectivo consistia em usar o sector cinematográfico para ilustrar os efeitos da passagem do fordismo para a produção flexível, avaliando consequências na forma de organização do trabalho e na localização das actividades.

Diferente foi já o sentido das investigações sobre a economia cultural das cidades levadas a cabo por Allan Scott (1996, 1997). Baseando-se nos exemplos de Los Angeles e Paris, A. Scott pode demonstrar não só a importância que as actividades intensivas em criatividade e *design* têm nas economias urbanas mais avançadas, mas também o papel que no desenvolvimento dessa especialização joga o efeito de *meio*.

Dentro da mesma linha de pesquisa, merece menção o estudo sobre o sector cultural no estado alemão da Renânia do Norte-Vestefália, que é dos mais completos e abrangentes que se produziram dentro do seu género (Kunzman, coord., 1999). A investigação mostrou que, mesmo numa região como esta, com um passado ligado à indústria pesada e sem tradição que justifique uma especialização neste sector, são apreciáveis os números, tendo-se concluído que os activos no sector cultural ascendiam em meados dos anos 90 a cerca de 160 000 indivíduos, ou seja, 2,7% do emprego oficial no estado, e que o sector contribuía para quase 4% do PIB, valor equiparável ao da indústria química ou alimentar. O estudo de um outro caso alemão – o de Karlsruhe, no estado de Baden-Vurtemberga – permitiu chegar, para o ano de referência de 1987, a um peso do emprego cultural de 2,8% no conjunto da cidade e a um contributo de 2,7% no VAB, tendo para além disso mostrado que a presença de actividades culturais funciona como um atractivo para a localização de outras actividades económicas, especialmente de elevada qualificação; é – logo – um aspecto crucial da competitividade dos lugares (Dziembowska-Kowalska e Funck, 1999). Finalmente, utilizando o mesmo conceito de sector cultural e um elenco de actividades próximo do usado nos estudos alemães citados, fizemos para a Área Metropolitana de Lisboa exercício similar, procurando avaliar o peso deste sector no conjunto do emprego da região e compreender as preferências locativas das diversas actividades que nele se incluem (Brito Henriques, 2000).

A aposta nas actividades culturais como estratégia para a valorização dos territórios e para o seu desenvolvimento económico sustenta-se em ob-

servações como as que anteriormente citámos. Essa incorporação de medidas de natureza cultural nas políticas territoriais pode assumir várias formas, documentadas também em estudos de geógrafos (cf. Hudson, 1995; Brown, O'Connor e Cohen, 2000; Newman e Smith, 2000). Uma das mais comuns consiste no investimento em grandes equipamentos culturais, construídos de raiz ou reutilizando edifícios com usos inadequados, na esperança de que por essa via se promova e melhore a imagem dos lugares e a sua competitividade. Noutros casos, a decisão de investir na cultura terá sido determinada mais por uma vontade de reanimar a economia local e/ou revitalizar certas áreas específicas do tecido urbano, podendo integrar-se quer em operações de renovação e reconversão de frentes portuárias ou de áreas industriais, quer em intervenções sobre bairros históricos. A integração da cultura nas políticas de desenvolvimento pode passar ainda, finalmente, pela valorização do património cultural com vista ao fomento do turismo, e pela aposta nas chamadas 'indústrias culturais' (*media*, audiovisual, *design*, publicidade, etc.), actividades que, apresentando ritmos de crescimento do emprego e do volume de negócios superiores à média da economia, começam a ser vistas como uma possibilidade para o relançamento de territórios em crise.

5. O enfoque cultural na geografia: perspectivas de futuro

É impossível não considerar a súbita atenção dos geógrafos pelas temáticas culturais como uma das grandes novidades da investigação geográfica do último decénio. Não que tal se tenha traduzido num retomar dos temas clássicos da geografia cultural, ou de estudos desenvolvidos nos seus moldes tradicionais. Aquilo a que se assistiu foi sim a uma maior sensibilização dos geógrafos para as questões da cultura e à formação de um novo olhar, culturalmente enformado, sobre o território e os fenómenos que nele se processam. Significa isto que a cultura passou a ser vista como variável pertinente para a compreensão dos mais variados aspectos da realidade e a marcar presença em diferentes domínios da investigação geográfica, da geografia social à geografia económica, da geografia política aos estudos ambientais.

Vimos que é no estudo dos temas sociais e na intersecção da geografia com a economia e com os estudos do desenvolvimento que este novo enfoque cultural tem estado mais visível. Tudo aponta para que essa tendência prossiga e se aprofunde no futuro próximo. Temas hoje fundamentais na geografia social, como o das migrações e o das minorias, têm implicações culturais que se não podem descurar, com efeitos que se percebem quer nos locais de destino – na 'crioulização' de comunidades imigrantes e hospedeiras, no aparecimento de novos focos de conflito rácico, de novas formas de segregação espacial, etc. – quer nos de origem. O multiculturalismo, que é por tudo isto um dos grandes desafios com que se defrontam no presente as sociedades desenvolvidas, aparece assim como um novo campo de reflexão a explorar pelos geógrafos.

Nas áreas mais próximas da economia e no tratamento das questões relacionadas com o desenvolvimento, faz também todo o sentido que se mantenha e aprofunde esse recente enfoque cultural. Desde logo, porque as actividades da fileira da cultura se assumem cada vez mais como um sector promissor das economias urbanas, com potencial para desencadear dinâmicas de regeneração de áreas em crise. O património, pelas suas articulações com o turismo, afigura-se também como um recurso valioso para o desenvolvimento dos territórios, seja em contextos urbanos, seja em regiões rurais. O aprofundamento do referido enfoque cultural explica-se ainda depois porquanto, sob influência da economia institucionalista, há cada vez mais a percepção de que as variáveis socioculturais, traduzidas nas tradições locais e nas formas específicas de governação de cada território, interferem no seu desempenho económico e no modelo de desenvolvimento prosseguido.

Finalmente, há a considerar ainda todo o imenso campo de pesquisa que o estudo da globalização e dos seus efeitos abre à geografia, os quais passam, em grande medida, pela esfera cultural. A globalização não se esgota, com efeito, na sua dimensão económica. Ela diz respeito à intensificação e ao aprofundamento de interdependências globais que se traduzem em fluxos de capitais e mercadorias, mas também de pessoas (imigrantes, quadros em viagens de negócios, turistas, refugiados) e de informação em sentido lato (notícias, imagens, publicações científicas, etc.). Percebe-se, assim sendo, que as suas implicações na esfera cultural, e, sobretudo, no plano identitário – na identidade dos indivíduos, na identidade dos grupos humanos, e na identidade dos lugares –, sejam imensas e não possam (nem devam) passar despercebidas ao olhar do geógrafo.

Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, J. (1972), *Pour une critique de l'économie politique du signe*, Ed. Gallimard, Paris.

BHARDWAJ, S. (1973), *Hindu Places of Pilgrimage in India. A study in cultural Geography*, University of California Press, Berkeley.

BRAUDEL, F. (1987), *Gramática das Civilizações*, Teorema, Lisboa.

BRITO HENRIQUES, E. (1996-a), «A problemática da representação no pensamento geográfico contemporâneo», in *Inforgeo*, 11, 43-54.

BRITO HENRIQUES, E. (1996-b), *A Lisboa Turística, entre o Imaginário e a Cidade. A construção de um lugar turístico urbano*, Edições Colibri, Lisboa.

BRITO HENRIQUES, E. (2000), «O sector económico da cultura na Área Metropolitana de Lisboa. Aspectos locativos e implicações nas políticas urbanas», in *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXXV (69), 109-136.

BRITO HENRIQUES, E.; THIEL, J. (1997), «Culture, innovation and periphery: a theoretical sketch and some evidence from different portuguese contexts», in *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXXII (64), 45-70.

BROSSEAU, M. (1996), *Des Romans-Géographes*, L'Harmattan, Paris.

BROWN, A., O'CONNOR, J. e COHEN, S. (2000), «Local music policies within a global

music industry: cultural quarters in Manchester and Sheffield», in *Geoforum*, 31 (4), 437-451.

CALDO, C. (1994), «Monumento e simbolo. La percezione geografica dei beni culturali nello spazio vissuto», in C. CALDO e V. GUARRASI (eds.), *Beni culturali e geografia*, Patron Editore, Bolonha, 15-30.

CHRISTOPHERSON, S.; STORPER, M. (1986), «The city as studio; the world as back lot: the impact of vertical disintegration on the location of the motion picture industry», in *Environment and Planning D*, 4 (3), 305-320.

CLAVAL, P. (1992), «Champ et perspectives de la géographie culturelle», *Géographie et Cultures*, 1, 7-38.

CLAVAL, P. (1995), *La Géographie Culturelle*, Ed. Nathan, Paris.

COLLIGNON, B. (1999), «La geografia cultural en Francia: un estado de la cuestión», *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 34, 103-117.

COSGROVE, D. (1989), «Geography is everywhere: culture and symbolism in human landscapes», in D. GREGORY e R. WALFORD (eds.), *Horizons in Human Geography*, MacMillan, Londres, 118-135.

COSGROVE, D. e JACKSON, P. (1987), «New directions in Cultural Geography», in *Area*, 19 (2), 95-101.

CRANG, P. (1996), «Displacement, consumption and identity», in *Environment and Planning A*, 28 (1), 47-68.

CRANG, M. (1998), *Cultural Geography*, Routledge, Londres e Nova Iorque.

DANIELS, S. (1992), «The implications of industry: Turner and Leeds», in T. J. BARNES e J. DUNCAN (eds.), *Writing worlds. Discourse, text and metaphor in the representation of landscape*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 38-49.

DANIELS, S.; COSGROVE, D. (1993), «Spectacle and text: landscape metaphors in Cultural Geography», in J. DUNCAN e D. LEY (eds.), *Place /Culture /Representation*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 57-77.

DEBARBIEUX, B. (1995), «Le lieu, le territoire et trois figures de rhétorique», in *L'Espace Géographique*, 24 (2), 97-112.

DIAS, J. (1948), *Os arados portugueses e as suas prováveis origens. Estudo etnográfico*, Instituto de Alta Cultura, Porto.

DUNCAN, J. (1980), «The superorganic in American cultural geography», in *Annals of the Association of American Geographers*, 70 (2), 181-198.

DUNCAN, J. (1990), *The City as Text. The politics of landscape interpretation in the Kandyan kingdom*, Cambridge University Press, Cambridge.

DUNCAN, J. (1993), «Representing power: the politics and poetics of urban form in the Kandyan kingdom», in J. DUNCAN e D. LEY (eds.), *Place /Culture /Representation*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 232-248.

DUNCAN, J.; DUNCAN, N. (1992), «Ideology and bliss: Roland Barthes and the secret histories of landscape», in T. J. BARNES e J. DUNCAN (eds.), *Writing worlds. Discourse, text and metaphor in the representation of landscape*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 18-37.

DUNCAN, J. e LEY, D. (1993), «Introduction: representing the place of culture», in J. Duncan e D. Ley (eds.), *Place /Culture /Representation*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 1-21.

DZIEMBOWSKA-KOWALSKA, J. e FUNCK, R. (1999), «Cultural activities: source of competitiveness and prosperity in urban regions», in *Urban Studies*, 36 (8), 1381-1398.

FEATHERSTONE, M. (1991), *Consumer Culture and Postmodernism*, Sage, Londres.

FREMONT, A. (1974), «Recherches sur l'espace vécu», in *L'Espace Géographique*, 3 (2), 113-120.

GREGORY, D. (1993), *Geographical Imaginations*, Basil Blackwell, Oxford e Cambridge.

HAHN, E. (1914), *Von der Hacke zum Pfluge*, Quelle & Meyer, Leipzig.

HAUDRICOURT, A.; BRUNHES-DELAMARRE, M. (1955), *L' Homme et la Charrue a Travers Le Monde*, Ed. Gallimard, Paris.

HARVEY, D. (1989), *The Condition of Postmodernity. An enquiry into the origins of cultural change*, Basil Blackwell, Oxford e Cambridge.

HEPPLE, L. W. (1992), «Metaphor, geopolitical discourse and the military in South America», in T. J. BARNES e J. DUNCAN (eds.), *Writing worlds. Discourse, text and metaphor in the representation of landscape*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 136-154.

HUDSON, R. (1995), «Making music work? Alternative regeneration strategies in a deindustrialized locality: the case of Derwentside», in *Transactions of the Institute of British Geographers*, 20, 460-473.

JACKSON, P. (1989), *Maps of Meaning. An introduction to Cultural Geography*, Routledge, Londres e Nova Iorque.

JACKSON, P; THRIFT, N. (1995), «Geographies of consumption», in D. MILLER (eds.), *Acknowledging Consumption*, Routledge, Londres e Nova Iorque.

KONG, L. (1997), «A 'new' cultural geography? Debates about invention and reinvention», in *Scottish Geographical Magazine*, 113 (3), 177-185.

KRANTZ, G. S. (1988), *Geographical Development of European Languages*, Peter Lang, Nova Iorque.

KUNZMAN, K. (coord.) (1999), *Kulturwirtschaft in Nordreihn-Westfalen: Arbeitsmarkt, Regionale Milieus, Europäische Entwicklungen*, Min. für Wirtschaft und Mittelstand, Technologie und Verkehr, Dusseldórfia.

LEVY, B. (1997), «Géographie culturelle, géographie humaine et littérature. Positions épistémologiques et méthodologiques», in *Géographie et Cultures*, 21, 27-44.

LEY, D. (1983), «Cultural/Humanistic Geography», in *Progress in Human Geography*, 7 (2), 267-275.

LOWENTHAL, D. (1975), «Past time, present time: landscape and memory», *The Geographical Review*, LXV (1), 1-36.

MITCHELL, D. (2000), *Cultural Geography. A critical introduction*, Blackwell, Oxford e Malden.

MORT, F. (1995), «Archeologies of city life: commercial culture, masculinity and spatial relations in 1980s London», in *Environment and Planning D*, 13 (4), 573-590.

NEWMAN, P.; SMITH, I. (2000), «Cultural production, place and politics on the South Bank of the Thames», in *International Journal of Urban and Regional Research*, 24 (1), 9-24.

PICKLES, J. (1992), «Texts, metaphors and propaganda maps», », in T. J. BARNES e J. DUNCAN (eds.), *Writing Worlds. Discourse, text and metaphor in the representation of landscape*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 193-230.

PLANHOL, X. de (1968), *Les Fondements Géographiques de l'Histoire de l'Islam*, Flammarion, Paris.

PRED, A. (1996), «Interfusions: consumption, identity and the practices and power relations of everyday life», in *Environment and Planning A*, 28 (1), 11-24.

PRICE, M. e LEWIS, M. (1993), «The reinvention of cultural geography», in *Annals of*

the Association of American Geographers, 83 (1), 1-17.

RIBEIRO, O. (1934), «Problemas de geografia humana», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 3/4, 83-92.

RIBEIRO, O. (1965), «A propósito de áreas lexicais no território português (algumas reflexões acerca do seu condicionamento)», in *Boletim de Filologia*, XXI (2/3), 177-205.

RIBEIRO, O. (1987), *Introdução ao Estudo da Geografia Regional*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

SAID, E. (1978), *Orientalism*, Pantheon Books, Nova Iorque.

SAUER, C. O. (1925), «The morphology of landscape», in *University of California Publications in Geography*, 2 (2), 19-54.

SAUER, C. O. (1952), *Agricultural Origins and Dispersals*, American Geographical Society, Nova Iorque.

SAYER, A. (1997), «The dialectic of culture and economy», in R. LEE e J. WILLS (eds.), *Geographies of Economies*, Arnold, Londres e Nova Iorque, 16-26.

SCOTT, A. (1996), «The craft, fashion, and cultural-products industries of Los Angeles: competition dynamics and policy dilemmas in a multisectoral image--producing complex», in *Annals of the Association of American Geographers*, 86 (2), 306-323.

SCOTT, A. (1997), «The cultural economy of cities», in *International Journal of Urban and Regional Research*, 21 (2), 323-340.

STOCK, B. (1993), «Reading, community and a sense of place», in J. DUNCAN e D. LEY (eds.), *Place /Culture /Representation*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 314-328.

STORPER, M. (1995), «The ressurgence of regional economies, ten years later: the region as a nexus of untraded interdependencies», in *European Urban and Regional Studies*, 2 (3), 191-221.

STORPER, M.; CHRISTOPHERSON, S. (1987), «Flexible specialisation and regional industrial agglomeration: the case of U.S. motion picture industry», in *Annals of the Association of American Geographers*, 77 (1), 104-117.

THRIFT, N. (1983), «Literature, the production of culture and the politics of place», in *Antipode*, 15 (1), 12-23

TUAN, Y.-F. (1976), «Humanistic Geography», in *Annals of the Association of American Geographers*, 66 (4), 615-632.

TUAN, Y.-F. (1980*), Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, Difel, São Paulo.

TUAN, Y.-F. (1983), *Espaço e Lugar. A perspectiva da experiência*, Difel, São Paulo.

FUNÇÕES EDUCATIVAS E CIENTÍFICAS DO FILME DOCUMENTÁRIO NA REPRESENTAÇÃO DE REALIDADES ESPACIAIS*

*José Bértolo***

Introdução

Pretendo com este trabalho contribuir para uma reflexão sobre o papel do filme documentário na representação e no conhecimento de realidades espaciais. Esta reflexão terá como pano de fundo o contexto de crítica e de «contra-crítica» da modernidade, contexto onde as questões do espaço e da imagem têm adquirido uma maior acuidade no que diz respeito à maneira como a comunidade científica e, particularmente, a comunidade de geógrafos, pensa e constrói o discurso sobre as dimensões espaciais da realidade.

1. Da raridade das representações cinemáticas em geografia

Nos discursos científico e educacional, o texto escrito predomina sobre as imagens, fixas ou animadas, falando-se, por vezes, de uma hegemonia do «paradigma do texto» (Stafford, 1996). Porém, todas as ciências recorrem a imagens para comunicar e reflectir sobre os seus objectos de investigação. As imagens podem igualmente desempenhar uma função educativa, de maneira alguma negligenciável nos nossos dias. Atente-se, a este respeito, na educação ou escola paralela através dos media, sobretudo da televisão (Jacquinot, 1985; Trindade, 1990; Aparici, 1996).

O acima mencionado domínio do texto estaria relacionado com o bloqueio da nossa capacidade de análise, enquanto produtores de saber, provocado por uma sobreexposição quotidiana aos fluxos de imagens. Contudo, Barbara Stafford (1996) vê nesta debilidade intelectual o resultado de uma hostilidade cultural que faz com que a análise das imagens seja vítima de juí-

---

* Comunicação originalmente apresentada no IV Congresso da Geografia Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.

** Geógrafo, Doutorando em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Inforgeo, 16/17, Lisboa, Edições Colibri, 2001/02, pp. 167-174

zos *a priori* e de hierarquias veiculadas pela tradição anti-visual do pensamento e dos meios académicos ocidentais. Stafford conclui pela importância dos geógrafos na valorização científica das imagens, nomeadamente quanto às reorganizações institucionais necessárias ao desenvolvimento de estudos iconográficos consistentes. A geografia, enquanto utilizadora, produtora e analista crítica de imagens, constitui, segundo aquela autora, uma das ciências que mais contribui para o desenvolvimento de competências gráficas, hoje em dia essenciais para a compreensão da realidade[1]. Geneviéve Jacquinot (1985) e outros autores (Sousa, 1992; Aparici, 1996), chegam a conclusões similares no campo educacional propondo uma maior qualificação das imagens no ensino. Estes autores fazem depender o sucesso desta qualificação de uma integração num contexto de educação com as imagens e para as imagens.

Em suma, a geografia é uma das ciências que mais utiliza e produz imagens com a função principal de representar o espaço. No entanto, é escassa a presença de imagens animadas nesta ciência. Sejam o mapa tradicional ou as novas cartografias digitais, os geógrafos lidam sobretudo com imagens fixas. Nem mesmo o «salto tecnológico» protagonizado pelos sistemas hipermédia e pelos serviços telemáticos, contexto onde os sistemas de informação geográfica tendem a ser assumidos por alguns geógrafos como «novo paradigma» (Soderstrom, 1997), veio alterar significativamente o carácter estático das imagens geográficas.

Pode, assim, afirmar-se que em geografia continua a dominar a expressão gráfica sobre a expressão cinematográfica. Salvo alguns casos, sempre raros, relacionados com os filmes científico e didáctico, as formas cinemáticas (cinematográficas e audiovisuais) de mediatização do discurso científico e educacional geográfico primam, se não pela ausência, pelo menos por um défice de reflexão. Mesmo os casos mais frequentes, como sejam as experiências e práticas de utilização de documentários e reportagens ou até da ficção, maioritariamente nos âmbitos educativo (circunscritas, em grande parte, aos níveis básico e secundário de ensino) e da divulgação televisiva, não alteram substancialmente a situação atrás referida.

Esta ausência é especialmente notória e algo paradoxal no que se refere ao filme documentário, sobretudo se tivermos em atenção o quanto este tipo cinematográfico tem sido explorado pela antropologia, etnografia e, mais recentemente, pela sociologia, história e arquitectura[2]. Trata-se de uma ausência que não é apenas de ordem quantitativa, mas sobretudo qualitativa, já

---

[1] A este respeito Barbara Stafford segue as posições do pedagogo britânico William Baldwin para quem há quatro tipos básicos de inteligência humana com as suas respectivas contrapartidas educacionais, a saber: competências em termos de literacia (*literacy*), numeracia (*numeracy*), de articulação (*articulacy*) e gráficas (*graphicacy*) (Stafford, 1996, p. 222, nota 60).

[2] Os documentários *Nanuk, o esquimó* (Robert Flaherty, 1922), *Nuit et brouillard* (Alain Resnais, 1956), *Chronique d'une été* (Jean Rouch e Edgar Morin, 1960), *High School* (Frederick Wiseman, 1968) e *Naissance d'un hôpital* (Jean-Louis Comolli, 1991) são apenas alguns exemplos «clássicos» frequentemente citados no âmbito destas disciplinas.

que, praticamente desde os primórdios do cinema, sempre proliferaram «documentários geográficos» ou de «história natural», nome pelo qual eram conhecidos até meados do século XX[3].

2. O filme documentário

Documentário é um termo relativamente consagrado para designar uma categoria genérica de filmes e programas televisivos usualmente contrastados a uma outra categoria de produtos audiovisuais designada de *ficção*. *Documentário* e *ficção*, enquanto filmes, encontram-se associados a dois modos de representação cinematográfica – modos factual e fictivo – sobre os quais se tem sustentado o essencial das formas de expressão audiovisual, bem como uma parte importante dos estudos neste campo. A questão da eficácia do documentário na mediatização dos discursos educacional e científico tem atravessado as discussões em torno da teoria e prática fílmicas. Sendo inegável a influência dos audiovisuais na sociedade actual e o seu impacto nas estruturas educativas são, contudo, inúmeras as reticências quanto às suas funções e usos educacionais e científicos, sobretudo por parte da instituição escolar e dos meios académicos em geral.

Ao documentário, de acordo com os cânones clássicos, são-lhe comummente atribuídas qualidades de maior objectividade e de maior fidelidade nas representações que faz da realidade. É, em larga medida, nestes atributos que se suporta a alegada superioridade do documentário relativamente a outros tipos de filme, nomeadamente o filme de ficção, no que diz respeito a desempenhos educativos e de transmissão do conhecimento[4].

As qualidades do filme documentário, seriam postas em causa em dois momentos do século XX: o primeiro no pós-guerra, devido em grande parte aos excessos de utilização do filme como propaganda; o segundo nos anos 80, na sequência dos movimentos de reacção ao estruturalismo. Esta reacção, viria a ter um impacto profundo, não apenas junto da comunidade científica, em geral, e dos sectores afectos aos estudos sobre o filme e os media, em particular, mas também junto da comunidade de documentaristas. A credibilidade que havia sido imprimida ao documentário durante as décadas de 60 e

---

[3] Luís de Pina (1977) contabiliza dentro do tema «Geografia...» mais de uma centena de documentários produzidos em Portugal até finais dos anos 70 do século XX, isto não considerando os filmes englobados em temáticas sectoriais, como os dedicados à agricultura, indústria ou transportes. Outro exemplo, Raquel Low (1979) refere cerca de 15000 filmes de carácter documentário com interesse para o ensino da geografia produzidos na Grã-Bretanha até 1935.

[4] A designação de documentário não é gratuita. Etimologicamente, documentário, provêm do latim *docere* que significa educar ou instruir, sendo nesta última acepção que radicam as conotações deste tipo de filme com a ciência: instruir é aqui interpretado como um processo de produção de provas.

70 pela aliança entre as correntes afins ao cinema de observação (*cinéma vérité*, na versão francófona; *direct cinema*, na versão anglófona) e os meios académicos relacionados com a antropologia, etnografia e sociologia foi, então, fortemente abalada. Nos anos 90, já dentro do que se poderá chamar de síntese entre os postulados clássicos e o subjectivismo radical dos anos 80, o filme documentário viria, no entanto, a ser encarado como um tipo cinematográfico que, apesar de contaminado de elementos subjectivos e fictivos, tem a capacidade de estabelecer uma relação de verdade nas suas representações da realidade. Subjacente a esta alteração, está o facto de se ter passado a definir o documentário, não apenas em termos das suas características internas, mas também em termos das suas características externas (a produção e a recepção, bem como os respectivos contextos). Passou-se, assim, de um conceito estático a um conceito dinâmico de documentário, no qual este tipo de filme é assumido como um cruzamento entre os modos factual e fictivo de representação.

Esta renovada concepção do documentário, assenta na suposição de que as funções educativas e científicas deste tipo de filme dependem da compreensão da natureza de um modo cinematográfico de representação – o modo factual – que se actualiza em obras que não têm necessariamente uma funcionalidade didáctica ou científica interna. Trata-se, assim, de uma concepção das funções educativas e científicas do documentário que não se fundamenta em eventuais atributos didácticos ou científicos do modo de representação ou da obra, mas num processo que resulta de uma interacção contextualizada entre autor, filme e utilizador(es). Entendidas aquelas funções desta maneira, um eventual uso educativo ou científico do documentário passa a ser, sobretudo, uma responsabilidade do(s) utilizador(es), bem como do contexto em que se processa essa utilização, e não tanto uma responsabilidade da obra ou do autor.

3. A representação documentária de realidades espaciais

Actualmente atravessamos um momento favorável a uma reflexão sobre as relações entre o filme documentário e a geografia, ou se se quiser a uma reflexão sobre as possibilidades de representação cinematográfica de realidades espaciais (quaisquer que sejam a sua natureza ou os conceitos utilizados: lugares, territórios, regiões, paisagens).

Segundo Jacques Lévy (1997), dois factores foram cruciais para o desencadear deste momento:

1) a erosão das «grandes teorias» estruturalistas (marxismo, psicanálise, antropologia e linguística estrutural, por exemplo);
2) o esgotamento dos principais movimentos de reacção ao estruturalismo (pós-estruturalismo, culturalismo e pós-modernismo).

Este momento, que caracterizarei em termos epistemológicos como sendo de síntese entre os postulados estruturalistas e pós-estruturalistas, é actualmente transversal a quase todas as áreas do conhecimento (ciência, técnica, arte). No domínio dos estudos sobre o filme e os media foi de certa forma tardia a influência deste movimento sobre a teoria e a prática documentárias[5]. O mesmo pode ser dito relativamente à geografia, quando comparada com outras ciências sociais.

Já foi referido que este movimento de síntese alterou significativamente as concepções de documentário. No que diz respeito à geografia, ele caracterizou-se sobretudo por uma relativa confluência ou compatibilização entre concepções racionalistas e objectivisantes e concepções fenomenológicas e subjectivisantes da realidade. Outras consequências podem ser identificadas:

1) na imbricação dos processos espaciais (económicos, políticos ou outros) com os contextos culturais e locais (Sammers, 1999);
2) numa crítica do «bom olhar» geográfico, centrada sobretudo numa desconstrução dos poderes normativos da cartografia, seja ela tradicional ou electrónica/informática (Piolle, 1999).

A este respeito, David Sibley (1999) avança a ideia de que o interesse geográfico pela modelização espacial (particularmente a produção de geometrias universais) revela o que Derek Gregory (cit. por Sibley, 1999, p. 207) designa de «angústia cartográfica» e que tem origem nos múltiplos aspectos desordenados, não cartografados e não modelizados da existência humana. Sibley, com base em textos de Richard Bernstein, Jacques Derrida e Karl Figlio, associa à cartografia uma função repressiva na qual existe permanentemente um hiato entre o que está presente no espaço emocional e o que surge no espaço cartografado. Segundo Figlio:

> La finitude de l'espace géometrique ne peut comprendre l'infinitude de l'émotion [...]. Ce qui est perdu dans la cartographie équivaut à de la répression. Le procédé de representation constitue une répression et construit un matériau inconscient qui recherchera son mode d'expression et fournira alors un véhicule pour que d'autres matériaux inconscients cherchent aussi leur expression (cit. por Sibley, 1999: p. 207).

Para Brian Harley (cit. por Soderstrom, 1999, p. 262), o mapa enquanto tipo de conhecimento impessoal, tende a «dessocializar» o território que representa, favorecendo a noção de espaço vazio. Assim, as qualidades abstractas dos mapas, que estão presentes tanto nas projecções ptolomaicas como nas imagens *pixelizadas* da cartografia informática, travam a tomada de consciência de que os seres humanos existem e vivem em espaços concre-

---

[5] Muito mais rápida foi a influência destes movimentos de síntese sobre alguns reagrupamentos disciplinares como, por exemplo, os estudos visuais (*visual studies*).

tos. As decisões relativas ao exercício do poder são desta maneira desligadas do domínio dos contactos interpessoais.

De acordo com James Corner (1999), as limitações encontradas nos projectos de intervenção no espaço (no caso a paisagem) estão em grande medida relacionadas com rotinas de representação que rasuram a complexidade e a dinâmica dos fenómenos espaciais quotidianos. Este autor reclama, assim, por formas de representação mais comprometidas com as realidades espaciais, isto é, por formas mais performativas do que as permitidas pelos regimes visuais dominantes, os quais são essencialmente de carácter estático.

Corner chama a atenção para a reduzida diversidade de técnicas utilizadas pelos *designers*[6] na concepção do espaço, dadas as inúmeras possibilidades disponíveis. Para aquele autor, o *designer* deve incluir as qualidades imaginativas e instrumentais das operações eidéticas no seu repertório de técnicas de representação[7]. Dentro destas possibilidades Corner refere as proporcionadas pelos media cinemáticos, entre outras.

É neste sentido que defendo uma relação mais próxima entre documentário e representação do espaço, já que o primeiro tem a capacidade de aliar as qualidades heurísticas da representação visual com as qualidades da progressão temporal do discurso narrativo. Assim, sou tentado a concordar com Michael Keith (1999, p. 194), quando este refere que se o social é um território conceptual que se tornou visível em geografia através de formas particulares de pesquisa, então é importante considerar as estruturas narrativas que são privilegiadas na descrição deste campo particular de visão. Keith conclui pela necessidade de se ter em atenção não só a maneira como olhamos, mas também a maneira como contamos ou narramos.

Acresce que, relativamente ao modo fictivo de representação cinematográfica, o documentário oferece, por um lado, uma maior liberdade de tratamento espacial (possibilidade mais problemática na ficção clássica onde pontificam as regras de unidade de acção, de tempo e de espaço) e, por outro lado, um maior grau de reflexividade, isto é, maiores capacidades de estabelecer pontos de vista críticos sobre os seus próprios processos de construção[8]. A este respeito cite-se Xavier Piolle (1999, p. 115):

> [...] tout discours scientifique est relatif à celui qui le prononce et à la diversité des environnments en fonction desquels il parle. Comment recevoir un

---

[6] James Corner inclui nesta categoria o vasto leque de profissionais que vai das «artes» da geografia e do planeamento regional e urbano até ao design de equipamento e de comunicação, passando pelas arquitecturas.

[7] Processos de produção técnica de imagens eidéticas as quais, segundo Mitchell, correspondem a «…sensible forms…which (according to Aristotle) emanate from objects and imprint themselves on the wax-like receptacles of our senses like a signet ring; the fantasmata, which are revived versions of those impressions called up by the imagination in the absence of the objects that originally stimulated them; …those 'appearences' which (in common parlance) intrude between ourselves and reality» (cit. por Corner, 1999, p. 162).

[8] No que se refere à representação do espaço são de realçar as vastas possibilidades do filme na manipulação da escala.

> énoncé qui n'affiche pas les conditions de son énonciation? La rigueur n'exige pas seulement de tendre vers une objectivité maximale mais d'afficher l'incontournable subjectivité de l'auteur contextualisé.

Outra questão importante prende-se com a possibilidade do filme documentário coexistir com outras formas de representação. O documentário pode beneficiar do «valor acrescentado» pelo confronto, voluntário ou involuntário, com mapas, animações de síntese, texto ou qualquer outra forma de representação.

John Krygier (1999) designa, no âmbito da cartografia multimédia, o acréscimo de informação introduzido pelas relações entre formas de representação de «intertextualidade prática» (*applied intertextuality*) referindo-se às suas vantagens nos seguintes termos:

> I have found the concept of "intertextuality" useful in my major multimedia cartography projects. I first became intrigued by intertextuality while studying 19th century exploration reports from the American West and examining the explicit relations between text, images, maps and panoramic landscape views in the reports […]. The maps made more sense when looked at in terms of the panoramic landscape views; the illustrations made more sense when reading the description of the landscape in the text, and so on. Segregating any of these representations led to a rather feeble interpretation, and missed the purposeful complex of interrelated representations which represented the landscape of the American West in such a powerful manner (p. 172).

Igualmente importantes são, ainda, os desenvolvimentos decorrentes da intersecção do filme documentário e das representações multimédia com os conceitos e técnicas nos domínios do digital, do hipermédia e dos serviços telemáticos, nomeadamente a possibilidade de uma representação mais performativa do espaço, porventura mais próxima de realidades como lugares, territórios, regiões ou paisagens.

É, assim, minha convicção que o uso dos media cinemáticos, particularmente de formas documentárias, na representação do espaço poderá ter efeitos fecundos nos âmbitos da geografia e das restantes disciplinas que têm por objecto de estudo as dimensões espaciais da realidade.

Referências Bibliográficas

APARICI, R. (coord.) (1996), *La revolución de los Medios Audiovisuales, Educación y nuevas tecnologías,* Ediciones de la Torre, Madrid.

CASTRO, I., GOMES, P. e CORRÊA, R. (1995) (orgs.), *Geografia: conceitos e temas,* Bertrand Brasil, São Paulo.

CORNER, J. (1999), «Eidetic operations and new landscapes» *in* J. CORNER (ed.) *Recovering Landscape*, Princeton Architectural Press, New York, 153-169.

DEBARDIEUX, B. (1997), «L'Exploration des mondes intérieurs» *in* R. KNAFOU, (dir.) *L'État de la Géographie*, Belin, Paris, pp. 371-384.

HOCKINGS, P. (1995) (ed.), *Principles of Visual Anthropology,* Mouton de Gruyter, Berlin and New York (2.ª ed.).

JACQUINOT, G. (1985), *L'école Devant les Écrans,* Les Editions ESF, Paris.

KRYGIER, J. (1999), «Cartographic multimedia and praxis in human geography and the social sciences», in W. CARTWRIGHT, M. PETERSON e G. GARTNER, (eds.) *Multimedia Cartography*, Springer-Verlag, Berlin.

LEFEBVRE, H. (1974), *La Production de l'Espace*, Anthropos, Paris.

LÉVY, J. (1997), «L'Espace legitimé» *in* R. KNAFOU, (dir.) *L'État de la Géographie*, Belin, Paris, 335-351.

LOW, R. (1979), *Documentary and Educational Films of the 1930s,* George Allen & Unwin, London.

NICHOLS, B. (1991), *Representing Reality,* Indiana University Press, Bloomington and Indianapolis.

PINA, L. (1977), *Documentarismo Português*, Instituto Português de Cinema, Lisboa.

PIOLLE, X. (1999), «Territoire, territorialités, réseaux: réflexions sur le rôle des contextes dans un itinéraire de recherche» *in* C. CHIVALLON *et al.*, (dir.) *Discours Scientifiques et Contextes Culturels*, MSHA, Talence, 115-128.

SAMMERS, M. (1999), «Une Archéologie Contemporaine de la Géographie Économique: 'le Cas Anglo-(Américain)'» *in* C. CHIVALLON *et al.*, (dir.) *Discours Scientifiques et Contextes Culturels*, MSHA, Talence, pp. 169-184.

STAFFORD, B. (1996), *Good Looking. Essays on the Virtue of Images*, MIT Press, Cambridge, Mass.

SIBLEY, D. (1999), «L'Exploration des marges de la géographie humaine britannique» *in* C. CHIVALLON *et al.*, (dir.) *Discours Scientifiques et Contextes Culturels*, MSHA, Talence, 205-214.

SODERSTROM, O. (1999), «Les géographies et le visuel: de l'iconophilie à une expertise des images» *in* C. CHIVALLON *et al.*, (dir.) *Discours Scientifiques et Contextes Culturels*, MSHA, Talence, 253-270.

SOUSA, R. (1992), *Ver e Tornar Visível*, Universidade Aberta, Lisboa.

TRINDADE, A. (1990), *Introdução à Comunicação Educacional*, Universidade Aberta, Lisboa.

WINSTON, B. (1995), *Claiming the Real: The Documentary Film Revisited*, British Film Institute, London.

OS GEÓGRAFOS NO ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO: DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO[1]

*Ricardo Tomé**
*Paulo Reis***

1. Introdução

A Geografia e os Geógrafos no seu percurso histórico têm sofrido várias vicissitudes: muitas vezes fruto das exigências (procura) e transformações que a sociedade impõe no território que obrigam a uma constante renovação das formas de encarar o espaço geográfico – espaço a descobrir, descrever, a ordenar... (Gaspar, 2000). Outras vezes, essas vicissitudes resultam das suas capacidades para integrar novos temas e maneiras de fazer Geografia.

É da permeabilidade dos Geógrafos/Geografia à adaptação a novas circunstâncias e flexibilidade para moldar-se aos novos contextos geográficos, assim como da sua capacidade de resposta e de **intervenção activa** (na sociedade e junto de outros profissionais), que decorre a sua aceitação e valorização no tempo e no espaço. Naturalmente, sem "reinventar" a disciplina, sem nunca esquecer a sua essência, o seu **objecto de estudo** (o território, espaço geográfico, a resposta ao onde e quando), métodos e metodologias de análise, o seu **carácter integrador** e a sua **linguagem** (a dos mapas/cartografia). Mas o Geógrafo também precisa dar-se a conhecer e ao seu trabalho.

Só assim será possível dar continuidade à tendência crescente, já enunciada por Gaspar (2000), de **institucionalizar** e expandir a **profissão de Geógrafo** e **afirmar** a **Geografia** enquanto ciência.

Fazendo uso das mais diversas ferramentas, como a tecnologia, os Geógrafos olham hoje para o território não só como um espaço que interessa descobrir, descrever e analisar, mas essencialmente como um espaço que precisa de ser planeado e ordenado. Mas porque para planear e ordenar o território é

---

[1] Comunicação apresentada ao IV Congresso Nacional de Geografia (2001).

* Geógrafo, Câmara Municipal de Silves.

** Geógrafo, Câmara Municipal de Ourém.

Inforgeo, 16/17, Lisboa, Edições Colibri, 2001/02, pp. 177-189

preciso conhecer os fenómenos que aí ocorrem nas suas inter-relações e relações com o próprio espaço, sabem que podem ocupar nesse processo um lugar privilegiado. Isto é tanto mais evidente quanto a nossa proximidade às instituições e às pessoas (técnicos) incumbidos da Gestão do Território. Os municípios são apenas um mero exemplo.

É dentro deste contexto, sem pretensões de um trabalho exaustivo de carácter científico, que propomos desenvolver esta comunicação: acima de tudo, um exercício de reflexão baseado na nossa experiência de intervenção/gestão do território (directamente ligada aos municípios e decorrente da elaboração de uma tese de Mestrado no âmbito do ordenamento do território) que gere a discussão, a troca de ideias e de experiências sobre as vertentes e as formas que a Geografia vai tomando, aproveitando-se esta grande reunião de Geógrafos.

Com base na experiência, na bibliografia, mas também na nossa relação com colegas Geógrafos e outros profissionais, apresentar-se-ão domínios concretos de intervenção dos Geógrafos no planeamento, ordenamento, gestão do território e ambiente. Invocar-se-ão igualmente áreas de intervenção "desconhecidas" por outros técnicos e que, segundo consideramos, é necessário promover a sua divulgação. Outras situações a apresentar dizem respeito a áreas de intervenção realizadas por técnicos com formação não específica para tratar dessas matérias (Sirgado, 1993) e onde o Geógrafo poderá dar um bom contributo. Far-se-ão também algumas propostas concretas para elaboração de legislação a reconhecer o papel dos Geógrafos/Geografia no processo de planeamento, ordenamento e gestão do território.

Encontrando-se numa dialéctica constante, a Geografia, como qualquer outra ciência, vai-se adaptando às vicissitudes e circunstâncias que a(s) sociedade(s) produzem no espaço e no tempo. Em parte, é disso que depende o seu reconhecimento e a sua valorização social. Pelo que, manter viva a discussão sobre o contributo da Geografia para o desenvolvimento da sociedade, para trocar experiências, uniformizar linguagens e conteúdos, é uma necessidade que permanentemente se renova.

Vimos pois, neste trabalho, procurar contribuir para essa discussão. (Re)lembrando a nossa (da Geografia/dos Geógrafos) essência e aquilo que são algumas das nossas valências enquanto profissionais, apelamos aqui à união de esforços que possam conduzir a Geografia a ocupar um lugar mais activo no processo de construção e desenvolvimento territorial e social.

2. A Geografia e o Geógrafo na sociedade – pensamento, teoria e prática

Enquanto ser geográfico, o homem distribuí-se, movimenta-se e comunica no espaço, pelo que necessita inevitavelmente de se apropriar do mesmo

(Sack, 1997). Aliás, estruturar e identificar o meio que o rodeia é uma actividade vital de todo o animal móvel (Lynch, 1960). Basta o facto de nos sentirmos perdidos ou desorientados para que surja em nós uma sensação de terror e ansiedade. "A própria palavra 'perdido' significa na nossa língua muito mais do que incerteza geográfica, acumulando-se nela cargas de extrema desventura" (Lynch, 1960).

A Geografia enquanto ciência que estuda a localização e distribuição dos fenómenos procura auxiliar o Homem na identificação do seu meio, do seu habitat, de forma a que possa apropriar-se mais facilmente do seu espaço nas suas diferentes escalas. A ciência geográfica procura também, através do estudo da estrutura dos territórios e do espaço, identificar as suas condicionantes e potencialidades (físicas ou humanas), de modo a poder orientar o Homem na sua localização, das suas actividades económicas, sociais, culturais *etc.* ou nas escolhas políticas. Vive-se num tempo de uma **Geografia cada vez mais aplicada ao homem e suas actividades e acções no espaço**.

No entanto, a Geografia e os Geógrafos nem sempre encararam assim o território (o espaço geográfico), assumindo diferentes perspectivas no seu percurso histórico. "Nos seus primórdios foi pelo desenvolvimento do seu campo científico, alargado, integrado e sincrético, que os geógrafos – os membros da família geográfica (...) foram sendo chamados a prestar serviços – na guerra, na navegação e comércio, no fomento e no povoamento: isto é, no ordenamento do território" (Gaspar 2000).

Se é verdade que a Geografia e os Geógrafos no seu percurso histórico têm sofrido várias vicissitudes, muitas vezes fruto das exigências (procura e das oportunidades) e transformações que o processo social e político impõe no território que obrigam, nomeadamente, a uma constante renovação das formas de encarar o espaço geográfico – espaço a descobrir, descrever, a ordenar... (*op.. cit.*) outras vezes essas vicissitudes resultam das suas capacidades para integrar novos temas e maneiras de fazer Geografia.

É desta capacidade de adaptação a novas circunstâncias e flexibilidade para moldar-se aos novos contextos geográficos, assim como da sua capacidade de resposta e de intervenção activa (na sociedade e junto de outros profissionais), que decorre a sua aceitação e valorização no tempo e no espaço. Naturalmente, sem "reinventar" a disciplina, não esquecendo nunca a sua essência, o seu objecto de estudo (o território, espaço geográfico, a resposta ao onde e quando – o auxílio do homem na apropriação do seu espaço), métodos e metodologias de análise, o seu carácter integrador e a sua linguagem (a dos mapas/cartografia). Mas **o Geógrafo** também **precisa de se dar a conhecer e ao seu trabalho**.

Só assim será possível dar continuidade à tendência crescente, já enunciada por Gaspar (2000), de institucionalizar e expandir a profissão de Geógrafo e afirmar a Geografia enquanto ciência.

Temos assistido nas últimas décadas a dinâmicas profundas na socieda-

de ocidental com grandes implicações geográficas: por um lado "um novo mapa político do mundo com a afirmação dos EUA como grande potência mundial", a Comunidade Europeia e a expansão para Leste, a implosão da União Soviética, e a ascensão da China (Gaspar, 2000); por outro lado "um novo mapa económico, social e geográfico, que resulta da mundialização das trocas e globalização de fluxos de pessoas e bens e da informação (*op. cit.*): o aumento da mobilidade atinge todos os países e todas as classes sociais, o próprio mercado de emprego tende a mundializar-se. A informação durante muito tempo escassa e restrita a grupos, classes, povos ou regiões, hoje pode circular à velocidade de um "clic", sem estar dependente do posto de correio, do telefone fixo ou mesmo do jornal em suporte papel – vive-se cada vez mais numa sociedade dita da informação, mais globalizada, informatizada... As consequências fazem-se sentir da biosfera à criosfera, da escala global à escala local.

3. O papel do Geógrafo no ordenamento e gestão do território

Independentemente da escala de análise a que nos reportamos, há uma constatação que se retém das observações efectuadas que diz respeito à óbvia verdade de que todas as situações ocorrem e decorrem em lugares e através do espaço (Gaspar, 2000). Por mais inconscientes que estejamos desse facto, somos seres "inexoravelmente" geográficos, já que a componente geográfica faz parte do nosso dia-a-dia, ditando ou influenciando cada decisão (Gaspar, 2000; Paredes, 1994). Com efeito, como faz notar Paredes (1994) cerca de **90% das decisões tomadas em organismos públicos com tutela sobre a gestão do território, estão relacionadas com a Geografia**. Deste modo não é difícil compreender que por inerência ou mesmo dedução lógica, o **Geógrafo é um elemento chave no processo de tomada de decisão**, de desenvolvimento da sociedade ou se quisermos, nos processos de planeamento, ordenamento e gestão do território.

À parte pormenores de carácter mais técnico (*vd. e.g.*, DGOT, 1988; Tomé, 2000; Partidário, 1999; Hall, 1980) o ordenamento do território (O.T.) não é mais do que um processo "contínuo cuja finalidade é orientar a acção do Homem sobre a superfície da Terra. É (na realidade) a permanente construção e reconstrução da Geografia", segundo sublinha o Jorge Gaspar (2000). Por isso, como adianta "o saber dos Geógrafos representa uma valência fundamental para a boa condução desse processo" (*idem*).

Com a sua **abordagem** holística, integradora e interdisciplinar (de saberes, linguagens e fenómenos), com o seu **método** em que a observação, o trabalho de campo e a noção de escala são referenciais fundamentais, a sua linguagem (a dos mapas/representação cartográfica dos vários fenómenos) e o seu **objecto de estudo** (o território e os fenómenos que aí ocorrem na sua in-

ter-relação e relação com ele), o Geógrafo assume-se na sua essência como um "especialista" do território (o espaço Geográfico). A sua formação particular habilita-o a poder participar nos mais diversos tipos de estudos relacionados com o território (a grande maioria). Não apenas enquanto técnico, mas também como coordenador de equipa, dada a sua abrangência interdisciplinar.

Em face da pressão que actualmente é exercida sobre o território (palco das actividades e da acção do Homem e suporte de recursos naturais) e das tentativas que são feitas no sentido de regular e orientar essa acção, nomeadamente através do estabelecimento de restrições de uso, da protecção de determinadas áreas ou através de planos e/ou de estudos específicos (riscos geomorfológicos, prevenção de incêndios, avaliação de impactes, entre outros), o Geógrafo vê alargados os seus campos e possibilidades de intervenção directa e activa sobre o território. **Há** irrefutavelmente neste processo um **lugar que é seu por inerência**: à sua formação, ao seu objecto de estudo, à sua visão integradora, à abordagem interdisciplinar e à linguagem.

1. A comunidade científica, sem proferir abertamente o seu nome (Geógrafo), é clara na definição do perfil do "profissional do território", apelando à participação de profissionais com as valências dos Geógrafos. É o que se pode ler nas palavras do Eng. Rui Gonçalves Henriques, (ex) Presidente do Centro Nacional de Informação Geográfica (CNIG), ao afirmar que "o interveniente no processo de ordenamento do território tem que possuir a **visão integrada do território** e dos sistemas humanos que nele se localizam (...), um **conhecimento aprofundado da fisiografia do território**, dos recursos naturais existentes e das **características socio-económicas das populações** abrangidas, e ao mesmo tempo a capacidade para antever as implicações resultantes das opções possíveis[2], em matéria de destino do uso do solo, do regime de edificação, dos planos de florestação, do reforço das funções da rede urbana, da melhoria das acessibilidades, da programação de redes, equipamentos (...)" (Henriques, 1991).
   Arriscávamos a dizer que esta frase, certamente não dirigida aos Geógrafos em particular, expõe com (alguma) clareza as suas aptidões e vocações de intervenção no quadro da sua formação académica. Naturalmente que se trata de uma síntese, porque a abrangência técnico-científica do Geógrafo é bem mais vasta. Mesmo assim, de acordo com o que refere Sirgado (1993), num estudo direccionado a avaliar a participação da Geografia (Física) no Planos Directores Municipais (PDM's), a maioria dos trabalhos onde o Geógrafo poderia ter um papel importante são feitos por "técnicos com formação diversa, mas não específica para os temas abordados" (*op. cit.*), ficando a sua participação muito aquém do que deveria acontecer

[2] O que GASPAR (2000) designa por "utilidade preditiva" da Geografia.

atendendo à sua formação (talvez isto justifique em parte a pobreza dos PDM's e de outros planos ao nível nacional, desde a componente teórica à cartográfica). O autor apela assim à necessária participação mais efectiva dos Geógrafos no Planeamento, Ordenamento e Gestão do Território, em substituição daqueles profissionais com um currículo não especificamente vocacionado para esta área de trabalho.

2. O Geógrafo é também incitado a colaborar mais activamente quando contactamos com aqueles (técnicos e/ou instituições) que estão incumbidos directamente da gestão do território, e que doravante se confrontam com temas, conceitos e problemas que, para nós são familiares, os ultrapassam largamente. Simplesmente porque não fazem parte da sua formação de base. Na maioria dos casos, o Geógrafo só é chamado a colaborar quando este impõe (apresenta) o seu saber face a determinada situação.
3. A avaliar pelo currículo académico do Geógrafo, facilmente compreendemos a sua vocação para as questões do território (inventário, planeamento, ordenamento e gestão) concedendo-lhe a sua formação os instrumentos que lhe permitem compreender a **interacção dos diversos fenómenos no espaço**. Pode assim "intervir na identificação de problemas, na interpretação de ocorrências em termos espaciais e temporais, bem como na formalização dos suportes gráficos e cartográficos com utilidade para o planeamento" (Sirgado, 1993). O seu campo de intervenção é por isso vasto, já que pode desenvolver estudos e trabalhos em qualquer escala, sobre os mais diversos temas com relação espacial.

Na impossibilidade de os apresentarmos na totalidade, o que não é possível dada a diversidade de fenómenos e de âmbitos que os trabalhos de Geografia podem tomar, fazemos destaque a alguns:

a) enquadramento geográfico;
b) caracterização regional, social, económica, cultural;
c) mobilidades sociais, fluxos de tráfego, bens e serviços;
d) estrutura urbana, caracterização funcional;
e) desenvolvimento regional, rural e urbano;
f) desertificação física e despovoamento (factores, causas, medidas, planos);
g) demografia, densidade e distribuição populacional ou de outro fenómeno (indústria, poluição, *etc.*);
h) povoamento (factores, tipos, implicações no planeamento, ordenamento e gestão territorial);
i) planeamento e ordenamento do território, localização de funções urbanas e actividades, *etc.*);
j) avaliação de impactes ambientais de programas, planos e projectos e

actividades;

k) poluição (tipos de fontes, causas, consequências, propagação espacial, estratégias);
l) clima (caracterização, factores, implicações no território, clima urbano, aplicações na arquitectura e urbanismo, extremas – precipitação, humidade, temperatura, insolação, *etc.* –, riscos climáticos, *etc.*
m) geomorfologia – caracterização, levantamento e mapas morfológicos e geomorfológicos segundo objectivos específicos, mapas litológicos, de declives, exposições, litoestruturais, perfis topográficos, mapas litoestruturais, riscos e perigosidade geomorfológica (cheias/ /cheias rápidas, inundações, movimentos de massa, erosão continental e costeira), mapas de permeabilidades e outros mapas e estudos de geomorfologia aplicada ao planeamento do território (aptidão agrícola dos solos, reserva ecológica e reserva agrícola, áreas de recreio e lazer, definição de bacias-vertente, *etc*).
n) planos: Planos municipais de Ordenamento do Território (PMOT's), Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT's), Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT's), outros;
o) definição de ecossistemas e sua vulnerabilidade ecológica, medidas de preservação, mapas de vegetação, perfis biogeográficos e estudos inerentes de importância para o ordenamento do território;
p) intervenção na floresta – mapas de ocupação florestal, de prevenção de incêndios, ou estudos de base vocacionados a suportar projectos de florestação;
q) gestão costeira – dinâmica geomorfológica do litoral, erosão costeira e processos associados, medidas preventivas, minimização de impactes, mapas geomorfológicos de pormenor da evolução da zona costeira (arribas, praias, dunas, sapal);
r) recursos naturais (inventariação, critérios de localização das explorações, estudos de protecção e gestão);
s) geomarketing;
t) cartografia, fotointerpretação, detecção remota, sistemas de informação geográfica.

4. Comparando o que prevê a legislação, que consagra os instrumentos de gestão do território e de política de ambiente em relação às **matérias que um profissional do território deve dominar** (matérias a abordar, analisar, cruzar, interpretar e representar!), com aquilo que um Geógrafo está apto para fazer, ficamos mais claramente elucidados sobre a sua idoneidade para participar nos assuntos relacionados com o território.

   Veja-se, a título de exemplo, o que está consagrado na própria Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU, *Lei n.º 48/98*, de 11 de Agosto), onde é constante o apelo aos **Planos**

como instrumentos que concretizam a política. Estes, **não são mais do que mapas temáticos**, operativos e prospectivos. A sua elaboração, como a de qualquer outro mapa, deve obedecer a determinadas normas e critérios, atendendo à escala de trabalho, ao público a que se dirige, à escala de representação, ao fenómeno que se pretende representar, aos objectivos, *etc.* Sendo os mapas fundamentais na linguagem dos Geógrafos, é indiscutível a sua capacidade e aptidão para participar e orientar a elaboração destes planos. Os mapas e a geografia são praticamente sinónimos, e a representação cartográfica é tão antiga como ela própria.

A própria **noção de escala, implícita ao sistema de gestão territorial** preconizado na LBOTU, apela a uma participação de profissionais com essa valência fundamental na análise e interpretação do território. Como já se disse, isso faz parte do método de trabalho do Geógrafo (sempre assim foi).

No artigo 9.º da LBOTU (caracterização dos instrumentos de gestão territorial) pode ler-se que o "Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (...) terá em conta o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas e os equipamentos (...)". Os PROT's, segundo a alínea a) do mesmo artigo, devem "ter em conta a evolução demográfica (...), definem redes regionais de infra-estruturas e transportes (...)". Os Geógrafos podem ou não participar como uma mais valia nestes estudos? Quanto a nós, não temos dúvidas: são, por excelência, áreas de trabalho dos Geógrafos.

O diploma que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (*DL n.º 380/99*, de 22 de Setembro), ainda é mais apelativo à participação dos Geógrafos na gestão territorial. Pode então ler-se no artigo 4.º (Fundamento Técnico), que os instrumentos de gestão territorial devem fundamentar-se, com base no conhecimento:

– das características físicas, morfológicas e ecológicas do território;
– dos recursos naturais;
– da dinâmica populacional e migratória;
– das assimetrias regionais, entre outras.

Não nos parece haverem dúvidas de que estas são áreas de trabalho onde um Geógrafo poderá ter um papel chave. Correndo o risco de tornar a leitura cansativa, nesta lógica de raciocínio, não poderemos deixar de mencionar, entre outros casos, as exigências do artigo 10.º (Identificação do recursos territoriais, como sejam as áreas agrícolas e florestais, estrutura ecológica, o sistema urbano, acessibilidades, entre outros).

De modo a sintetizar, chamamos a atenção para o "conteúdo material" dos planos previsto neste diploma. Relativamente ao PDM (artigo 85.º), define-se que do conteúdo material, devem constar:

– a caracterização económica, social e biofísica do território; a identificação da rede urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, saúde; a definição do sistema de protecção dos recursos naturais, culturais, agrícolas, florestais, a estrutura ecológica municipal, a identificação de áreas e estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento de actividades, a definição de estratégias para o espaço rural, perímetros urbanos, sistema urbano municipal, condicionantes (reservas e zonas de protecção), *etc.*

Relativamente ao conteúdo documental (artigo 86.º) estipula-se que o PDM é constituído, entre outros elementos, por:

– um plano de ordenamento;
– uma planta de condicionantes, devendo ser acompanhado por estudos de caracterização do território municipal, *etc.*

Parece-nos claramente explícita até aqui, a abrangência de intervenção do Geógrafo, podendo a sua participação ser técnico-científico, ou como elemento fundamental no trabalho de representação cartográfica dos fenómenos em questão.

Também em matéria de ambiente a colaboração do Geógrafo pode ser uma mais valia, nomeadamente na definição e delimitação dos instrumentos de Política de Ambiente previstos na Lei de Bases do Ambiente (LBA, Lei n.º 11/87, de 07 de Abril), (artigo 27.º): Reserva Ecológica Nacional (REN), delimitada basicamente com fundamentos de natureza geomorfológica[3]; RAN (delimitada com base em critérios de capacidade de uso do solo e de natureza geomorfológica); a participação em estudos de impacte ambiental, no inventário de recursos e/ou na elaboração da cartografia do ambiente e do território, também considerados como instrumentos de política do ambiente.

Na elaboração destes e de outros instrumentos de gestão do território (PEOT's, PIMOT's, PROT's), está implícita a participação de profissionais que saibam ler, interpretar, cruzar, analisar e representar os fenómenos que ocorrem no território, na sua inter-relação e na sua relação com este. É este o cerne da Geografia. Pelo que não pode haver qualquer razão para dúvida de que o Geógrafo é definitivamente um profissional de excelência apto para conduzir o processo de planeamento, ordenamento, gestão do território e ambiente: a **leitura integrada** e **interdisciplinar** do território, como é fundamental na condução daqueles processos, sempre fez parte do **método** (abordagem) Geográfico, bem como a **noção de escala**, a **observação** e o **inquérito**. O **território** com os **fenómenos** que aí tomam lugar, sempre foram o seu

[3] Veja-se Anexo I e II do DL n.º 93/90, de 19 de Março, com as alterações introduzidas pelos Decretos Lei n.º 316/90, de 13 de Outubro, 213/92, de 12 de Outubro e 79/95, de 20 e Abril.

objecto de estudo – a sua essência; os **mapas** constituem o meio para compreender melhor os fenómenos e apresentá-los (são **a linguagem do Geógrafo)**.

4. A institucionalização da profissão de Geógrafo

Não havendo dúvidas de que o Geógrafo possui adequadas ferramentas de trabalho para poder intervir no território, o que parece faltar para o reconhecimento da sua importância na sociedade, é a capacidade (vontade) de "mostrar-se" e exigir uma participação mais activa nesse meio. Nem que isso implique reclamar aquilo que lhe pertence na colaboração paralela com os técnicos que mais activamente participam no desenvolvimento do território ou noutros casos, substituindo-os dado que não têm formação específica para o fazer. Será este **um passo fundamental para a institucionalização** efectiva da profissão de Geógrafo. Mas não o único.

A institucionalização da profissão, como tal, passa igualmente pela capacidade da Geografia saber renovar-se, mas mantendo sempre o seu **conceito central** de modo a poder ser entendida enquanto ela própria, uma linguagem (Gaspar, 2000). Reinventá-la, ou dar-lhe outras facetas que não aquelas que a distinguem e fazem de si um saber único, poderá conduzir a obscuros labirintos meta-geográficos, que privam aquele que o faz de observar a Terra, interrogá-la e descrevê-la (*op. cit.*). É o que por vezes parece acontecer com a utilização dos "sistemas de informação geográfica (SIG)", uma ferramenta de trabalho útil, fundamental, indispensável, mas que não passa disso mesmo: uma ferramenta, uma técnica/tecnologia que concede ao Geógrafo maiores e mais rápidas capacidades de análise, flexibilidade no tratamento, armazenamento e apresentação de informação, *etc.* Mas não são Geografia nem a sua ferramenta. Porque sistemas de informação geográfica, no fundo, sempre fizeram parte da Geografia. O que aqui muda grandemente, para além dos aspectos mencionados, é o interface (antes o papel e todas análises gráficas ou cartográficas eram feitas à mão, agora no computador). Os SIG pertencem, antes do mais, ao conjunto das ferramentas da Geografia. Concebemos assim um Geógrafo que saiba de SIG, mas não um técnico de SIG que saiba de Geografia, pelo que os Geógrafos terão que saber o que querem: ser técnicos de SIG ou Geógrafos e utilizar esta ferramenta no desenvolvimento dos seus trabalhos?

A institucionalização da profissão passa também pelo reconhecimento imediato do Geógrafo numa equipa ou numa instituição. Embora seja aparentemente uma questão menor, o Geógrafo aparece escondido atrás do título de Dr. não sendo reconhecido como Geógrafo. Terá talvez chegado o momento dos Geógrafos começarem a treinar o ouvido da população, exigindo (solicitando) que sejam tratados enquanto tal – pela sua formação, à imagem do que acontece com as áreas de Engenharia e Arquitectura.

Como se verificou, talvez com alguma surpresa para outros profissionais não Geógrafos, em grande parte dos estudos relacionados com o território o papel do Geógrafo é determinante. Contudo, de acordo com a nossa experiência, muitos dos técnicos desconhecem quem somos e o que fazemos, surpreendendo-se *a posteriori* com a nossa prática. Por vezes, parece até que o Geógrafo não existe, ao avaliarmos criticamente, *e.g.*, o estado de muitos dos PDM's aprovados ao nível nacional. Quer na componente técnico--científica – onde as características climáticas, hidrológicas, geomorfológicas, e outras, se resumem a um ou dois parágrafos, muitas vezes que nada têm a ver com o tema que se propõem tratar –, quer na parte cartográfica, onde as normas mais elementares de representação são ignoradas (tramas imperceptíveis, excesso de sobreposição de símbolos e tramas, base ilegível e desactualizada, *etc.*). Logo, a análise é deturpada desde o início, a leitura é difícil, o processo de decisão pouco sólido, com todas as implicações daí provenientes.

Como se não bastasse, no licenciamento de actividades, de usos ou formas de ocupação, o processo nem sempre decorre com a participação de quem está mais apto para o fazer, pelo menos nalgumas fases, nomeadamente no que concerne às questões relacionadas com o ordenamento do território (avaliação das condicionantes REN/RAN ou na leitura e interpretação cartográfica). O Geógrafo, mantém-se ainda com um papel secundário nestas matérias, sem razão do ponto de vista técnico-científico que o justifique. Isso não o favorece sobre várias vertentes, nomeadamente no que respeita à institucionalização da Profissão.

Há assim que colocar os pontos nos "is" e definir concretamente **quem está apto para fazer o quê ao nível do ordenamento do território**, **ambiente**, **gestão de recursos**, e qual o papel efectivo do Geógrafo nesse processo. Referimo-nos em concreto ao processo de licenciamento de obras, loteamentos urbanos, actividades (indústria, floresta, *etc.*).

O mesmo é válido em relação aos participantes na elaboração de Planos e estudos com abordagem territorial. Assim, segundo entendemos, se há responsáveis pelo cálculo de estruturas, pelo desenho arquitectónico, pelo licenciamento de actividades industriais, questionamo-nos sobre a **inexistência de um responsável pelos planos** e estudos de carácter territorial, incluindo a **responsabilidade pela componente cartográfica**. É claramente uma área de grande responsabilidade se se pretende prosseguir no sentido do desenvolvimento (sustentável) e onde o Geógrafo poderá desempenhar um papel preponderante.

Também no **desenvolvimento de estudos** sobre **avaliação de riscos naturais** e/ou **geomorfológicos**, (cheias/cheias rápidas, inundações, movimentos de massa, erosão), matéria fundamental na elaboração de qualquer plano de ordenamento do território, já que é a partir daqui que com rigor poderemos definir as mais diversas condicionantes, considerando o tipo de litologia, a

estrutura do terreno, o declive, a vegetação, *etc.*. O mesmo é válido na elaboração e desenvolvimento de planos sobre **riscos e prevenção de incêndios** e a nossa **relação com os trabalhos da competência da protecção civil**. Não duvidamos da importância que o Geógrafo pode desempenhar neste processo, sendo o único capaz de integrar todas as variáveis, interpretar o seu cruzamento e representá-las com rigor em face dos objectivos, escala de análise, público a que se dirige, entre outros.

Consideramos assim fundamental a criação de um grupo de trabalho no interior da Associação Portuguesa de Geógrafos para discutir e fazer **propostas** concretas ao nível das instituições do poder central, nomeadamente em matéria legislativa, no sentido de:

– ser efectivamente **institucionalizada** a profissão de Geógrafo;
– serem definidas as **funções e o papel do Geógrafo em matéria de planeamento**, ordenamento e gestão do território;
– no **processo de licenciamento de obras e loteamentos** (fase do processo que compreende a análise e interpretação da condições respeitantes ao ordenamento do território);
– nos dotar de **idoneidade jurídica para licenciar certas actividades** ou **usos do solo**: industria, agricultura, floresta, *etc.*;
– definir o papel do Geógrafo nos **estudos de impacte ambiental**;
– **funções e responsabilidades do Geógrafo na elaboração de planos** (quais?) nas vertentes teóricas e de representação cartográfica;
– a obrigatoriedade da **responsabilidade técnica de um Geógrafo em qualquer plano** e respectiva cartografia.

Conclusão

Sendo indiscutível o papel do Geógrafo no processo de desenvolvimento social e territorial, à partida evidente quando consideramos que a maioria das decisões tomadas têm associada a componente Geográfica, é caso para nos questionarmos sobre as razões subjacentes ao facto da participação do Geógrafo não ser mais activa nesse processo. Isso ficará para uma outra discussão. Mas um facto também indiscutível é que a sociedade, de um modo geral, não conhece e não sabe quem é e o que faz o Geógrafo. Terá assim que haver um maior empenho da sua parte em se "mostrar" reclamando também uma participação mais activa em matérias cujo conteúdo faz parte do seu currículo.

Em parte, isso pode ser feito individualmente, por cada um no seu local de trabalho. No entanto, a constituição de um grupo de trabalho (de pressão) no interior da Associação Portuguesa de Geógrafos que possa conduzir este processo junto das instituições da administração central, é fundamental para institucionalizar efectivamente a profissão de Geógrafo.

Referências Bibliográficas

DGOT (1988), *Carta Europeia do Ordenamento do Território*, DGOTDU, Lisboa.

GASPAR, J. (2000), «Perspectivas da geografia para o século XXI», *Apontamentos de Geografia*, *Série Investigação*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

HALL, P. (1980), *Urban & Regional Planning*; Penguin Education, Penguin Books; England.

HENRIQUES, R. (1991), *O Ordenamento do Território e a Informação Geográfica*; DGOT/MEPAT (22), Lisboa.

LYNCH, K. (1960), *A Imagem da Cidade*; Edições 70, Lisboa.

PAREDES, E. (1994), *Sistema de Informação Geográfica. Princípios e Aplicações (Geoprocessamento)*; Editora Érica, São Paulo.

PARTIDÁRIO, M. R. (1999), *Introdução ao Ordenamento do Território*; Universidade Aberta, Lisboa.

SACK, R.D. (1997), *Homo Geographicus. A framework for action, awarness and moral concern,* The John Hopkins University Press, Baltimore.

SIRGADO, C. (1993), *A Geografia Física nos Planos Directores Municipais*, Estudos de Geografia Física e Ambiente, Linha de Acção em Geografia Física, 32, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 47–55.

TOMÉ, R. (2000), *Pedreiras de Calcário, Ordenamento do Território e Ambiente. O caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*, Dissertação apresentada na FCT/UNL para a Obtenção do Grau de Mestre em Ordenamento do Território e Ambiente, Lisboa.

Legislação

Lei n.º 11/87, de 07 de Abril (Lei de Bases do Ambiente);

DL n.º 93/90, de 19 de Março, com as alterações introduzidas pelos Decretos Lei n.º 316/90, de 13 de Outubro, 213/92, de 12 de Outubro e 79/95, de 20 e Abril;

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto (Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo);

DL n.º 380/99, de 22 de Setembro

Peter Calow (Ed.) (2001) – *Handbook of Environmental Risk Assessment and Management*. Blackwell Science. Oxford

Ricardo A. C. Garcia*

Risco Ambiental, quem nas últimas décadas não ouviu falar desta expressão e dos inúmeros casos de protecção de espécies ou, por vezes, das quase esquecidas **pessoas**. Na realidade, têm sido desenvolvidos nos últimos anos inúmeros estudos, com pretensão de serem avaliações de riscos, quer para intervenções antrópicas (aquando da construção de determinada infra-estrutura), quer para riscos tecnológicos (p.e., incineradoras), ou mesmo, riscos naturais (p.e., após a morte de alguém subterrado por um movimento de vertente). No entanto, poucos são os que podem ser considerados verdadeiros estudos de risco, por falta de rigor, ou mesmo desconhecimento das terminologias, conceitos e etapas a ter em trabalhos desta índole.

Peter Calow, com o seu livro *Handbook of Environmental Risk Assessment and Management*, compila o trabalho de trinta e seis investigadores de cinco nacionalidades (Norte americana, Inglesa, Belga, Norueguesa e Sueca), o que permite perspectivas diversificadas, realizando um excelente contributo para a percepção do que é efectivamente a avaliação e gestão de riscos. Apesar de incidir, principalmente, sobre problemáticas relacionadas com industrias químicas e extractivas ou manipulações genéticas, o que pode parecer escasso, dá uma abordagem geral, sistematizada e sintética de toda a teoria e conceptualização que qualquer estudo de risco deve seguir.

A publicação é constituída por vinte e um capítulos divididos em quatro secções, com excepção do primeiro capítulo, que pelo seu elevado interesse, se destaca. Neste capítulo introdutório e de síntese, Calow debate e esclarece as questões "O que é?" "Porquê?" e "Como?", começando por esclarecer claramente os termos e conceitos associados, reforçando que o termo risco resulta de uma conjugação entre um determinado perigo (*hazard*) e a vulnerabilidade dos elementos expostos. De facto, não interessa apenas saber qual o potencial do perigo (que é muitas vezes considerado como risco) mas em que circunstâncias os elementos serão afectados, pois isso irá alterar significativamente as consequências. Um breve esclarecimento sobre como todo o processo de avaliação de risco e sua gestão se desenvolve, bem como acerca das teorias gerais dos níveis de segurança que se podem adoptar, é também apresentado ao longo deste capítulo.

---

* Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

No que diz respeito à primeira secção, intitulada *Risk Assessment*, os sete capítulos que a compõem abordam diversas formas de avaliação de risco. A distinção entre o que é Análise de Risco, onde se faz uma estimativa dos riscos (causas vs. consequências), e Avaliação de Risco, onde à estimativa se adiciona, para além de alternativas para lidar com esse risco, aquilo que as pessoas pensam sobre o assunto. Surgem, deste modo, os conceitos de risco aceitável, risco tolerável e ALARP (*As Low As Reasonably Practicable*) que, apesar da dificuldade no seu estabelecimento, não são ignorados. A segunda secção (dois capítulos), *Risk Assessment in Legislation*, debruça-se sobre a integração de estudos de risco na legislação e políticas adoptadas, em alguns países da União Europeia, nomeadamente na Grã-Bretanha, e nos Estados Unidos da América, dando de uma forma simples a história da sua importância, desenvolvimento e aplicações práticas. A terceira secção (três capítulos), designada por *Balancing Risks with Other Considerations*, incide sobre, provavelmente, dois dos aspectos mais complicados a ter em conta em avaliações de risco: a psicologia do risco e a sua avaliação económica. Embora de forma sintética, abordam-se estas problemáticas dando alguns exemplos que, ainda que possam ser considerados pouco morais ou éticos, como é o caso da avaliação quantitativa do valor de um indivíduo, são sem dúvida dificuldades com que se depara alguém que pretende efectuar a avaliação do risco. A quarta secção (oito capítulos), *Risk Management*, dedica-se à Gestão do Risco, fase em que, para além da estimativa e avaliação, se implantam medidas concretas de mitigação e monitorização e se tomam as decisões finais. Apesar dos bons exemplos de avaliação e gestão de riscos (relacionados com produtos químicos, lençóis de água, extracções marinhas, recolha, tratamento e armazenamento de resíduos), há um capítulo que não se pode deixar de ressalvar: "Comunicação do Risco". Este é, sem dúvida, um item de enorme importância, muitas vezes ignorado. Ao longo deste capítulo são referidas as lacunas de todo o processo de avaliação mas, sobretudo, os problemas e limitações de quem comunica os resultados da avaliação e de quem ouve, como é o caso da comunicação social e, por último, da população em geral. No final deste capítulo referem-se mesmo alguns dos princípios que se devem ter em conta e linhas guia a seguir como, por exemplo, "aceitar e envolver o público como um parceiro legítimo".

Numa apreciação global o livro é de elevado interesse, quer para indivíduos interessados directamente pela temática quer para os técnicos envolvidos no Ordenamento do Território. Apresenta um muito bom nível científico, de sintetização e esquematização, transmitindo de forma simples ideias e etapas chave ao longo de um processo muito complicado como o é a avaliação e gestão de riscos. Por último, fica a ideia que é conveniente que todos tenham a percepção que "haverá sempre incertezas associadas a uma análise científica entre causas e seus efeitos, daí que se tenha que lidar com margens de segurança e níveis de risco, bem como toda a subjectividade que lhe poderá estar inerente".

José Luis Alonso e Ricardo Méndez (Coord.) (2000) – *Innovación, Pequeña Empresa y Desarrollo Local en España*. Civitas Ediciones, Madrid.

Rui Gama*

As últimas décadas do século XX ficaram marcadas pela atribuição de um papel fundamental à tecnologia nas alterações do sistema produtivo e na estruturação da sociedade. O próprio entendimento de tecnologia tem vindo a actualizar-se de forma significativa nos anos mais recentes. Os modelos interactivos de produção de inovação em que os aspectos relacionados com a concepção de produtos industriais, a interligação mais estreita entre as fases final (mercado) e inicial (tecnologia) da inovação, tal como as múltiplas relações entre indústria, tecnologia e actividades ligadas à inovação, são elementos cada vez mais dominantes no contexto das actividades económicas (e, desde logo, da indústria). A diminuição do tempo que separa as fases do conhecimento da aplicação comercial, assim como a interpenetração entre a investigação de base e as tecnologias ligadas à produção, tornaram-se nas características fundamentais do sistema de inovação e da competitividade das empresas. Acresce que as firmas têm vindo a assumir de forma crescente o papel de principal responsável pela inovação nas economias desenvolvidas. Os custos e os riscos presentes neste processo levam a que os territórios e os diferentes agentes e actores se envolvam, formando um complexo sistema de colaborações, de que as redes de inovação com a participação de múltiplos parceiros são um dos elementos paradigmáticos da renovada geografia económica. As alterações tecnológicas implicam também importantes processos de aprendizagem de tipo cumulativo, representando as instituições de investigação e as empresas a base institucional destes processos.

Neste contexto, a abordagem em termos de meios inovadores tem vindo a dar um contributo fundamental para a análise da capacidade dos espaços endogeneizarem os factores de inovação tecnológica, integrando algumas das características do progresso tecnológico identificadas pela perspectiva evolucionista com a ideia de que o desenvolvimento se processa a partir da dinâmica de base. A ideia central do meio inovador sublinha o facto de que a inovação é, fundamentalmente, um processo colectivo em que o desenvolvimento de relações interempresariais (mercantis ou extra-mercado) e de formas de cooperação (mas compatíveis com a existência de competição) pode favorecer e acelerar o processo, de tal forma que Philippe Aydalot defendeu, nos anos 80, que são os "meios que empreendem e inovam".

O livro *Innovación, pequeña empresa y desarrollo local en España*, coordenado pelos geógrafos José Luis Alonso e Ricardo Méndez, apresenta os

* Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

resultados de um conjunto de estudos realizados por investigadores espanhóis (geógrafos e economistas) tendo por base as mesmas referências teóricas e metodológicas. Fundamentalmente, e tal como refere R. Méndez na introdução do livro, a inovação tem vindo a assumir-se como um instrumento que pode melhorar o funcionamento das empresas e instituições, elevar a sua capacidade competitiva e dos correspondentes territórios, assim como a qualidade do trabalho e a sustentabilidade ambiental. Como tal, a temática assente na inovação converteu-se nas décadas mais recentes numa das linhas de investigação com maior número de estudos e procura social. No essencial, o desenvolvimento local está associado a processos de inovação estreitamente interrelacionados com o território e com determinado contexto social e cultural, elementos decisivos na actual cenário de incerteza e mudanças constantes.

Tendo em atenção este quadro, o livro organiza-se em quatro partes. A primeira, de cariz teórico, da responsabilidade de Ricardo Méndez, apresenta as principais ideias publicadas nos anos mais recentes sobre espaços de inovação, características internas, pré-condições para o seu desenvolvimento e impactos sobre o clima empresarial e sócio-laboral. Especificamente, é atribuída grande importância à inovação tecnológica na reorganização do espaço industrial, clarificando-se ao mesmo tempo o conceito de inovação, sendo ainda apresentados os principais conteúdos de uma geografia da inovação no seio dos estudos industriais. Segue-se a caracterização do conceito meio inovador no âmbito dos trabalhos do GREMI (*Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs*), destacando-se a importância do quadro territorial, dos actores e dos recursos materiais, e das lógicas de interacção e de aprendizagem como elementos fundamentais para a definição do conceito.

Neste contexto o território deve ser entendido não apenas como o repositório de um conjunto de condições e recursos disponíveis (infra-estruturas físicas ou tecnológicas, existência de mão-de-obra qualificada, empresas, empreendedores, ou outras), mas como algo dinâmico, em permanente construção e constante diálogo com os agentes e actores aí localizados. Estes elementos são essenciais para a constituição de meios inovadores. Sublinha-se, assim, a importância de considerar de forma integrada todo o tipo de inovações, quer considerando as empresas quer tendo presente o contexto social e institucional em que se inserem. Daí a centralidade que assumem as redes de inovação na caracterização dos meios inovadores. Por fim, deve ter-se em atenção a escala de análise a utilizar, que deve sempre valorizar os relacionamentos e a abertura dos territórios.

A parte I apresenta, ainda, uma proposta metodológica para o estudo dos meios inovadores, indicando alguns problemas de adaptação a regiões periféricas e actividades tradicionais.

As segunda e terceira partes resumem os diferentes estudos realizados em Espanha, sendo valorizadas as escalas espaciais de análise regional e local. A selecção destes níveis reflecte não só a preocupação de existirem processos de inovação evoluídos, como também de evidenciar os obstáculos que existem à formação de áreas inovadoras. São apresentados neste âmbito es-

tudos de caso relativos aos sistemas produtivos locais andaluzes (Capítulo 2), Castela e Leão (Capítulo 3), Castela-La Mancha (Capítulo 4), La Rioja (Capítulo 5) e Comunidade Valenciana (Capítulo 6). Os exemplos apresentados traduzem diferentes níveis de estruturação e evolução dos sistemas produtivos locais em Espanha, evidenciando a importância que os diferentes tipos de inovação, de actores e de relacionamentos têm tido na evolução e consolidação destes espaços produtivos.

A terceira parte resume as investigações de carácter local e/ou sectorial. Sucessivamente, a partir do capítulo 7, são descritos a indústria da moda em Lalín (Galiza), os meios inovadores de Mondragón (País Basco) e da comarca de Berguedà (Catalunha), o sector dos brinquedos em Ibi e a indústria de calçado na comarca de Alto Vinalopó (ambos em Alicante) e a indústria de mobiliário na comarca de Pinares de Soria (Soria).

O capítulo 13, dedicado à problemática dos parques científico-tecnológicos encerra a terceira parte do livro. Julio Ondátegui apresenta de forma clara e objectiva este fenómeno, dedicando particular atenção ao conceito e à caracterização dos parques científico e tecnológicos em Espanha, quer na perspectiva de conhecimento interno quer de relacionamento com o exterior. Finaliza o estudo com um conjunto de considerações que permitem reflectir sobre a evolução dos parques e a importância que a inovação tecnológica tem vindo a assumir neste tipo de infra-estruturas.

Por último, a parte IV, sistematiza não só as grandes conclusões e as principais ideias discutidas, mas também algumas propostas concretas de actuação sugeridas pelos exemplos apresentados.

Quer do ponto de vista espacial quer sectorial, sublinha-se a variedade de situações de estudo e a opção por contextos diferentes dos estudados no seio do GREMI. Trata-se de casos em que predomina uma localização não metropolitana e os sectores maduros, tornando-se necessário introduzir inovações dado o actual quadro de concorrência e competitividade. Por outro lado, os sistemas produtivos locais estudados têm uma longa história que se materializou no aparecimento de fenómenos relacionais e de uma certa *atmosfera industrial* que possibilitou a introdução de inovações a diferentes níveis (produto, processo, organização e gestão). A inovação aparece, assim, como um processo eminentemente colectivo de base territorial.

No que se refere às principais recomendações no quadro de uma política industrial de apoio à inovação em áreas de industrialização endógena, destaca-se desde logo a importância do tempo longo na definição de políticas de promoção à inovação e a necessidade de articular as diferentes políticas complementares (nomeadamente pensando nas políticas de ordenamento do território). Outro aspecto chama a atenção para que casos diferentes exigem actuações diferenciadas. Uma quarta linha evidencia a importância de serem valorizados os elementos e as políticas de contexto, e não para cada actor de *per si*, e a procura de complementaridade entre indústria e serviços externos avançados. Por outro lado, destaca-se igualmente a necessidade quer da participação dos diferentes actores do território na definição das estratégias glo-

bais de inovação, quer também a importância de existir uma grande abertura em relação a outras ideias e sugestões de outros actores exteriores ao meio.

A Geografia Industrial tem uma nova oportunidade de contribuir para o debate em curso não apenas pelos estudos de caso que realiza, mas tendo em atenção a capacidade de interpretação holística que procura valorizar as diferentes trajectórias inovadoras dos territórios que, naturalmente, procuram um lugar próprio no novo mapa económico mundial (J. L Sánchez; J. L. Alonso e L. J. Aparicio).

Stephen Graham e Simon Marvin (2001) – *Splintering Urbanism. Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition*. Routledge, Londres.

Rosa Branco*

Stephen Graham e Simon Marvin, professores universitários nas universidades de Newcastle e de Salford, respectivamente, abordam em *Splintering Urbanism. Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition* a problemática das tensões urbanas causadas pela transformação da configuração e da utilização das infra-estruturas.

O papel das redes de transportes e telecomunicações no urbanismo e a sua profunda inter-relação com as dinâmicas sociais e económicas levam os autores a reflectir sobre a tendência emergente de fragmentação do tecido urbano, resultante da "secessão" de espaços ocupados por determinados grupos sociais e actividades económicas com grande dinamismo e capacidade de participação em redes globais. Este processo é denominado no texto de *splintering urbanism,* um termo que enfatiza o carácter pulverizador do urbanismo actual, cada vez mais condicionado pelas tendências de desenvolvimento das infra-estruturas. A segregação espacial e a consequente marginalização das áreas "desconectadas", constitui, no entender dos autores, uma séria ameaça à urbanidade, no sentido em que a essência da vida urbana está na convivência e interconexão dos seus elementos num contexto de diversidade.

Antecedendo a apresentação de um conjunto de pequenas situações que ilustram o referido processo de "secessão", os autores começam por enumerar as questões abordadas ao longo do livro e por discutir o papel das infra-estruturas no desenvolvimento urbano, a partir da análise das diferentes correntes de interpretação desta relação e dos seus principais factores de evolução.

* Geógrafa, Câmara Municipal de Lisboa.

A obra desenvolve-se em três partes. Na primeira (*Understanding Splintering Urbanism*), analisa-se a emergência do paradigma de desenvolvimento das redes de infra-estruturas que é hoje posto em causa, bem como os factores e processos subjacentes à crise desse modelo. Explora-se ainda no quarto e quinto capítulos o conceito de *splintering urbanism*, quanto às suas práticas e consequências e ao seu funcionamento como processo tecnológico e social.

A parte dois – *Exploring the Splintering Metropolis* – ilustra os efeitos desta transformação da lógica de desenvolvimento das infra-estruturas num vasto conjunto de metrópoles, adoptando o ponto de vista da dimensão social urbana e das economias locais globalmente integradas que emergem nas cidades.

Na terceira parte – *Placing Splintering Urbanism* – são apresentadas conclusões que, além de sintetizarem as preocupações dos autores, apontam limites à generalização da tendência separatista que afecta os espaços construídos e relacionais das cidades. É salientado o papel das políticas públicas e do contexto histórico e cultural nesta reacção, bem como o surgimento de movimentos de resistência, tanto informais como organizados, eles próprios utilizadores das novas tecnologias na sua acção. O *post scriptum* que encerra o livro expõe as implicações práticas do conceito-base do livro: na investigação, nas práticas políticas e cívicas e num quadro conceptual mais vasto.

Destaca-se nesta obra o elevado número de casos internacionais apresentados e profusamente ilustrados. As cidades mencionadas localizam-se principalmente no Reino Unido, Estados Unidos, Ásia, Austrália, África e América Latina, países onde o processo de *splintering urbanism* tem maior visibilidade, como reconhecem os autores. No entanto, esta escolha demonstra também a importância da presença de elementos de segregação espacial no passado (por exemplo, em cidades de países colonizados). Ao valorizar a componente histórica na análise dos processos actuais do urbanismo, o carácter das tensões do desenvolvimento urbano contemporâneo que, defendem os autores, é revolucionário, acaba por ser atenuado.

Além da extensa bibliografia mencionada neste livro, o seu glossário é um precioso auxílio à leitura, por ser selectivo e vocacionado para a explicação dos termos mais recentes e dos novos conceitos abordados no texto.

Ao fazer a ponte para o futuro da investigação e das práticas, Graham e Marvin salientam a necessidade de reflexão sobre modelos alternativos de desenvolvimento. Este parece ser o alerta mais importante para a investigação e a acção no domínio do urbanismo, contributo a que se junta a capacidade de revelar os mecanismos fundamentais das tensões que põem em causa a equidade e a sustentabilidade do desenvolvimento urbano.

Marc Augé (1997) – *L'Impossible Voyage: Le Tourisme et ses Images*. Éditions Payot & Rivages, Paris.

Maria José Aurindo*

Descerrando significados, o título surge apenas como o início de uma viagem, viagem pautada pela curiosidade do seu autor enquanto observador da realidade que descortina espaços significantes. Torna-se nesta obra transparente, mais uma vez, que as questões que o absorvem surgem duma interpretação de evidente valor antropológico, embora a sua relevância claramente extravase os cânones disciplinares. De interesse para quem gosta de observar e pensar o espaço, esta obra resulta maioritariamente da reunião de uma série de trabalhos divulgados previamente em formatos diversos e para públicos distintos.

O autor sublinha, como já outros o fizeram, a necessidade da viagem, mas não a de fazer turismo. Não toma assim em linha de conta a diversidade (a seu ver ilusória) que esta noção acarreta, limitando-se também ele a estereotipá-la. No entanto, acaba por enfatizar a urgente necessidade de "reaprender a viajar, eventualmente ao mais próximo de nós, para reaprender a ver". Observadores a postos?

A obra começa por esclarecer o sentido da viagem impossível, como aquela que "não faremos jamais", a que nos permitiu descobrir novas paisagens e abrir espaço a novos encontros: o que sentiríamos hoje se se confirmasse a existência de vida no espaço... Os novos descobrimentos. À experiência da descoberta do desconhecido, o autor contrapõe aquela que considera dominar a actual experiência turística, a da verificação, da confirmação, da conformidade com a imagem reproduzida que por antecipação geralmente se conhece.

Neste livro Augé concentra-se no mundo das imagens. Acompanhamo-lo ao longo duma atraente deambulação (a de um etnólogo em jeito de turista) entre símbolos e práticas, na busca pelo conhecimento e compreensão das representações e mitos que caracterizam, neste caso, o espectáculo constituído e oferecido pelos lugares que nos apresenta. No seu jeito característico, e por entre conceitos em que se tem concentrado a discussão da antropologia do (*no)* turismo (*p.ex.* antecipação, autenticidade, mercadorização), enfatiza a posição do turismo enquanto modalidades de um mesmo jogo: a construção de maquetas da realidade de mundos imaginários/ficcionais; o «fazer de conta», em que são os visitantes a representar papéis do espectáculo a que

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

supostamente vão assistir. Indo além da evidência de que às imagens correspondem sempre realidades, Augé lembra-nos que às realidades correspondem muitas vezes ficções...

Num primeiro capítulo, em jeito de narrativas de viagem, surgem as suas "Reportagens". A Disneylândia e os seus «mundos em miniatura» formam o que Augé chama de "turismo ao quadrado", visto ser-nos dado a visitar o que simplesmente não existe! La Baule e Saint-Marc-sur-Mer, estâncias balneares viradas para o oceano Atlântico, ilustram os elementos caracterizadores da "etnologia das praias": a ocupação do espaço e a utilização/gestão do tempo. A praia, caracterizada por diferentes tipos de frequentadores, qual símbolo partilhado e desejado, recupera desigualdades que se prendem sobretudo com o acesso: à água, à vista, à natureza, à solidão.

Center Parcs e a estufa aí existente, posta "ao serviço do tempo livre", ideal enquanto lugar de lazer e de repouso, com as temperaturas e a paisagem dos trópicos. A tudo isso se soma a oferta de actividades de serviços, gozados com toda a segurança na Normandia, por oposição às ilhas tropicais...que nós imaginamos ideais, mas onde a vida não é nada fácil. Também aqui, neste paraíso com horário de funcionamento, existe a consciência do jogo (a par de um inegável prazer), tendo-se mesmo a sensação de que todos os seus intervenientes se esforçam por "dar corpo às imagens da brochura publicitária".

Em seguida Marc Augé utiliza "Clichés" para nos apresentar três locais turísticos, três experiências que evidenciam situações distintas mas que apelam a questões semelhantes: "Mont-Saint-Michel", "O Caso Waterloo" e "Castelos de Luis II" mostram, entre outras coisas, a urgência e indispensabilidade duma imagem que comprove o real bem como a colecção de comprovativos da visita efectuada, para a qual é criada uma «máquina de lembranças», espaços em que o "público visita uma ideia, uma intenção, um projecto, do qual é o único beneficiário e quase o único objecto", e em que as "imitações" se transformam em "testemunhos".

A viagem a Aulnay, instalações da L'Oreal, é aquela com que Auge inicia os seus "Passeios na Cidade". Aqui procura compreender a dimensão simbólica daquele espaço, oscilando entre o "imaginário dos arquitectos e as suas próprias reacções enquanto espectador". A singularidade desta obra torna-se evidente na percepção dos preceitos arquitectónicos que lhe estão na base, e que ganham peso quando nos é transmitida a forma inteligente como foi conseguida a implantação num aparente «meio hostil», repleto de constrangimentos. Reverberam ao responder, simultaneamente, a uma série de desafios, com sejam: "Como fazer de uma realização local uma vitrine mundial? Como combinar a técnica e a estética, a função e o símbolo, a produtividade e a relação social?"

"Imagens e Olhares" fala-nos das possibilidades que a arquitectura tem de criar um espaço como este – ao mesmo tempo de produção e de espectá-

culo –, e que se integram no leque de espaços turísticos com interesse para o designado turismo industrial. Com o primado desta "Ideologia do Olhar", a L'Oreal ambiciona "mostrar, mostrar-se e ser vista", conhecida tanto pelos "presentes" como pelos "ausentes", fundamental numa altura em que somos em grande medida o que a nossa imagem transmite.

Na sequência de todos estes pensamentos surge a sua reflexão sobre "a cidade entre o imaginário e a ficção", em que considera os elementos que, na sua opinião, vêm caracterizando a passagem "da cidade real à cidade virtual". Neste sentido, a "cidade-ficção", que protagoniza o fim do ciclo de existência da "cidade-memória" e da "cidade-encontro", constitui-se a partir do domínio da presença e crescente uniformização das imagens que constroem o grande espectáculo do mundo contemporâneo, cidade planetária: em tudo igual às outras?

Depois desta estimulante abordagem, em que o antropólogo questiona não as pessoas mas os espaços e a reacção a estes, finda o livro. Termina, como o próprio Augé o designa, num "apocalipse final", em que são expressos os seus anseios quanto ao futuro, aplicados à evolução da cidade de Paris, resumido no processo que designa por "tripla substituição". Os lugares de habitação dão lugar a lugares de trabalho, os espaços de deambulação são substituídos por vias de circulação, os lugares de vida são trocados pela decoração, numa progressiva passagem da vida real à vida virtual. Entre as várias alterações, tudo passa a designar-se sob o prefixo Disney – Disney--Louvre, Disney Beaux Arts-, tendo esta empresa sido ainda responsável pela reconstituição da «Paris histórica» e pelo espectáculo permanente "Paris Quatro Estações"...

Recantos do mundo descritos pelos pensamentos de Marc Auge, o olhar característico que exerce sobre os espaços capta a atenção e seduz a imaginação, colhendo novas abordagens e leituras da realidade, desimpedindo caminho para renovadas interpretações.